



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E**  
**MEIO AMBIENTE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**SOCORRO DA SILVA ONÓRIO**

**MOBILIDADE TERRITORIAL DA FORÇA DE TRABALHO**  
**A VEZ DOS TRABALHADORES SUPRANUMERÁRIOS DE SÃO JOSÉ DA LAJE,**  
**ALAGOAS**

**Maceió**  
**2016**

SOCORRO DA SILVA ONÓRIO

**MOBILIDADE TERRITORIAL DA FORÇA DE TRABALHO  
A VEZ DOS TRABALHADORES SUPRANUMERÁRIOS DE SÃO JOSÉ DA LAJE,  
ALAGOAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do grau de mestre em Geografia, área de concentração em Organização Socioespacial e Dinâmicas Territoriais.

**Orientador:** Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva

**Maceió**

**2016**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale

O58m Onório, Socorro da Silva.

Mobilidade territorial da força de trabalho: a vez dos trabalhadores supranumerários de São José da Laje, Alagoas / Socorro da Silva Onório. – 2016. 240 f.: il.; número de figuras 16; número de tabelas 7; número de gráficos 8; número de mapas 10; número de quadros 10; número de fotografias 8.

Orientador: Paulo Rogério de Freitas Silva.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curso de Geografia. Maceió, 2016.

Bibliografia: f. 171-177.

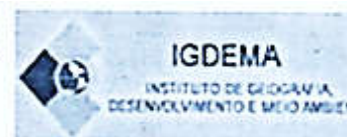
Anexo: f. 178-186.

1. Geografia humana. 2. Geografia econômica. 3. Mobilidade da força de trabalho. 4. Reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro. 5. Alciamento da mão de obra - Alagoas. I. Título.

CDU: 911.3(813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE  
CAMPUS A.C. SIBÓEN, BR 104 - NOROESTE, KM 13  
CIDADE UNIVERSITÁRIA  
CEP 57.072-970 - TEL. (521) 3214-1440/1441/1444-1445



**PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA – PPGG/UFAL**  
**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO FINAL**

Em sessão pública, no dia 19 de agosto de 2016, às 16h, na Sala 101 do IGDEMA/UFAL, deu-se início à Defesa de DISSERTAÇÃO FINAL DO PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA, com área de concentração em Organização do Espaço Geográfico, da aluna SOCORRO DA SILVA ONÓRIO, orientanda do Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva, intitulada: "Mobilidade Territorial da Força de Trabalho: a vez dos trabalhadores supranumerários de São José da Lagoa, Alagoas", como requisito para a obtenção do título de MESTRE. A banca examinadora foi constituída pelos seguintes docentes: Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva (UFAL), presidente da banca; Prof. Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho (UFAL) e como convidado externo o Prof. Dr. Odilon Máximo de Moraes (UNEAL). A defesa constituiu de uma apresentação oral de 20(vinte) minutos, seguida de inquirições de 20(vinte) minutos para cada um dos examinadores e das respostas, e foi assistida pelas pessoas que se fizeram presentes. Ao final, a Banca Examinadora reuniu-se reservadamente e decidiu em atribuir ao conteúdo do trabalho e à defesa a menção: APROVADO, com base no art. 63 do Regimento Interno do Curso. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a defesa, sendo a presente ata assinada pelos componentes da Banca Examinadora.

Assinatura: \_\_\_\_\_

*Odilon Máximo*

Maceió, 19 de agosto de 2016.

*Paulo Rogério de Freitas Silva*

Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva – Presidente

*Cícero Péricles de Oliveira Carvalho*

Prof. Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho – Titular Interno

*Odilon Máximo*

Prof. Dr. Odilon Máximo de Moraes – Titular Externo

*Dedico,*

*A minha família, um presente de Deus para mim.*

*Aos trabalhadores e trabalhadoras que labutam  
bravamente para superar as intempéries do Mundo do  
trabalho e da hegemonia capitalista.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo.

Nele encontrei força e segurança para derrubar os obstáculos que surgiram durante o percurso deste trabalho; ajudou-me, portanto, o “Senhor” a seguir em frente.

Agradeço a coordenação do curso pelo apoio institucional concedido, em especial ao Washington Narciso Gaia, Secretário do IGEDEMA – Curso de Geografia, obrigada pela paciência e pelo bom atendimento.

Aos professores do programa de mestrado em Geografia que direto ou indiretamente contribuíram com este trabalho, principalmente ao Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva, que por não ser o meu orientador desde o início, mesmo assim me acolheu. Pessoa de um humanismo sem igual, sobretudo, um exemplo de docente a ser seguido. Agradeço, principalmente pela acolhida, pela paciência, pelo apoio, zelo, motivação e paz contagiante, pela forma como me auxiliou a conduzir essa pesquisa. Já dizia o sábio Santo Agostinho: “ama, ama e faz o que tu quiseres”, e assim, ele executa cotidianamente o seu ofício tendo amor e zelo pelo o que faz, tendo o cuidado para que o *stress* do dia a dia ou a soberba não invadam o seu ser e contamine os que o rodeia. Obrigada, professor, pelos bons ensinamentos. A Juliana e Wanúbia pela amizade que foi construída. A professora Elena da Silva Raimundo pela leitura, revisão e correção das normas ortográficas usadas nesse trabalho.

A Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, pela bolsa de estudos e pelo investimento em minha formação.

*O engenho ainda existe. A casa grande e a senzala também. As relações humanas só ganharam uma roupagem mais nobre. (SAKAMOTO, 2001).*

## RESUMO

O capital é também uma relação social e um processo em movimento. No entanto, é dessa fluidez e flexibilidade do capital que faz com que as coisas mudem de sentido e adquiram forma e função variadas. É assim com a mercadoria, é assim com o dinheiro e também com a força de trabalho que estão sempre a circular por todos os lados para manter a dinâmica contínua de valorização do capital. Com efeito, a mercadoria passa a adquirir valores diferenciados quando é posta no mercado para circular. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as contradições impostas pela reestruturação produtiva no universo canavieiro e como esse processo vem impactando e diversificando os direcionamentos da força de trabalho no espaço geográfico por meio de suas novas formas, de dominação e de exploração. Para este estudo, buscou-se analisar a mobilidade dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro. Elegemos o município de São José da Laje, Alagoas, como o universo empírico por considerar os fluxos migratórios no município uma constante, e também pela sua diversidade. Assim, com vulto ao desenvolvimento técnico-científico-informacional, uma nova (re)definição da divisão social e territorial do trabalho é posta em ação. Em meio a essa nova conjuntura econômica, emerge uma demanda crescente de mão de obra onde o capital se instala com grande força. Tal fato evidencia que essas alterações advêm do processo de reestruturação produtiva e, que tendo a política neoliberal como partícipe, produziu uma nova configuração ao território que impactou severamente o mercado de trabalho. Tendo em vista estes outros aspectos, buscou-se abordar as discussões associando o conhecimento geográfico à outras ciências sociais e assim buscar não desenvolver outro conceito de mobilidade do trabalho, mas, sobretudo, aprimorar os já construídos, buscando, contudo, explicar como esse movimento se processa por trás das redes de aliciamento dos trabalhadores lajenses. Assim, a principal justificativa para este estudo foi a necessidade de entender de forma mais clara e aprofundada o fenômeno da mobilidade da força de trabalho no referido município, de modo a compreender também sobre a rede articulada a trajetória dos trabalhadores migrantes ligada aos mecanismos de intermediação da mão de obra, sendo este também outro objetivo a ser atingido. Para esta pesquisa, adotou-se a abordagem histórico-estrutural e para atingir tal escopo, foram feitas várias pesquisas em fontes primárias e secundárias. Com esse trabalho, identificamos que a migração provocou uma perda significativa da população, e que a pobreza, o desemprego e a busca por melhores condições de vida impulsionam os jovens a migrarem, sendo a renda a variável determinante. Descobrimos também que por meio da arregimentação da força de trabalho, a mobilidade *in sítio* é muito mais complexa do que se pensava, trata-se, portanto, de uma migração forçada.

**Palavras-chave:** Mobilidade da força de trabalho. Reestruturação produtiva. Setor Sucroalcooleiro. Precarização do trabalho. Aliciamento da mão de obra.



## ABSTRACT

The capital is also a social relationship and a process in motion. However, it is this fluidity and flexibility of the capital that causes things to change direction and acquire variable shape and function. So it is with the goods, so with money and also with the workforce that are always circulating on all sides to maintain continuous dynamics of capital appreciation. Indeed, the merchandise takes on different values when it is put on the market to circulate. This research aims to analyze the contradictions imposed by the restructuring process in the sugar cane universe and how this process is impacting and diversifying the directions of the labor force in geographic space through new forms of domination and exploitation. For this study, we sought to examine the mobility of workers of this sector. We chose the city of São José da Laje, Alagoas, as the empirical universe considering migration in the city a constant, and also for its diversity. So with the major technical-scientific-informational development, a new (re) definition of social and territorial division of labor is put into action. Amid this new economic environment, emerges a growing labor demand where the capital is installed with great force. This fact shows that these changes come from the restructuring process and that having the neoliberal policy as a participant, produced a new configuration to the territory that severely impacted the labor market. In view of these other things, sought to address the discussions involving geographic knowledge to other social sciences and so seek not to develop another concept of labor mobility, but above all improve the already built, searching, however, explain how this movement takes place behind the grooming networks of lajenses workers. Thus, the main reason for this study was the need to understand more clearly and thoroughly the workforce mobility phenomenon in the municipality, in order to also understand about the articulated network the trajectory of migrant workers linked to intermediation mechanisms of labor, which is also another objective to be attained. For this research, we adopted the historical-structural approach and to achieve this scope, there have been several studies in primary and secondary sources. With this work, we identified that migration has caused a significant loss of population, and that poverty, unemployment and the search for better living conditions drive young people to migrate, and the income the determining variable. We also found that through the regimentation of labor force mobility in site is much more complex than previously thought, it is, therefore, a forced migration

**Keywords:** Mobility of the workforce. Economic restructuring. Sugar and Ethanol Industry. Precarious work. Enticement of labor.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Características da abordagem histórico-estrutural.....	27
Figura 2 -	Reprodução, produção e circulação do capital e da força de trabalho.....	36
Figura 3 -	Etapas de processamento e logística do etanol de segunda geração.....	72
Figura 4 -	Organograma de um engenho.....	77
Figura 5 -	Organização da produção nos engenhos do Brasil – Séculos XVII a XVIII.....	78
Figura 6 -	Cadeia Hierárquica no campo.....	80
Figura 7 –	Cadeia Hierárquica na indústria e os agentes detentores dos meios de produção.....	81
Figura 8 -	Engineering extraordinary, Alagoas Railway, The Illustrated London News.....	99
Figura 9 -	Casa-grande da usina Serra Grande – São José da Laje.....	110
Figura 10 -	Usina Serra Grande, São José da Laje – Alagoas (2016).....	120
Figura 11 -	Tanque de armazenamento de combustível (Usga) –sucedâneo da gasolina, Serra Grande.....	121
Figura 12-	O caminho da PEC do trabalho escravo.....	148
Figura 13 -	São José da Laje: redes pessoais de aliciamento da mão de obra.....	150
Figura 14 -	Brasil: escravidão contemporânea por setor de atividade.....	172

Figura 15 - Crítica a violência contra os trabalhadores rurais durante a greve de Leme (1986).....	183
Figura 16 - Eito de cana de cinco ruas.....	186

### LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grupos que mantêm parceria com a GranBio em Alagoas.....	73
Quadro 2 - Demonstrativo da população da província das Alagoas, com denominação das paróquias, condição e sexo.....	90
Quadro 3 - Alagoas: engenhos de cana-de-açúcar e rapadura na Zona da Mata (1930).....	93
Quadro 4 - São José da Laje: modelo econômico adotado na relação capital/trabalho (1955).....	113
Quadro 5 - São José da Laje: lavouras temporária e permanente – área colhida e quantidade produzida (2011 a 2015) .....	119
Quadro 6 - São José da Laje: reflorestamento das áreas degradadas: usina Serra grande (2009 a 2023).....	124
Quadro 7 - Alagoas: evolução do emprego formal.....	136
Quadro 8 - São José da Laje: ocupação formal – número de admissão e desligamentos (2015).....	137
Quadro 9 - São José da Laje: perfil do trabalhador migrante.....	154
Quadro 10 - Distribuição das sesmarias nos vales dos rios Mundaú e Paraíba do Meio entre 1678 a 1828.....	230

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Imigração para Alagoas das grande regiões brasileiras (2000 a 2010).....	42
Tabela 2 - Emigração de alagoanos para as grandes regiões brasileiras (2000 e 2010).....	45
Tabela 3 - Migração de retorno: Estados brasileiros (2000/2009).....	56
Tabela 4 - Alagoas: produção de açúcar das usinas em sacos de 60 Kg 91930/31 e 1940/41.....	63
Tabela 5 - Brasil: quantitativos de usinas de açúcar com e sem destilarias anexas.....	70
Tabela 6 - Brasil: taxa de desemprego (2016).....	134
Tabela 7 - Lugar de destino dos trabalhadores de São José da Laje.....	180

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	São José da Laje: caracterização do clima.....	22
Gráfico 2 -	Percentual de imigração segundo as microrregiões brasileiras em relação ao total da população (2000 e 2010).....	43
Gráfico 3 -	São José da Laje: redução populacional do complexo rural (1980 a 2010).....	116
Gráfico 4 -	São José da Laje: evolução da população (1940 a 2016).....	118
Gráfico 5 -	Brasil: evolução do saldo do emprego formal (2003 a 2015).....	133
Gráfico 6 -	Brasil: saldo do emprego formal por setor de atividade (2014 e 2015).....	134
Gráfico 7 -	Brasil: quantitativo de trabalhadores aliciados por estados da federação.....	146
Gráfico 8 -	Brasil: trabalhadores libertos da escravidão contemporânea	171

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	São José da Laje: caracterização da área de estudo.....	23
Mapa 2 -	São José da Laje: mapa do bairro Armando Lyra.....	24
Mapa 3 -	Brasil: queda dos fluxos migratórios das regiões brasileiras.....	41
Mapa 4 -	Nordeste: região do Matopiba.....	58
Mapa 5 -	Alagoas: espacialização das usinas sucroalcooleiras.....	66
Mapa 6 -	Alagoas: atual situação das agroindústrias açucareiras.....	67
Mapa 7 -	Alagoas: fronteira de povoamento e colonização nos fins do século XVII (1693-1694).....	87
Mapa 8-	Linha central que liga São José da Laje a Pernambuco.....	101
Mapa 9 -	Índice de vulnerabilidade ao aliciamento da mão de obra.....	147
Mapa 10 -	África: localização geográfica da usina Biocom em Angola.....	162

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	São José da Laje: usina hidroelétrica Jiboia (1920.....	122
Fotografia 2 -	São José da Laje: usina hidroelétrica Granjeiro (1924).....	123
Fotografia 3-	São José da Laje: rota turística ou aliciamento da mão de obra?.....	153
Fotografia 4-	São José da Laje: trabalhador migrante do corte de cana exercendo a função de pedreiro.....	157
Fotografia 5-	São José da Laje: local de partida dos trabalhadores migrantes canavieiros.....	180
Fotografia 6-	São José da Laje: trabalhador canavieiro no eito afundado...	188
Fotografia 7 -	São José da Laje: mulher trabalhando no corte de cana no eito igualado.....	189
Fotografia 8 -	São José da Laje: trabalhadores abastecendo o caminhão de cana.....	199

## LISTA DE SIGLAS

<b>CAGED</b>	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
<b>CAI</b>	Complexo Agroindustrial
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CRAS</b>	Centro de Referência e Assistência Social
<b>COPERSUCAR</b>	Cooperativa Central dos Produtores Rurais
<b>DBO</b>	Demanda Bioquímica de Oxigênio
<b>DORT</b>	Distúrbio Osteomuscular Relacionada ao Trabalho
<b>EPIs</b>	Equipamentos de Proteção Individual
<b>FAPEAL</b>	Fundação de Amparo e Pesquisa de Alagoas
<b>IAA</b>	Instituto do Açúcar e do álcool
<b>IADH</b>	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>INSS</b>	Instituto Nacional de Seguro Social
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

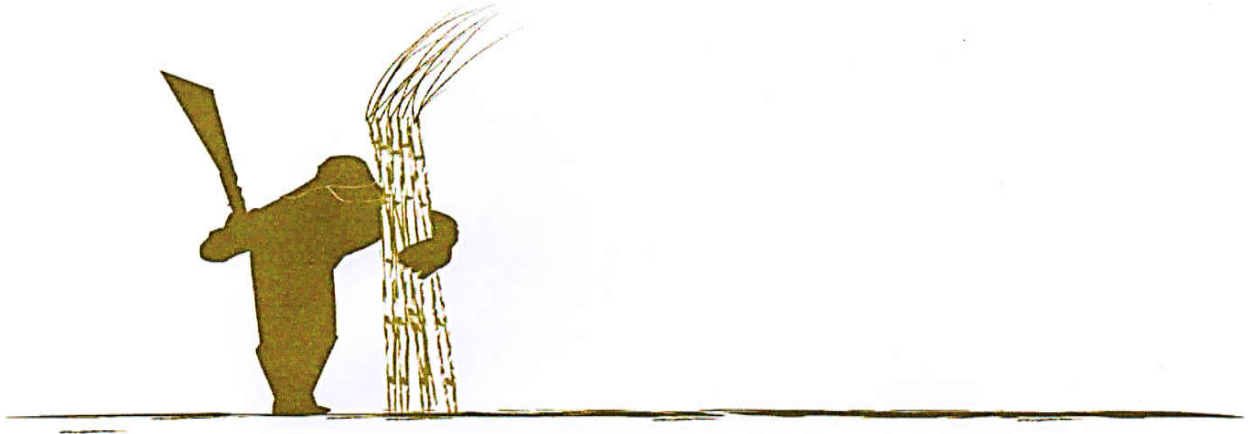


<b>LER</b>	Lesão por Esforço Repetitivo
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>MONTEC</b>	Montagem Técnica
<b>ODM</b>	Objetivo do Milênio
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	19
<b>1</b>	<b>TRABALHO E MOBILIDADE TERRITORIAL DA FORÇA DE TRABALHO E O ATUAL PANORAMA DAS MIGRAÇÕES NO BRASIL.....</b>	<b>31</b>
1.1	Trabalho e mobilidade da força de trabalho em sua forma constituinte e resultante da nova polarização capitalista do espaço.....	32
1.2	Migrações internas ou interestaduais.....	39
1.2.1	Migrações cíclicas ou temporárias.....	46
1.2.2	O recente panorama da migração de retorno no século XXI.....	48
<b>2</b>	<b>REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS REARRANJOS ESPACIAIS DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA.....</b>	<b>57</b>
2.1	Breves considerações da reestruturação produtiva.....	57
2.1.1	Reestruturação produtiva das agroindústrias canavieiras do Estado de Alagoas.....	61
2.2	A organização do trabalho mediante a acumulação capitalista.....	61
<b>3</b>	<b>GOVERNAR É POVOAR, MAS, NÃO SE POVOA SEM SE ABRIR ESTRADAS.....</b>	<b>84</b>
3.1	Uso e ocupação do território pelos engenhos e usina de cana-de-açúcar.....	84

3.2	Olhos que seguem o trem.....	94
4	<b>SÃO JOSÉ DA LAJE, A PRINCESINHA DAS FRONTEIRAS: ESPACIALIDADES SOBREPOSTAS.....</b>	99
4.1	Da origem da cidade à politização urbana.....	106
4.2	O avesso da cidade: desigualdade, pobreza e migração.....	114
5	<b>DINÂMICA GEOGRÁFICA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A INTERMEDIÇÃO DA MÃO DE OBRA: UM OLHAR PARA SÃO JOSÉ DA LAJE.....</b>	128
5.1	As redes sociais de migração e o território como espaço reificado à luz dos circuitos superior e inferior da economia.....	128
5.2	Redes de aliciamento da mão de obra: a prática do marchandage e a personificação da figura do gato.....	138
5.3	A migração para Angola e o xadrez de cativo da escravidão contemporânea.....	160
5.3.1	A escravidão contemporânea no Brasil.....	168
5.4	Os zumbis dos canaviais e o canguru no mundo coberto de cana: reflexos da superexploração do trabalho.....	182
5.5	Para não dizer que não falei das flores: o gênero feminino em questão.....	200
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	207
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	213
	<b>ANEXOS.....</b>	227



## INTRODUÇÃO

### O interesse pela pesquisa

O caminho que despertou o interesse pela geografia da população começou a ser trilhado durante o curso de Graduação em Geografia com a disciplina eletiva de Geografia de Alagoas. Depois, no decorrer da disciplina de Geografia Agrária, fui desenvolvendo o interesse pelo tema e voltei o meu olhar para a geografia da população, com interesse em mobilidade da força de trabalho. Os textos do historiador e pedagogo Manuel Diégues Júnior em sua obra intitulada “O Banguê nas Alagoas”, acabou influenciando nessa escolha. Tinha interesse em saber como se dava o uso e ocupação do espaço pelos engenhos e, posteriormente, pelas usinas de cana-de-açúcar, bem como compreender como se processou a expropriação do campesinato.

No mestrado continuei o interesse pelo tema, discutindo agora sobre o trabalho e a mobilidade da força de trabalho. O horizonte espaço-temporal escolhido como universo empírico foi o município de São José da Laje - Alagoas, primeiramente, porque considero importante discutir essa temática; segundo, porque como a migração *in lócus* são processos recorrentes, carecem de discussão, e terceiro, porque estudos voltados à mobilidade da força de trabalho geralmente ficaram a cargo de outras ciências sociais, a exemplo da sociologia, da economia, da psicologia, enfim, sendo, porém, carente de um discurso geográfico.

Foi justamente pensando nisso que sentimos a necessidade de dar a nossa contribuição enquanto geógrafos, mas no sentido de dialogar com outras ciências sociais, porque pensamos que a geografia por si só não consegue dar conta da complexidade do fenômeno da mobilidade da população.

### **A conversação informal: primeiro passo para chegar ao trabalhador migrante**

Para serem realizadas levou-se em conta as conversas informais, primeiramente sem nenhum compromisso técnico que dificultassem a busca por informações concretas e fidedignas necessárias à pesquisa.

Foram realizadas conversas informais com a família do migrante durante a estadia dos sujeitos da pesquisa em outro território que não o seu de origem. As conversas informais com os familiares do emigrante foi a ponte que nos conduziu a uma primeira aproximação com os trabalhadores quando estes retornassem à cidade.

Das conversações que foram inicialmente realizadas com o familiar do migrante, três nos chamou a atenção: a de um trabalhador que juntamente com o seu pai foram vítimas de trabalho escravo no Estado de Tocantins; a segunda foi a vivência dos trabalhadores especializados do setor sucroalcooleiro em Angola. Estas vieram somar-se as demais entrevistas estruturadas que aqui apresentamos. No transcorrer das entrevistas foram levadas em consideração a fala e a vivência sociocultural do migrante.

Os entrevistados tiveram os seus nomes codificados por letras e números como forma de manter o sigilo e a integridade física e psicológica dos sujeitos da pesquisa. Posteriormente, foram realizadas oitenta e duas entrevistas com questões objetivas e subjetivas das quais selecionamos as mais relevantes. Assim, utilizamos a entrevista semiestruturada porque consideramos que ela é um método eficaz e muito atrativo para o pesquisador, além de possibilitar um contato direto entre o pesquisador e o seu objeto de estudo, além do que fornece uma riqueza de detalhes por conta da relação de proximidade que se cria entre o entrevistador, o indivíduo e o grupo.

## **As perguntas da pesquisa**

Advertimos que as questões que desencadearam essa pesquisa são abrangentes. Isso nos impulsionou a fazer revisão de uma farta bibliografia. Assim, durante as leituras que foram sendo feitas surgiram alguns questionamentos que nos permitiu trilhar com objetividade um rumo teórico e metodológico acerca do que nos propomos a discutir.

Dessa forma, a problemática desta pesquisa gravita em torno das seguintes questões:

- 1) Por que ocorre a mobilidade do trabalho de/para o município de São José da Laje, em consequência da atividade canavieira;
- 2) Como as redes pessoais de aliciamento da mão-de-obra se materializam no território?
- 3) Quais os impactos da migração na estrutura familiar?

## **O recorte espacial/temporal**

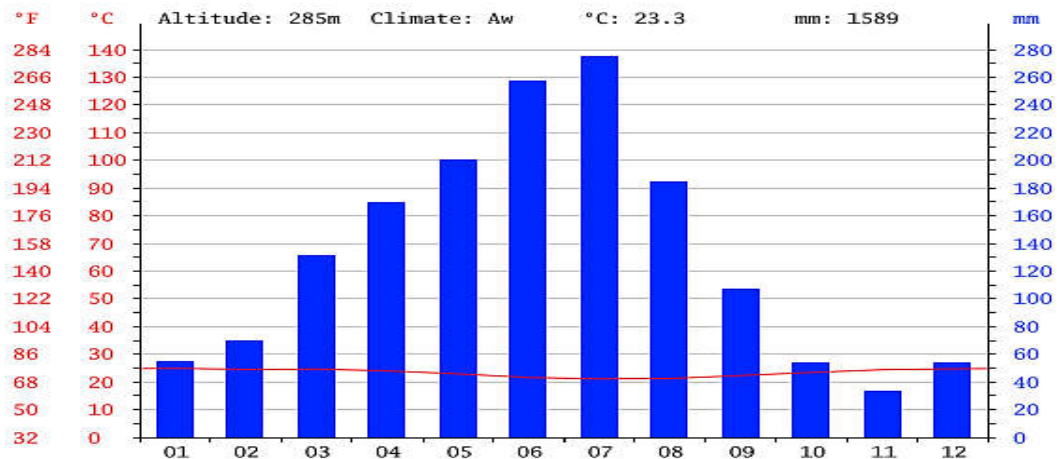
Esta pesquisa tem como objeto de estudo a mobilidade da força de trabalho; fazendo parte dela o marco referencial e histórico da recente trajetória da mobilidade do trabalho no município de São José da Laje - Alagoas, estando circunscrita entre os anos de 1990 até os dias atuais.

A categoria geográfica aplicada a esta pesquisa é o território. Assim, a razão de estudar sobre a mobilidade da força de trabalho *in lócusé* justificada pela necessidade de entender de forma mais clara e aprofundada o fenômeno da migração no município de modo a compreender também, sobre a rede articulada à trajetória dos migrantes e também ligada aos mecanismos de intermediação da mão de obra, e que por vezes são, frequentemente, negligenciadas nos estudos da migração.

São José da Laje está geograficamente inserido na região Nordeste do Brasil, no Estado de Alagoas e localizado na região Serrana dos Quilombos. A sua

população é de 24.140<sup>1</sup>. Apresenta um clima tropical. O clima é classificado como Aw segundo a Köppen e Geiger. Em São José da Laje a temperatura média é 23.3 °C. A pluviosidade média anual é 1589 mm<sup>2</sup> (Vide gráfico 1).

**Gráfico 1 – São José da Laje: caracterização do clima**



Fonte: <<http://pt.climate-data.org/location/42854/>>.

O mês mais seco é novembro e o mês de maior precipitação é julho, com uma média de 275 mm. A temperatura média do mês de janeiro geralmente é de 24.9 °C, o mês mais quente do ano. As temperaturas médias variam 3.8 °C durante o ano, sendo esta a temperatura, durante o ano, a mais baixa<sup>3</sup>.

## A estrutura socioespacial

Atualmente, dezesseis são os bairros que compõem o território lajense, a saber:

1. Conjunto Residencial Dr. Mário da Costa Guimarães;
2. Conjunto Residencial Vereador Armando Lyra;
3. Conjunto Josefa Daniel;
4. Conjunto Odete Daniel;
5. Conjunto Vereador Antônio Ferreira da Silva;
6. Paraíba;

<sup>1</sup>Estimativa do IBGE para o ano de 2016.

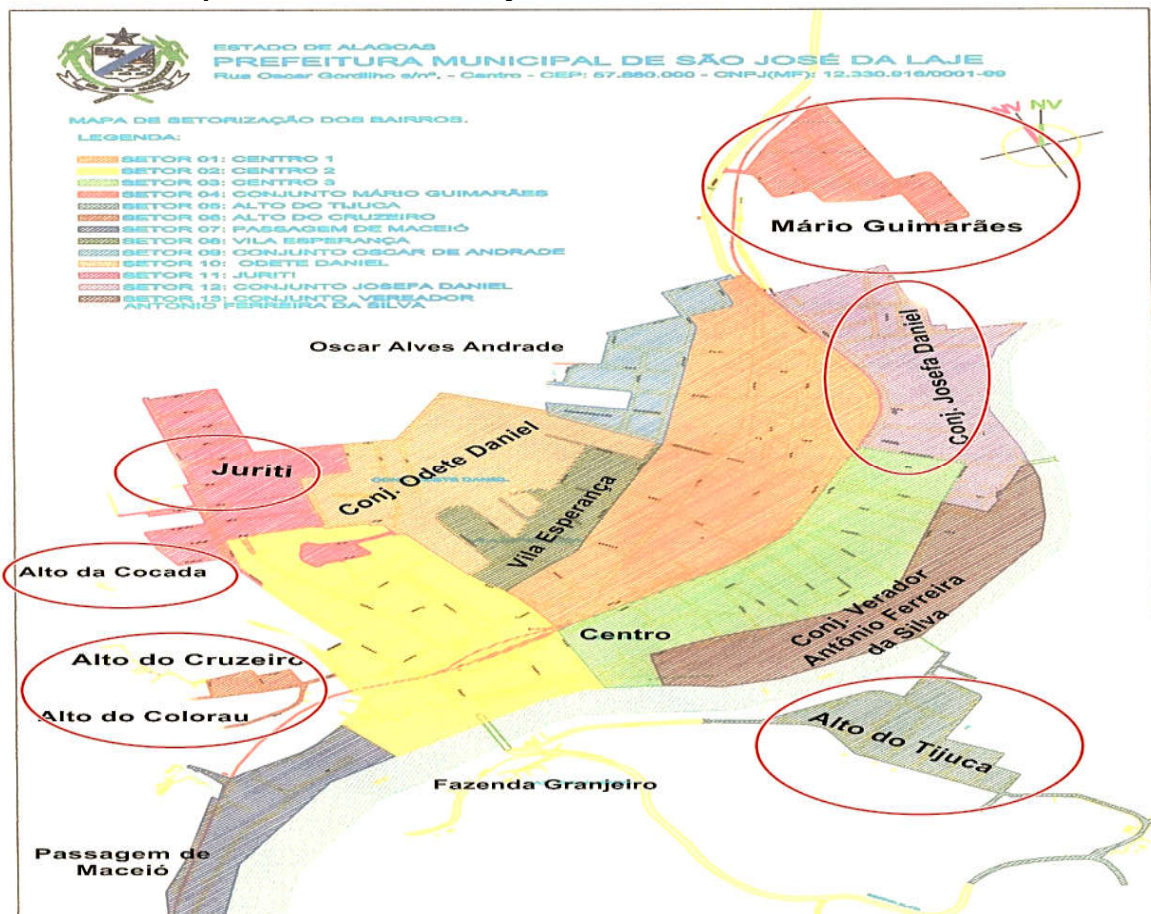
<sup>2</sup>Informação disponível em: <<http://pt.climate-data.org/location/42854/>>. Acesso em 24 de jul. 2016.

<sup>3</sup>Disponível em: <<http://pt.climate-data.org/location/42854/>>. Acesso em 24 de jul. 2016.

7. Juriti;
8. Mutirão I;
9. Mutirão II;
10. Vila Esperança;
11. Padre Pinho (Alto da Cocada);
12. Alto do Cruzeiro;
13. Alto do Colorau;
14. Alto do Tijuca;
15. Bairro Novo Tijuca;
16. Passagem de Maceió.

Desse total, escolhemos apenas sete bairros como universo empírico de nossa pesquisa. Os espaços escolhidos correspondem ao espaço de morada do trabalhador migrante e estão mostrados nos mapas 1 e 2.

**Mapa 1 – São José da Laje: Caracterização da área de estudo**

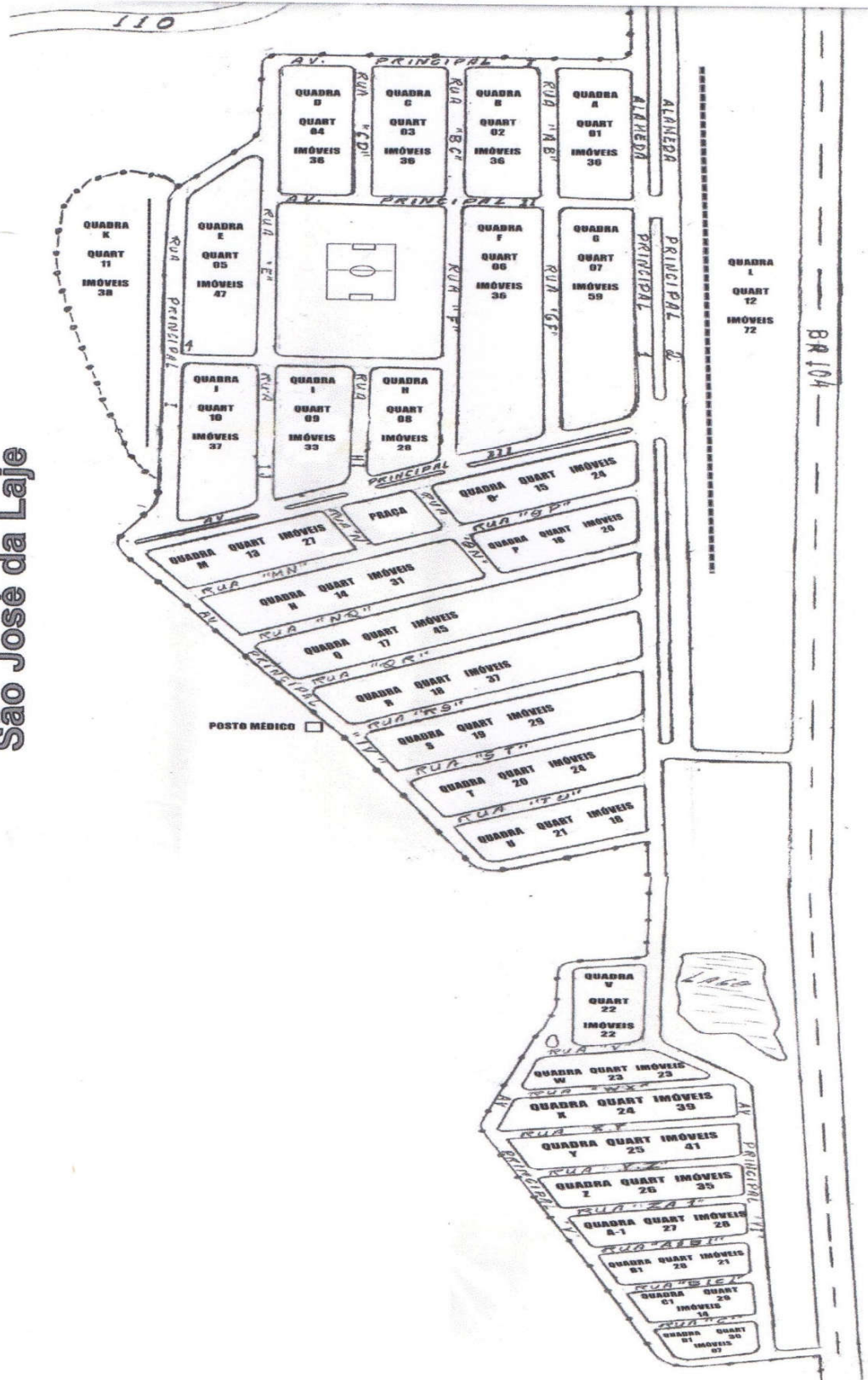


Fonte: Secretaria de Infraestrutura do município de São José da Laje (2016). Adaptado por Socorro da Silva Onório.

Mapa 2 – São José da Laje: mapa do bairro Armando Lyra

# Bairro Armando Lyra

São José da Laje



Fonte: Secretaria de Saúde de São José da Laje, 2016.



O Conjunto Residencial Vereador Armando Lyranão aparece no mapa do perímetro urbano do município, pois se encontra a 3 km de distância ocupando as franjas da cidade e da BR 104. É um conjunto habitacional novo e foi construído para atender as pessoas vitimadas pela enchente de junho de 2010. A população desse bairro “totaliza 4.477 habitantes residentes, correspondendo a um percentual de 19,8% da população total” (SILVA NETO, SILVA e SANTOS, p. 6-7).

Os bairros que estão afastados do centro da cidade são carentes de infraestrutura, faltam saneamento básico, água encanada. Os bairros que ocupam a parte periférica da cidade não possuem nenhuma densidade técnica ou informacional. Os que se enquadram nessa categoria são os bairros que estão segregados sócio e espacialmente, como por exemplo, o Odete Daniel, Alto do Tijuca, Alto do Colorau e o bairro Padre Pinho (Alto da Cocada). Estes ocupando a parte alta e periférica da cidade.

Cabe chamar a atenção para o bairro Padre Pinho, nele habitam as pessoas mais pauperizadas e marginalizadas do município. O bairro não possui água encanada, iluminação pública adequada; as ruas são de difícil acesso e não são pavimentadas. O tecido espacial apresenta-se contornado por grandes extensões de terras com plantações de cana-de-açúcar onde a vegetação ao entorno apresenta-se praticamente devastada pela monocultura da cana.

Os bairros que dispõem de maior segurança e comodidade, bem como melhor infraestrutura e informação são os bairros centrais. Os habitantes dos bairros centrais dispõem de iluminação pública, saneamento básico e pavimentação dos logradouros. Esta área da cidade comporta apenas 681 domicílios dos 6.797 existentes<sup>4</sup>. Sabe-se que nem todos os que habitam o território dispõem dos mesmos direitos e igualdade, podendo haver, nesse caso, uma seletividade socioespacial quando, por exemplo, nem todos têm acesso à informação, ao emprego e as moradias dignas.

---

<sup>4</sup> Informação fornecida por Silva Neto; Silva e Santos, “Geografia das desigualdades: pobreza estrutural e uso do território em São José da Laje”, 2014, p. 6.

Nesse sentido, cria-se então, uma competitividade no espaço e os pobres em sua grande maioria são sempre empurrados para engrossar as periferias das cidades e estão sempre ocupando as franjas dela. Se observamos além do aparente, veremos que no município de São José da Laje existem bairros que aparecem no mapa da cidade como se não fizessem parte do tecido urbano, um exemplo disso é o bairro Padre Pinho, conforme já foi mostrado.

A dinâmica dos deslocamentos dos trabalhadores no município em estudo, encontra-se ligada a uma rede social de migração e está relacionada a fatores exógenos e endógenos de ordem econômica e social e que impulsiona a migração dos jovens. Para compreender esse fenômeno, fomos buscar respaldo na teoria da “Mobilidade do trabalho e acumulação do capital”, do francês JeanPaul de Gaudemar (1977).

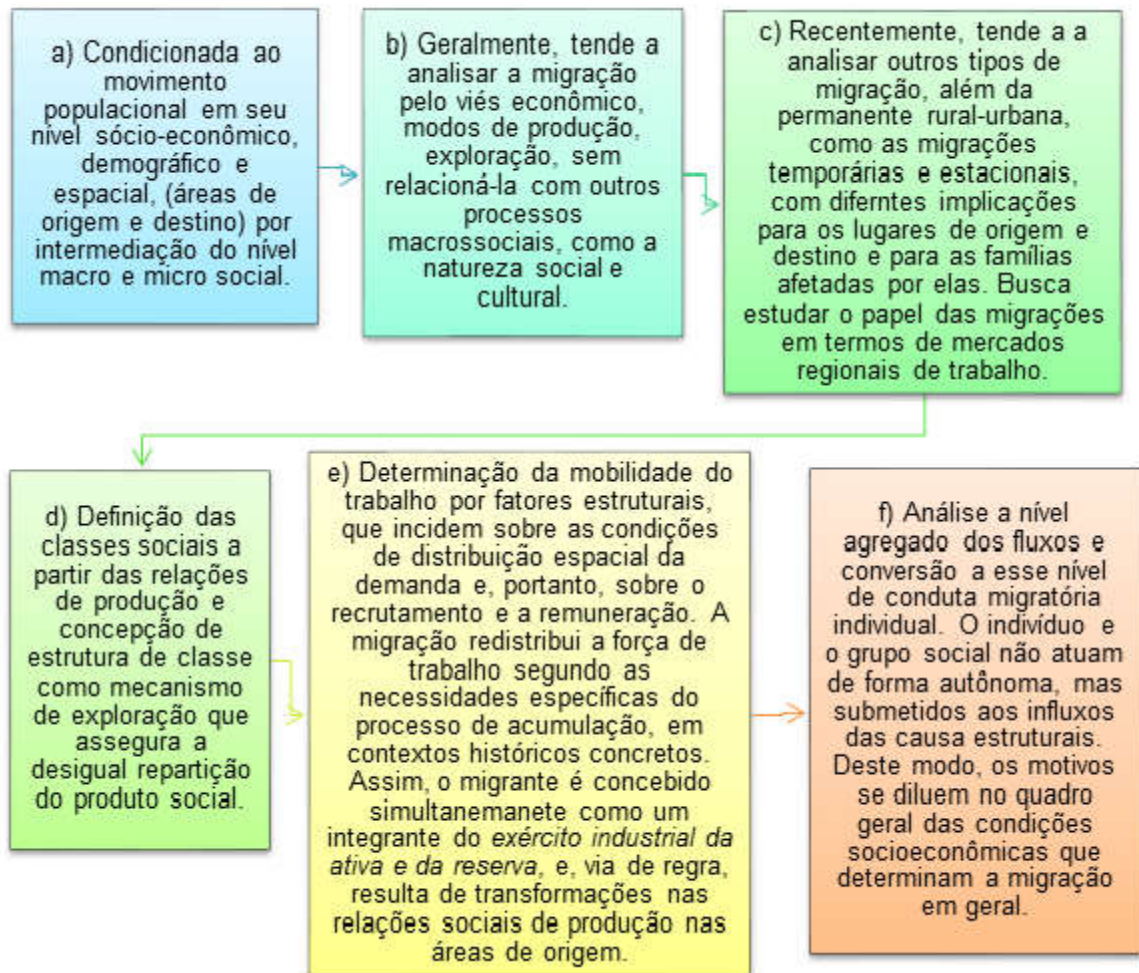
O referido autor traz à baila o discurso da mobilidade do trabalho como sendo a dimensão mais geral da docilidade dos corpos dos trabalhadores, buscando mostrar como se processa a produção da força de trabalho como sendo uma mercadoria particular e mostra como ela está sumariamente subordinada à circulação e acumulação e valorização do capital. Para este autor a mobilidade da força de trabalho nada mais é do que uma mobilidade forçada.

Entendemos que o processo embrionário que fez surgir a força de trabalho e que tão logo se tornou mercantilizada é reflexo do êxodo rural. Nesse sentido, o espaço tornou-se reificado a partir da expropriação do homem do campo. Foi, justamente nesse sentido que a mobilidade do trabalho se concretizou e se especializou geograficamente.

### **Aporte teórico metodológico**

A metodologia está embasada na abordagem histórica/estrutural. Na figura 1, mostraremos os elementos que norteiam a abordagem histórico-estrutural.

**Figura 1 – Características da abordagem histórico-estrutural**



Fonte: Celso Amorim Salim (1992). Elaboração própria.

Adiantamos que a nossa pesquisa sobre os trabalhadores migrantes pode ser comparada pelas formas de mobilidade da força de trabalho, descritas anteriormente, mas que está ligada, especificamente, com as alternativas A, C, E e F.

Assim, levando em consideração os aspectos sociogeográficos, onde passado, presente e a conseqüente busca pelo devir são parte que se conjugam nesta pesquisa. Logo, procuramos tratar de forma heurística a realidade do fenômeno da mobilidade da força de trabalho em São José da Laje, estando esta pesquisa embasada numa revisão metodológica de cunho

econômico/político/cultural e social dentro de uma abordagem qualitativa e também bibliográfica.

Dentro do contexto histórico-estrutural trabalharemos o fenômeno da mobilidade da força de trabalho enquanto deslocamentos inter-regionais, como sendo também expressão do capitalismo no contexto urbano-industrial. Nesse sentido, consideramos que “sendo a migração um fenômeno passível de múltiplas determinações, a abordagem histórico-estrutural enfatiza, antes de tudo, a visão da estrutura como um todo” (SALIM, 1992, p. 125).

Para esse autor, a abordagem histórico-estrutural engloba uma série de fatores que vai desde os aspectos estruturais de natureza social, econômica, política, pois “[...] as condições estruturais de nível social, econômico, e político que contextualizam a sua dinâmica, tornam possível certas escolhas ou mesmo definem a natureza e direção dos fluxos migratórios na espacialidade heterogênea e contraditória” (Ibidem, p. 125).

A consulta a vários periódicos, teses e dissertações, vem compor o acervo desta pesquisa que foi substancialmente enriquecida com noticiários e artigos em revistas e simpósios, além da consulta em vários sites de pesquisa. Os critérios de seleção utilizados nesta pesquisa foram apoiados nas seguintes bases de dados: IBGE Cidades; Ministério do Trabalho e Emprego e o Rais/Caged.

### **A estrutura da dissertação e os objetivos da pesquisa**

O principal objetivo dessa pesquisa foi explicar as contradições impostas pela reestruturação produtiva no universo canavieiro e como esse processo vem impactando e diversificando os direcionamentos da força de trabalho no espaço geográfico por meio de suas novas formas de dominação e de exploração.

Portanto, o suporte teórico de que precisamos para desenvolver todo esse trabalho nos possibilitou formular esta dissertação em cinco capítulos:

II - No primeiro capítulo, trazemos discussões sobre o trabalho e a mobilidade da força de trabalho no território brasileiro. O principal referencial teórico para essa seção será o francês Jean Paul de Gaudemar (1977). Para esse autor, a mobilidade

do trabalho é parte de uma mobilidade forçada, sendo que a mercadoria força de trabalho quando posta no mercado para se circular, logo se tornará mercadoria pronta a criar valor para produção e valorização do capital.

O objetivo desse capítulo é discutir os principais aspectos geográficos da mobilidade territorial da força de trabalho e apresentar a nova dinâmica das migrações no Brasil. Mostrar que não se trata só apenas de migração rural/urbano, mas também urbana/urbano, resultando numa rotatividade migratória dentro do território. Para esse estudo, buscamos nos apoiar nas teorias de Baeninger (2008; 2012) Cunha (2014); Santos e Silveira (2005, [2001]), entre outros que discutem a temática.

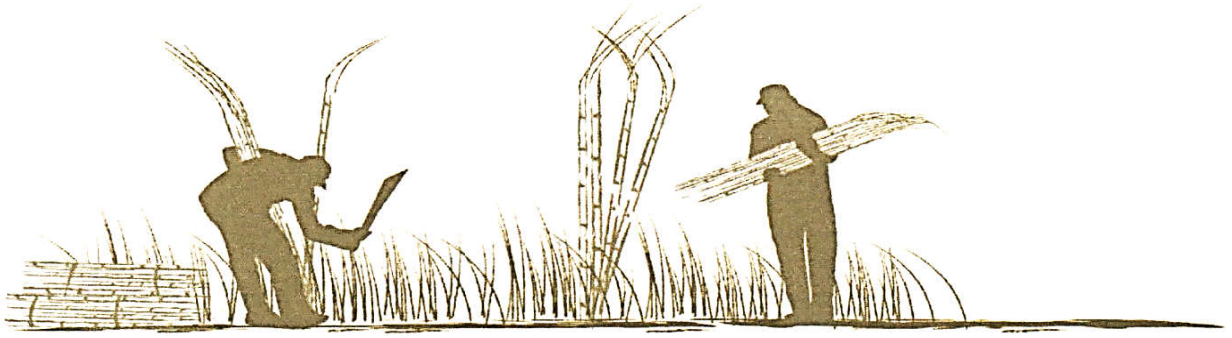
II - No segundo capítulo, discutimos o processo de reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro e a descentralização industrial que aumentou ainda mais a desigualdade entre os Estados e culminou numa nova divisão social e territorial do trabalho. O principal objetivo nessa seção é explicar as contradições impostas pela reestruturação produtiva e como esse processo vem impactando e diversificando os direcionamentos da força de trabalho no espaço geográfico por meio de suas novas formas de dominação e de exploração. Principais referenciais teóricos são: Francisco de Oliveira (2008), Araken Lima (2014) e Cícero Pércles de Oliveira (2009).

III - No terceiro capítulo, trazemos uma abordagem introdutória sobre o papel das ferrovias no território brasileiro, com especial destaque para o Nordeste e Alagoas. O principal referencial teórico para esse capítulo foi William Edmundson (2016), em sua obra intitulada “A Gretoeste: a história da rede ferroviária Great Western of Brasil”. O autor traz significativas contribuições sobre a relação das ferrovias com os engenhos no período colonial e sobre a história das vias férreas no Nordeste e em Alagoas com a expropriação de Alagoas da Railway e com o sistema de arrendamento das ferrovias, o que causou conflitos de interesses e um certo desconforto para o capital inglês.

IV - Para o quarto capítulo, o nosso objetivo foi discutir como se processou no tempo e no espaço o sistema de apropriação e uso do território, bem como o processo de expropriação frente às mudanças nas relações de trabalho. Assim, contemplamos as

discussões em torno dos aspectos histórico-geográficos da criação dos engenhos à instalação da primeira indústria sucroalcooleira no município de São José da Laje.

V - Para o quinto capítulo, o nosso objetivo foi procurar entender e explicar os fluxos migratórios dos trabalhadores lajenses que compõem o universo canavieiro e que estão ligados à prática da terceirização e a rede de aliciamento da mão-de-obra, bem como discutir os impactos da migração na estrutura familiar. Faremos isso nos apoiando no estudo das redes sociais de migração e nas redes de aliciamento de mão de obra, tendo como principal referencial teórico Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) e Cícero Ferreira de Albuquerque (2013).



## 1 TRABALHO E MOBILIDADE TERRITORIAL DA FORÇA DE TRABALHO E O ATUAL PANORAMA DAS MIGRAÇÕES NO BRASIL

Quando vim da minha terra,  
 se é que vim da minha terra  
 (não estou morto por lá?),  
 a correnteza do rio  
 me sussurrou vagamente  
 que eu havia de quedar  
 lá donde me despedia.  
 Os morros, empalecidos  
 no entrecerrar-se da tarde,  
 pareciam me dizer  
 que não se pode voltar,  
 porque tudo é consequência  
 de um certo nascer al [...].  
 As descobertas são máscaras  
 do mais obscuro real,  
 essa ferida alastrada  
 na pele de nossas almas.  
 Quando vim da minha terra,  
 não vim, perdi-me no espaço,  
 na ilusão de ter saído.  
 Ai de mim, nunca saí.  
 Lá estou eu, enterrado  
 por baixo de falas mansas,  
 por baixo de negras sombras,[...]  
 por baixo de gerações,  
 por baixo, eu sei de mim mesmo,  
 estive enganado,  
 enganoso.

**Carlos Drummond de Andrade.**

## 1.1 Trabalho e mobilidade da força de trabalho em sua forma constituinte e resultante da nova polarização capitalista do espaço

As interpretações sobre migração muitas vezes tornam-se divergentes e conflitantes. Mobilidade e migração são termos que se complementam. “A palavra *migração* provém do latim *migratio*, que significa “mudar de habitação, passar de um lugar para outro, ir-se embora, sair” (SANTOS, 2007, p. 61, grifo do autor). Nesse sentido, a migração ainda pode ser um ato coercitivo para alguns, e também pode ser um ato de consentimento por aqueles que se dispõem a migrar.

Assim, conceituamos a migração da seguinte forma: migrar é viver entre espaços geográficos contínuos e descontínuos. É romper fronteiras em busca do desconhecido. Migrar é buscar se envolver na constante trajetória do ir e vir, é, sobretudo, viver entre o provisório e o permanente. É também, (des)identificação e (res)significação do velho com o novo. Ou ainda, migrar é ao mesmo tempo “desterritorializar-se e reterritorializar-se”, (HASBAERT, 2007), é o mesmo que dizer que “os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas, também, os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa. Daí a ideia de desterritorialização. A desterritorialização provoca o estranhamento, a desculturação” (SANTOS, 2006, p. 222). Dessa forma, Albuquerque (2013, p. 298) vai dizer que:

[...] migrar não é uma opção, é uma exigência para manter a terra e sua condição camponesa. Tivesse o camponês um pedaço maior de terra e assistência técnica adequada dificilmente ele migraria, [...] no entanto, há séculos, camponeses nordestinos são obrigados a migrar periodicamente.

Haesbaert (2006) ressalta que o processo de desterritorialização pode ser compreendido a partir de Marx, mesmo que o termo esteja em oculto. Nesse sentido, a acumulação primitiva do capital proposta por Marx nos ajuda a entender que a desterritorialização se evidencia a partir da expropriação dos camponeses de suas terras, bem como a transformação dos mesmos em trabalhadores “livres” e dispostos a vender a sua força de trabalho à classe da burguesia capitalista.



Dessa forma, podemos dizer que a despossessão dos meios de sobrevivência instiga o trabalhador à mobilização e lhe impõe a condição de mercadoria, por não restar-lhe (sic) alternativa a não ser colocar à venda no mercado capitalista a sua força de trabalho (OLIVEIRA, 2009, p. 393).

De modo geral, o termo mobilidade pressupõe imobilidade e também movimento, algo que passa por constante movimentação, que se desloca no tempo e no espaço. “Tudo é movimento, tudo está sujeito a transformações, tudo é móvel na sua relatividade perene” (SILVA, 2008, p. 16).

Na geografia, há do mesmo modo diversas situações nas quais se usa a palavra mobilidade. Por exemplo, quando se deseja tratar dos aspectos da dinâmica do território ou das populações (SILVA, 2008, p. 16). Assim do ponto de vista geográfico a mobilidade é empregada para tratar de aspectos relacionados à dinâmica territorial e/ou populacional. São os homens que pela sua mobilidade, alimentam o mercado das suas forças de trabalho (GAUDEMAR, 1977, p. 201). Dessa forma, “o emprego resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado” (SINGER, 1999, p. 12). Para Oliveira (2009, p. 378),

[...] A mobilidade do trabalho submete-se às necessidades e exigências do capital, que em seu processo de acumulação não só induz à demanda por trabalho, mas também à oferta, como forma de equilibrar a competição entre os trabalhadores criada junto com a demanda. Desse modo, tanto a demanda como a oferta de trabalho constituem movimentos interdependentes.

Quanto à liberdade do ponto de vista do trabalho, a força de trabalho surge em Gaudemar (1977) sob duas conotações distintas, podendo ser positiva ou negativa. Para o autor referenciado a liberdade pode ser positiva quando, por exemplo, o trabalhador tem a mercadoria como um bem particular que lhe pertence sendo, portanto, o agente de sua própria liberdade. Ou ainda, pode ser negativa quando o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho para poder sobreviver. Posto isto, é lícito supor que a mobilidade do trabalho interesse ao capital. Ela é por assim dizer, a condição *sine qua non* para sua valorização. Mobilizada, a força de trabalho rende-se ao processo

de mercantilização, que é na prática o momento em que se constitui a moderna sociedade produtora de mercadorias (SILVA, 2008, p. 17). E ainda,

A mobilidade do trabalho é o conceito marxista fundamental para o entendimento dos imensos fluxos de população que migra em busca de trabalho, sorte e oportunidade, que foge de catástrofes naturais, guerras e desilusões, mas que permanece presa às determinações de uma estrutura alicerçada na indiferença e na liberdade do trabalhador (a pessoa que possui a mercadoria mais importante do processo de valorização), que é por um lado a liberdade de dispor sua mercadoria e vende-la da melhor forma que puder; e por outro uma imposição que é obrigação de vende-la, já que está posto numa sociedade mediada pela troca, e não lhes resta outra alternativa senão estabelecer a troca de seu trabalho por dinheiro, a fim de assegurar sua reprodução social (Ibidem, 2008, p. 46).

Nesse sentido, Marx (1999) em “*O Capital*”, considera que a força de trabalho como toda e qualquer mercadoria possui um duplo caráter e se revela por meio da utilidade do uso e/ou do consumo, no entanto, o fator relacional das mercadorias enquanto valor de uso se revela reciprocamente em termos quantitativos enquanto valor permutável quando, por exemplo, a força de trabalho deve estar disponível e livre no mercado para troca, mas que também precisa estar condicionada a função de sua liberdade de ir e vir. Em comum acordo com Gaudemar, Marx (1999, p. 1999) considera que:

[...] tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender.

Isso impõe ao homem a sua condição de liberdade, logo, sendo os homens livres, eles podem também se rebelar contra as condições que lhes são impostas, contudo ao se rebelarem eles “imobilizam e constroem o funcionamento da máquina capitalista” (SILVA, 2008, p. 18).

Por isso é necessário que se diga que a mobilidade do/para o trabalho são movimentos forçados, impulsionados e condicionados pela necessidade do capital e impulsionados pela égide do estado capitalista. Seja nos diferentes setores, seja por meio da criação de novas funções, a mobilidade das pessoas no território é parte constituinte da história dos povos. Contudo, isso não é um dado novo, pois “a insaciável sede do capitalismo por ofertas novas de trabalho é

responsável pelo vigor com que ele tem buscado a acumulação primitiva, destruindo, transformando e absorvendo as populações pré-capitalistas onde quer que as encontre” (HARVEY, 2013, p. 557).

Com efeito, a mercadoria força de trabalho passa a adquirir valores diferenciados quando é posta no mercado para circular. Nessas circunstâncias, a força de trabalho,

[...] só pode aparecer como mercadoria no mercado enquanto for e por ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa pela qual ela é a força de trabalho. A fim de que seu possuidor a venda como mercadoria, é mister que ele possa dispor dela, que seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor do dinheiro encontram-se no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadoria, dotados de igual condição, diferenciando-se apenas por um ser o vendedor e o outro o comprador, sendo ambos, juridicamente, pessoas iguais. (MARX, 1999, p. 198).

Do mais, isso significa dizer que “a distinção entre o trabalho revestido de sentido e o trabalho exercido enquanto meio de valorização do capital passou a existir quando o homem foi expropriado dos meios de produção e submetido ao trabalho assalariado” (OLIVEIRA, 2009, p. 379). Nesse sentido, Barroso Filho (1996, p. 22) ressalta que:

O trabalhador vende a sua força de trabalho, não seu trabalho; por conseguinte vende a sua capacidade, sua habilidade para trabalhar. A força de trabalho constitui-se do conjunto de habilidades físicas e intelectuais que o trabalhador possui e que vende aos detentores do capital, com a finalidade de produzir bens e serviços. Essa força de trabalho tem um valor que é medido pelo tempo de trabalho necessário à sua reprodução – o valor da força de trabalho é igual ao valor da cesta de bens que possibilita a sobrevivência do trabalhador na sociedade em que trabalha.

Em sua forma constituinte, a mobilidade da força de trabalho é apresentada por Gaudemar (1977, p. 345) em três grandes momentos do processo de acumulação e que se refletem nas próprias condições de existência do capital, conforme mostra a figura 2.

**Figura 2 - Reprodução, produção e circulação do capital e da força de trabalho.**

Capital Força de Trabalho	Reprodução	
	Produção	Circulação
PRODUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- acumulação primitiva</li> <li>- desenvolvimento de divisão do trabalho</li> <li>- aparecimento de novas qualificações produtivas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- transformação em força de trabalho de outros modos de produção</li> <li>- aparecimento de novas qualificações, de novas profissões ligadas ao processo de circulação</li> <li>- aparelho de formação (escola)</li> </ul>
CIRCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- repartição das forças de trabalho pelas diferentes esferas capitalistas produtivas</li> <li>Formas               <ul style="list-style-type: none"> <li>- espaciais</li> <li>- setoriais</li> <li>- profissionais</li> </ul> </li> </ul>	→ Id.
UTILIZAÇÃO	Produção — realização de <ul style="list-style-type: none"> <li>- mais valia absoluta</li> <li>- mais valia relativa</li> </ul>	

Fonte: Jean Paul de Gaudemar (1977, p. 345).

Conforme mostrado na figura, vemos então, que a primeira corresponde a produção das forças de trabalho, e o momento da aquisição da mobilidade da força de trabalho pelo trabalhador, via ao processo de acumulação primitiva e da formação de um mercado de trabalho frente o aparecimento de novos ofícios, onde a escola será o aparelho de formação profissional<sup>5</sup>, e de sobremodo, passa a ter caricatura capitalista<sup>6</sup>.

A segunda proposta elaborada por Gaudemar (1977, p. 345), corresponde a circulação da força de trabalho como sendo submetida às exigências

<sup>5</sup>Nesse trabalho mostraremos no capítulo quatro que no município de São José da Laje, são ofertados cursos de qualificação profissional por meio de órgãos de ensino promovidos pelo “Sistema S”, SESC, SENAT, SEBRAE...

<sup>6</sup>A esse respeito em nota de rodapé Gaudemar (1977, p. 292) ressalta que aquilo que constitui a mão-de-obra as reservas da mão-de-obra do capitalismo não pode ser, portanto, assimilado a uma sobrepopulação relativa limitada ao papel do desemprego. Os desempregados parecem hoje característicos daquilo que chamamos [...] uma mão de obra quase disponível, isto é, inadaptada às necessidades do capital. É noutro local que se situam as principais reservas: nos espaços em que refina a submissão formal do trabalho ao capital, ou até a um modo de produção pré-capitalista.

do mercado capitalista onde o trabalhador se submete aos ditames do capitalismo e se desloca no espaço face a dinâmica das atividades econômicas do mercado de trabalho. E a terceira, diz respeito a utilização da força de trabalho via o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho. Para Salim (1992, p. 130), isso equivale a dizer que:

[...] a mobilidade da força de trabalho situa-se de forma pendular e contraditória entre o crescimento da riqueza e a expansão do excedente populacional relativo. Este último apresenta-se como reserva da força de trabalho imediatamente disponível e tende a ampliar-se com o processo de acumulação. Neste caso, importa apenas apreender como a riqueza é apropriada e reproduzida socialmente, pois o capital sempre gerará sua oferta de trabalho, isto é, o assalariado e o assalariado potencial, ou “supranumerário”<sup>7</sup>. [...] Sendo assim, a variável mobilidade coloca-se como endógena ao desenvolvimento capitalista, e sua natureza/especificidade guarda estreita conexão com os ciclos do capital.

Isso equivale a acrescentar que a medida que o capital reproduz essa relação de compra e venda da mercadoria força de trabalho, ela também produz a formação de um exército industrial de reserva que é de interesse do capital.

Sobre isso, Schild Becker (1997) faz um contraponto com relação ao chamado “exército industrial de reserva” que segundo ela é caracterizada por três dimensões: “flutuante, latente e estagnada”. Ousamos em concordar com a referida autora quando ela afirma que essas categorias, “apesar de representar antigas categorias de análise, precisam ser reconsideradas como instrumentos valiosos na discussão da mobilidade populacional, tanto nos seus aspectos espaciais como ocupacionais” (SCHILD BECKER, 1997, p. 339).

[...] Tudo isso requer uma crescente concentração e expansão do proletariado em grandes centros urbanos, o que significa ou mudanças radicais nas condições da reprodução da força de trabalho dentro dos centros urbanos ou “absorção contínua de elementos vitais naturais-espontâneos do campo. A emergência de um exército industrial de reserva “flutuante” nos principais centros urbanos é, além disso, uma condição necessária para a acumulação sustentada. O acúmulo de trabalhadores no meio de uma “acumulação de miséria, trabalho árduo, escravidão, ignorância, brutalidade, degradação” todos exacerbados por várias formas secundárias da exploração [...] torna-se marca a registrada da forma de

---

<sup>7</sup>Termo utilizado por Gaudemar (1977, p. 283). Com a globalização da economia e nesse contexto de mudanças, esse termo pode representar os trabalhadores que estão envelhecendo e que sentem dificuldade de encontrar um lugar no processo produtivo, aos jovens à procura do primeiro emprego e que vagueiam de um pequeno serviço a outro, pessoas que se encontram desempregadas a algum tempo e não conseguem se inserir no mercado de trabalho, pessoas que mesmo qualificadas não encontram lugar no mercado de trabalho.

industrialismo capitalista. A acumulação do capital e a cumulação da miséria andam juntas, concentradas no espaço (HARVEY, 2013, p. 528-529).

Merecem aqui fazer mais uma vez um contraponto às contribuições de Schild Becker (Ibidem, p. 339-340) sobre essas categorias de análise. A autora supracitada assim, demonstra os aspectos de cada uma dessas categorias, a saber:

- a) A porção “flutuante” da população excedente corresponderia aos trabalhadores às vezes repelidos, às vezes atraídos pelos modernos setores da economia. Essa população já se encontraria na esfera capitalista, mas seria ocasionalmente dispensada devido à reestruturação do processo produtivo. Poderia corresponder, nos dias atuais, ao extrato de trabalhadores que vêm perdendo seus empregos ou mudando seu setor de trabalho em decorrência da nova ordem mundial globalizante;
- b) A população latente, atuaria como um excedente de população rural proveniente de uma esfera originalmente pré-capitalista de produção, ou marginalmente ocupada pelo capital (camponeses sem terra ou em vias de perdê-las), na condição de passagem para uma situação de proletariado urbano, [...] através da expropriação dos pequenos produtores da terra, o capitalista estaria criando o trabalhador “livre” para o mercado;
- c) A população excedente ou estagnada, corresponderia a uma parte da força de trabalho ativa que apresente condições de emprego extremamente irregular, [...] hoje, poderia estar relacionada a empregos extremamente instáveis e a baixas remunerações do trabalho em certos grupos de trabalhadores nas economias periféricas.

É nesse sentido que a proposta de Gaudemar sobre mobilidade do trabalho também aflora. Para Gaudemar (1977) a força de trabalho quando posta no mercado a circular estará condicionada a se sujeitar ao capital e se tornar mercadoria cujo consumo criará o valor e produzirá o capital. Esse jogo duplo que se reflete na mercantilização da força de trabalho se caracteriza sob duas formas: a espacial (horizontal) e a social (vertical).

Assim sendo, para o referido autor, a mobilidade do trabalho visto pela sua dimensão horizontal e determinada pelas necessidades do capital, se apresenta

sob as formas de mobilidade espacial tanto centrífugas como centrípetas, ou seja, podendo ser ocasionada tanto por fatores internos quanto por fatores externos. Enquanto que a mobilidade do trabalho vista pela dimensão social, ou vertical, estaria mais relacionada à hierarquização do trabalho que teria sido originária pela manufatura e pelo desenvolvimento da grande indústria, ou seja, “ mobilidade social dos trabalhadores ocorreria entre os setores da produção, bem como entre as funções do processo produtivo” (SCHILD BECKER, 1977, p. 335).

Nesse sentido, o deslocamento da população passa a ser uma mobilidade forçada sendo uma estratégia capitalista de mobilização da força de trabalho. Todavia, “não existe migração maciça espontânea: as razões estruturais compelem os emigrantes a deslocarem-se no espaço, determinando os fluxos e refluxos, assentamentos e/ou redistribuição espacial da população, ou especificamente, da força de trabalho “livre”<sup>8</sup>. Mas, atentamos aqui que se trata de uma ‘*pseudo liberdade*’, pois como apontado por Gaudemar (1977), se a pessoa não dispõe de outros meios que lhes garanta a sua sobrevivência, sua única alternativa é vender a sua força de trabalho, caso contrário, não a vende e perece de fome.

## 1.2 Migrações internas ou interestaduais

No início desse século XXI, as discussões em torno das migrações internas no Brasil “adquire importância crescente nos estudos de população [...]. De um lado, as migrações de longa distância redesenham seus trajetos e seus significados. De outro lado, as dinâmicas regionais passaram a imprimir especificidades às migrações urbanas-urbanas” (BAENINGER, 2012, p. 65).

No entanto, é preciso dizer que a migração interna no Brasil não é um problema recente, ela iniciou-se desde a época do colonialismo, todavia, foi após a primeira Guerra Mundial que ela se intensificou. Nesse sentido, considera-se necessário entender a formação econômica e social brasileira arraigada a um passado que resguarda aspectos compulsórios e hostilizantes da massa de camponeses que foram expulsas de suas terras.

---

<sup>8</sup>Cf. SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais, vol. 3, São Paulo, ABEP, 1992. pp. 119-194.

O fluxo migratório do campo para as cidades, teve início na década de 1930, intensificando-se nos anos de 1950. Em consonância a esse processo de mudanças e de movimento no território, a região Sudeste foi a que mais recebeu os imigrantes que foram expropriados de suas terras. Segundo Cover, 2011, p. 63),

As migrações de camponeses nordestinas para o centro-sul do Brasil iniciaram-se na década de 1930, no processo de industrialização do Sudeste. Com a crise do algodão e o consequente dismantelamento do trinômio gado-algodão-policultura, nas décadas de 1940/50 e a “expulsão” ou o afastamento dos moradores das propriedades (tanto nas maiores cidades como nas menores) em vista do Estatuto do trabalhador Rural na década de 1960, as migrações se intensificaram.

Nesse sentido, Schild Becker (1997, p. 321) corrobora que:

No âmbito das migrações internas, igualmente diversificada tem sido a tipologia dos deslocamentos. Intensos fluxos de caráter rural-urbano ocorreram nas décadas de 50 e 60, representativos de um período marcado por crescente concentração fundiária e pela industrialização nos grandes centros urbanos do Sudeste Brasileiro. Estabeleceram-se migrações interestaduais de longa distância na década de 70, especialmente a de nordestinos para o eixo Rio de Janeiro – São Paulo e a de sulistas para as áreas do Centro-Oeste e Amazônia, responsáveis pela expansão e consolidação do mercado de trabalho a nível nacional. Multiplicaram-se as migrações de assalariados rurais temporários (volantes, boias-frias) especialmente para a colheita da cana e da laranja, expressão do subemprego sazonal e das relações de trabalho informais gerados pela modernização capitalista no campo.

Contudo, a existência de uma massa móvel de trabalhadores não significa, assim, uma condição permanente da humanidade, tendo sido, ao contrário, produzida pelo próprio processo de desenvolvimento capitalista. Mas que uma liberdade individual de escolha de localizações possíveis para a venda da força, tem-se um constrangimento sobre o trabalhador que lhe impõe o deslocamento como estratégia de sobrevivência<sup>9</sup>.

Sendo assim, para o contexto dos anos de 1990, Schild Becker (1997), aponta quatro tendências que caracterizam as migrações internas no Brasil:

1) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas;

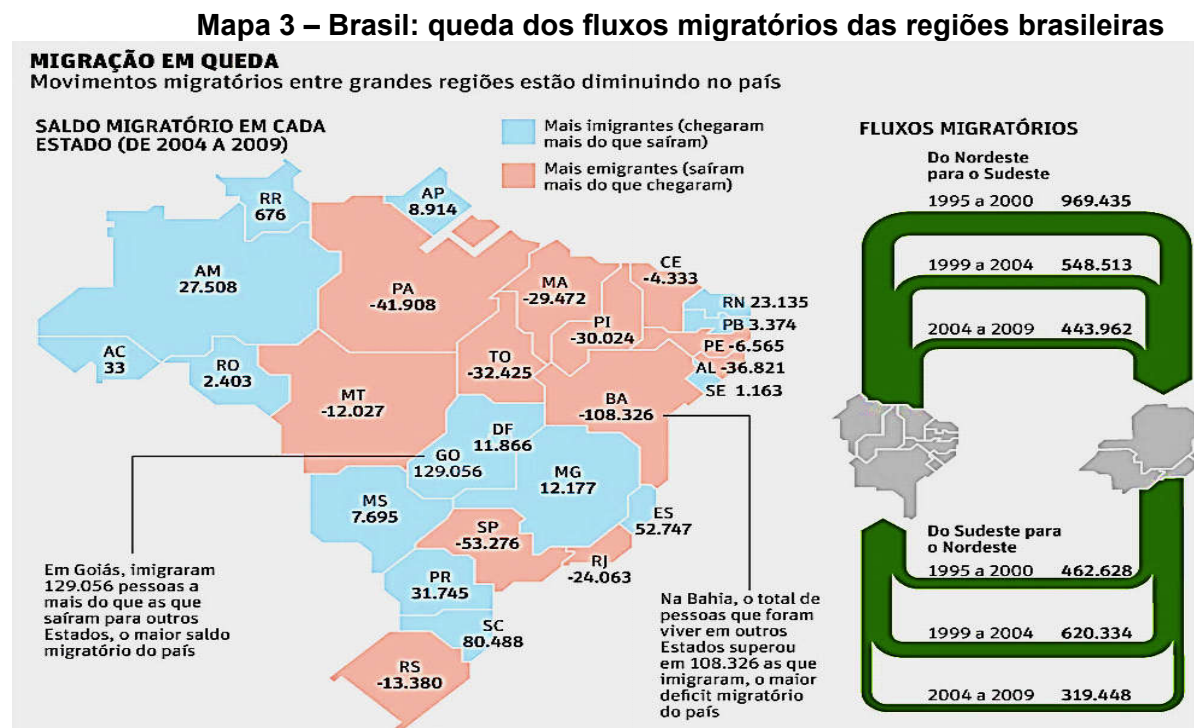
---

<sup>9</sup> Cf. PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. Experimental, n. 2, p. 11-24, março, 1997.



- 2) mantiveram-se como *áreas de absorção* de fluxos de longa distância, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;
- 3) houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos;
- 4) houve o surgimento e consolidação de polos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos Estados tornando-se “ganhadores” de população – mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos.

Os estados do Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraíba, apresentaram entre 2004 e 2006, trocas migratórias positivas, enquanto que o maior déficit migratório ficou com o estado da Bahia, que apresentou um saldo negativo de (-108.326). Nessa região o número de imigrantes passou a ser bem menor que o número de emigrantes. Já os Estados do Maranhão e Alagoas continuam reduzindo o seu contingente populacional, conforme mostrado no mapa 3.



Fonte: COSTA, Fernando Nogueira, 2011.

O mapa acima permite inferir que dos 26 estados brasileiros, 12 apresentam perdas de população, enquanto que os demais Estados da federação mantiveram saldos positivos. Podemos constatar também que entre os anos de

1995 e 2009, a inversão dos fluxos migratórios do Sudeste para o Nordeste transformaram os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro em áreas de grande perda migratória.

Nesse sentido, equivale dizer que, a circulação das pessoas dentro do território pode até certo ponto representar em alguns casos, “[...] maior realização da vida econômica e social” (SANTOS, 2011, p. 45), mas, atenção, é preciso ter o cuidado de não generalizar, pois como nos adverte Santos (2008), “a procura de um emprego não é razão suficiente para explicar as migrações. O subemprego não é, em si, fator de deslocamento”. Segundo Santos (2008, p. 371),

As migrações – mesmo que não representem a vontade consciente dos interessados – podem ser interpretadas como se os pobres estivessem correndo atrás da mais-valia que lhes foi extraída, para forçar a economia a uma divisão menos iníqua. Essas migrações resultam da própria organização da rede urbana.

Agora, em se tratando da migração no território alagoano, trazemos as contribuições de Coelho (2015) onde ele faz alguns levantamentos dos movimentos de idas e vindas dos alagoanos. Para isso, ele nos mostra em termos estatísticos e percentuais como se dão as trocas migratórias entre as regiões brasileiras. A tabela 1, apresenta a participação das regiões brasileiras em relação a imigração em Alagoas.

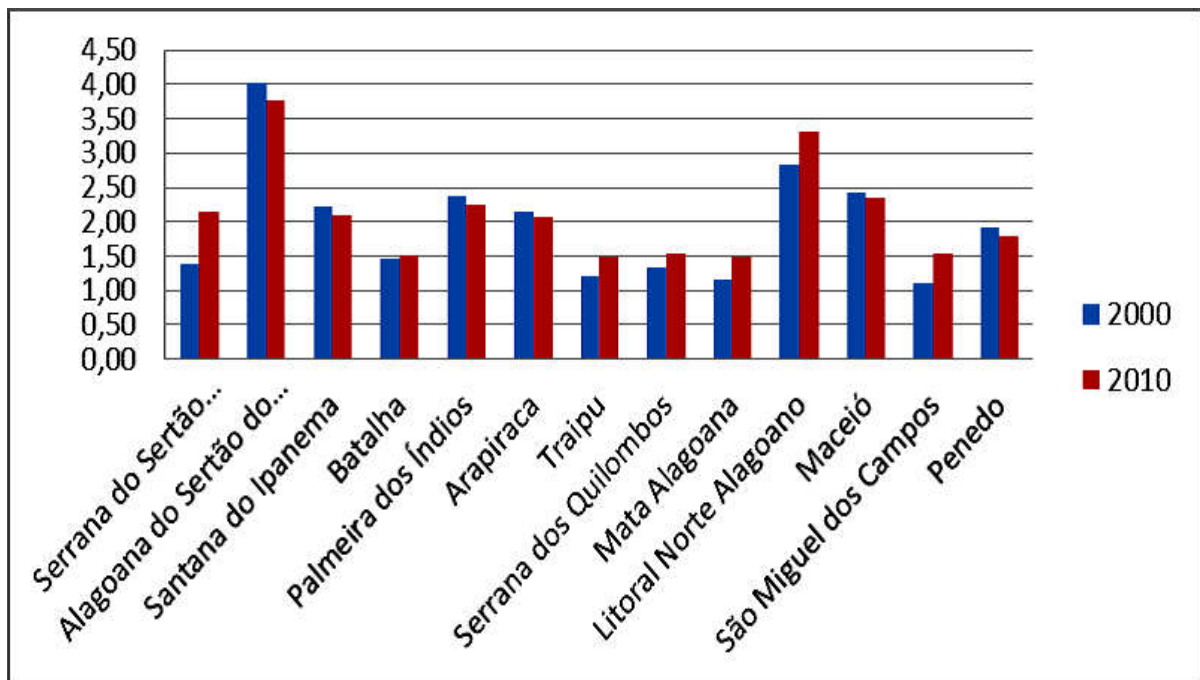
**Tabela 1 – Imigração para Alagoas das Grandes Regiões Brasileiras  
(2000 a 2010)**

<b>Imigração para Alagoas das Grandes Regiões</b>				
Grandes Regiões	Valores (2000)	Percentual (2000)	Valores (2010)	Percentual (2010)
Norte	767	1,37	1196	2,23
Nordeste	29125	52,04	28130	52,49
Sudeste	23359	41,74	21016	39,22
Sul	1149	2,05	1254	2,34
Centro-Oeste	1567	2,80	1995	3,72
<b>Totais</b>	<b>55967</b>	<b>100,00</b>	<b>53591</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010) apud COELHO, Everton de Souza. (2015, p. 29).

O número de imigrantes oriundos de outros Estados da federação presentes no Estado de Alagoas, entre os anos de 2000 a 2010, é representado por Coelho (2015, p. 47) conforme os dados do último Censo do IBGE (2000-2010), vide gráfico 2.

**Gráfico 2 - Percentual de Imigrantes Segundo as Microrregiões em Relação ao Total da População - 2000 e 2010**



Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010) apud COELHO, Everton de Souza. (2015, p. 28).

Conforme Coelho (2015, p. 47), a microrregião de São Miguel dos Campos em praticamente uma década melhorou o seu percentual com relação ao fluxo de imigrantes, registrando no ano de 2000 uma taxa de 1,12% e em 2010 esse percentual alcançou o equivalente a 1,55%. Todavia, segundo o referido autor, essa melhoria na microrregião especialmente no município de Coruripe é reflexo da presença do setor sucroalcooleiro na região, dentre as quais merecem destaque, as usinas: “Coruripe, Guaxuma e Cooperativa Pindorama”, sendo que esta última é representativa de “uma usina de açúcar, uma destilaria, uma unidade industrial de derivados do coco e uma fábrica de sucos de fruta” (COELHO, 1997, p. 48, grifo do autor), todavia,

Esta melhora na taxa de imigração verificada na **microrregião de São Miguel dos Campos** se deveu basicamente, por um lado, aos contingentes populacionais recebidos principalmente pelas cidades economicamente

mais dinâmicas da microrregião, São Miguel dos Campos e Coruripe. Os municípios citados atraem fluxos migratórios a partir de suas já consolidadas bases econômicas. No caso de São Miguel dos Campos, verifica-se a presença da agroindústria de exploração dos derivados da cana-de-açúcar representada pela Usina Caeté e Usina Sinimbú. Outras unidades industriais que funcionam no município são: a fábrica de cimento Cimpor e a Petrobrás. Por sua vez, o setor comercial em São Miguel dos Campos exerce influência em diversos municípios próximos. Com essa estrutura econômica, o referido município se configura como atrativo à migração entre as cidades de sua microrregião (Ibidem, p. 48, grifo do autor).

Para a região de Penedo, a taxa de imigração foi de 1,92% em 2000 e 1,78%, em 2010. As principais características econômicas da microrregião de Penedo é o turismo, produção de açúcar e álcool, arroz, mandioca e cultivo de diversas frutas (destinadas à Cooperativa Pindorama). Há ainda municípios com economia fundamentada na pesca artesanal, cana-de-açúcar e coco<sup>10</sup>. Coelho (2015, p. 51, grifo do autor) pontua ainda que:

[...] a presença predominante da pecuária de corte, avicultura, suinocultura e da agricultura fundamentada na produção de cana-de-açúcar. A produção de laranja lima em Santana do Mundaú e a de banana em União dos Palmares são exemplos do potencial de diversificação da atividade agrícola na microrregião. Todavia, são nos municípios de Viçosa e União dos palmares que se concentram a produção de proteína animal (avícolas e pocilgas).

Segundo Coelho (2015, p. 61), com relação ao aumento da população relativa sobre o total de imigrantes do Estado de Alagoas, merecem destaque as localidades: Mata Alagoana com 1.214 de variação entre 2000 e 2010, São Miguel dos Campos, 1.596; Traipu, 124; A Serrana dos Quilombos com 2.224 imigrantes em 2010, Litoral Norte Alagoano com 557 e a região Serrana do Sertão Alagoano, que em 2010 apresentou 1.917.

Coelho (2015, p. 27) tratando da questão da emigração em Alagoas, demonstra que ultimamente, o número de emigrantes alagoanos na região Sudeste vem diminuindo passando de 56,7% em 2000 para 54,31% em 2010, conforme mostra a tabela 2.

---

<sup>10</sup> Cf. Coelho op cit. p. 49-50.

**Tabela 2 – Emigração de Alagoanos para as Grandes Regiões Brasileiras (2000 e 2010)**

<b>Emigração de Alagoas para as Grandes Regiões</b>				
Grandes Regiões	Valores (2000)	Percentual (2000)	Valores (2010)	Percentual (2010)
Norte	2434	1,90	2219	1,70
Nordeste	43129	33,71	39843	30,58
Sudeste	72603	56,74	70773	54,31
Sul	1888	1,48	3586	2,75
Centro-Oeste	7895	6,17	13886	10,66
<b>Totais</b>	<b>127949</b>	<b>100</b>	<b>130307</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010) apud COELHO, Everton de Souza. (2015, p. 28).

Segundo Coelho (2015, p. 27), “os emigrantes com destino a outros estados do Nordeste atingiram, 30,58%, recuando 3,13 pontos percentuais em relação ao Censo anterior”. Já em se tratando da participação dos emigrantes com destino a região Norte, houve um decréscimo, pois “em 2000 era de 1,9%, e passou para 1,7% no Censo seguinte” (Ibidem, p. 27).

Coelho (2015) apoiando-se ainda no Censo do IBGE (2010), mostra que o Estado de Alagoas remeteu 128 mil emigrantes nesse período. Segundo o autor, o Estado de São Paulo é ainda o que mais absorve a população alagoana, totalizando cerca de 62.609 pessoas, o que em níveis percentuais corresponde a 48,93% do total de emigrantes alagoanos. Para tanto,

[...] O que faz ser o único estado enquadrado na faixa dos que recebem mais de 20000 emigrantes. Na segunda faixa de classificação de emigração, que vai de 8000 a 1999, surgem os estados circunvizinhos de Pernambuco e Sergipe, que atingiram uma quantia de 18826 e 11318, detendo 14,71% e 8,84% de participação relativa, respectivamente. No terceiro grupo, na faixa de 4000 a 7999, encontram-se os estados da Bahia e do Rio de Janeiro, com 7832, perfazendo 9,12% sobre o total para o primeiro estado, e 5409, para o segundo, com participação de 4,22% (Ibidem, p. 29-30).

Ademais, a dinâmica que os fluxos migratórios adquiriram recentemente, não se aplica somente ao migrante que se desloca de uma região estagnada

economicamente para outra com maior dinamismo econômico, haja vista ter um outro fator relevante em cena que é a “proximidade”. Nesse sentido, a questão da proximidade pode qualificar e explicar também a dinâmica dos fluxos migratórios na contemporaneidade. Sobre isso, Coelho (2015, p. 28) se referindo a emigração e imigração em Alagoas, vai dizer que no contexto da migração, “[...] o fator proximidade é mais determinante para o volume de imigração do que quando se aborda a emigração”.

### 1.2.1 Migrações cíclicas ou temporárias

Os próprios dados censitários no país não dispõem de informações suficientes para que se possa fazer uma melhor análise dos movimentos migratórios e, por vezes, acaba mascarando a realidade. A migração temporária tem suas origens alicerçadas no fim do século XIX e início do século XXI.

Nas palavras de Paula (2012, p. 13), “[...] A migração começa sazonalmente, mas muitas são as famílias que migram definitivamente para os centros urbanos”. Todavia, a de se considerar que “os que retornam aos municípios das comunidades de origem, dentro da própria região, fazem da migração uma alternativa precária de trabalho temporário” (Ibidem, p.13). Segundo Damiani (2006, p. 44),

Dos 40 milhões de migrantes no Brasil, muitos são os que saem para depois voltar para sua área de origem; muitos o fazem de forma intermitente: trabalhadores rurais que migram temporariamente para as cidades, em busca de trabalho na indústria, na construção civil ou no setor de serviços; ou que migram temporariamente para outras zonas rurais, aproveitando o período de entressafra de suas próprias lavouras; “trabalhadores assalariados” (os chamados boias-frias) que se afastam de seus lugares de residência por vários dias ou semanas, levados pelo “gato” para trabalhos “temporários”, como geralmente acontece com o trabalhador sazonal - o rurícola cortador de cana -, o qual são as vítimas mais evidentes da perversidade do modo de produção capitalista.

A descrição de Martins (1986, p. 45) vem ilustrar a discussão de forma precisa:

Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar

como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.

O autor deixa claro que no contexto da migração pode ocorrer a perda de identidade quando, por exemplo, o migrante não criou laços de afinidade com o lugar, ou seja, quando se sai de um lugar para lugar algum sem nunca ter se encontrado.

Andrade (1987, p. 45) vem contribuir afirmando que as migrações temporárias são sazonais, determinadas pelas estações do ano, e se realizam em função das atividades agrícolas; para exemplificar, podemos salientar a que ocorre na região açucareira em que, no verão, época da colheita e da moagem da cana-de-açúcar, as usinas necessitam de muitos braços. Para Santos (2007, p. 60),

Uma outra forma de encarar as migrações é, do ponto de vista humano, a ausência de direito a um entorno permanente. Cada vez mais, no Brasil, as pessoas mudam de lugar ao longo de sua existência, o número dos que vivem fora do lugar onde nascem aumenta de ano para ano de um recenseamento a outro.

[...] As migrações brasileiras, vistas pelo ângulo de sua causa, são verdadeiras migrações forçadas, provocadas pelo fato de que o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos. São frequentemente, também migrações ligadas ao consumo e à inacessibilidade a bens e serviços essenciais (Ibidem, p. 60).

Nesse sentido, questiona-se: Quais as forças ou ideologias estão por trás dos fluxos migratórios? O que faz com que as pessoas deixem o seu lugar de origem para coabitarem em um lugar até então desconhecidos para eles? Quais foram os fatores que desencadearam o processo de migração forçando os sujeitos a deixarem o seu lugar de origem?

Dessa forma, as migrações temporárias aparecem como resposta ao arcabouço histórico que se formou desde o período colonial. Pois, se analisarmos bem, veremos que o Estado de Alagoas ainda se mantém com as velhas estruturas, mantendo aprisionado no campo ou nos canaviais pessoas trabalhando em condições análogas à escravidão. Na verdade, o que ocorreu foi apenas mudança de cognomes, porque o trabalho escravo ainda persiste em existir disfarçadamente com outras formas e novas roupagens. Por isso não devemos nos esquecer de que:

Muitos migrantes nordestinos enfrentam hostilidade da população local, quando saem de sua terra para trabalhar nos canaviais no estado de São Paulo, ou em outros lugares, e acabam sendo marginalizados cultural, social e economicamente, e tratados como inferiores pelos nativos. Eles sofrem discriminação da população local, o que provoca um profundo isolamento em relação ao restante da cidade. Quase sempre são submetidos a condições precárias de moradia, amontoados em becos e pequenos quartos e acabam estabelecendo relações quase que exclusivamente com seus “iguais”. Isso dificulta a mobilização, a reivindicação de direitos e a denúncia de situações de abuso<sup>11</sup>.

Podemos inferir que recentemente tem ocorrido no Brasil a migração de retorno para o Nordeste. Esse fenômeno pode ser explicado pela expansão da nova fronteira agrícola da região nordestina, ou pela saturação dos espaços econômicos do Centro-sul que ultimamente vem diminuindo o seu potencial para a criação de novos empregos ou mesmo pela presença dos “clusters” do agronegócio que vem ganhando espaço e caminhando a passos largos na Região Nordeste. Podemos definir esses espaços como a implantação do agronegócio formando a região do MATOPIBA<sup>12</sup>, conforme veremos na próxima seção um ensaio sobre a implantação de “clusters” no Nordeste.

### 1.2.2 O recente panorama da migração de retorno no século XXI

Amiúde, a região Nordeste foi marcadamente uma região de grandes contrastes, coexistindo, porém, vários nordestes, é o que comprovadamente revela os estudos de sua historicidade regional e nacional. “O Nordeste nem sempre foi o que hoje conhecemos, tendo sofrido diversas mutações ao longo da sua história econômica. A cada novo apogeu de uma atividade econômica, surgia um novo Nordeste” (MORAIS, 2012, p. 25).

Em Francisco de Oliveira (2008), vamos ver que esse autor buscou formar uma identidade regional para o Nordeste. Em sua obra sobre o “*Nordeste brasileiro*”, ele aborda o espaço produtivo do Nordeste destacando o papel do algodão na região, pondo em evidência o algodão como uma importante economia do período colonial e escravocrata, e que passou a ser produzido e comercializado localmente,

---

<sup>11</sup> Cf. Informação disponível em: <[http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/10.-caderno\\_migracao\\_baixa.pdf](http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/10.-caderno_migracao_baixa.pdf)>. Acesso em 14 de fev. 2016.

<sup>12</sup> Voltaremos a essa questão no capítulo dois.



alargando a escala para a comercialização no âmbito internacional. Dessa forma, passou a adquirir importância significativa nos ramos têxtil e industrial.

Para Francisco de Oliveira (2008), a configuração territorial do novo Nordeste é representada por um espaço homogeneizado e hierarquizado que marca a hegemonia das relações contraditórias de reprodução capitalista e relações de produção que são constantemente permeadas por conflitos e desigualdades socioeconômicas, a exemplo da “competição do Nordeste açucareiro que tinha como interesse disputar o controle da produção do açúcar no Caribe e, em contrapartida, um outro Nordeste semiburguêse estava submetido ao capital internacional: Nordeste “algodoeiro-pecuário”. Dessa forma, Oliveira (Ibidem, p. 161) vai dizer que:

[...] Os impulsos da industrialização, que de um lado tomaram forma na conversão dos “engenhos” de açúcar em usinas, fenômeno que arranca no último quartel do século XIX e se esgota nas primeiras décadas do século XX, e de outro lado na implantação da indústria têxtil, foram abortados pelas mesmas razões e causas que contribuíram para refrear a própria industrialização da “região” do café: pela reiteração/subordinação aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano. Essa submissão do “Nordeste” açucareiro ao “Nordeste” algodoeiro-pecuário chegou até a fazer retroagir o próprio movimento da reprodução do capital e das relações de produção no “Nordeste” açucareiro, fazendo-o adotar, como condição de sobrevivência, ainda que marginal, leis de reprodução que eram próprias do “Nordeste” algodoeiro-pecuário.

Dessa maneira, o Nordeste com caráter extensivo foi sendo formado por uma sociedade extrativista e pecuarista que vai compondo as regiões sertanejas, a exemplo do Ceará, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Bahia. Um Nordeste que explicado por Moraes (2012) “revela uma cultura de relações sociais de produção díspares daquelas vivenciadas na casa grande e na senzala”.

Nesse outro Nordeste, mudou-se apenas o figurino dos personagens do colonialismo de outrora, visto que as relações permaneceram as mesmas “[...] quer dizer, mudam os personagens, visto ser outro território, mas em ambos, as relações de poder são marcadas pelo latifúndio e por relações pré-capitalistas que têm os “coronéis” no lugar dos senhores de engenho” (Moraes, 2012, p. 26). Dessa maneira, Oliveira (2008, p. 161-162) corrobora que:

[...] Premida pelos tenazes, de um lado, da reiteração dos pressupostos da produção agroexportadora da “região” do café, que se consubstanciava na

política econômica de valorização/sustentação dos preços do café, e, de outro, da emergência do “Nordeste” algodoeiro-pecuário, a economia açucareira recriou internamente mecanismos de uma acumulação primitiva, que tomaram forma do “cambão” e de outros processos de relação de produção pré-capitalistas. Esse impasse gerou a descapitalização da própria economia açucareira, o abortamento da completa constituição de uma força de trabalho assalariada, o abortamento da dissolução do semicampesinato que se havia formado em seu papel nessa divisão regional do trabalho no que respeita à “região” Nordeste passa a ser de um lado, sistematicamente, a reserva do exército industrial de reserva: as migrações Nordeste – São Paulo chegam a construir um formidável contingente que vai suprir os postos de trabalho criados pela industrialização e contribuir para manter baixos os níveis de salário real de toda a massa trabalhadora.

Destarte, o autor supracitado, considera que os outros nordestes surgiram da consolidação e espraiamento do mercado econômico interno. Nesse sentido, Oliveira (Ibidem, p. 26) afirma que emergiram no Brasil no século XX,

[...] O Nordeste do IOCS-IFOCs-DNOCS que culminou com a criação do Polígono das Secas e as ações de combate à seca e açudagens; O Nordeste do I.A.A que fortaleceu os usineiros da Zona da Mata pernambucana e alagoana, em especial, através das políticas de preço mínimos e cotas de produção; do discurso do planejado desenvolvido pelo GTDN que emana o Nordeste da SUDENE e a necessidade de industrializar e modernizar a agricultura da região.

Para esse autor, a região pioneira dessa grande obra foi o Ceará. Para ele, o projeto do Dnocs deixou transparecer que os seus objetivos estavam ligados subalternamente aos interesses capitalistas que mesmo para a consolidação da cultura de subsistência dos pequenos produtores rurais. Dessa forma, “o DNOCS mostrava-se incapaz de romper a lógica que o subordinava aos interesses dos latifundiários e coronéis regionais” (POMPONET, 2009, p. 61).

Assim, concordamos com o economista André Pomponet (2009) quando afirma que “o latifúndio e o poder dele derivado constituíam os maiores obstáculos às transformações necessárias para alterar o panorama da região” (POMPONET, 2009, p. 63). Nesse sentido, Oliveira (2008, p. 178) vai dizer que:

[...] o Dnocs dedicou-se à construção de barragens para represamento de água, para utilização em períodos de seca, e a construí-las nas propriedades de grandes e médios fazendeiros: não eram barragens públicas, na maioria dos casos. Serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para a implantação de pequenas “culturas de subsistência” de várzeas, assim chamadas ribeiras das barragens. O investimento do Dnocs reforçava, num caso como noutro, a estrutura arcaica: expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros,

e contribuía para reforçar a existência do “fundo de acumulação” próprio dessa estrutura, representado pelas “culturas de subsistência” dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sítiantes.

Para Pomponet (2009), nesse percurso calcado por passos e contrapassos do Dnocs em investimentos de obras contra as secas, já se foram cem anos. O referido autor parafraseando Villa (2000), afirma que:

O fenômeno da seca só ganhou notoriedade no Brasil com o grande flagelo dos anos 1877-1879, que abalou o semiárido brasileiro, à época esquecido e vagamente designado como “norte”. Naquela estiagem pereceram pelo menos 500 mil nordestinos, com 200 mil mortes somente no Ceará. A fome, a sede e as epidemias podem ter feito número ainda maior de vítimas, conforme estimativa do jornalista potiguar Eloy de Souza, que calcula 600 mil mortos. Mesmo que se adote a estimativa mais conservadora, pelo menos 4% da população brasileira pereceu no flagelo, que obrigou outros 250 mil nordestinos a migrarem para a Amazônia, em busca do ilusório eldorado da borracha, dessa época até o final do século XIX (POMPONET, 2009, p. 59 apud VILLA, 2000, p. 83 e 64).

Para Pomponet (2009), foi justamente o poderio político e concentrador das oligarquias rurais que “produziram a “famosa indústria das secas”: meeiros e trabalhadores rurais, em meios de produção, subordinavam-se ao patronato rural que pagava salários miseráveis e extorquia os trabalhadores nos anos chuvosos” (Ibidem, p. 61). Sobre a intervenção do Dnocs nas regiões secas, temos ainda a contribuição de Oliveira (2008, p. 178-179) afirmando ele que se tratava de formas típicas de acumulação primitiva, pois,

[...] A ação do Dnocs revestiu, nas secas ou nas “emergências”, como são denominadas as épocas em que a intensidade da irregularidade se agravava, formas típicas de uma acumulação primitiva. Recrutava-se a mão-de-obra desocupada pela estiagem, *apenas depois* que os magros recursos de pequenos sítiantes, meeiros, parceiros haviam-se esgotado em duas ou três sementeiras, à áspere das chuvas, e empregava-se na construção das barragens e das estradas; o pagamento dessa mão-de-obra dava-se, na maioria das vezes, sob a forma de espécie, isto é, fornecendo-lhe os alimentos – a farinha, e a indesejável carne-seca, esta nem sempre presente; os resultados desse trabalho concretizavam-se *nas barragens feitas nas propriedades* dos grandes fazendeiros e nas estradas, *às vezes estradas privadas* no interior dos grandes latifúndios. [...] Tal acumulação primitiva utilizava os recursos do Estado para a implantação de benfeitorias nas grandes propriedades, e sua forma de financiamento chegou a construir-se em outro pilar da força e do poder político dos “coronéis”, da oligarquia algodoeira-pecuária.

Para Pomponet (2009) tanto as ações da Sudene quanto as ações do Dnocs diante do flagelo das secas não se mostravam positivas sendo, portanto,

ineficientes, porque sua atenção estava voltada a atender interesses particulares, principalmente daqueles que detinham o poder e que ocupavam posições privilegiadas no Congresso Nacional. Portanto, “[...] em 1950, 1,6% dos estabelecimentos detinham 50,9% da área total agrícola. Uma década depois, 1% dos proprietários rurais eram donos de 47,3% das terras agrícolas do Brasil” (POMPONETE, 2009, p. 61).

Agora, por enquanto, deixemos o passado um pouco para trás e voltemos o nosso olhar para o presente. Como por exemplo, o que foi o Nordeste nos anos 2000? Nesse período a região cresceu acima da média nacional, é certo que algumas regiões recuaram mais que outras de forma desigual, mas no Nordeste, na verdade, muita gente permaneceu na região ao passo que em outras ocorreu o retorno.

Desse modo, por conta da mão de obra barata e dos incentivos fiscais, o Nordeste tem sido ultimamente um território que tem atraído vultuosos empreendimentos que propagaram o seu desenvolvimento. Contudo, esses investimentos vão desde os investimentos no setor petroquímico, têxtil e portuário diminuindo, portanto, os índices de emigração e provocando a migração de retorno

Quanto a questão dos investimentos na região Nordeste, Andrade (1981, p. 87-88), informa que não é somente na indústria química que o capital transnacional vem investindo, na Bahia, por exemplo, temos as atividades realizadas pela Mineração Boquira, que fica sob o controle da Plumbum, que é uma empresa multinacional, e que é responsável pelo aumento de emprego na região. Outros investimentos do capital transnacional no Nordeste, foram:

[...] a Fives-Lille do Nordeste, produtora de máquinas para usinas de açúcar, indústrias de plásticos, como fios de poliéster e de PVC na Bahia e em Alagoas, de borracha, através da implantação de grandes culturas de seringueira na Bahia, através da Firestone e da Good Year, da produção de eletrodomésticos, através da Walita, filiada a Philipps, da produção de alimentos através do beneficiamento de leite com a Nestlé e de beneficiamento [...] com a produção de refrigerantes como a Coca-Cola, etc.

Conforme Andrade (1981, p. 89) além de todos esses investimentos ainda podemos mencionar, entre tantos outros,

[...] o Bezerra de Melo, com grandes investimentos no setor hoteleiro, tanto do Nordeste como do Sudeste, no setor têxtil e no açucareiro; o grupo Brennand que, partindo do setor de cerâmica – azulejos –, expandiu-se pelo açucareiro, siderúrgico e pela pecuária; o João Santos, que da atividade em usina de açúcar se expandiu para o setor de minerais não-metálicos, com fábricas de cimento em vários Estados – Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Espírito Santo.

Dessa forma, em cada estado, vários foram os setores da economia que vem se destacando, especialmente por conta dos investimentos na região e por conta principalmente, das ações da Sudene. Foi, contudo, por meio dessa ação interventiva que “as empresas passaram a ampliar as suas atividades em setores específicos” (Ibidem, p. 89). No caso dos investimentos no setor salineiro e açucareiro, convém salientar que:

[...] os grandes investimentos estatais feitos nos terminais de exportação como o açucareiro e o salineiro, ao permitir a exportação do açúcar a granel, o Estado torna-se a mais rápida e mais barata, pois dispensa o uso de sacaria e dá aos produtores de Pernambuco e Alagoas condições de maior competição no mercado internacional.

Nesse sentido, vale afirmar que com os investimentos na região nordeste houve também o crescimento de emprego. Nesse contexto, advêm também as mudanças no direcionamento invertido dos fluxos migratórios e ganha contorno a migração de retorno confirmando a inversão e circulação dos fluxos migratórios no território brasileiro.

Desse modo, os incentivos fiscais como instrumento de política econômica tiveram papel importante nesse processo e foi fundamental também na inversão que as correntes migratórias adquiriram. Todavia, devemos ter a firme clareza de que “a passagem de uma “condição migratória” de retenção, perda ou rotatividade migratória para qualquer área é bastante tênue e por isso a dificuldade cada vez maior de explicações do fenômeno migratório” (BAENINGER, 2008, p. 15).

Quanto aos incentivos fiscais, podemos dar como exemplo o Estado de Pernambuco que do meado dos anos de 1970 para o início dos anos de 1990 vivenciou uma crise econômica que foi resultante dos investimentos que foram feitos em outros estados do Nordeste, como por exemplo, o Polo Petroquímico de

Camaçari e do Polo Minero-metalúrgico de São Luís. Porém, a partir do ano 2000 Pernambuco volta a recuperar-se devido as políticas de desenvolvimento que promoveram a interiorização dos investimentos. De acordo com Melo (2014, p. 64)

Em meio a todos os investimentos abrigados em solo pernambucano, um com certeza se destaca: o Complexo Industrial Portuário de Suape. O maior polo de atração de negócios do Nordeste brasileiro vem alavancando a economia do estado, resultado da soma de investimentos de diversos setores como: petroquímico, biotecnológico, construção civil, indústria, tecnologia, farmacêutico, automotivo, indústria naval etc. São mais de 100 empresas em operação, criadoras de mais de 25 mil empregos diretos, e outras 50 em fase de implantação.

Doravante, não devemos nos esquecer de que para se investir em um território com empreendimentos dessa magnitude são levados em consideração: a) os incentivos fiscais, insumos e recursos; b) a infraestrutura e potencialidades do território; c) custos logísticos, custo/benefício; d) polaridade dos fluxos migratórios por meio da atração de mão de obra experiente e barata; e) e por último, a disseminação da informação e do conhecimento. E para não ficar somente em nossas palavras, apresentaremos três exemplos de grandes investimentos no Estado pernambucano, dado pela Revista Host & Travel (s/d), a saber:

1) Entre os anos de 2000 e 2001, ocorre a construção e inauguração do Porto interno Píer de Granéis Líquidos 2, ou PGL-2. Em 2002, teve início a execução da duplicação da avenida portuária, com extensão de 4,4 Km que tinha como objetivo aumentar a movimentação de cargas na zona portuária de Suape.

2) A chegada da refinaria de petróleo no ano de 2005 e de vários estaleiros. Tal empreendimento confere ao Estado de Pernambuco desenvoltura e competência para consolidação de macropolos de empresas da cadeia petrolífera e que mesmo em meio à crise econômica que vem salopando o Brasil no atual período de 2015, o Estado vem promovendo estabilidade econômica revelando o seu potencial competitivo.

3) E recentemente, em novembro de 2015, o Complexo Portuário de Suape ganha mais duas fábricas: a GRI Flanges<sup>13</sup> do Brasil. A unidade será a pioneira no Brasil a

---

<sup>13</sup>“A fábrica de flanges do complexo será a terceira da empresa Iraeta no mundo, que está presente também na Espanha e na China”. A empresa é ligada ao grupo espanhol Gonvarri. O investimento total foi de R\$ 70 milhões. A fábrica ainda contará com máquinas importadas da Espanha e uma geração de aproximadamente

produzir flanges eólicas (anéis responsáveis por unir os cilindros que formam as torres); a chegada de mais uma fábrica no Polo Preforma PET<sup>14</sup> (reciclagem de garrafas PET), onde foram investidos R\$ 90 milhões e serão gerados 2, 6 mil empregos diretos e indiretos. Tal empreendimento contou com a ajuda do Prodepe (Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco).

Nesse contexto, podemos contar ainda com a construção da “Transnordestina”, “ao todo, serão 2.304 Km de ferrovia beneficiando 81 municípios, sendo 19 no Piauí, 28 no Ceará e 34 em Pernambuco”, *ademais*, “a Ferrovia Transnordestina conta com investimentos totais de R\$ 5,3 bilhões, com participação de R\$ 2,67 bilhões do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FNDE (50% do empreendimento). A SUDENE já procedeu a liberação de recursos de R\$ 1,4 bilhões, correspondendo 56% dos recursos alocados a esse projeto”<sup>15</sup>. Várias foram as construções implementadas nessa obra que favoreceram a criação de postos de trabalho, gerando o equivalente a 5.000 mil empregos diretos.

Segundo informação disponível no site da Sudene, o foco do projeto é o transporte de carga de grãos, minérios, combustíveis e insumos agrícolas. Estima-se a movimentação de cargas no entorno de 30 milhões de toneladas/ano, com predomínio de grãos produzidos na nova fronteira agrícola do sul do Piauí (milho e soja - 16.300 mil t/ano) e de gipsita/gesso - 6.980 mil t/ano, além de fertilizantes (1.253 mil t/ano) e combustíveis (838 mil t/ano)<sup>16</sup>. Esse e outros empreendimentos no Nordeste fez com que as pessoas não mais precisassem sair à procura de emprego em outros territórios, bem como promoveu a migração de retorno (vide tabela 3) por conta dos empregos gerados em vários setores da economia.

---

75 empregos diretos” (GRUPO GONVARRI SUAPE, 2015). Notícia publicada em: <<http://www.suape.pe.gov.br/news/matLer.php?id=513>>. Acessado em 19 de nov. 2015.

<sup>14</sup>“A unidade será o oitavo empreendimento a reforçar o Polo de Preforma PET e Plástico de Suape, composto ainda por cinco empresas de Preforma PET e duas fábricas de plástico, que somam um investimento de R\$ 500 milhões. ” Todavia para a implantação dessas unidades foram levadas em consideração a logística ganhos e investimentos, assim como a distância dos empreendimentos com relação a clientela a ser atendida], conforme enfatiza Norões, “[...] instalada no Complexo de Suape, a Frompet ficou mais perto dos seus fornecedores, que são a M&G Polímeros e a Petroquímica Suape. Além disso, a escolha pelo local também se deu pela posição estratégica em relação aos clientes. Notícia disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/news/matLer.php?id=513>>. Acessado em 19 de nov. 2015

<sup>15</sup> Informação disponível em: <http://www.sudene.gov.br/transnordestina-e-viabilizada-atraves-de-recursos-da-sudene>. Acesso em 20 de ago. 2016.

<sup>16</sup>Idem.

**Tabela 3 – Migração de retorno: estados brasileiros (2004/2009)**

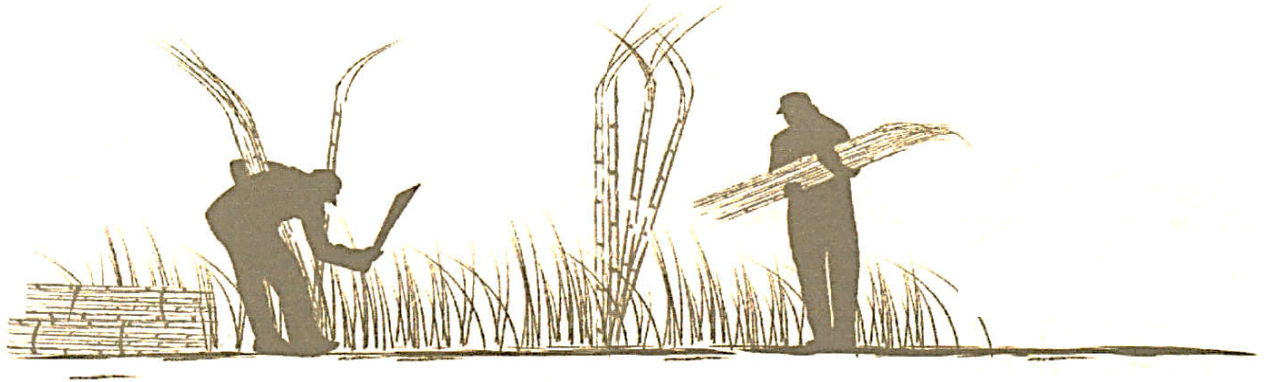
Unidades da Federação	% Migração de retorno	
	2004	2009
Rio Grande do Sul	24,18	23,98
Pernambuco	24,21	23,61
Paraná	25,49	23,44
Sergipe	19,71	21,62
Minas Gerais	18,55	21,62
Rio Grande do Norte	19,11	21,14
Paraíba	16,34	20,95
Maranhão	24,23	16,43
Bahia	21,65	15,01
Alagoas	14,53	14,64
Piauí	21,83	14,6
Espírito Santo	10,52	13,97
Ceará	19,66	13,34
Mato Grosso do Sul	5,83	11,64
Rondônia	0,96	10,63
São Paulo	9,82	10,4
Santa Catarina	11,89	9,54
Tocantins	11,14	9,36
Pará	6,56	8,97
Goiás	8,63	8,4
Acre	4,04	6,89
Rio de Janeiro	7,04	5,34
Amapá	3,85	5,24
Amazonas	2,87	4,11
Mato Grosso	2,91	1,51
Distrito Federal	0,13	0,15
Roraima	0,84	0

Fonte IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2010)

Concluimos essa parte afirmando que as migrações no Brasil assumiram um caráter estrutural porque está ancorada nos novos delineamentos do processo de reestruturação produtiva que imprimiu no país um modelo econômico próprio do sistema de desenvolvimento desigual e combinado e porque a reversibilidade da migração inter-regional apresenta hoje, intensos fluxos populacionais de idas e vindas. “Essa reversibilidade diz respeito tanto às áreas de



origem, com um crescente vai e vem, como as de destino, com o incremento da migração de retorno” (BAENINGER, 2010, p. 836). Daí afirmar que os movimentos migratórios no território brasileiro têm se tornado cada vez mais complexo.



## 2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS (RE)ARRANJOS ESPACIAIS DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

### 2.1 Breves considerações da reestruturação produtiva

Como já foi discutido, desde a colonização o Nordeste brasileiro vivenciou a abertura de novas fronteiras agrícolas, todavia, todo o investimento que está sendo feito no campo, de certa forma, influencia na concentração de terras. Segundo Oliveira (2009, p. 281) “isso é possível porque o agronegócio canavieiro estruturou-se de modo a possibilitar a flexibilização da produção que é direcionada em maior proporção para o açúcar ou para o álcool de acordo com a demanda do mercado e a conjuntura econômica visando, com isso, garantir os patamares de acumulação.

A questão agrária é um aspecto importante quando se estuda a realidade brasileira, pois está no cerne da sua formação socioespacial e econômica revelando, muitas vezes, contradições, principalmente quando se analisa a atuação do capitalismo no campo (MOURA, 2013, p. 269).

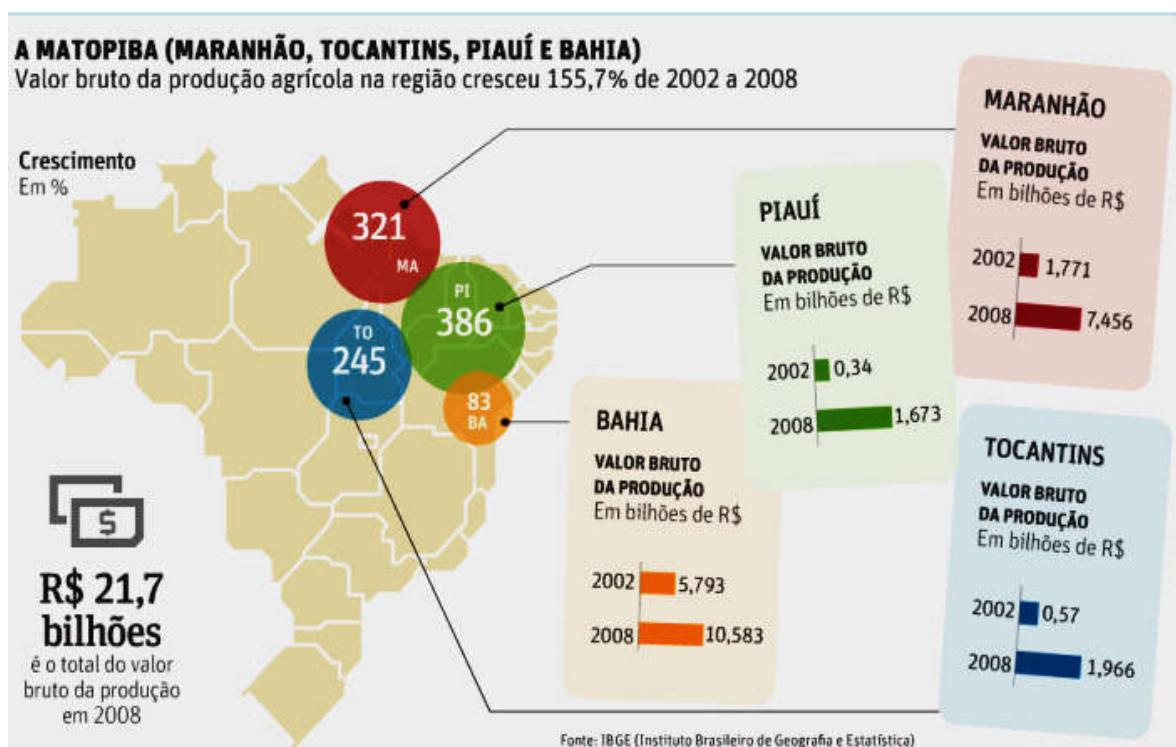
Um exemplo disso pode ser dado pelas novas fronteiras agrícolas que estão surgindo no Brasil a exemplo do que vem ocorrendo com a região Nordeste com a presença de “clusters” voltados para regiões que compõem o MATOPIBA.

Isso quer dizer que “a forma mais recente dessa atuação se dá com o agronegócio que passa a comandar as estruturas do campo, em todos os aspectos, sobretudo o setor agrícola, já que a atividade agrícola sempre foi à vocação brasileira no que se refere à economia de mercado mundial” (Ibidem, p. 269).

Podemos definir “*clusters*” como agrupamentos geográficos formados por uma rede de negócios corporativos a exemplo do MATOBIBA, conforme já demonstrado. Esses seguimentos influenciam regiões que possuem eficiência econômica e flexibilidade e que são portadoras de certa criatividade tanto em nível tecnológico como industrial.

Um exemplo de “*clusters*” é o que vem ocorrendo com os complexos de formação do agronegócio no Brasil. O Brasil vem apostando seriamente nessa ideia. A presença dos clusters na região Nordeste foi denominada de Matopiba, é assim chamado porque envolve uma região de fronteira agrícola formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, como áreas de fronteiras agrícolas (vide mapa 4).

**Mapa 4 – Nordeste: região do Matopiba**



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Segundo matéria publicada em 30 de outubro de 2011, na Folha de São Paulo, a valorização da terra no Sul e no Sudeste do Brasil criou fronteiras agrícolas e espaços de atratividade para a expansão e fortalecimento do agronegócio. Mas, que segundo Borlina Filho, “cresceu porque tem área para expansão agrícola e o valor do hectare de terra ainda é vantajoso em relação aos demais Estados, entre R\$ 3.000 e R\$ 5.000” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011, s.p). Dessa forma, a fronteira agrícola está dando muito certo, pois entre os anos de 2002 e 2008, houve aumento consideráveis do PIB (Produto Interno Bruto), nessas regiões. Desse modo, esses estados tendem a se tornar cada vez mais atrativos.

O Estado do Maranhão destaca-se pelo aumento na produção de arroz, feijão, algodão, milho e soja. Nos últimos seis anos, a área plantada aumentou 12,4% e no centro do Estado, em Pedro Afonso, o hectare de terra custa R\$ 5.000, sendo, portanto, atrativos para investimentos no setor do agronegócio na região maranhense, sendo esta considerada a maior investidura do Estado nos últimos anos<sup>17</sup>. Além das usinas que estão sendo implantadas nestes complexos agroindustriais, o Estado vem investindo em linhas de produção agrícola com potencial de retorno imediato, como no caso do terminal de grão, de modo que facilita também o escoamento da produção. Enquanto que no estado do Tocantins, os investimentos voltaram-se mais para o plantio e colheita da soja.

A contento, no que diz respeito ao Estado de Goiás, foi apresentado um relatório, indicando que na próxima década (2020), a produção em cana-de-açúcar aumentará nessa região, mas o destaque será ainda para o Estado de São Paulo, de modo que este permanecerá ainda em 1º lugar no *ranking* como o maior produtor de cana.

É interessante enfatizar que a implantação de um “*cluster*” em um dado território, geralmente exige a parceria público-privada, como foi o caso do “Complexo Portuário de Suape”, em Pernambuco e o qual explicaremos resumidamente.

---

<sup>17</sup> Ver matéria publicada na Folha de São Paulo (2011).

De acordo com Ojima e Fusco (2015) o complexo portuário de Suape alavancou o crescimento econômico do Estado que refletiu positivamente no PIB (Produto Interno Bruto) estadual, e que segundo os autores, o PIB “[...] atingiu 9,3%, em 2010, superando a média regional de 8,3% e a média nacional de 7,5%, e bem acima do PIB apresentado no mesmo período do ano anterior, quando atingiu 5,2% em função dos reflexos da crise econômica internacional” (OJIMA; FUSCO, 2015, p. 101-102).

Contudo, no sistema de “*clusterização*”, o interessante de tudo isso é que o território passa então a ser moldado para atender a essa nova lógica global de mercado, ou melhor dizendo, “o da privatização do território” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 291).

Mas, se há um espaço criado para atender esse novo (re)arranjo de mercado, surgem também algumas inquietações acerca das forças de comando no território, pois à medida que o território ganha novos atributos e novos sistemas de ações, o que resta saber é, “quem em determinadas circunstâncias regula quem?” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 290-291).

Resta ainda saber que marcas o sistema de “*clusters*” vai imprimindo ao território e redesenhando os espaços a ponto de tornar-se o trabalho e a divisão social e territorial do trabalho mais fluídas, competitivas e complementares entre si. Pois, como afirmam Santos e Silveira (ibidem, p. 290), “o território, considerado como território usado, é objeto de divisões de trabalho superpostas. Desse modo, a expressão divisão territorial do trabalho acaba sendo um conceito plural e cada atividade ou cada empresa produz a sua própria divisão do trabalho”. Sobre o sistema de *clusterização* e divisão do trabalho, Santos e Silveira (2005, p. 290) ressaltam também que:

Será talvez ocioso nos determos na questão de saber se se trata de divisões “particulares” do trabalho ou de divisões territoriais do trabalho particulares. Mais importante será considerar o conjunto do fenômeno como um trabalho “coletivo” no território, formando *clusters*, que demarcam as conexões entre divisões do trabalho concorrentes e complementares. Vistas num dado momento de seu funcionamento e de sua evolução, elas aparecem como complementares; olhadas na sua dinâmica, são concorrentes. Na realidade, o que se verifica é uma dialética entre divisões do trabalho (sejam elas vistas do ponto de vista escalar ou de um ponto de vista das empresas) que disputam o território.

Sobre este prisma, podemos afirmar ainda que a formação dos “*clusters*” torna o território mais fluído, dinâmico e competitivo diante de um cenário global. Assim, baseados em Santos e Silveira (2005, p. 302), concluímos, portanto, que esse projeto de reestruturação produtiva é partícipe de uma política neoliberal que torna o uso do território mais seletivo e que seus efeitos atingem principalmente os mais pobres que se encontram mais dispersos dos centros mais industrializados.

Contudo, vimos que para compreender o processo de reestruturação produtiva, faz-se necessário que se compreenda que esse processo é parte de um sistema a serviço do capital, podendo ser também entendido como um sistema perverso que modificou e se apropriou drasticamente do trabalho produzindo formas intensas de precarização e pauperização.

Antes de qualquer coisa é preciso, primeiramente, romper com a visão tosca de que a industrialização leva ao desenvolvimento. O novo modelo de indústria que surge com a reestruturação produtiva não é criado para gerar emprego. O que a indústria capitalista almeja é simplesmente mais trabalho. Ela é criada para essa dinâmica capitalista.

### **2.1.1 Reestruturação produtiva das agroindústrias canavieiras**

Com a criação do IAA, firmou-se a parceria entre fornecedores de cana e usineiros de modo que foram estabelecidas “cotas de produção por Estado, por usina e por fornecedor” e o “Estado passou a definir regras para exportação e passou a administrar os preços para o açúcar” (CARVALHO, 2009, p. 22), passando os sistemas de preços e de quotas de produção a ser “[...] os dois aspectos centrais da política açucareira” (LIMA, 2014, p. 63).

Em Oliveira (2008) e Carvalho (2009) vamos ver que o IAA, foi parte de um projeto interventivo de mudanças, na verdade, contribui em favor de estados mais dinâmicos em detrimento dos estados de maior estagnação econômica, um exemplo disso, é o Estado de São Paulo que como o IAA foi o mais beneficiado, de

modo que se tornou hegemônico na produção açucareira. Nesse sentido, “a intervenção estatal dá, em 1933, um salto de qualidade com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) a partir da Comissão de Defesa da Produção Açucareira” (CARVALHO, 2009, p. 22).

Para Carvalho (2009) a presença do Estado foi um fator decisivo nesse processo. O processo de fragmentação da indústria açucareira intensificou-se com o IAA, porque a sua direção estava sob o controle da hegemonia açucareira, assim, se refere Oliveira (2008, p. 193).

Nessas condições, e tendo por pano de fundo uma diferenciação progressiva nas relações de produção no interior de cada uma das “regiões”, o mecanismo de proteção do IAA contribuiu, na verdade, para acelerar a capitalização da economia açucareira da “região” de São Paulo, e manter as mesmas condições de reprodução da economia açucareira do “Nordeste”. Em outras palavras, enquanto *débâcle* do café rapidamente “descolonizou” as relações de produção, isto é, liquidou com relações de trabalho típicas do colonato, na “região” do “Nordeste” açucareiro os mecanismos do IAA serviram para reforçar as características arcaicas que e havia recriado como mecanismo de defesa. O IAA passou a estabelecer preços mínimos – vale a pena recordar que sua alta direção estava entregue a elementos da própria burguesia agroindustrial do Nordeste – que na verdade defendiam o produtor marginal, isto é, o produtor que produzisse a custos mais altos. Tais condições de monopólio ou oligopólio, isto é, de preços fixados em todo o território nacional, não permitindo às “regiões” concorrerem umas com as outras na base do preço, os preços mínimos para o Nordeste transformaram-se em preços máximos para a produção do açúcar na “região” industrial de São Paulo.

Para melhor compreensão desse processo, Lima (2014, p. 63-64), esclarece que:

A crise de superprodução de açúcar tinha se tornado uma realidade grave no final dos anos vinte e início dos anos 30. O súbito e intenso crescimento das exportações brasileiras de açúcar no período da I Guerra Mundial resultou, é verdade, do aumento da demanda e dos preços internacionais desse produto. Porém, foi a expansão do consumo interno que desencadeou efeitos substanciais na sua produção, cujo crescimento se deu não somente com a expansão da capacidade produtiva das fábricas e plantação de cana até então existentes, mas, sobretudo, com a instalação de novas unidades produtivas principalmente em áreas que não eram tradicionalmente produtoras de açúcar e que habitualmente importava esse produto do Nordeste. Tal processo, na verdade, é o que estava na base tanto da crise de superprodução do período quanto da transferência da hegemonia produtiva do Nordeste para o Centro-Sul.

Todavia, esse fato acabou contribuindo para a efetivação dos preços do açúcar e a consolidação da produção açucareira.

Com relação a produção açucareira em Alagoas, Lima (2014, p. 65), faz uma comparação entre os anos de 1930 até os anos de 1941, onde no Estado de Alagoas, tanto cresceu a produção por usina como aumentou o número de unidade produtoras nesse período, como mostra a tabela 4.

**Tabela 4 – Alagoas: produção de açúcar das usinas em sacos de 60Kg  
1930/31 e 1940/41**

Usinas	Safras		Variação %
	1930/31	1940/41	
Central Leão	234.000	362.864	55,1
Serra Grande	183.015	280.240	53,1
Brasileiro	90.000	198.040	120,0
Sinimbu	47.173	57.986	22,9
Uruba	44.000	82.370	87,2
Coruripe	43.000	33.454	-22,2
Esperança	36.100	0	-100,0
Alegria	30.000	51.800	72,7
São Simeão	29.270	50.928	74,0
Ouricuri	22.000	34.000	54,5
Campo Verde	20.161	42.118	108,9
João de Deus	19.000	26.925	41,7
Santo Antônio	15.000	60.139	300,9
Conceição do Peixe	15.000	18.268	21,8
Capricho	14.600	19.217	31,6
Camargibe	7.500	25.417	238,9
Água Comprida	6.500	6.160	-5,23
Bom Jesus	6.000	6.921	15,4
Porto Rico	6.000	11.779	96,3
Pindoba	1.960	0	-100,0
Santa Felisberta	1.720	0	-100,0
Terra Nova	1.916	2.351	22,7
Aurora	-	6.054	-
Lajinha	-	40.915	-
Recanto	-	5.855	-
Santana	-	8.060	-
São José	-	6.358	-
Três Bocas	-	6.224	-
<b>Total</b>	<b>873.915</b>	<b>1.444.443</b>	<b>65,3</b>

Fonte: Costa e IBGE apud Andrade (1997, p. 64). Elaborado por Araken Alves de Lima (2014, p. 65).

Nesse sentido, convém elencar mais uma vez que o novo ambiente institucional marcado pela desregulamentação estatal é o maior responsável pelo processo de reestruturação produtiva ocorrido no complexo sucroalcooleiro alagoano (CARVALHO, 2009, p. 50).

Esse novo modelo de desregulamentação estatal “é marca também das deficiências financeiras em que o setor sucroalcooleiro nordestino enfrentava diante da competitividade com o Estado de São Paulo que mantinha uma forte base econômica mais dinâmica e sofisticada” (CARVALHO, 2009, p.50). Pois, “[...] enquanto o Sul estava mais preparado para o novo regime de concorrência, o Nordeste tentou consolidar sua posição como exportador sofrendo com a volatilidade do mercado externo” (SANTOS, S. 2011, p. 14).

Foi assim que “desenvolvido sob o guarda-chuva estatal, o setor sucroalcooleiro nordestino não estava preparado para enfrentar a produção paulista, depois do “choque de capitalismo”, desencadeado a partir de 1990” (CARVALHO, 2009, p. 49).

Nesse sentido, tudo parecia ocorrer às mil maravilhas, até o momento em que o sistema de financeirização resultasse num gigantesco endividamento dos empresários a ponto dos seus negócios ficarem à mercê do mercado global, instalando-se um ambiente de crise. Dessa forma, com a “crise” batendo às portas, não tardou para que empresários dos setores industriais fossem engolidos pelo capital global.

No caso de Alagoas, Carvalho (2009, p. 73) afirma que “os grupos empresariais mais importantes diversificaram radicalmente seus interesses, expandindo intervenções econômicas em várias direções, transformando holdings com presenças em ramos e regiões diferentes”. Reitera-se mais uma vez que foi a partir dos anos de 1990 que as indústrias açucareiras sofreram grandes perdas com a reestruturação produtiva. Esse processo atingiu as 27 usinas do Estado de Alagoas e também as 33 destilarias existentes. Conforme Carvalho (2009, p. 68)



[...] As usinas e destilarias que sobreviveram, demonstram, hoje, sua capacidade de liderar o processo de modernização desse setor, e trabalham melhor os critérios de eficiência financeira-econômica, enquanto as usinas desativadas tinham como a manutenção de alto grau de inadimplência bancária, fiscal e trabalhista, além do atraso tecnológico. A diferenciação entre unidades modernas e atrasadas refletiu-se na afirmação das primeiras e na estagnação ou desaparecimento das segundas.

Apenas cinco usinas – João de Deus, Taquara, Capricho, Uruba e Camaragibe – não construíram destilarias anexas (CARVALHO, 2009, p. 43). O referido autor ainda acrescenta que “as duas primeiras, por limitações empresariais e as três últimas, por percentagem a grupos maiores (Toledo, João Lyra e Maranhão), optaram por não construir destilarias em todas as suas usinas” (Ibidem, p. 43).

Com relação a descentralização industrial em Alagoas, o que vivenciamos é a mobilidade do capital. Destarte, é bom lembrar que o capital no Estado de Alagoas sempre migrou, ou seja, o capital que é fruto dos grandes investimentos de lucro nunca permaneceu em Alagoas, isso porque como já se sabe, o capital entra no sistema financeiro e é reinvestido onde dá mais lucro.

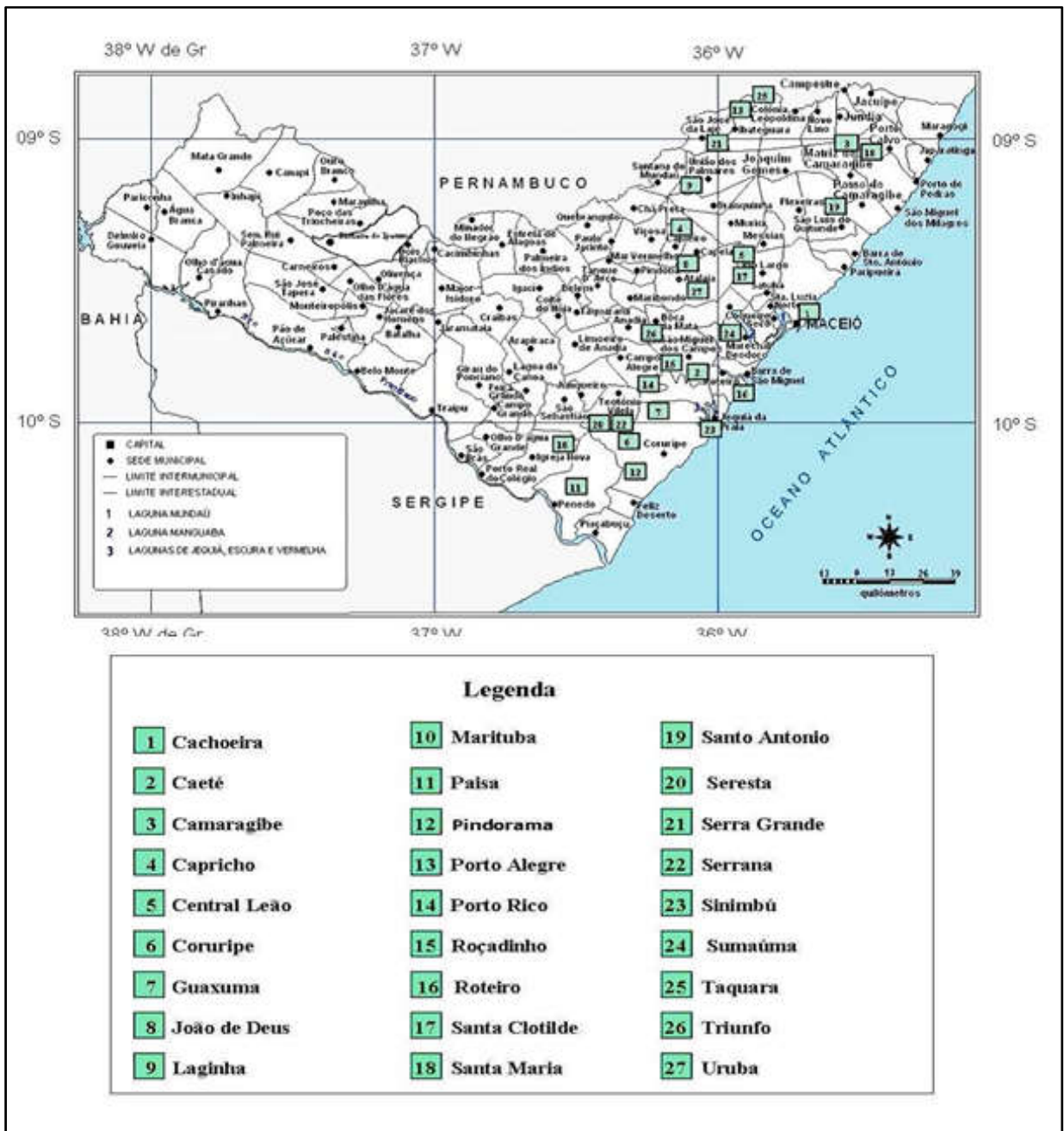
Outro fato que merece ser elencado aqui é que a cana em Alagoas alcançou o seu auge nos anos de 1970, hoje, ela não tem mais para onde se expandir dentro de um processo de mecanização, até mesmo porque são várias as condições naturais e sociais que não permitem. Já chegaram no Agreste próximo de Arapiraca ao limite, até mesmo toda a região de tabuleiro já foi ocupada pelo verde da cana. Sua fronteira de expansão está esgotada. Dentro desse contexto, se formos olhar a Paraíba, vamos ver que ela possui um tabuleiro pequeno, então não tinha para onde se espriar.

Então, o capital de fato, está indo para outras regiões que é possível o seu alargamento porque ainda há fronteiras de expansão agrícola que se encontram no Mato Grosso, Goiás, a Bahia, Maranhão, entre outras áreas de expansão agrícola no Brasil.

Atualmente o Estado de Alagoas conta com 27 usinas, das quais quatro produzem somente açúcar, e estão localizadas, principalmente, numa faixa de 50 km de largura paralela ao litoral, desse total, 20 unidades industriais permanecem

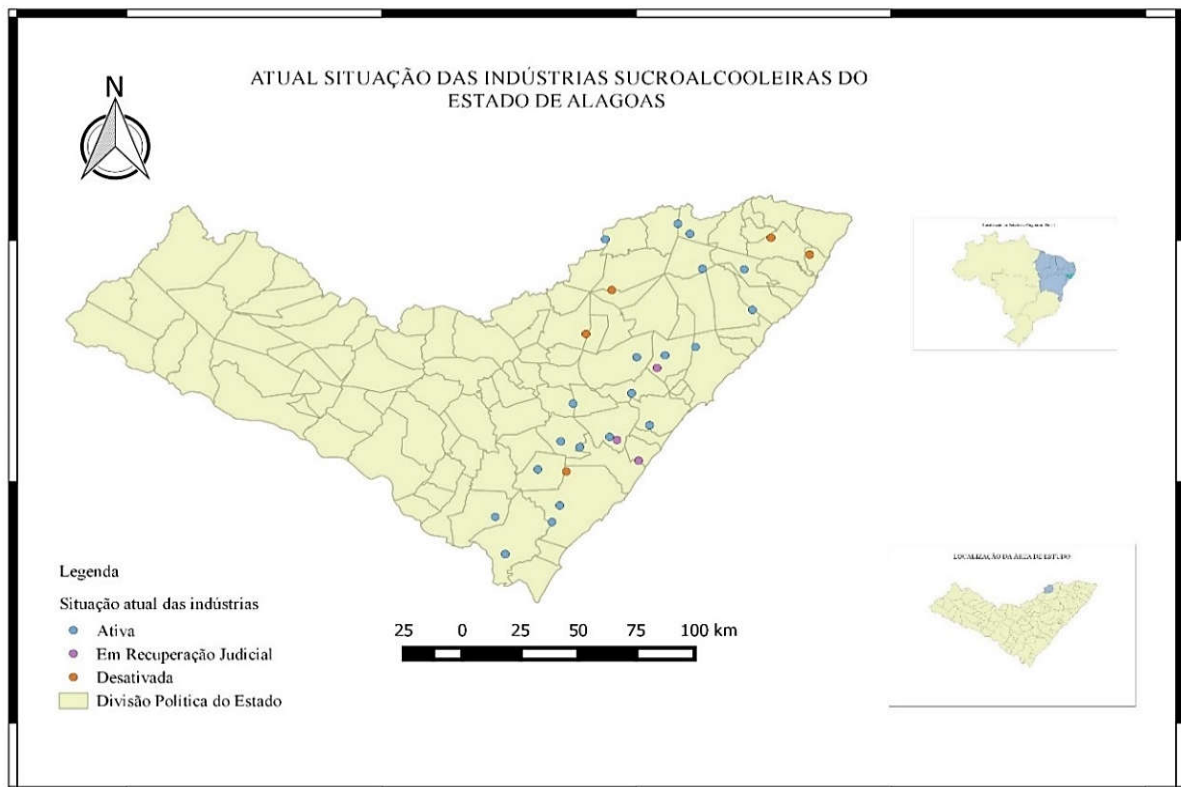
em atividade, 03 estão em recuperação judicial e 04 foram desativadas, além do que toda a costa alagoana já foi ocupada pela atividade canavieira. Inclusive algumas unidades industriais fecharam as suas portas porque não tiveram como investir com a auto-mecanização conforme mostra os mapas 5 e 6.

**Mapa 5 – Alagoas: espacialização das usinas sucroalcooleiras**



Fonte: Elisângela dos Santos e Jilyane Rouse, com base nos dados do Sindicato do Açúcar, 2008, apud SILVA, Jilyane Pauferro da; ARAÚJO LEITE, Angela Maria, 2009, p. 9.

**Mapa 6 – Alagoas: atual situação das indústrias sucroalcooleiras**



Fonte: LER (Laboratório de Estudos Regionais/UFAL. Elaborado por SILVA, Aline Neves da e ONÓRIO, Socorro da Silva.

Com a reestruturação produtiva, muitas foram as usinas que fecharam as suas portas e sobreviver à crise. Empresários do setor sucroalcooleiro do Nordeste transferiram seus investimentos para os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, um exemplo disso foi o grupo Tércio Wanderley que investiu o seu capital no Estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, Lima (2014, p. 155) faz um mapeamento dos sete grupos industriais de maior importância no Estado de Alagoas, mas que também atuam em outros Estados, ou seja, que com a desativação do Proálcool se territorializaram em

outro lugar, “esses grupos empresariais concentram as seguintes unidades industriais”, a saber:

- 1. Grupo Carlos Lyra** – Usinas e destilarias Cachoeira, Caetés e Marituba; Agroindustrial Volta Grande Ltda. E Delta, ambas em Minas Gerais. Esse grupo detém 19% da produção mineira de cana, 30% da fabricação de açúcar e 12% da de álcool;
- 2. Grupo João Lyra** – Usinas e destilarias Guaxuma, Laginha, usina Uruba e Trialcool – Álcool do Triângulo S.A., em Minas Gerais;
- 03. Grupo Corrêa Maranhão** – Usina Camargibe e usina e destilaria Santo Antônio;
- 04. Grupo Tércio Wanderley** – Usinas e destilaria Coruripe e destilaria autônoma Camaçari; Usina Iturama /MG;
- 05 Grupo Toledo** – Usinas Capricho, destilaria autônoma Penedo e usina e destilaria Sumaúma;
- 06. Grupo Olival Tenório** – Destilaria autônoma Porto Alegre e destilaria e usina Porto Rico; e
- 07. Grupo Andrade Bezerra** – Usina e destilaria Serra Grande e usina Trapiche em Pernambuco.

Quanto ao desempenho do grupo, Lima (2014, p. 156), assinala que:

Em conjunto, esses grupos reúnem 16 unidades industriais em alagoas, representando 53% do número de unidades do parque agroindustrial canavieiro do Estado. O que significa que, conforme os dados da tabela 3.09, apesar da existência de 30 unidades produtoras, são 7 grupos que concentram 62, 64% do total de cana processada, 62,92% da produção de açúcar e 69,67% da produção de álcool. É importante perceber que o desempenho desses grupos em relação ao estado mostra que eles formam o núcleo mais dinâmico do setor, pois, enquanto o total de cana moída do Estado cresceu 3,18%, o deles cresceu 18,22%. Na produção de açúcar, o Estado aumentou 35,42%. No caso da produção de álcool, eles cresceram 23,29% e o estado reduziu sua produção em 1,59%.

No que diz respeito ao dinamismo econômico desse grupo quanto à capacidade de produção, é a especialização na atividade açucareira. Todavia, esse *cluster* agroindustrial, “vem se fortalecendo e se consolidando no Norte/Nordeste do Brasil” *de modo que adquiriu importância econômica no território brasileiro, desde os anos de 1990 e desde que os grupos mais importantes do Estado de Alagoas, Tércio Wanderley e o Grupo João Lyra iniciaram o processo de expansão para o*

Centro-Sul, para o Estado de Minas Gerais, onde [...] já dominam a produção de cana naquele Estado (LIMA, 2014, p. 157).

Contudo, isso não quer dizer que as outras unidades que resistiram as mudanças foram todas sucumbidas pela nova lógica do capital global. É certo que com a crise, a derrocada do Proálcool e as novas investidas da política neoliberal que se instaurou no Brasil nos anos de 1990 levou grupos industriais à falência provocando desregulações de todo o tipo. “A desregulação trouxe também à tona as diferenças em termos de eficiência das unidades industriais, revelando as dificuldades financeiras e tecnológicas das empresas” (CARVALHO, 2009, p. 50).

Com a criação do Proálcool e dadas às exigências do mercado externo para com as agroindústrias canavieiras, aumentou o acirramento da competitividade no setor. Logo, para que os empresários desses setores se mantivessem no patamar de produção e para que se adequassem às novas exigências do mercado, foram oferecidas e disponibilizadas linhas de crédito para àqueles que tivessem o interesse de inovar a sua linha de produção e de se manter competitivos. Para isso, foi necessário buscar investimentos do capital externo.

Ainda com relação as unidades processadoras, em 2007 o Brasil contava com 370 unidades processadoras de cana-de-açúcar, sendo 294 instaladas na região Centro-Sul e outras 76 na região Norte-Nordeste. Quanto ao tipo de produção as unidades são divididas em usinas, usinas com destilarias anexas e destilarias autônomas<sup>18</sup>. As primeiras produzem somente açúcar, as segundas fabricam tanto açúcar como etanol e as destilarias autônomas apenas etanol. As plantas que produzem etanol somavam 355 unidades distribuídas em 283 municípios<sup>19</sup>. O Estado de São Paulo por ser uma região concentrada, é ela também quem concentra o

---

<sup>18</sup> As destilarias, autônomas ou anexas, produzem cerca de 400 mil litros de etanol por dia, mas que o dobro do início do Proálcool, onde as unidades produziam o equivalente a 120.000 e 180.000 litros/dia, tendo alcançado um aumento extraordinário. Conforme o site “Nova Cana”, “as melhores destilarias produzem aproximadamente 85 litros de etanol anidro por tonelada de cana. As usinas têm produção em torno de 71 kg açúcar e 42 litros de etanol para cada tonelada de cana processada. Informação disponível em: <https://www.novacana.com/usina/distribuicao-usinas-etanol-brasil/>. Acesso em 24 de jul. 2016.

<sup>19</sup> Idem

maior número de unidades industriais do Brasil, tanto em unidades autônomas como anexas, conforme mostrado na tabela 5.

**Tabela 5 - Brasil: quantitativo de usinas de açúcar com e sem destilarias anexas 2008**

Estados/Região	Usinas de açúcar sem destilarias anexas		Usinas de açúcar com destilarias anexas		Destilarias autônomas		Total de unidades de processamento	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
São Paulo	3	23,1	127	50,6	50	42,0	180	47,0
Minas Gerais	1	7,7	20	8,0	12	10,1	33	8,6
Paraná	0	0	22	8,8	11	9,2	33	8,6
Alagoas	4	30,8	18	7,2	3	2,5	25	6,5
Pernambuco	4	30,8	17	6,8	3	2,5	24	6,3
Goiás	0	0	12	4,8	10	8,4	22	5,7
Mato Grosso do Sul	0	0	7	2,8	4	3,4	11	2,9
Mato Grosso	0	0	5	2,0	6	5,0	11	2,9
Paraíba	1	7,7	2	0,8	6	5,0	9	2,3
Rio de Janeiro	0	0	6	2,4	1	0,8	7	1,8
Espírito Santo	0	0	2	0,8	4	3,4	6	1,6
Maranhão	0	0	1	0,4	3	2,5	4	1,0
Rio Grande do Norte	0	0	2	0,8	2	1,7	4	1,0
Sergipe	0	0	3	1,2	1	0,8	4	1,0
Bahia	0	0	2	0,8	1	0,8	3	0,8
Ceará	0	0	1	0,4	1	0,8	2	0,5
Amazonas	0	0	1	0,4	0	0	1	0,3
Pará	0	0	1	0,4	0	0	1	0,3
Piauí	0	0	1	0,4	0	0	1	0,3
Rondônia	0	0	1	0,4	0	0	1	0,3
Rio Grande do Sul	0	0	0	0	1	0,8	1	0,3
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>251</b>	<b>100</b>	<b>119</b>	<b>100</b>	<b>383</b>	<b>100</b>

Fonte: MAPA (2008) apud PEDROSO JÚNIOR (2008, p. 93)

O Estado de São Paulo detém, portanto, a maior quantidade de unidades de processamento e, em seguida, aparece os Estados de Minas Gerais e Paraná com 33 unidades, respectivamente, enquanto o número de destilarias anexas no Brasil representava apenas 3,3%. Bruno Baltieri Dario (2014, p. 41-42) argumenta apoiado em Pedrosa Júnior (2008, p. 94) que:

Este cenário era semelhante ao do período do Proálcool, quando muitas usinas instalaram torres de destilação para produzir principalmente álcool hidratado. Durante a década de 1990 o processo se inverteu em razão da desregulamentação e da contínua redução da demanda por álcool hidratado. Muitas usinas deixaram de produzir álcool hidratado e passaram a produzir apenas açúcar. No século XXI houve nova mudança em razão do aumento da demanda por álcool hidratado após o surgimento do carro “*flex-fuel*”<sup>20</sup> em 2003.

Concluimos, portanto, que com a desativação do Proálcool o espaço foi moldado para atender a nova lógica de modernização do mercado. Sobre a política de modernização do setor sucroalcooleiro Heredia (1988), cita como exemplo o que ocorreu nos tabuleiros costeiros em Alagoas:

Quando a cana ocupou os tabuleiros, os grandes proprietários aumentaram a área dedicada a esse cultivo através da aquisição de novas parcelas. Esse processo inicialmente um tanto lento por causa dos custos exigidos pelo desmonte dos tabuleiros, resultou com o correr dos anos em grande expansão do cultivo e na ocupação total dos tabuleiros (Ibidem, p. 67).

O Estado de Alagoas é pioneiro no sistema de aproveitamento da cana, trata-se aqui das duas unidades da empresa GranBio<sup>21</sup> que se encontra nos municípios de São Miguel dos Campos: a fábrica de etanol celulósico Bioflex<sup>22</sup> e a Estação Experimental do mesmo grupo, a qual se encontra localizada no município

<sup>20</sup>Como podemos ver, a década de 2000, mas expressivamente o ano de 2003, marcou a presença dos carros *flex-fuel* no Brasil. Do mais, a busca por combustíveis sustentáveis levou os capitalistas usineiros a investir maciçamente não só na produção de açúcar, mas também, na produção do álcool hidratado para a produção do biocombustível que por ser uma alternativa mais viável e econômica, acabou atraindo um maior número de consumidores a adquirir veículos *flex-fuel*. Consequentemente, com a introdução desse tipo de automóvel no mercado brasileiro aumentou também a demanda a nível mundial, por um combustível que não pesasse tanto no bolso dos consumidores, como também a adesão por um combustível sustentável que fosse menos nocivo ao meio ambiente.

<sup>21</sup>A GranBio foi uma fábrica criada em junho de 2011, e já recebeu R\$ 345 milhões de crédito e R\$ 10 milhões de subvenção da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP/MCTI). A companhia mantém, ainda, parceria com o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE), em Campinas (SP). Notícia disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/269617-46>>. Acesso em 12 de jan. 2016.

<sup>22</sup>A unidade industrial Bioflex 1 é a primeira fábrica de etanol celulósico em escala comercial do Hemisfério Sul e, portanto, o maior empreendimento e mais inovador da indústria sucroalcooleira desde o Proálcool. A produção utiliza palha e bagaço de cana-de-açúcar, resíduos até então descartados ou queimados nos canaviais. Segundo Carnaúba, a fábrica pode produzir até 82 milhões de litros do biocombustível por temporada.

de Barra de São Miguel, distando 55 quilômetros do porto de Maceió. Esta empresa entrou em funcionamento em Alagoas desde setembro de 2014. Ela tem capacidade para produzir 82 milhões de litros do biocombustível por ano. Utiliza um conjunto de tecnologias das mais avançadas no ramo agroindustrial açucareiro como por exemplo, (o pré-tratamento, hidrólise enzimática e fermentação), além do mais, a tecnologia implantada no setor permite a transformação de palha e bagaço de cana-de-açúcar em combustível avançado, limpo e que não compete com alimentos<sup>23</sup>, conforme mostra a figura 3.

**Figura3 – Etapas de processamento e logística do etanol de segunda geração**



Fonte: <http://www.granbio.com.br/conteudos/biocombustiveis/>

O objetivo desse empreendimento em biotecnologia é transformar a biomassa em produtos renováveis, como biocombustíveis e bioquímicos. Busca-se

<sup>23</sup>Cf. <<http://www.unica.com.br/noticia/29810917920343378786/usina-pioneira-de-etanol-celulosico-coloca-brasil/>>. Acesso em 15 de mar. 2016.



com esta iniciativa agregar valor ao empreendimento por meio de investimento em pesquisa e inovação que envolva um amplo debate e dissipação do conhecimento produzido conjugando as áreas científica, tecnológica, comercial e econômica e divisas para o país. O quadro 1 mostra quem são os parceiros desse megaprojeto em Alagoas.

**Quadro 1 – Grupos que mantêm parceria com a GranBio em Alagoas - 2016**

<b>Parceria (GranBio)</b>	<b>Tipo de parceria</b>
BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	Aprovou financiamento de R\$ 300 milhões para a construção da primeira planta de etanol celulósico da GranBio.
BNB (Banco do Nordeste)	Financiou máquinas e equipamentos que possibilitam a operação da Bioflex 1.
Beta Renewables	Jointventure entre a italiana BioChemtex, o fundo TPG e a Novozymes, a Beta Renewables licenciou a tecnologia Proesa para operação da fábrica.
Biochemtex	Subsidiária do grupo italiano Mossi & Ghisolfi, a Biochemtex tem um acordo para fornecimento de equipamentos críticos para a planta de etanol celulósico.
DSM	A empresa holandesa fornece leveduras industriais para fermentação do etanol celulósico
Novozymes	A multinacional dinamarquesa é a fornecedora de enzimas para a hidrólise de celulose.
Grupo Carlos Lyra	Tradicional produtor de etanol de primeira geração, é parceiro da GranBio na primeira planta.

Fonte: <http://www.granbio.com.br/conteudos/biocombustiveis/>

O território brasileiro dispõe de todas as condições necessárias para o empreendimento de modo a ocupar o primeiro lugar no ranking de produção de energia renovável e o que por sinal, é um empreendimento de grande envergadura para o Estado de Alagoas e para o Brasil, o que de certa forma, eleva o seu grau de reconhecimento no país.

Na área de inovação e tecnologia, destaca-se a Estação Experimental do município de Barra de São Miguel no Estado de Alagoas, criada em 2013. Possui

em sua amplitude o equivalente a 60 hectares de terra. Nela são desenvolvidos estudos voltados para o setor de “cana-energia, variedade desenvolvida a partir do cruzamento genético de tipos ancestrais e híbridos comerciais de cana-de-açúcar, além de outras fontes de biomassa<sup>24</sup>”.

De acordo com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, a escolha do centro de pesquisa em Etanol celulósico, no interior de Alagoas, é fruto de um processo histórico e que segundo ele “o Estado conheceu várias transições tecnológicas, desde a época em que o primeiro engenho foi instalado na região até essa planta, que é o estado da arte da tecnologia do mundo na área da cana e dos seus derivados<sup>25</sup>”.

O ministro Aldo Rebelo sugere, de forma muito positiva, que Alagoas abrace essa causa de modo a se tornar uma referência nacional na produção de energia a partir da biomassa. Segundo o vice-presidente de Operações da GranBio, Manoel Carnaúba (2015, s/p.)<sup>26</sup>,

[...] a trajetória da empresa indica "uma grande oportunidade para o Brasil neste momento de rearranjo" fiscal. "Eu vejo na biotecnologia o potencial agrícola que esse País tem e a cultura já desenvolvida na agroindústria do açúcar", apontou. A simbiose desses dois segmentos poderá contribuir muito para que a gente mude a história nacional, dando um salto decisivo nas questões da agenda climática, da geração de emprego e de uma economia limpa e sustentável.

Enquanto que para Gonçalo Pereira (2015, s.p), “[...] o Brasil tem chance de liderar uma revolução, talvez pela primeira vez na história em uma área de tecnologia de ponta. Em vez do petróleo, o açúcar; e no lugar de grandes plantas petroquímicas, fermentação e purificação<sup>27</sup>”. Já o vice-presidente de Novos Negócios da GranBio, Alan Hiltner (2015, s.p)<sup>28</sup>, compara o Brasil como a Arábia Saudita da biomassa, pois só para se ter uma ideia, “[...] a matéria-prima seca vale US\$ 100 por tonelada nos Estados Unidos e a gente é capaz de produzir a mesma quantidade por US\$ 35”. Segundo eles o país tem tudo para sediar a indústria de biotecnologia industrial, com uma vantagem competitiva muito grande em relação a

<sup>24</sup>Cf. no site: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/269617-46>>. Acesso em 15 de mar. 2016.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem.

todos os demais. Como exemplo do pioneirismo alagoano, o ministro Aldo Rebelo relatou que a primeira produção comercial de álcool combustível no Brasil ocorreu na Usina Serra Grande, em São José da Laje, em 1927<sup>29</sup>(veremos esse tópico com maior profundidade mais à frente).

## 2.2 A organização do trabalho mediante processos de acumulação capitalista

Para compreendermos sobre o processo de organização do trabalho, iniciaremos falando um pouco sobre sua forma *sui generis* como organização da manufatura bem como o trabalho em sua forma coletiva nos engenhos, pois com a mudança dos engenhos para usinas houve mudanças também nas relações de produção. De acordo com Gaudemar (1977, p. 236-237),

Na manufatura, a divisão do trabalho assume um caráter subjetivo, ou seja, uma combinação de operários parcelares. Com a grande indústria à medida que a técnica avança, os instrumentos de trabalho tendem a transformar-se. Na grande indústria o trabalho adquire um caráter objetivo, com ela surge um novo modelo de divisão do trabalho tecnológico. Doravante, a passagem da manufatura para a grande indústria requer, em segundo lugar, uma ressocialização operária, que em si mesma implica um tipo de trabalho mais denso, porquanto comandado pelo ritmo da máquina” (DAL ROSSO, 2008, p. 53).

Nos engenhos, assim como nas usinas, também se exigiam trabalhadores com formações diferenciadas. “[...] Se a aparição do capital supunha em primeiro lugar fundamentalmente a mobilidade da força de trabalho diretamente produtora de mais-valia, com a manufatura veem-se surgir as formas de uma mobilidade generalizada do trabalho, inclusive nas esferas hierárquicas” (GAUDEMAR, 1977, p. 236-237).

Com efeito, o engenho apareceu como um conjunto produtivo peculiar, novo, onde as atividades necessárias para a transformação da cana em açúcar foram organizadas segundo critérios de ordem, hierarquia, especialização,

---

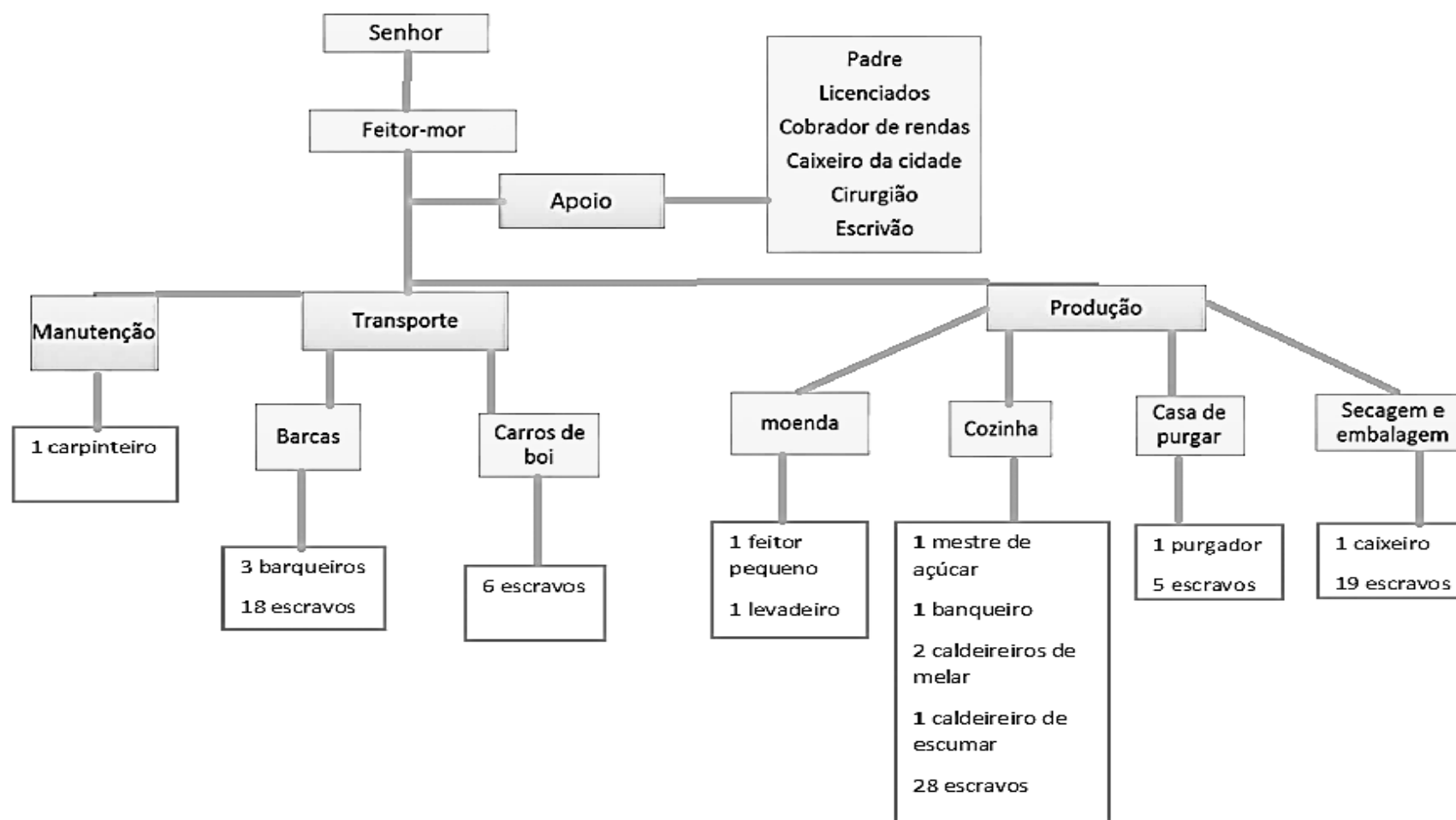
<sup>29</sup>Em 1921, a usina Serra Grande passou a pesquisar e desenvolver um combustível a base de álcool em substituição a gasolina. A principal motivação para tal alternativa, era a crise na indústria e agricultura provocada pela retração do mercado internacional do pós-guerra, que culminou na grande depressão de 30.

sequência e disciplina” (FERLINE, 2003, p. 139). O engenho era um tipo de estrutura considerado como uma máquina movente. Acrescenta ainda a autora que “[...] nele a produção não era fruto de trabalhos individuais completos, mas de um sistema que criava o trabalho como produto da força coletiva. Para esta autora, o engenho era, na verdade, um “verdadeiro mecanismo de produção, seus órgãos eram seres humanos” (Ibidem, p. 139).

Nesse sentido, quando o capital mercantil abocanhava toda a produção, ele buscou maximizar maiores lucros, mas para isso precisou reduzir o tempo de trabalho das mercadorias, utilizando para isso a jornada de trabalho coletiva e uma divisão do trabalho. Posto isto, mostraremos nas figuras 4 e 5 como se dava a divisão do trabalho na época dos engenhos e como ele estava organizado hierarquicamente. Veremos que além do feitor-mor, os engenhos contavam com outros profissionais inclusive com uma equipe de apoio das fazendas. Ao feitor-mor cabia supervisionar e controlar o trabalho nos engenhos e aplicar o castigo quando necessário.

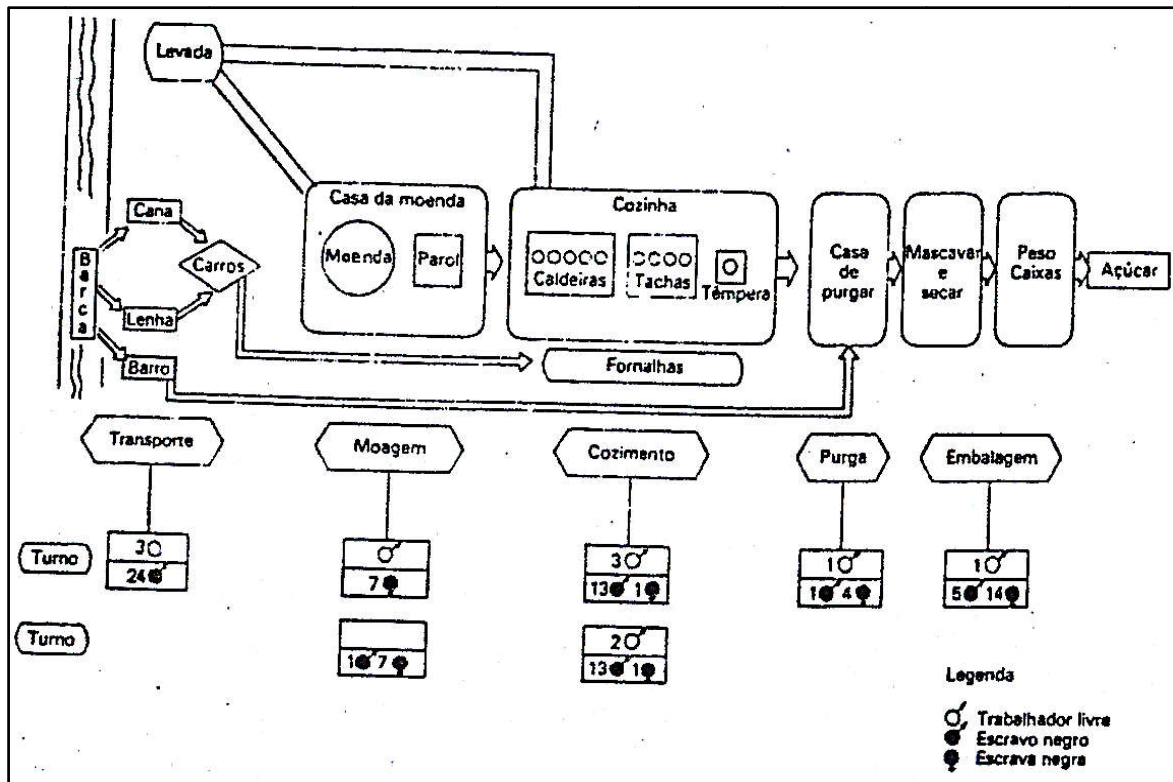


Figura 4 – Organograma de um engenho



Fonte: FERLINE, Vera L. A. A civilização do açúcar. e. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 145.

Figura 5 – Organização da produção nos engenhos do Brasil – Séculos XVII a XVIII.



Fonte: FERLINE, Vera L. A. A civilização do açúcar. e. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 145.

Do mais, Vera Ferlini (2003, p. 140-141) tomando por base os postulados de Karl Marx (1971, p. 383-384), argumenta que:

A organização da manufatura do engenho explicita sua determinação pelo capital mercantil, e as condições que tornaram possível a aglomeração de trabalhadores em situações de cooperar para produzir açúcar remetem às necessidades de acumulação da época moderna. A forma específica de ampliação da produção, pela cooperação, está na gênese do capital, como método empregado “para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro. [...] o caso do engenho essa forma de cooperação está inserida na história do capital, mas não se constitui em forma capitalista, pois se a necessidade e as condições de produção são dadas pelo capital, sua realização baseia-se em relações diretas de domínio e servidão. [...] No âmbito do engenho, o processo produtivo resultou da decomposição dos ofícios diversos, ligados ao fabrico do açúcar, em atividades sequenciais, formando trabalhadores parciais agrupados e combinados em mecanismo único. E se a conexão entre suas funções e as unidades que formam nesse organismo produtivo estava fora deles (no capital mercantil gerador do sentido dessa produção), não foi a alienação ao capital que obrigou ao trabalho, mas a forma limite de compulsoriedade: a escravidão.

No âmbito da divisão do trabalho e da manufatura do engenho, o coletivo de trabalho era dividido por tarefas e por setor de atividade que vai desde a

“preparação, moagem, cozimento e purgação” (VERA FERLINI, 2003, p. 143). Os engenhos de açúcar constituíam um sistema organizado de manufatura, “dessa forma, o escravo na produção colonial, já era requisitado como força de trabalho específica, como trabalhador coletivo” (Ibidem, p. 144).

Ainda segundo a autora supracitada, há que separar dois níveis de trabalho na manufatura açucareira: o dos trabalhadores escravos e o dos trabalhadores assalariados. Segundo ela,

Os trabalhadores livres eram técnicos habilitados, conhecedores dos procedimentos indispensáveis ao processo do açúcar, verdadeiras habilidades artesanais desconhecidas pelos negros, ou exerciam cargos de supervisão. A organização do engenho ligava-se à decomposição de seus próprios ofícios, restando-lhes a direção das atividades individuais de cada setor. (VERA FERLINI, 2003, p. 142).

Como falamos da divisão e organização do trabalho nos engenhos, não poderíamos deixar de discutir sobre a divisão do trabalho no âmbito das usinas, que se observamos bem, pouca coisa mudou. Assim, para discutir sobre a estrutura organizacional da uma usina é preciso observar a sua subdivisão: indústria/campo.

Sobre isso, Maciel Cover (2011, p. 101) citando Silva (1999) diz que que “na usina, há três espaços distintos e interligados: o escritório, a indústria e o talhão”. Para este autor, “o escritório é a porta de entrada do migrante no canavial. É ali que ficam seus documentos” (COVER, op. cit, p. 102).

Cover (Ibidem, p. 102) mostra como estão divididos hierarquicamente a indústria/campo:

- a) O escritório: é o espaço do trabalho intelectual e se localiza anexado à indústria. Ali trabalham os gerentes e seus auxiliares, que fazem a relação com os agentes exteriores: financiadores; compradores dos derivados da cana, vendedores de matéria-prima e insumos, agentes do Estado como vigilância sanitária, receita federal, fiscalização trabalhista, etc.
- b) A indústria é o espaço onde acontece a transformação da cana em açúcar e etanol.
- c) O talhão também faz parte da fábrica. Ele é organizado em duas frentes: a de plantio e a de corte. A frente de plantio é responsável pelo cultivo da terra, adubação, plantio, aplicação de herbicidas. A frente de corte que é



responsável por cortar a cana e entregá-la até a indústria (usina) organiza-se em três setores: o corte, o carregamento e o transporte.

Conforme o autor, é nessa lógica da empresa que os trabalhadores migrantes são inseridos. Sendo assim, o campo contempla uma ampla hierarquia que vai desde o trabalhador do campo a equipe que fiscaliza o trabalho dos canavieiros, conforme mostrado na figura 6.



**Figura 6 - Cadeia hierárquica no campo**

Fon te: BELTRÃO, Joyce de Melo (2012, p. 91); COVER (2011, p. 105-114) adaptado pela autora.

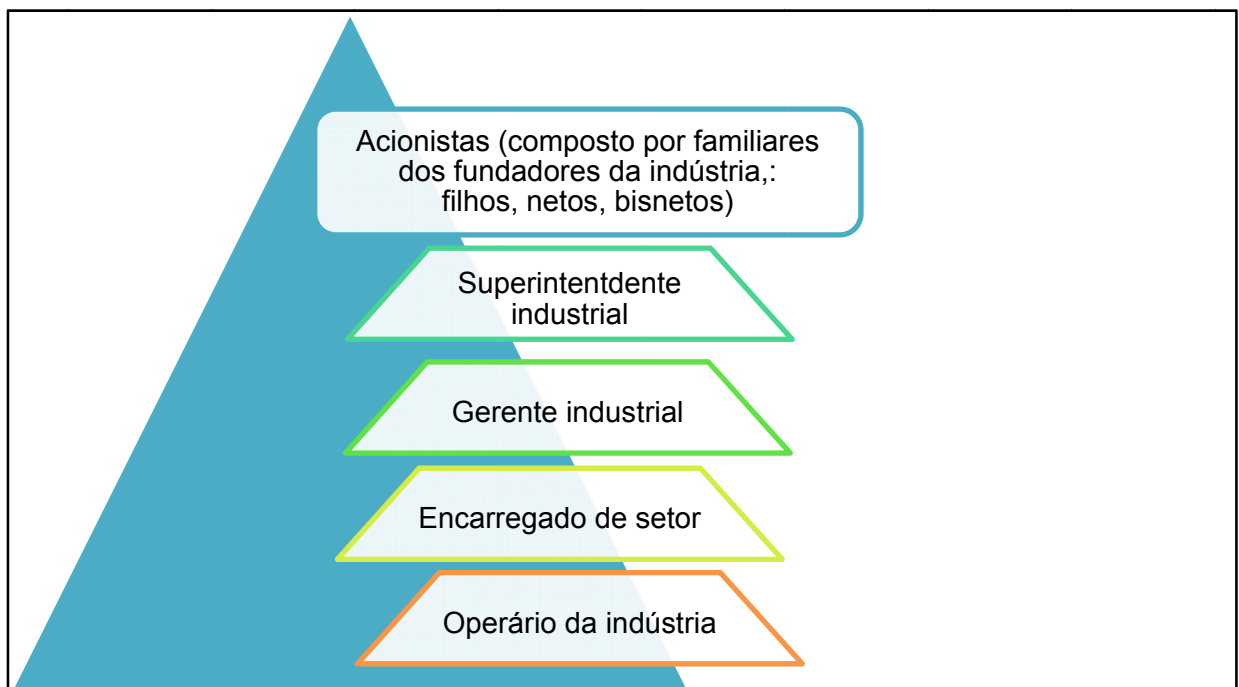
Podemos assim perceber que o cortador de cana ocupa o último nível hierárquico do campo, ele está sumariamente subordinado ao fiscal de campo, é por assim dizer o que mais recebe ordens e que tem o seu trabalho sempre vigiado por estes tantos agentes do setor de campo. O fiscal de campo, é o único que lhe dá ordens. Diferentemente do fiscal, o cortador de cana “[...] não manda em ninguém, só tem a obedecer. Tira o sustento da família com suas podadas. Aliás, da sua família que está no “norte”; da família do fiscal; do encarregado geral; do proprietário da usina; dos investidores na bolsa de valores” (COVER, 2001, p. 107). Mas, com

uma ressalva: “por ele estar na chamada “ponta da cadeia produtiva”, se porventura este trabalho parar, toda a cadeia para”, é por isso também que quando relutam contra o capitalista usineiro e com o Estado por meio de paralizações reivindicando os seus direitos, as mobilizações não perduram por muitos dias.

Vemos, então, que a relação entre os vários agentes que vão compor esse espaço se estabelecem entre os rurícolas do corte de cana e os detentores do poder e dos meios de produção que ultrapassam os canaviais.

No segundo nível hierárquico (figura 7), vai estar representando os agentes ausentes do canavial que vai desde os operários da indústria aos acionistas. Estes agentes não estão presentes no canavial, pois a hierarquia social é organizada de uma maneira que consegue combinar os interesses de todos os envolvidos, e isso garante a reprodução do capital aplicado (CCOVER, 2011, p. 115). Ainda segundo o autor referenciado, “há usinas de capital aberto, onde as ações são compartilhadas entre os membros das famílias e grandes multinacionais, como a Bunge, a Cargil, a Dreyfus e bancos como o Bradesco, Santander, etc.” (Idem).

**Figura 7 – Cadeia hierárquica na indústria e os agentes detentores do meio de produção**



Fonte: BELTRÃO, Joyce de Melo (2012, p. 92); COVER (2011, p. 105-114) adaptado pela autora com base em Cover (2011).

De acordo com Maciel Cover (2011), a organização do trabalho é controlada pelo processo de acumulação de capital, ou seja, por meio de financiamentos do Estado que passou também a regular a força de trabalho e que o processo produtivo também é financiado por bancos privados.

Convém lembrar que a reestruturação produtiva imprimiu transformações profundas no mundo do trabalho e o novo padrão de acumulação recebeu apenas uma nova configuração, ou seja, uma racionalização voltada para o padrão de acumulação flexível, toyotista onde “[...] o exercício de tarefas fracionadas e controladas por tempo (taylorista), geralmente comprometidas com ganhos crescentes de produtividade (fordista)”, nas atuais circunstâncias houve uma combinação do velho com o novo. “Em síntese, o sistema taylorista-fordista altera a organização do trabalho para obter resultados superiores. É então, um exemplo clássico de intensificação por reorganização do trabalho na ausência de revolução tecnológica” (DAL ROSSO, 2008, p. 62). Para (POCHMANN, 2009, p. 18),

[...] Mesmo que o padrão fordista-taylorista de organização do trabalho urbano industrial venha sendo reprogramado, com as modificações introduzidas por uma série de novidades processuais no âmbito da produção flexível (taylorismo, *just in time*), permanecem ainda os sinais de sua incapacidade plena no atendimento de um conjunto de determinações imposto pelos diferenciados e inovadores espaços de acumulação de capital (POCHMANN, p. 18).

Com relação a isso, no caso do cortador de cana, é preciso compreender que mesmo com todas as mudanças no mercado de trabalho, o trabalho do cortador de cana continua sendo rígido, continua sendo fordista, ou seja, ele não vai entrar na mesma perspectiva do trabalhador flexível. O trabalhador que corta cana ele vive fora desse processo. É claro que há mudanças e que ele sofre com todas essas transformações do mundo do trabalho, pois depois da conjuntura do capital quando ele muda a sua configuração de acumulação, ele permanece preso a uma relação taylorista/fordista, ou seja, ele permanece na mesma relação anterior às relações capitalistas.

Desse modo, é errôneo pensar que o sujeito que corta cana está envolvido na lógica moderna toyotista, pois para exercer o seu trabalho, basta-lhe apenas o uso da força e um facão. O trabalhador do corte de cana vivencia as mudanças ocorridas no mundo do trabalho com a acumulação do capital, ele é também afetado por elas, mas a sua relação com a indústria continua sendo pré-fordista, ela é tão sanguinária que ela não se altera nessa lógica do toyotismo. A empresa sim, de fato, ela acaba sofrendo muito mais esses aspectos, mas menos no mundo do trabalho, isso porque:

Nem a agroindústria nem as indústrias de base (que, com frequência, são “indústrias de processo”, isto é, de processos físico-químicos automatizados) dependem do taylorismo ou do fordismo enquanto princípio de organização do trabalho. Não obstante tendem a surgir formas de divisão do trabalho assemelhando-se a tripartição do trabalho fordista e, mesmo, lógicas de acumulação parecidas com aquela do “fordismo periférico”<sup>30</sup> (LIPIETZ, 1989, p. 324).

---

<sup>30</sup> “Trata-se de um autêntico fordismo, com uma verdadeira mecanização e uma associação de acumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens de consumo duráveis” (LIPIETZ, 1989, p. 317).



### 3 “GOVERNAR É POVOAR”: MAS, NÃO SE POVOA SEM SE ABRIR ESTRADAS<sup>31</sup>

#### 3.1 Uso e ocupação do território pelos engenhos e usinas de cana-de-açúcar

*A roda do tempo é a roda do açúcar. A velha roda que moeu tanta cana, tanta gente, tantas gerações, agora, não mói, não cozinha nem dá ponto, hoje é só uma lembrança guardada como relíquia.*

*Douglas Apratto Tenório, (2009)*

Contudo, as primeiras normas estabelecidas para a ocupação do território “se encontram na carta Régia de 20 de novembro de 1530”, que até então, nesse período, “[...] as concessões de terras eram pessoais, não transmissíveis, ou seja, usufrutuárias” (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p. 85).

De acordo com Diégues Júnior (2012, p.85) não demorou muito para que esse documento perdesse o seu real valor e uma nova carta fosse reeditada de modo a conferir poder a Martin Afonso de Souza para fazer a distribuição de terras

<sup>31</sup>A expressão “Governar é povoar” foi utilizada por Afonso Pena, ex-presidente do Brasil, e em março de 1906 recebeu o acréscimo do presidente Washington Luís, ficando, portanto, da seguinte forma: “Governar é povoar, mas, não se povoa sem se abrir estradas”.

para àqueles que tivessem o interesse de viver no Brasil e povoar o território. Daí passou a predominar o sistema de parentela, “[...] o que foi corroborado com o regime das capitâneas hereditárias que pouco depois fora instituído. Implantou-se, então, a concessão de sesmarias, a que eram autorizadas aos donatários” (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p. 85).

Conforme o autor supracitado, esse sistema foi o que prevaleceu no Brasil, sofrendo apenas algumas ratificações com o novo Regimento de 1548<sup>32</sup>, assim, o conjunto de normas que foram antes estabelecidas para a ocupação e usufruto do território brasileiro sofreram alterações como a exigência pela coroa portuguesa de que “as terras não mais seriam dadas a cada pessoa a quantidade além da que boamente pudesse ser aproveitada” (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p. 86).

O fato é que a concessão de terras, de sesmarias, continuou a cargo dos donatários, até que cessada sua propriedade à capitania, ou por venda, ou por volta à coroa, passou essa a reger diretamente a colônia, inclusive quanto à distribuição de terras. Das diretrizes gerais focadas no Regimento de 1548, o que se deduz é que havia o propósito bem definido de estimular, com a concessão de terras, a construção de fábricas de açúcar (Ibidem, p. 86).

Tiramos de proveito dessa assertiva que, para que se fizesse jus à aquisição de terras, os donatários deveriam se ajustar às exigências e regras dos parâmetros normativos que regiam a colônia, que era justamente implantar engenhos de açúcar com o objetivo de estimular a criação de núcleos de povoamento no Brasil. Lembrando que a ocupação do território brasileiro está também ligada à presença dos engenhos. *A priori*, ” surgiu o engenho Quissamã, em Muriaé, no Rio de Janeiro e depois os de São Paulo e os do Nordeste, todos ligados à presença marcante da agricultura e da pecuária” (BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 1922).

Daí a explicação para a demanda da grande quantidade de mão de obra ter vindo de fora, bem como o financiamento que geralmente era concedido aos sesmeiros, sendo esses “[...] ligados aos donatários das capitâneas e recebiam o financiamento de comerciantes europeus, sobretudo de judeus sefarditas que

---

<sup>32</sup>A esse respeito consultar a obra “População e açúcar no Nordeste do Brasil” de Manuel Diégues Júnior (2012)

havia sido expulsos de Portugal e se instalado na Holanda” (ANDRADE, 2001, p. 271). Quanto aos sesmeiros, Corrêa (2003, p. 122) assinala que:

[...] O sistema de sesmarias concorrera para que a propriedade da terra, antes monopólio real, passasse às mãos do número limitado de indivíduos que tinham acesso aos favores reais. Contudo, não era este o aspecto fundamental do problema, pois sendo a terra abundante não se pagava propriamente renda pela mesma. Na economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A "roça" era e é a base da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver de sua roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a sua roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos, de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos monetários mínimos. No âmbito da roça o sistema é exclusivamente de subsistência; no âmbito da unidade maior é misto, variando a importância da faixa monetária de região para região, e de ano para ano numa região.

Corroborando com o exposto, e enfatizando mais precisamente o caso do Estado de Alagoas, trazemos as contribuições de Juliana de Andrade (2014, p. 80), quando esta afirma que “em Alagoas, encontramos um conjunto de 40 sesmarias concedidas entre 1678 a 1828, 16 estavam situadas no interior de Alagoas, mais precisamente no vale do Mundaú e do Paraíba do Meio” e acrescenta:

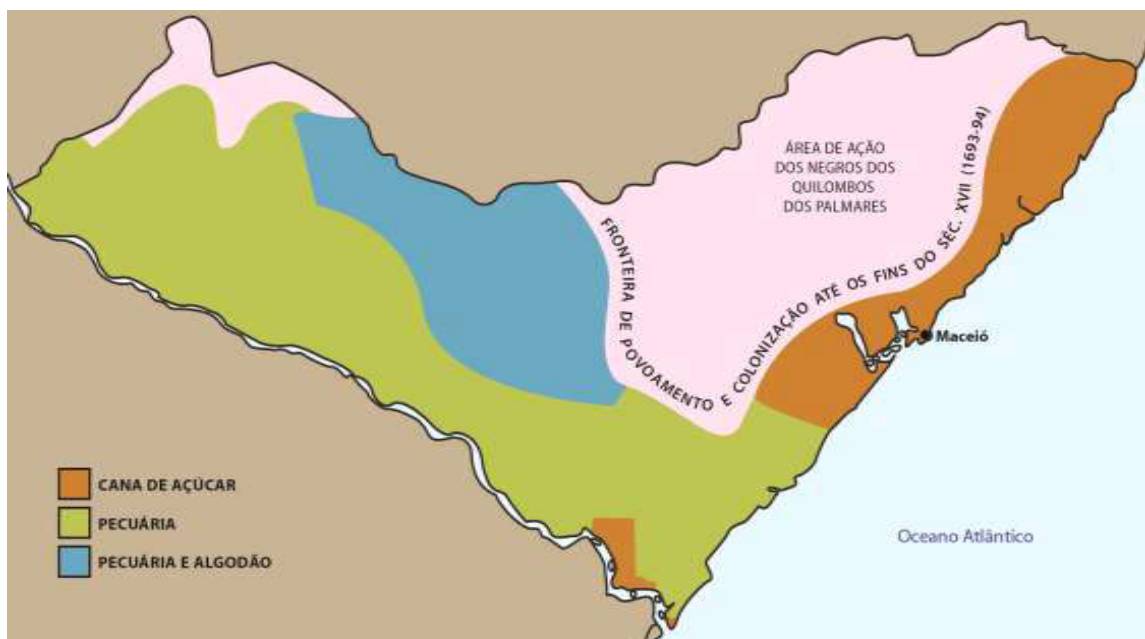
[...] a carta de concessão de sesmaria constitui um ato legal de legitimação da posse condicionada das terras. Em alguns casos, contudo, esse documento nunca é emitido. A posse da terra se baseia. O processo era informado pelo Procurador da Fazenda real, pela câmara da vila em cujo termo estavam as terras e pelo procurador da Coroa. Finalizada a tramitação da petição, a carta de sesmaria era assinada pelo governador da capitania. Tais concessões incluíam as seguintes exigências: pagamento do foro e do dízimo sobre a produção; aproveitamento; com prazo determinado, das terras concedidas; registro de carta de sesmaria; confirmação da concessão pelo rei; e medição e demarcação das terras.

De acordo com Andrade (2014), quando se trata do sistema de sesmarias, devemos observar que da parte do interior alagoano voltado para o vale do Mundaú, a concessão de terras aos sesmeiros em Alagoas (ver anexos B, p. 237), foi o sistema pioneiro no processo de formação territorial do Estado, significando que, diferentemente do vale da Paraíba, o vale do Mundaú já havia sido “explorado e conquistado”, daí a permissão para que outros territórios fossem sendo aos poucos ocupados.

Para Andrade (2014, p. 83), “[...] a ocupação do interior alagoano se materializou a partir de quatro frentes: estradas ou caminhos, vilas, sesmarias e

práticas de posseiros, ou seja, a ocupação se deu de forma multidirecional e em diferentes tempos, seguindo os diferentes interesses dos diversos grupos que organizavam a ação”. No mapa 7, podemos constatar esse processo de ocupação e de hierarquização em Alagoas.

**Mapa 7 – Alagoas: fronteira de povoamento e colonização nos fins do século XVII - (1693-1694)**



Fonte: ANDRADE, Juliana (2012, p. 84) in: LIMA, Ivan Fernandes. Geografia. São Paulo: EB, 1965. Adaptação: Renata Cadena .

Através do mapa, percebe-se que a ocupação do território da mata alagoana se deu bem antes do século XVIII que os núcleos de povoamento já existentes no território alagoano, no período compreendido entre 1693 e 1694, grosso modo, já usavam o território. Concordamos com Andrade (2014) ao deixar claro que a ação quilombola nos espaços de fronteira agrícola já se fazia presente nesse território e que a presença e o deslocamento dos quilombolas não se restringiam a um espaço restrito, apenas, mas, se alargou para a parte Oeste do território alagoano.



A cana-de-açúcar se caracterizava como um fator que punha em risco qualquer outro tipo de cultura agrícola. Nesse contexto, “a difícil situação financeira dos senhores de engenho e a resistência dos antigos moradores dos Quilombos dos Palmares na região dos vales do Mundaú e Paraíba do Meio, garantia a consolidação de uma nova fronteira agrícola no centro da Província” (ANDRADE, 2014, p. 68).

Os Quilombos dos Palmares levavam uma experiência campesina para as fronteiras de ocupação econômica mais antiga do Brasil, mostrando que eram responsáveis pelo movimento de interiorização e de avanço da fronteira agrícola para o oeste da Capitania de Pernambuco” (ibidem, p. 68-69).

Para a autora, a outra frente que se formava mais adentrando o interior do estado quase não encontraram problema a ponto de interferir ou frear a produção agrícola que se formara, bem como a produção algodoeira. Segundo Andrade (ibidem, p. 69),

Enquanto as fronteiras agrícolas do leste não atingiam os vales do Mundaú e Paraíba, eles se tornavam lugar privilegiado para outros tipos de habitantes. Entre eles, estavam aqueles que tinham algum motivo para não assumir o papel social que lhe havia sido determinado pela sociedade colonial, como por exemplo, os grupos indígenas, os escravos fugidos, os brancos pobres e homens e mulheres mestiços.

Nesse sentido, Diégues Júnior (2012, p. 90) vai informar que:

Do primitivo latifúndio, criado pela concessão de sesmarias nos inícios da colonização, é que se irradiou a chamada civilização do açúcar<sup>33</sup>; dele é que se desenvolve a base territorial da economia açucareira. O engenho se constitui, assim, a unidade territorial e demográfica na região nordestina, principalmente da área agrária, denominada pela monocultura da cana, que condicionou e determinou as características da formação econômica social do Nordeste litorâneo.

A de se considerar também que a instalação de engenhos açucareiros era considerada uma maneira de favorecer o povoamento efetivo, tornando-se por isso pré-requisito para a concessão de terras. Os primeiros engenhos foram instalados

---

<sup>33</sup>Cf. Carvalho (2009); Pochmann (2009); Lima (2014).

nas frentes que iniciaram a ocupação do atual território alagoano, constituindo, de fato, uma forma de assentamento<sup>34</sup>.

Nesse deslançar, o importante era que a terra possuísse um solo adequado para o plantio, bem como quais seriam áreas próprias e impróprias à urbanização. Para tanto, à medida que as cidades se desenvolviam, criavam-se várias formas de se usar o território, seja pela construção dos diferentes espaços para a plantação da cana, para a pecuária, para a criação dos roçados e fendas ou mesmo pela luta constante de ocupação e apropriação da terra. Daí dizer que a cidade em seu processo de formação e desenvolvimento, de uma forma ou de outra, foi e continua sendo um espaço cada vez mais segregado e de conflitos.

De acordo com Diégues Júnior (2012, p. 44), a quem considere que foram os judeus quem trouxeram a cana para o Brasil, todavia, não se pode negar a sua contribuição quanto ao preparo e fabrico do açúcar nos engenhos. “Fato é que no Nordeste, encontraram os judeus condições de adaptabilidade, não só pelo clima quente, senão também por sua penetração já sentida na população portuguesa” (DIÉGUES JÚNIRO, 2012, p. 44). E mais,

Foi o judeu o elemento criador das relações comerciais entre os engenhos e, mais tarde, entre os engenhos, as cidades e as vilas. Através das relações comerciais, vendendo sempre e pouco comprando, criou o judeu as dificuldades financeiras em que se viram envolvidos um dia os senhores de engenho. Daí a se tornar proprietário não foi difícil, nem tardio, porque logo se viu como os judeus se fizeram também senhores de engenhos.

Nesse sentido, podemos dizer então, que alguns elementos marcaram a formação das cidades nordestinas, pois “a luta que se criou entre o judeu e o luso-brasileiro e não o português apenas, foi de natureza econômica”(Ibidem, p. 46).

Dessa forma, o que temos então como elemento estrutural para a formação dos municípios alagoanos? Ora, a produção do açúcar como sendo um dentre outros elementos que vai compor esse espaço, a formação dos primeiros engenhos e engenhocas, e também as trocas desiguais entre os diversos agentes, pois, “o Estado de Alagoas surgiu atrelado ao poder emanado das famílias tradicionais e seus sobrenomes, donos de engenhos, e posteriormente, das usinas e destilarias que sustentam a sua economia” (ALMEIDA; SANTOS, 2010, p. 4).

---

<sup>34</sup> Cf. Heredia (1988, p. 40).

De todo modo, as relações entre esses territórios se estabeleciam por meio das trocas desiguais, onde o produto dessa relação desigual e perversa era o trabalho exercido pelos escravos e que durante o século XVIII e início do século XIX são eles os elementos estruturais que vão dar sustentação a base de acumulação do capital.

Ademais, durante o processo de sua formação o Estado de Alagoas vai se desenvolvendo por meio da monocultura da cana-de-açúcar, sobretudo baseada no trabalho escravo por “uma monocultura voltada para o mercado externo, ou seja, por uma monocultura escravista agroexportadora<sup>35</sup>, a esse respeito consultar o quadro 10, em anexos, p. 230. Nele vamos ver que “[...] os lugares que tinham a presença maior de cativos correspondem as áreas que a produção agroexportadora se dá de maneira mais intensa como no vale do Camaragibe” (ANDRADE, 2014, p. 119).

**Quadro 2 – Demonstrativo da população da Província das Alagoas, com denominação das paróquias, condição e sexo<sup>36</sup>**

Nº	Paróquia	Livres			Escravos			Total
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
1	Maceió	4.671	5.795	10.466	667	965	1.632	<b>12.098</b>
2	Jaraguá	1.506	1.797	3.303	199	169	368	3.671
3	São Miguel	4.920	5.219	10.139	1.163	1.027	2.190	12.329
4	Pilar	4.087	4.371	8.458	640	708	1.348	9.806
5	Pão de Açúcar	4.166	4.479	8.645	173	234	407	9.052
6	Norte (Santa Luzia do Norte)	3.399	3.795	7.194	989	930	1.919	9.113
7	Anadia	6.080	6.314	12.394	645	652	1.297	13.691
8	Santana do Ipanema	4.305	4.126	8.431	132	184	316	8.747
9	Traipú	5.937	5.920	11.857	331	398	729	12.586
10	Porto de Pedras	2.421	2.831	5.252	551	457	1.008	6.260
11	Camaragibe	9.195	9.486	18.681	1.237	1.235	2.472	21.153

<sup>35</sup>Ver o documentário do historiador Osvaldo Maciel Adair Nunes, na Coletânea “Alagoas nossaTerra” – Projeto Palco Aberto. Disponível em: <<http://www.projetoalcoaberto.com.br/#!alagoas/c1487>>.

<sup>36</sup> Cf. ANDRADE, Juliana Alves de (2014, p. 116).

12	Água Branca	2.617	2.665	5.282	143	195	338	5.620
13	Quabrangulo	4.843	5.101	9.944	427	420	847	10.791
14	Penedo	7.643	6.450	14.093	1.049	394	1.443	15.536
15	Atalaia	11.248	4.361	15.609	927	955	1.882	17.491
16	São Bento	4.157	4.600	8.757	965	904	1.869	10.626
17	Porto Real do Colégio	6.192	6.589	12.781	241	253	494	13.275
18	Muricy	5.310	5.542	10.852	480	481	961	11.813
19	Matta Grande	2.214	2.121	4.335	154	123	277	4.612
20	Piassabussú	1.552	1.700	3.252	150	154	304	3.556
21	Pioca	4.053	4.621	8.674	1.071	997	2.068	10.742
22	Porto Calvo	6.812	6.610	13.422	1.059	955	2.014	15.436
23	Assemblea	10.469	9.162	19.631	528	554	1.082	20.713
24	Limoeiro	4.521	4.462	8.983	411	444	855	9.838

Continuação

25	Coruripe	3.706	4.046	7.752	634	300	934	8.686
26	Palmeira	6.764	6.847	13.611	1.612	1.799	3.411	17.022
27	Imperatriz	13.933	15.344	29.277	675	605	1.340	30.617
28	Alagoas	3.836	4.613	8.449	496	481	977	9.426
	<b>Total</b>	<b>150.557</b>	<b>148.967</b>	<b>299.524</b>	<b>17.749</b>	<b>17.033</b>	<b>34.782</b>	<b>334.306</b>

Fonte: **APA**. Diretoria Geral de Estatística. Relatório do diretor Geral Interino da Repartição de Estatística. Silvino Eluidio Carneiro da Cunha. Comunicado sobre o fim do levantamento censitários das Paróquias. Província de Alagoas. Tesouraria da Fazenda. M: 164/ E: 25. In: ANDRADE, Juliana Alves de. (2014, p. 116).

E foi justamente sob a base da monocultura que se desenvolveu o sistema denominado de “*plantation*”<sup>37</sup>. Esse sistema tinha como base uma força de trabalho escrava e superexplorada pelos latifundiários. “A *plantation*, iniciada em Pernambuco e na Bahia, na primeira metade do século XVI<sup>foi</sup> dedicada, sobretudo, à cana de açúcar, ativando o desmatamento e implantando os engenhos que fabricavam o açúcar bruto, a rapadura e o aguardente” (ANDRADE, 2001, p. 171).

As diversas atividades ligadas à produção e ao cultivo da cana-de-açúcar demandavam grande contingente de mão de obra para o trabalho nas lavouras,

<sup>37</sup>A esse respeito Pochmann (2009, p. 67) esclarece que “[...] embora moderna e avançada, a cana de açúcar desenvolveu-se sustentada no atraso da escravidão, do latifúndio, da monocultura e do desmatamento, diferentemente da retrógrada e contida produção agrícola para subsistência, que se reproduziu, em parte pelo emprego não forçado do trabalho, em pequenas áreas e com culturas diversificadas e sem maiores prejuízos ao meio ambiente”.

tanto para a agricultura de base quanto para o trabalho nos canaviais, assim, como a pecuária extensiva que se desenvolvia, mais especificamente na região sertaneja, porque em outros territórios ela não era uma atividade econômica expressiva tanto quanto no sertão. Dessa maneira, a atividade pecuarista acompanhava o desenvolvimento da atividade canvieira conforme se espalhavam os engenhos.

Quanto à população que formava a base da monocultura escravista, “Palmares foi a grande barreira à colonização do interior da Capitania de Pernambuco” (ANDRADE, 2012, p. 82). Não podemos deixar de mencionar aqui os espaços de resistência formados pelos núcleos de povoamento dos Quilombos dos Palmares que mesmo diante de uma sociedade extremamente escravocrata foi um espaço de conflitos, surgidos desde os finais do século XVII e visto como um espaço de lutas, resistências e conquistas.

Daí, ousamos em afirmar que o açúcar “é um dos elementos” que vai marcar profundamente a malha territorial que se seguiu em direção ao que temos hoje, visto que a nova forma de fazer nos engenhos engendrou uma nova forma de ocupação da terra, de um espaço reificado que logo resultou na criação das usinas “por antigos proprietários de engenhos banguês e, também, por comerciantes ligados ao comércio exportador do açúcar e que se encontravam radicados em Maceió” (LIMA, 2014, p. 51). Todavia, essa nova polarização do espaço contribuiu para a formação das cidades alagoanas o que posteriormente, demandou o aumento da população.

Assim, para compreendermos mais a fundo esse processo de consolidação dos engenhos em Alagoas, o economista Cícero Pércles de Carvalho corrobora que “[...] o povoamento do território alagoano foi determinado pelos engenhos de açúcar que, junto às fazendas de criação de gado, formaram uma sociedade profundamente hierarquizada” (CARVALHO, 2009, p. 10), sendo considerada também como uma atividade que se concretizou como um dos principais esteios que deu sustentação a base econômica alagoana, tendo, portanto, importância significativa na história e na formação socioeconômica do Estado de Alagoas.

Segundo Carvalho (2009, p. 19), os engenhos e as engenhocas eram dos mais diversificados. Carvalho (2009) referenciando Craveiro Costa (1931), demonstra que em 1930 o Estado de Alagoas, mais especificamente a Zona da Mata Alagoana, já contava nesse período com 618 engenhos de açúcar e de rapadura, e a cidade com maior número de engenhos em Alagoas era Atalaia (70), seguida por Camaragibe (Matriz e Passo de Camaragibe e Joaquim Gomes), 61, em São José da Laje, existiam 11, enquanto que a cidade com o menor número de engenhos era Limoeiro do Anadia, conforme quadro3.

**Quadro 3 – Alagoas: engenhos de açúcar e rapadura na Zona da mata (1930)**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ENGENHOS</b>
Alagoas (Marechal Deodoro)	7
Anadia	32
Atalaia	70
Camaragibe (Matriz de Camaragibe e Passo de Camaragibe e Joaquim Gomes)	61
Capela (Cajueiro)	50
Coruripe (Teotônio Vilela)	14
Colônia Leopoldina (Novo Lino)	13
Limoeiro do Anadia	5
Maceió	17
Maragogi (Japaratinga, S. Miguel dos Milagres)	23
Murici	42
Pilar	29
Porto Calvo (Campestre, Jacuípe, Jundiá)	55
Porto de Pedras	18
S. José da Laje (Ibateguara)	11
S. Luiz do Quitunde (Barra de Santo Antônio, Paripueira, Flexeiras, Messias)	56
S. Miguel dos Campos (Campo Alegre, Boca da Mata, Barra de S. Miguel, Jequiá)	34
Santa Luzia do Norte (Rio Largo, Satuba, Coqueiro Seco)	29
União dos Palmares (Santana do Mundaú)	42
Viçosa (Pindoba, Chã Preta, Paulo Jacinto)	10
<b>TOTAL</b>	<b>618</b>

Fonte: COSTA, 1931 *apud* CARVALHO, 2009, p. 19.

Com efeito, vale dizer que nem os engenhos banguês, nem os centrais, tiveram o suporte suficiente para concorrer com as usinas, por isso, não demorou muito tempo para que fossem sucumbidos pelas mesmas. Ademais, “o ato de montar uma pequena usina quase sempre arruinava o senhor de engenho” (ANDRADE, 2010b, p. 60).

A decadência dos engenhos coincide com o aparecimento da usina, uma realidade tecnológica muito diversa (APRATTO TENÓRIO, 2009, p. 41).

[...] O aproveitamento da eletricidade como força-motriz, a utilização do bagaço como combustível, o uso da cal como decoada em lugar da potassa, as formas de açúcar de metal, o aparelhamento para fabricar açúcar branco sem purgar e o uso do arado foram inovações que acompanharam a mudança. Essa nova realidade e a competição acabaram por liquidar o engenho. Sem poder concorrer com a produtividade e a alta qualidade do produto da usina, os engenhos de açúcar foram pouco a pouco ficando de fogo morto. Ficou para trás o tempo do tratamento rudimentar do caldo de cana e das moendas por escravos ou animais de tração (Ibidem, 2009, p. 41).

Sobre isso, o autor supracitado faz referência ao poeta alagoano Lêdo Ivo, “[...] a usina que engoliu os engenhos e trouxe a industrialização gulosa e desumana, criou novas formas de servidão e infelicidade, o êxodo rural que inchou cidades e tornou mais claras e até mais escandalosas as separações sociais e econômicas” (Ibidem, 2009, p. 41). Pois “o que se tem agora é a alta tecnologia proporcionando além de açúcar, rapadura, melaço e aguardente, o álcool combustível que move grande parte dos veículos que trafegam pelas rodovias brasileiras, com expectativas de fazer o mesmo além do território nacional” (APRATTO TENÓRIO, 2009, p. 41).

Dados todos esses aspectos, ousamos em afirmar que analisar a origem da cidade apenas pelo aspecto subjetivo é no mínimo correr ao encontro da generalização, pois a origem da cidade precisa ser vista também do ponto de vista de sua produção, isso é fundamental para compreensão da cidade e também da sociedade que nela vive e atua.

### **3.2 Olhos que seguem o trem**



Fonte: William Edmundson, 2016, p. 225. A fotografia ilustra uma locomotiva da Swiss Locomotive and Machine Works levando cana até a usina de Serra Grande, São José da Laje, Alagoas, 1993.

*“... Laje do Canhoto<sup>38</sup>:*

*(belo nome!)*

*Aqui há um massapé para balas de bodoque*

*E que é bom de se comer.*

*Canaviais,*

*Algadoais,*

*Casas de palha,*

*Carrapateiras,*

*Ninhos de xexéu,*

*Velhas fazendo renda,*

*Caboclinhas.*

*Olhos que seguem o trem...”*

***Jorge de Lima, 1927.***

---

<sup>38</sup>Esse território foi formado numa região de vales e várzeas tendo suas terras e clima sido propícios para a lavoura canavieira.



Iniciamos esta seção tomando por base a alusão feita no início dessa seção pelo poeta Jorge de Lima à cidade de São José da Laje. O autor contempla em seu poema a chegada da rede ferroviária da Great Western Railway Company (G. W. B. R). Ele deixa claro que a paisagem natural do território lajense na época dos engenhos simbolizava uma zona de solos férteis com uma produção agrícola variada, sobretudo, a valorização das terras de massapé<sup>39</sup>, que saltavam aos olhos o contraste da cobiçada atividade agrícola da cana-de-açúcar e o exuberante algodão. Acrescentamos que outras culturas que nessa terra se desenvolvia não alcançou o tamanho sucesso quanto a cana, mas também não devemos esquecer de que:

O algodão contribui decisivamente com o desenvolvimento da vida urbana nordestina, ao contrário do que ocorria com a cana-de-açúcar. Assim, o algodão foi o um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, na disputa das terras e dos braços (MORAIS, 2012, p. 56).

Tanto a cana quanto o algodão tiveram importância significativa na formação da população alagoana bem como contribuíram para o desenvolvimento do Estado.

Todavia, para o desenvolvimento da cana os solos de massapé permitiram a fixação da lavoura canavieira, tendo predominado não somente na região litorânea, mas também no Recôncavo Baiano e na região sergipana. O espraiamento da cultura canavieira nessas regiões prosperou devido à proximidade das águas do rio e do mar (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p. 29). As regiões de vales, várzeas, riase a riqueza extraordinária da mata atlântica como elementos contribuintes para a elasticidade dos canaviais e monopolização da terra também adquirem importância nesse contexto.

Fazemos aqui também um ensaio sobre as ferrovias no Brasil começando pelo termo utilizado por Afonso Pena no início desse capítulo, o novo presidente do Brasil eleito em março de 1906. Segundo Edmundson (2016, p. 262) o presidente

---

<sup>39</sup>Húmus natural encontrado nos rios, vales e várzeas e propício ao cultivo da lavoura canavieira e que encobre todo o litoral nordestino, inclusive o Recôncavo Baiano. Segundo Diégues Júnior (2012, p. 29) O açúcar produzido nas terras de massapé é muito mais precioso pelo seu peso, consistência e grão. [...] Nas terras de massapé é que floresciam os engenhos, cresciam os canaviais, com aquelas substâncias argiláceas e que produziam as melhores canas.

Afonso Pena “[...] era um grande defensor da necessidade de melhorar as comunicações, especialmente as ferrovias. Ele ficou famoso pelo lema “governar é povoar”.

Todavia, esse termo recebeu uma nova configuração no governo do então presidente eleito do Brasil, Washington Luís, onde ele defendia a tese de que “governar é povoar”, mas “não se povoa sem se abrir estradas, e de todas as espécies; governar é, pois, fazer estradas”. Para Edmundson (2016), era, de interesse dos governantes fazer fluir o desenvolvimento do país por meio da implantação do sistema ferroviário no Brasil com a chegada da companhia ferroviária da Great Western<sup>40</sup>, sendo esse um dos objetivos mais precisos na época de seus governos.

De acordo com Edmundson (2016, p. 263) “isso seria um bom sinal para a companhia, mas o clima não ajudou. A estiagem voltou durante 1906, e a Great Western<sup>41</sup> baixou as tarifas de carga para ajudar os produtores de açúcar”, mas “os diretores não estavam dispostos a contribuir a projetos” que são mais ou menos da natureza de obras de socorro” (Ibidem, p. 263). O que ocorreu foi que:

O próximo ano, de 1907, entrou com um aprofundamento da crise na indústria açucareira; uma crise que se prolongou até 1914. Em geral, as usinas não haviam se modernizado o suficiente, e a indústria estava retendo investimento porque, caso contrário, isso contribuiria às já elevadas despesas de produção. Também, o Brasil estava produzindo mais açúcar que poderia ser absorvido pelo mercado interno. Para piorar a situação, nem todo o excedente estava sendo exportado, e o que restava não estava sendo vendido internamente já que essa medida derrubaria o preço doméstico. Uma das consequências era que os donos das usinas exigiam uma regulação mais rigorosa da política de conceder aumentos das tarifas ferroviárias que atravessavam os Estados do nordeste. [...] Acima de tudo, o que a indústria açucareira realmente precisava era uma rede ferroviária que pudesse transportar o açúcar 9ª principal fonte de renda para as ferrovias) de uma maneira eficiente e econômica aos portos. No caso do nordeste

<sup>40</sup>No início do século XX, essa rede ferroviária absorveu a estrada de ferro da Alagoas Railway Company e a estrada de ferro de Paulo Afonso, sendo esta a mais intrigante de todas as linhas assumidas pela Great Western, em parte, porque essa foi a única ferrovia que jamais foi ligada fisicamente à rede (EDMUNDSON, op cit., p. 188).

<sup>41</sup>A Great Western continuou por vários anos a se ajustar à nova realidade de ser administradora de uma rede tão subitamente aumentada em tamanho. Houve uma greve que começou em 13 de janeiro de 1909. [...] Os grevistas alegaram que depois da fusão das ferrovias, a empresa havia demitido trabalhadores e que os salários foram achatados com promessa de que seriam aumentados mais tarde. Eles exigiam um aumento de salário e dois dias de descanso para cada trinta dias trabalhados para os maquinistas e condutores, bem como a garantia de que nenhum operário pudesse ser demitido por motivos de doença. A greve gozou do apoio dos jornais locais e várias organizações de trabalhadores, tais como a União Operária Alagoana em Maceió e a Liga Artística e Operária em Natal.

também existia o desafio da concorrência crescente do açúcar produzido em outras partes do Brasil, na Bahia, em São Paulo e no Rio de Janeiro (EDMUNDSON, 2016, p. 263-264).

E ainda,

[...] a companhia pagou um dividendo de 6% em 1907, e outra vez em 1908, ano no qual as receitas brutas cresceram em 5,135 comparado com as do ano anterior. As mercadorias transportadas pela Great Western nessa época eram variadas, e houve certa diferença entre uma linha e outra. A Sul de Pernambuco carregava açúcar, algodão, milho, feijão, mandioca, café, tabaco e óleo de caroço de algodão. A Recife and São Francisco se apoiou principalmente em açúcar, servindo vinte e oito usinas no ano de 1908. A Central de Pernambuco transportava açúcar, mandioca, algodão, milho, feijão, café e peles de couro. A ferrovia do Recife a Limoeiro contava com açúcar (servindo as usinas estabelecidas perto de Tiúma, Mussurepe e Pau d'Alho), bem como tecidos (Apipucos) e tijolos (Camaragibe). A Conde d'Eu transportava açúcar e também serviu uma fábrica de sabão, e a linha de Natal a Nova Cruz carregava açúcar e algum algodão (Ibidem, p. 264).

Retornando um pouco mais ao passado, no ano de 1869, Hugh Wilson deixou o posto de superintendente da companhia e foi contratado, naquele ano, para fazer um levantamento do terreno para uma ferrovia indo ao noroeste de Maceió até Vila Nova da Imperatriz (hoje União dos Palmares) (EDMUNDSON, 2016, p. 179).

Nesse sentido, quando concluído o levantamento do terreno, foi dada autoridade a Hugh Wilson de construir a estrada de ferro de Maceió pelo Vale do Mundaú em direção a Vila Nova da Imperatriz, que tão logo tendo o projeto aprovado<sup>42</sup> pelo governo imperial seria concedido apenas quatro anos para o término da construção da via férrea.

O decreto provincial nº 596 de junho de 1871 reconheceu a curta linha ligando Jaraguá a Trapiche da Barra como o início de uma ferrovia que iria a Vila Nova da Imperatriz no interior com o nome de Estrada de Ferro da Província das Alagoas. Foi uma iniciativa que resultou ser polêmica e enfureceu os que estavam opostos a Hugh Wilson, que neste momento estava se tornando um negociante poderoso com interesses comerciais desde a Paraíba até a Bahia (Ibidem, p. 180).

Portanto, esse projeto acabou não funcionando da forma como se pretendia. Fato é que o Brasil estava enfrentando um problema financeiro de muita turbulência e também porque havia outros interesses em jogo. Pois, segundo esse

---

<sup>42</sup>Lei Provincial nº 568 de 24 de maio de 1870 autorizou a construção por Hugh Wilson. Para Edmundson (2016, p. 179) “é significativo que essa concessão também prometia um privilégio de usos durante noventa anos”.

mesmo autor, esse projeto não surtiu efeito, talvez porque os interesses precisos de Hugh Wilson<sup>43</sup> tinha como atenção especial a Bahia. De certa forma, isso acabou atrapalhando o projeto. Isso pode ter sido comprovado porque logo após a derrocada do referido projeto foi criada “uma resolução provincial em 8 de abril de 1872 autorizando a construção da estrada de ferro de Hugh Wilson, a Estrada de Ferro Central” (EDMUNDSON, 2016, p. 181). Na verdade, “era o golpe de misericórdia, desferido por Wilson, golpe de mestre, calando as vozes da oposição a seu grupo e afastando as investidas de outros empresários, pois lhe assegurava o domínio das regiões economicamente mais rentáveis da província” (APRATTO TENÓRIO, 1979, p. 111 apud EDMUNDSON, 2016, p. 181).

Embora a concessionária inglesa e a companhia de construção de Hugh Wilson<sup>44</sup> trabalhassem juntos em harmonia, houve uma disputa legal entre o consórcio e a repartição fiscal provincial, apoiada pelo presidente de Alagoas (EDMUNDSON, 2016, p. 184). Portanto, segundo esse mesmo autor,

[...] A questão dizia respeito aos donos das terras através das quais atravessaria a ferrovia, os quais ficaram insatisfeitos com a compensação oferecida<sup>45</sup>, e eles levaram suas queixas à corte imperial. Isso afetou gravemente o ritmo dos trabalhos de construção, sobretudo quando ocorreram distúrbios envolvendo homens armados contratados pelos proprietários das terras para atacar a propriedade da empresa. O dono do engenho Cariry, por exemplo, foi acusado pela Alagoas Railway de ter destruído uma ponte e lançado mais de cem dormentes dentro do Rio Mundaú que foram arrastadas para longe pela correnteza. Um grupo de mais de quarenta homens armados atacaram também, a estação ferroviária de Bebedouro, e como resultado a Alagoas Railway exigiu medidas energéticas para reprimir essa violência. Além de tudo isso, as duas companhias foram acusadas várias vezes de transgredir seus

<sup>43</sup>Segundo Edmundson (op. cit. p. 178), a pessoa chave para explicar o envolvimento da Bahia Steam Navigation Company nesse empreendimento é Hugh Wilson, um inglês que foi um dos principais acionistas nesta companhia britânica, primeiro como secretário e mais tarde como gerente geral. Esta empresa havia sido fundada por residentes britânicos na Bahia em 1839, mas foi à falência em 1847 devido à má administração, a ausência de subsídios do governo e a um clima econômico geralmente desfavorável. Um grupo de comerciantes brasileiros comprou a empresa que foi renomeada a Companhia Bonfim. A companhia Bahiana de Navegação a Vapor ressurgiu em 1858 como resultado de uma fusão entre duas companhias, a Bonfim e a Santa Cruz, que juntas realizaram transporte por navios a vapor entre 1852 e 1858, até que a Companhia Bahiana fosse reestabelecida em 1858 como única entidade.

<sup>45</sup>Segundo Edmundson (2016, p. 183) [...] quando o projeto provincial da Alagoas Brazilian Central Railway entrou em colapso, o governo central resolveu intervir. [...] Aprovou os levantamentos topográficos e conferiu uma concessão (decreto nº 7.895 de 12 de novembro de 1880) de noventa anos, com uma zona de privilégio de vinte quilômetros em cada lado dos trilhos e uma garantia de juros de 7% sobre um investimento máximo de capital de 4.553:000\$000 durante trinta anos. O decreto nº 8.223 de 30 de agosto de 1881 autorizou uma companhia com matriz em Londres a assumir essa concessão. Essa empresa era a Alagoas Railway Company Limited, fundada em maio daquele ano para adquirir os direitos e, desta maneira, absorver a Alagoas Brazilian Central Railway.

compromissos, seja por desrespeitá-los ou por alterar arbitrariamente seus contratos com o império e com a província (Ibidem, p. 184-185).

A esse respeito o referido autor (Ibidem, p. 184)) cita como exemplo a administração municipal de Maceió, que insatisfeita com a situação recorreu ao presidente da província no ano de 1882 denunciando que estavam sendo feitas várias escavações, de forma desorganizada, nas diferentes ruas da cidade de modo que estava dificultando o fluxo de transporte público no local (figura 8).

**Figura 8– Engineering extraordinary, Alagoas Railway, The Illustrated London News, 14 dezembro de 1889.**



Fonte: EDUMUNDSON, Willian (2016, p. 185).

Adianta-se que essa e outras dificuldades que surgiram no decorrer da construção da estrada de ferro contribuíram para o atraso das obras, tendo, portanto, que ser prorrogado o prazo a pedido da Companhia que em nada estava satisfeita com a situação. Segundo Edmundson (2016, p. 186) “o pedido foi sancionado, mas eles tiveram que pagar uma multa de 15 por mês sobre a soma da garantia recebida; uma decisão que eles disputavam, citando força maior, mas perderam”. Para este autor, a Companhia da Alagoas Railway resistia a essas exigências. Nesse sentido, Edmundson (2016, p. 184) afirma que:

[...] Começaram a construção da linha de oitenta e oito quilômetros em março de 1882, e o primeiro trem a percorrer a estrada inteira chegou a Vila Imperatriz em 25 de outubro de 1884. A vila férrea foi inaugurada oficialmente e aberta provisoriamente ao tráfego em 3 de dezembro de 1884, e sua plena operação foi autorizada pelo governo imperial em maio de 1885. Esta estrada de ferro transportava principalmente açúcar e algodão desde o interior. Mais tarde, a empresa construiu um ramal até Assembleia, ao noroeste de Maceió (aberto em 1891), e uma extensão ao norte de São José da Laje (completada em 1894).

Apesar de todo investimento muito dos engenhos centrais apenas realizou a primeira moagem, levando a transformação dos mesmos em usinas. Com o desenvolvimento das técnicas de produção da cana surge à necessidade da construção de estradas, partindo de Recife, interligando o interior com as zonas produtoras de açúcar e de algodão (SILVA; LEITE, 2009, p.7). Como já visto, no caso específico do Nordeste, a industrialização se processou, sobretudo, em função do beneficiamento de dois produtos agrícolas locais, a cana-de-açúcar e o algodão (ANDRADE, 1981, p. 24).

Vale salientar que o Brasil teve grande investimento do capital inglês, especialmente na linha de transporte e de bancos. Nesse sentido, Andrade (1981, p. 23), vai dizer que o capital inglês,

[...] no setor de transporte financiaram e controlaram a maioria das estradas de ferro de penetração que traziam aos portos o algodão, o açúcar e sobretudo o café, produzidos então já a certa distância do litoral. Também controlaram portos como o de Manaus e Belém e investiram na navegação no Amazonas e seus afluentes.

Para o referido autor, as estradas de ferro de penetração, que ligava a linha férrea as áreas produtoras de mercadoria que eram levadas até aos portos, de certo modo contribuíram para a sistematização do sistema de dominação criado pela divisão internacional do trabalho.

Em Alagoas, a construção da estrada de ferro território foi estendida até o município de São José da Laje em 13 de maio de 1894 (mapa 8). O principal objetivo era a abertura econômica por meio das vias férreas que ligava a cidade de São José da Laje a outros municípios de Alagoas e de Pernambuco<sup>46</sup> (VITORIANO; BURMANN; PINTO, s/d.).

#### **Mapa 8 – Linha central que ligava São José da Laje a Maceió e Pernambuco<sup>47</sup> 1954**

---

<sup>46</sup>Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/alagoas/sjose.htm>>. Acesso em 12 de fev. 2016.

<sup>47</sup>Cf. Edmundson (2016, p. 228), a ferrovia Sul de Pernambuco foi dividida em duas gerências distintas: Palmares a Garanhuns (com sede em Palmares) sob o nome de Estrada de Ferro Sul de Pernambuco e Glicério (hoje Paquevira) a União (União dos Palmares) com Barra do Canhoto (mais tarde chamada Rocha Cavalcanti) a Águas Bellas denominada a Estrada de Ferro Norte das Alagoas com sede em União. Da mesma forma, a Central de Pernambuco foi repartida em duas entidades: a linha original da Central (com sede no Recife), e a estrada de ferro de Timbaúba a Nova Cruz que



Fonte: Flávio R. Cavalcanti (2016), adaptado por Socorro da Silva Onório.

Tendo por base o enunciado proposto por Andrade (1981), Silva e Leite (2009), podemos dizer que a presença marcante da ferrovia nas terras de São José da Laje era tida como a principal rota de comércio que ligava o município ao estado de Pernambuco e às cidades adjacentes. Isso lhe rendeu o título de “Princesa das Fronteiras” devido ao dinamismo socioeconômico e as trocas comerciais que a cidade mantinha com as cidades pernambucanas, que se estabeleciam por meio da feira e da comercialização de transporte de produtos, como o açúcar, o milho, o algodão, o gado e a farinha de mandioca.

Assim, tendo atingido o terminal em Imperatriz, essa cidade agora estava se tornando um centro para comprar, descarregar e prensar algodão, com duas fábricas e vários armazéns rapidamente estabelecidos depois da chegada da

---

consistia nas ferrovias propostas de Timbaúba a Pilar, Guariba a Nova Cruz, e a extensão da Estrada de Ferro Conde d’Eu de Mulungu a Campina Grande (com sede em Pilar).

estrada de ferro (EDMUNDSON, 2016, p. 186). Esse mesmo autor, fazendo menção a Douglas Apratto Tenório (1979, p. 193) vai dizer que:

Transportamos uma maior proporção das safras de açúcar e algodão, e uma quantidade absolutamente maior de mercadoria geral, [o que] dá esperança para a prosperidade futura da estrada de ferro. As cidades ao longo da linha, especialmente Muricy [sic], Branquinha e Imperatriz, estão em rápido crescimento, e houve aumento no número de plantações, dando todos os sinais de que nosso comércio vai melhorar de forma constante.

Conforme o autor supracitado, a ferrovia estava transportando apenas “7 ½% do total de açúcar exportado através do porto de Maceió e somente 13% do algodão, e eles chegaram à conclusão de que seria necessário construir ramais<sup>48</sup> para cobrir melhor a região” (Ibidem, p. 186-1870). E ainda,

[...] Em 1885 a linha transportou 27.039 passageiros e 8.915 toneladas de mercadorias, número que em 1888 haviam crescido a 52.132 passageiros e 18.889 toneladas. O relatório anual para 1886 demonstrou que houve um crescimento de 30% no açúcar e 87% no algodão transportados naquele ano. Agora existiam cinco fábricas de processamento de algodão em Imperatriz e dezoito galpões para armazenar o algodão. Contudo, o número de passageiros transportados havia caído em 34% nesse segundo ano de operação já que a novidade de andar de trem havia diminuído (EDMUNDSON, op cit. p. 188).

E ainda,

Em 1886, a companhia dispunha de oito locomotivas, três vagões de passageiros de primeira classe, quatro de segunda classe, e dois vagões mistos, junto com noventa e dois vagões de vários tipos. O relatório da diretoria para o ano de 1887 mostrou que a receita no Brasil havia alcançado 19.557 libras esterlinas enquanto as despesas, incluindo perdas no câmbio, chegavam a 91.810 libras, mas como a garantia de juros havia sido recebido para o ano, o saldo foi de 21.355 libras, o suficiente para que os diretores recomendassem um dividendo de 5½% (EDMUNDSON, 2016, p. 188).

O mundo do açúcar em Alagoas ingressava a reboque na acelerada transformação que marcaria o período dos grandes melhoramentos materiais do império brasileiro no segundo quartel do século XIX (APRATTO TENÓRIO, 2009, p. 60). Pois, é preciso que se diga que,

<sup>48</sup> O primeiro ramal construído foi a linha de sessenta e dois quilômetros ligando Lourenço de Albuquerque com Assembléia [sic] (chamada Viçosa a partir de 1890). Esse ramal cobria o Vale da Paraíba, uma área que fornecia aproximadamente a metade do açúcar e um terço do algodão exportados através de Maceió e foi inaugurado em 1891. O segundo ramal [...] se estendeu até Quebrangulo, onde chegou em 1911, e de lá até Palmeira dos Índios, antes de chegar finalmente a Porto Real do Colégio nas margens do Rio São Francisco.



[...] O trem de ferro foi o perfeito símbolo de uma nova etapa que surgiu avassaladora nos centros de decisão e nas periferias nacionais. A ampliação do mercado externo, a passagem do trabalho serviu para a mão-de-obra livre, a nascente República, a transnacionalização – ou melhor, a globalização – da economia, tudo isso conduziu ao fim dos banguês, cujos sinos das capelas dobraram para o acaso de uma era e o advento de um novo tempo (Idem).

Todavia, além dessas vias férreas que transportavam o açúcar, existiam também as vias férreas das usinas que também se aparelharam da técnica e “possuíam suas próprias redes, e eram de grande extensão” (EDMUNDSON, 2016, p. 224).

Nesse sentido, Manuel Correia de Andrade (1989, p. 33), esclarece que:

As estradas de ferro, essenciais ao funcionamento das usinas, se distribuíram com verdadeiros tentáculos, por quilômetros de distância, ligando as terras dos velhos engenhos às novas fábricas. Foi através delas que as usinas ampliaram a sua área com a aquisição de engenhos, e a sua influência, capando para o seu domínio os canaviais de engenho particulares.

Para compreensão desse fenômeno, Edmundson (2016) revela que isso só foi possível de acontecer porque os donos de usinas pagaram pelo direito de passagem através de um engenho o que mais tarde levou à sua incorporação dentro das terras das usinas. Sobre isso, o referido autor faz menção às usinas Central Leão, no antigo engenho Utinga e usina Serra Grande em São José da Laje,

Um caso interessante é o de Alagoas, onde várias das usinas construíram ferrovias de bitola estreita para transportar seu açúcar para o embarque posterior nas Alagoas Railway. Um bom exemplo disso é a Usina Central Leão, a segunda usina a ser estabelecida em Alagoas e, ao que parece, a primeira a ser financiada por capitais daquele Estado. Fundada por Luiz de Amorim Leão, a usina foi montada em terras pertencentes aos velhos engenhos de Utinga, Oficina e Boa Paz, herdados pelo seu pai, e propriedade da Sociedade Agrícola e Industrial Usina Leão, a qual começou a moer açúcar no ano de 1894. Foi instalada maquinaria mais moderna que permitia o processo de dupla moagem em 1897, pela empresa Mirrelees Watson Company de Glasgow, Escócia. Outra usina com a sua própria rede ferroviária era a Usina Serra Grande em São José da Laje, que também começou a moer cana em 1894, e interligava com a linha da Alagoas Railway Company, mais tarde parte de rede Great Western<sup>49</sup>. Ambas essas usinas ainda moem açúcar hoje (EDMUNDSON, 2016, p. 224).

<sup>49</sup> Cf. em Edmundson (2016, p. 262), onde o autor faz um apontamento sobre a presença da Great Western, ressalta ele que “os negócios da Great Western continuaram a florescer. O relatório anual para 1906 demonstrou um aumento de 4,85% nas receitas brutas, um aumento de 5,89% em

Para tanto, a Usina Central Serra Grande, foi em 1898, um marco da modernização na história do açúcar, e pela construção, em 1918, de uma estrada de ferro com locomotivas importadas da Europa para atender o seu parque industrial, com 46 quilômetros de extensão e 60 desvios, o que desenvolveu ainda mais a produção açucareira<sup>50</sup>.

Tendo por base esses aspectos, no próximo capítulo, faremos uma breve discussão sobre a presença e o papel dos engenhos no Brasil e em Alagoas, para posteriormente discutir sobre o município de São José da Laje, desde a formação dos engenhos ao uso e ocupação do território pelo português José Vicente de Lima e sua esposa Senhora Angélica de Mendonça.

Então, vamos à leitura...



#### **4 SÃO JOSÉ DA LAJE, A PRINCESINHA DAS FRONTEIRAS <sup>51</sup> : ESPACIALIDADES SOBREPOSTAS**

---

passageiro transportados, e um aumento de 13,8% nas toneladas de mercadorias levadas, principalmente açúcar, algodão, milho e mandioca”.

<sup>50</sup> Cf. Douglas Apratto Tenório (2009, p. 27).

<sup>51</sup> Como já visto, a presença marcante da ferrovia nas terras de São José da Laje era tida como a principal rota de comércio que ligava o município ao estado de Pernambuco e às cidades adjacentes. Isso lhe o título de “Princesa das Fronteiras” devido ao dinamismo socioeconômico que esta mantinha com as cidades pernambucanas. O município de São José da Laje antes de sua emancipação, recebeu a denominação de “Laje do Canhoto”, devido a sua forma côncava formada por vales cortado à margem esquerda pelo rio Canhoto, “à cuja margem direita se foi levantando o povoado, é o ponto ainda mais central, considerado em relação ao vale do Mundaú, pois a pouca distância dele atravessa a linha divisória deste Estado com o de Pernambuco (BARROS, 1995, p. 533).

Entra gente que a usina  
 Depois de mastigar largou;  
 Entra aquele usineiro  
 Que outro maior devorou;  
 Entra esse banguzeiro  
 Reduzido a fornecedor;  
 Entra detrás um destes,  
 Que agora é um simples morador  
 Detrás, o morador  
 Que nova safra já não fundou;  
 Entra como cassaco,  
 Esse novo morador;  
 Entra enfim o cassaco  
 Que por todas aquelas bocas passou.  
 Detrás de cada boca,  
 Ele vê que há uma boca maior.

**O rio, João Cabral de Melo Neto (1986, p. 289)**

*Depois da luta entre as próprias usinas, umas querendo engolir as outras, as mais fracas cedendo por fim. E alastrando-se na beira dos trilhos da ferrovia os canaviais; canaviais de propriedade da usina ou de antigos engenhos, agora simples fornecedores, transformados em fogo morto. Parece que o episódio não foi peculiar às Alagoas; antes se tornou típico de toda a região açucareira, onde a usina encontrou na estrada de ferro elemento com que se aliar para facilitar a obtenção das canas necessárias às suas moendas todo-poderosas (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p. 131).*

O poema de João Cabral de Melo Neto e a citação de Diégues Júnior, que consagra a abertura deste capítulo, resume de forma sistemática a luta entre as próprias usinas, uma querendo sucumbir a outra. Através do poema apreende-se que a resistência e a passagem do banguê à usina, bem como a mudanças de categorias foram resultantes da técnica, técnica esta que passou a comandar o homem e o espaço dos homens, de modo que o banguzeiro foi reduzido a um mero fornecedor e que tão logo se tornou submisso ao capitalista usineiro.

Iniciamos este capítulo, resgatando um pouco do passado, porque consideramos que o passado resguarda características culturais do território. “[...] O próprio lugar para existir, se transforma sem parar no tempo e no espaço” (AGIER, 2015, p. 70). Harvey (2013, p. 23-25) argumenta que “[...] Infelizmente, há muito pouca reflexão [...] sobre natureza do espaço e do tempo. Esta é uma falha séria,

pois o materialismo histórico – ou materialismo histórico-geográfico – não pode existir sem uma sólida apreciação da dialética de espaço-temporalidade”.

#### 4.1 Da origem da cidade à politização urbana

A origem do povoado de São José da Laje está ligada às primeiras expedições comerciais feitas entre Porto Calvo, Porto de Pedras e outros municípios situados no litoral norte, além de algumas cidades de Pernambuco como Rio Formoso, Cabo de Santo Agostinho e Sirinhaém<sup>52</sup>. O município de São José da Laje está localizado na Região Nordeste do Brasil, no Estado de Alagoas. Está inserido geologicamente no Planalto da Borborema na Mesorregião Leste alagoano e na Microrregião Serrana dos Quilombos. Limita-se ao Norte e Oeste com o Estado de Pernambuco; a Sul com os municípios de União dos Palmares e Santana do Mundaú; a Leste com o município de Ibateguara. O acesso à capital é feito através da rodovia da BR-104, distando em torno de 96 km até a capital. Suas coordenadas geográficas estão entre 09°06'36,0" de latitude Sul e 36°03'28,8" de longitude Oeste. Sua bacia hidrográfica é formada pelos rios Canhoto e Cavunga, e pelos riachos Areias, Camaratuba, Gibóia e Inhumas<sup>53</sup>.

Os aspectos fitogeográficos que caracterizavam o município de São José da Laje “eram campos e solos saudáveis ao Sul, não possuía minerais, era encontrado apenas o barro de alvenaria grossa e telha. Os tipos de madeiras existentes limitavam-se a sicupira, sapucaia, amarelo vinhático e louro”. E ainda, “as frutas silvestres *eram variadas desde* a goiaba, piri, sapucaia, maracujá, Assú, peroba, pitomba, jabuticaba, o coco pindoba que valeu aos imigrantes da seca de 1877” (ANAIS BIBLIOTECA NACIONAL, 1922, p. 153). Consta nos Anais que muito antes da derrubada da mata atlântica para a expansão dos engenhos e implantação

---

<sup>52</sup>Cf. IBGE, 2010.

<sup>53</sup> Cf. CPRM (Serviço Geológico do Brasil, 2005, p. 2). Disponível em: <[http://www.cprm.gov.br/publique/media/hidrologia/mapas\\_publicacoes/atlas\\_digital\\_rhs/alagoas/relatorios/SJDL091.pdf](http://www.cprm.gov.br/publique/media/hidrologia/mapas_publicacoes/atlas_digital_rhs/alagoas/relatorios/SJDL091.pdf)>. Acesso em 12 de dez. 2015.

das usinas, existiam no território lajense, animais silvestres desde o “Caititú, veado, cotia, paca, tamanduá, coelho, gato do mato e macaco”<sup>54</sup> (Ibidem, p. 153).

Conforme Barros (1995, p. 533) inicialmente, o município de São José da Laje ficou conhecido como Laje do Canhoto,

[...] denominação que lhe deram seus primitivos historiadores, por ser formado de lages o leito por onde corre o riacho Canhoto, à cuja margem direita se foi levantando o povoado, é o ponto ainda mais central, considerado em relação ao vale do Mundaú, pois a pouca distância dele atravessa a linha divisória deste Estado com o de Pernambuco. Muito antes da metade do século XVIII já essa povoação existia e dava sinais de progredir e desenvolver-se pela natureza do seu solo, vastidão e fertilidade de suas florestas e várzeas, e por ser a primeira localidade de Alagoas por onde tinham que passar os que desciam dos sertões de Garanhuns e Papacaça (sic) com direção a antiga vila de Santa Maria ou Imperatriz, hoje União dos Palmares, de cujo território fez parte como distrito, ou ainda, das primeiras expedições comerciais entre os povoados de Porto Calvo, Porto de Pedras e outros do litoral alagoano e o interior de Pernambuco.

O historiador e estudiosos da história de São José da Laje, Fernando Galvão de Pontes, afirma ser de 1810 a escritura de posse do município, tendo sido lavrada no município de Atalaia. “A lei 737, de 07 de julho de 1876. Dado o desenvolvimento de Laje do Canhoto, elevou-o à categoria de vila, com o título de São José da Laje, transferindo para ela a sede do município de Imperatriz, hoje, União dos Palmares” ((BARROS, 1995, p. 534).

Para a Laje foi, também, a sede do município de Imperatriz (hoje União dos Palmares), através da Lei 737, de 1876, que terminou não sendo cumprida. Pela resolução 896, de 1886, ficou criado o município de São José da Laje, com os mesmos limites da freguesia, mas judicialmente ligado a União dos Palmares. Só com a Constituição de 1935 é que o município teve assegurada a comarca. A procedência dos primeiros povoadores teve origem nas expedições comerciais entre os povoados de Porto Calvo, Porto de Pedras e outros situados no litoral alagoano e os de Sirinhaém, Rio Formoso e Cabo no interior de Pernambuco. Isso, no início do período colonial e, posteriormente, por ocasião da passagem de tropas que tomaram parte nas lutas dos quilombos dos Palmares e invasores holandeses. Em 1876, dado o desenvolvimento do Povoado que, naquela época, era chamado Lage do Canhoto, foi elevado à categoria de Vila, porém, a lei não foi cumprida<sup>55</sup>.

<sup>54</sup>Cf. notícia publicada no jornal do Comércio no Recife em 29 de outubro de 2000, por Verônica Falcão. Disponível em: [http://www2.uol.com.br/JC/\\_2000/2910/cm2910\\_1.htm](http://www2.uol.com.br/JC/_2000/2910/cm2910_1.htm).

<sup>55</sup> Informação disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/municipios/historico-dos-municipios/historico-do-municipio-de-sao-jose-da-laje>>. Acesso em 10 de dez. 2015.

Nesse sentido, a ocupação do território em São José da Laje se deu com a vinda do português José Vicente de Lima e a sua esposa Angélica de Mendonça que chegando às terras do referido município construíram no ano de 1805 uma pequena povoação. “O primeiro vestígio documental é de 1828, em uma escritura de doação na qual José Vicente de Lima e sua mulher, Senhorinha Angélica de Mendonça, deixavam a São José “Cem Mil Reis de Terra, a Bem das Almas” (BARROS, 1995, p. 533)”. Em 1829, foi construída a capela de São José à margem direita do rio Canhoto e ali José Vicente de Lima “construiu o engenho Esperança, com casa grande e senzala”. (ANDRADE, 2014, p, 104, grifo nosso).

São José da Laje, por ser um município que teve a sua base consolidada numa região de engenhos, ousamos em dizer que por trás das doações de terras para o povoamento da cidade, já havia o objetivo de acumular capital por meio da exploração do trabalho nos algodoais e nos canaviais. Contudo, à medida que cresciam os engenhos, a cidade se espalhava, e “os velhos engenhos foram aumentando em capacidade de fabricação e até se transformando em usina. *Daí, adveio* a necessidade de maior mão de obra, não mais dos escravos e sim, dos operários especializados, tais como: pedreiro, carpinteiro, ferreiro e até mecânicos” (PONTES, 1989, p. 47, grifo nosso).

Nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, podemos encontrar algumas informações sobre o uso e a ocupação do solo em São José da Laje desde o início de sua formação social e econômica, a saber que:

A sede do município enquanto ainda vila, está situada à (sic) margem direita do rio Canhoto em um vale, que se estende a L. E. Contém três ruas em forma de um quadrilongo. Há um outro aruadezinho denominado Rosário, do mesmo lado do dito rio Canhoto, que separa da vila, por um córrego de nome Pita Razo. Todas as casas são térreas, existindo apenas um sobrado em ruínas. Poucos são os estabelecimentos comerciais e industriais. [...] A vila de São José da Laje foi uma pequena povoação criada em 1805 [...] sua população *foi estimada em* 19 mil e tantas almas. A agricultura *era baseada* em Algodão, cana de açúcar, mandioca, fumo (tabaco), milho e feijão. *Tinha* criação de Gado vacum, e lanígero, as outras consistem em aves domésticas. *Possuía* Indústria fabril de Rapadura, fumo e farinha de mandioca. Há diversos descaroadores de algodão movidos por água, animais, e um á vapor. O seu comércio limita-se á (sic) capital, constante somente de algodão, açúcar, (rapaduras quebradas) e algum couro salgado. (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1922, p. 153-154).

O que não aparece na citação acima são as relações comerciais que o município de São José da Laje mantinha com o Estado de Pernambuco. Enfatizamos que a rota de comércio entre esses dois territórios só veio a se fortalecer quando da construção das estradas de ferro.

As estradas de ferro favoreceram o escoamento da produção e as trocas comerciais entre eles. Essas trocas comerciais, conforme já foi demonstrado antes, tinham como base econômica, a compra e venda de gado, de algodão, de tecidos, a comercialização do milho, da mandioca, do açúcar e de outros gêneros alimentícios que se davam por meio das feiras que atraía comerciantes das cidades pernambucanas do Cabo de Santo Agostinho e Sirinhaém, bem como por meio do transporte de produtos como o milho e o açúcar.

Conforme Pontes (1989, p. 5), em 1891, chegava em São José da Laje o capitão João Alves Camelo Pereira de Lyra que logo depois adquiriu pela importância de quatro contos de réis, o Engenho Apolinário. Com a morte do coronel Carlos Lyra em 1929, o seu filho Carlos Benigno Pereira Lyra assume a direção dos trabalhos nos dois centros fabris, usina Serra Grande e Apolinário.

A figura 9, mostra a casa-grande da Usina Serra Grande, lugar onde residiu o coronel Carlos Lyra e sua família e que hoje se encontra sob o comando de Luís Antônio Andrade Bezerra.

**Figura 9 – São José da Laje: casa-grande (Usina Serra Grande)**



Fonte: Douglas Apratto Tenório (2009, p. 39).

De acordo com Pontes (1989, p. 7), os filhos do coronel Carlos Lyra, Salvador Lyra e Carlos Benigno Pereira Lyra, este último, motivado pela futura linha férrea da "Great Western"<sup>56</sup> que ali passara na Usina Serra Grande deu continuidade ao trabalho e comprou o sítio Serra Grande (por nove contos de réis), onde existia já em funcionamento o Engenho Apolinário. Lá fez um trabalho conjunto anexando o engenho a usina, ligando então as duas por uma estrada de ferro que logo mais tarde, no ano de 1900 essa ligação ia fazer passagem com as terras dos sítios Bambus, Canivete, Campo Novo e Fundão e que tão logo a via férrea fosse concluída. Pequenas locomotivas iam sendo adquiridas para transportar cana. Apenas um vagão destinava-se ao transporte de passageiros que levava os moradores da usina Serra Grande para a feira de São José da Laje.

Daí se percebe o interesse de Carlos Benigno pelo sítio. Contudo, ele não se preocupou apenas com a comercialização do açúcar, mas passou a desenvolver outros tipos de modalidades econômicas, a partir do cultivo do algodão e da criação

<sup>56</sup>O impulso inicial para modernizar o Brasil na segunda metade do século XIX repousa sem dúvida nas primeiras ferrovias de propriedade britânica que levaram produtos do interior ao litoral. Cf. EDMUNDSON, William, em "A Gretoeste: a história da rede ferroviária Great Western of Brazil". João Pessoa: Ideia, 2016, p. 19.



de animais de grande porte. Dessa forma, com o novo sistema de produção adotado, iniciou-se o processo de alargamento de seu patrimônio no que diz respeito à extensão de terras pelo então modelo econômico adotado.

Como já visto, São José da Laje era uma pequena vila que praticamente vivia da comercialização do gado, do milho, do feijão, da farinha de mandioca, do descaroçador de algodão e do café, além de uma dezena de pequenos engenhos produtores de rapadura, açúcar mascavo, aguardente e uma usina, sendo essas as suas principais atividades econômicas no início de sua formação e que perdura até hoje, com exceção é claro, do algodão, do descaroçador de café e dos engenhos produtores de rapadura. Vê-se então, que o uso do território neste *sítio* desde o início de sua formação aos engenhos já se caracteriza com múltiplos usos.

Sobre esses diversos usos, vale fazer um contraponto quanto ao sistema adotado no município de São José da Laje. O modelo adotado pelo coronel Carlos Lyra se dava por meio de contratos verbais. Segundo Pontes (1989, p. 8, grifo nosso), o coronel Carlos Lyra seguia da seguinte forma:

[...] adquirindo uma propriedade, arrendava a mesma a uma daquelas pessoas vindas da região de Timbaúba, *Pernambuco por meio do contrato verbal* financiando os primeiros plantios de cana, proporcionando, inclusive, toda a assistência necessária ao desenvolvimento das tarefas, como sejam – moradas para trabalhadores, implementos agrícolas, gado, etc. Ao final da safra, havia um ajuste de contas, sendo que do saldo do reideiro, metade ficava em depósito da usina, como se fosse uma poupança para formação de um pecúlio [...]; outra metade era reservada à “manutenção do custeio” – ou seja, despesa de entressafra.

[...] a administração das novas terras, a cargo do pessoal vindo de Pernambuco, passou a constituir, um novo modelo econômico, bastante avançado para a época, e segundo o qual, o coronel Carlos Lyra e seus reideiros, ao final de certo período, terminavam por ter seus patrimônios melhorados, enriquecidos até (Ibidem, p, 7).

Todavia, os contratos verbais não davam nenhuma garantia ao arrendatário e se tornaria mais uma questão de dependência e subordinação ao senhor de engenho.

De acordo com Pontes (1989, p. 8), a acumulação do capital por parte do senhor de engenho em São José da Laje, ocorreu da seguinte forma: o senhor de engenho cuidava de chamar o reideiro para um acerto de contas, impulsionando-o a

se tornar proprietário, de modo que também não se podia escolher qual propriedade adquirir. Todavia, se o dinheiro em conta não desse para o arrendatário comprar a terra, lhe seria concedido um empréstimo, ficando o saldo devedor a ser restituído com as canas que deveria produzir.

Disso, podemos inferir que em data pretérita, as antigas relações de produção foram interrompidas pelo processo de transição entre a forma de fazer e o novo modo de produzir e entre a autonomização de terra, trabalho e capital. Merece atenção relatar aqui o caso de Antônio Felinto relatado por Fernando Galvão de Pontes (1989, p. 17-18) da seguinte forma:

Antônio Felinto, tendo ido para Catinguinha (pequena propriedade, vizinha de [Cruz Verde] – não obteve saldo numa primeira safra; dali, [...] ele foi transferido para a propriedade de Bom Jesus. Ao assumir, teve um entendimento com o [antigo usineiro Salvador Lyra], em presença do [alemão Augusto Eugênio Paashaus], ponderando que seria melhor ficar como simples administrador, sob a argumentação de que, na hipótese de prejuízo, a Usina é que iria absorver o saldo negativo. No depoimento de Antônio Felinto, [...] durante aquela conversa o sr. Paashaus batia com um lápis sobre a mesa, apenas ouvindo. Depois, fez um aparte, dirigindo-se ao sr. Salvador: O Felinto tem razão.

Pontes (1989, p.18), ressalta ainda que “Antônio Felinto é, portanto, o primeiro administrador de campo da Serra Grande, e com ele teve início a modalidade atual de relação patrão/empregado. Para Pontes (1989, p. 18)

[...] Este pessoal que passou a ocupar os cargos de administradores de campo, de um modo geral ligados aos troncos familiares mais íntimos do coronel Carlo Lyra, gente do norte de Pernambuco, continuava sob um regime ainda paternalista, pode-se dizer, até certo ponto de favores, que o avançado industrial Salvador Lyra apenas modificou: por julgar que os salários adotados pudessem não corresponder às necessidades daqueles auxiliares, abriu, para os mesmos, um verdadeiro leque de facilidade que os colegas de diretoria, continuariam adotando, sem nada modificar. Assim, é que nos próprios sítios sob a sua administração, ou não, o novo tipo de empregado explorava barracão, criava gado, mantinha plantações de bananas, por exemplo, - ou se estabelecia como comprador de cereais num comércio de sua própria responsabilidade (ou adquiria gêneros para a usina, mediante comissão.

Segundo Pontes (1989, p. 19), no novo modelo econômico adotado os proprietários da Serra Grande criaram a oportunidade de muitos de seus funcionários adquirirem e cuidarem desuas terras. Nesse sentido, é possível perceber que em 1955 existiam vários sitiantes que demandavam atividades

agrárias no município, desde atividades agrícolas, plantações de cana-de-açúcar e criação de gado, não sendo essa última tão expressiva quanto à primeira (conforme quadro 4).

**Quadro 4 – São José da Laje: modelo econômico adotado na relação capital/trabalho  
1955**

<b>Administradores de campo</b>	<b>Áreas rurais</b>	<b>Uso do território</b>
Antônio Felinto	Sítio Bom Jesus	Criação de gado e produção de cereais
João Vasconcelos	Sítio Campo Novo	Criação de gado e venda de tecidos dos mais variados
Genésio Pedrosa	Sítio Pimenteiras	Criação de gado
Isidoro Jerônimo Pereira	Engenho Manacã (fronteira entre Alagoas e Pernambuco)	Criação de gado
João Norberto de Lima	Sítio Bulandeira (atualmente Sítio Ideal) E o sítio Triunfo	No Sítio Ideal, se produzia a cana-de-açúcar, a lavoura de subsistência e um grande pomar. No sítio Triunfo (criação de gado)
Waldemar da Silva Pontes (Major e gerente da antiga Usina Apolinário e a atual Serra Grande)	Sítio Constantinópolis (um conglomerado de Sítios vizinhos formando a fazenda Constantinópolis)	Criação de gado
João de Araújo	Sítio Gameleira	Criação de gado
José Pinto Soares	Sítio Pindorama	*
Octacílio Pereira	Sítio Orange	*
José da Silva	Sítio Riachinho (atualmente fazenda Aliança)	Produção de limão e banana das mais variadas
Osmar Alves de Andrade (fiscal de campo)	Sítios: Rio Verde, Campo Alegre e Bela Rosa	*
João Pinto (almojarife da Usina)	Sítio Novo (adquirido da família Dias Lins)	*
Oscar Tavares de Albuquerque (topógrafo)	Juriti e Novo Juriti (hoje, bairros residenciais)	*
José Machado da Cunha Pedrosa	Sítio Pedrinhas	*
Genésio Pedrosa Filho (auxiliar de campo)	Sítio Cruz Verde	*
Hélio Pedrosa Filho (auxiliar de campo)	Sítio Mota	*
Cristóvão Pedrosa Filho (ex-comerciante do barracão do Sítio Mulungu e Laje)	Sítio Riacho Seco	*

Continuação

cana nas propriedades de Laje e Pernambuco)		
Manoel Leite (ex-telefonista do escritório da Usina Serra Grande, auxiliar de campo que se tornou proprietário rural)	Sítio Pedra Redonda (São José da Laje) e Lima – Canhotinho, PE.	*

Fonte: Fernando Galvão de Pontes, 1989. Elaboração própria.

\*Sem informação.

E ainda com esse novo sistema que foi criado, em alguns sítios como Bom Jesus e Campo Novo, surgiam verdadeiras feiras que concorriam com a da cidade de forma que também exigiu o recrutamento de uma mão de obra elementar para o trabalho nas plantações e pastos dos engenhos. O sítio Bom Jesus era o verdadeiro funil por onde passava, obrigatoriamente, toda a grande produção de cereais do Vale da Cavunga. Antônio Felinto montou um esquema de captação daqueles produtos, por compra – que, atingindo apreciável volume de recursos, ele os repassava à usina mediante comissão (500 reis por saco de milho). Todos os domingos, a “máquina” que passava a semana transportando canas, levava, em sua composição, centenas de sacos de milho que eram destinados à comercialização na feira servindo até para exportação<sup>57</sup>.

#### 4.2 O avesso da cidade: desigualdade, pobreza e migração

*Eu vou partir pra cidade garantida, proibida.  
Arranjar meio de vida, Margarida. E essas feridas  
da vida, Margarida. E essas feridas da vida,  
amarga vida.*

*Veja Margarida, Vital Farias.*

Os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil e do Portal ODM (2010), revelaram que no período compreendido entre 2000 a 2010, houve redução da pobreza em 7,0%, em 2010 e a proporção de pessoas com renda familiar per capita de até meio salário mínimo foi reduzido para 0,2%. Para alcançar a meta de redução de 50%, o município deve ter em 2015, no máximo 39, 5%. O

<sup>57</sup> Pontes, op cit, p. 18-19.

aumento da renda exigido para ultrapassar a linha da pobreza era de 58, 1% em 2000, o que representou um aumento de 10, 0 % em relação a 1991.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), a incidência da pobreza nesse município é de 60,68%. Pelo índice de Gini é de 0,47. Esse índice pode variar entre 0,41 e 0,52. A partir desse resultado podemos perceber a desigualdade entre a população a partir da distribuição de renda. Nesse sentido, Santos (2008, p. 371), vai dizer que de um ponto de vista econômico, o problema que temos que enfrentar é o da pobreza, cuja dimensão, portanto não é somente econômica, mas também espacial; cuja definição não se esgota em termos contábeis, contudo exige uma dimensão social.

A questão da pobreza e da desigualdade de renda deve ser repensada. Para isso, Santos (2008, p. 63), nos diz que: a questão,

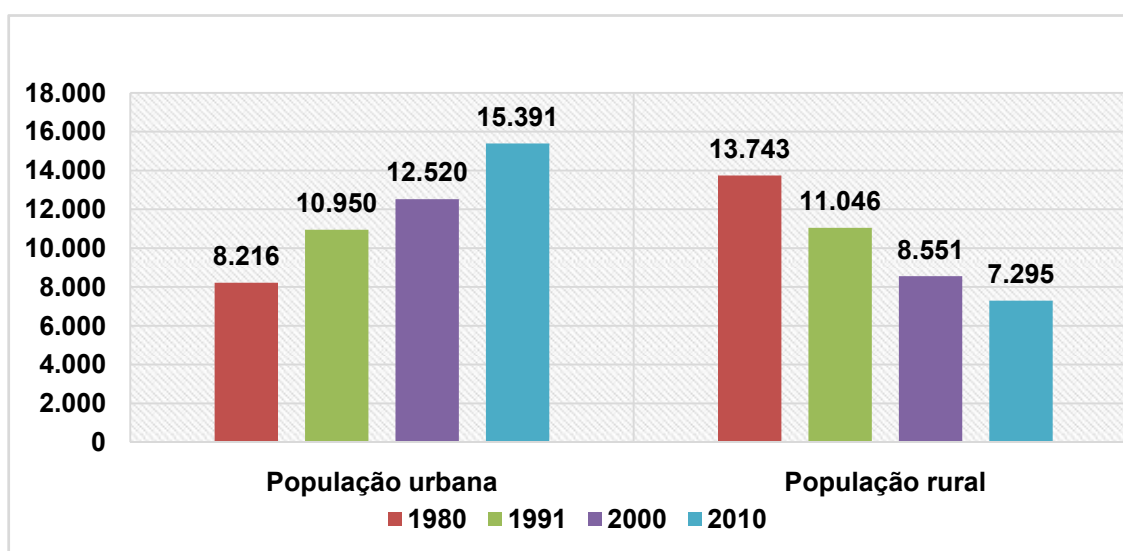
[...] Trata-se, antes de mais nada, de constatar tais diferenças de situação no espaço. Em seguida, o problema requer uma explicação de maior alcance: trata-se não tanto de explicar por que as pessoas migram, quanto de saber por que elas permanecem, por que elas não migram. Isto é tanto mais importante quanto o fato de que não migrar significa amiúde condenar-se a ficar ainda mais pobre. Para muitos, ficar equivale a empobrecer-se dia a dia.

O autor deixa claro que do ponto de vista social, trata-se de analisar os deslocamentos relacionados a um “êxodo rural, provocado pela miséria” (SANTOS, 2008, p. 304). Todavia, acrescentamos que não só o êxodo rural é o que conta hoje em dia, mas também um êxodo urbano/urbano, até mesmo porque a pobreza não é somente fruto do desemprego, ela existe por conta do próprio sistema de acumulação do capital.

Ainda em se tratando do estudo de pobreza, em sua obra “*A Pobreza Urbana*” (2011) Milton Santos faz um chamamento especial aos geógrafos afirmando ele que a pobreza não deve ser vista apenas numericamente, mas como um problema qualitativo e, sobretudo, estrutural, ou seja, um tipo de pobreza resultante da globalização, criada por fatores exógenos que como forças centrípetas se direcionam aos sujeitos e seus lugares provocando a exclusão dos mesmos dentro da esfera global do processo e, como consequência, produz uma intensa mobilidade da força de trabalho no território.

No caso do município de São José da Laje, no ano de 1980 a população era predominantemente rural, contudo, a adesão dos sítiantes se intensificou a partir desse período, quando se verificou uma drástica redução da população rural, (gráfico 3). No entanto, “ a expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno” (MARX, 2013, p. 818).

**Gráfico 3 –São José da Laje: redução populacional do complexo rural (1980 a 2010)**



Fonte: Ipea

Um outro elemento que pode explicar a saída da população da cidade se deve a desagregação do complexo rural. Todavia, sabe-se que a população campesina, ou a pequena propriedade rural foi sendo reduzida à medida que a cana foi avançando, foi o que aconteceu, por exemplo, no Sul de Alagoas. A cana avança e os sítiantes deixam de viver nos sítios e vão para as cidades. Portanto, “a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital” (MARX, 2013, p. 831).

Todavia, esse déficit populacional pode também ser explicado por meio da criação do Instituto do açúcar e do álcool, onde as pequenas propriedades dos colonos vão sendo tomadas, ou porque já em 1970o fenômeno de expropriação do

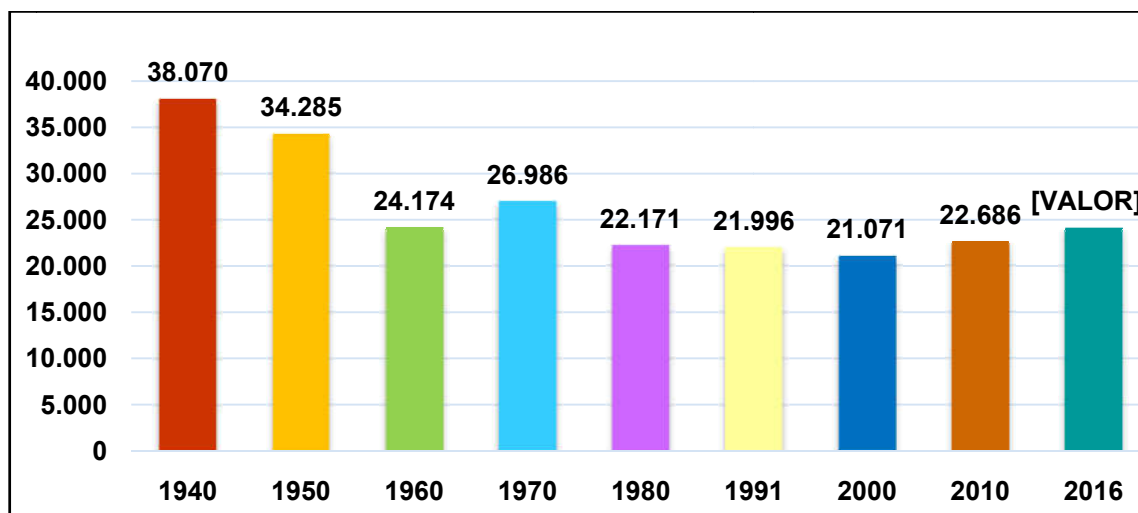
campesinato de suas terras e de sua base agrícola se repete com o surgimento do Proálcool, como já visto antes.

Nesse sentido, convém ressaltar aqui que “o trabalho na agricultura, seja no caso dos camponeses que possuem a terra, seja no caso dos que trabalham em parceria na terra de outros é, sem dúvida, um dos vetores que compõem a renda das famílias” (COVER, 2011, p. 62).

[...] a agricultura também se moderniza: industrializando-se, expulsa sua população. Isso explica o êxodo rural e a chamada urbanização terciária. Uma alta percentagem da população fica sem atividade e sem salário permanente, o que por sua vez resulta na deterioração do mercado de trabalho (SANTOS, 2011, p. 45).

Ademais, além do trabalho na terra, existe um outro componente que compõe a renda da população lajense e que está relacionado aos programas sociais do governo federal, como o programa de aposentadoria e o Bolsa família, aos empregos da administração pública, seja da prefeitura ou do governo estadual, bem como a outras atividades remuneradas fora do município. O programa do governo federal denominado de “Bolsa Família” é um complemento da renda que vem ajudando muito a população lajense que se enquadra no patamar estimado de pauperização.

De acordo com o Censo do IBGE (2010) a população lajense estava estimada em 2010 em 22.686, sendo que o contingente populacional urbano era de 15.391 e a população rural era de 7.295. Hoje, a população está estimada em 2016 em 24.140 habitantes e a partir de 2010, a população voltou a crescer, aumentando um pouco mais de 14 %, o equivalente a 3.069 habitantes (gráfico 4).

**Gráfico 4 – São José da Laje: evolução da população (1940 a 2016<sup>58</sup>)**

Fonte: A autora, com base nos dados do IBGE (2010/2016).

Os dados permitem concluir que dos anos de 1940 para 1960 a população do município diminuiu vertiginosamente, e um dos fatores que contribuíram para a diminuição do contingente populacional se deve a migração da população para as cidades vizinhas de União dos Palmares, Murici, Messias, Ibateguara, entre outros, ou para outras regiões do país, especialmente para o Estado de São Paulo.

Segundo o Portal ODM (2010) O município de São José da Laje, em 2000 tinha 65,7% da população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, percentual que reduziu para 37,0% em 2010. Mesmo apresentando uma redução de 43,7% no período, são 8.208 pessoas na condição de pobreza. Um outro componente de renda das famílias lajense está ligado ao trabalho na terra, ou seja, a produtos de subsistência como feijão, fava, milho, criação de galinhas, caprinos e até bovinos. O município conta com uma economia baseada na agropecuária com uma significativa produção agrícola bem diversificada com lavouras permanente e temporárias (Vide quadro 5).

**Quadro 5 - São José da Laje: lavouras temporária e permanente - área colhida, quantidade produzida (2011 a 2015)**

<sup>58</sup>Dados populacionais atualizados em 12/09/2016.



Fonte: IBGE (2015) – Produção agrícola municipal.

<b>Lavoura Temporária</b>						
<b>Cana-de-açúcar</b>				<b>Feijão</b>		
Ano Base	Área colhida (ha)	Produção (t)	Valor (Mil Reais)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Valor (Mil Reais)
2011	11.600	765.891	44.957	42	20	31
2012	11600	725.997	48.119	42	18	52
2013	11.600	544.497	34.047	38	16	31
2014	11.600	725.997	50.348	38	16	32
2015	10.418	718.147	66.342	38	18	41
<b>Mandioca</b>				<b>Milho</b>		
Ano Base	Área colhida (ha)	Produção (t)	Valor (Mil Reais)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Valor (Mil Reais)
2011	30	360	108	30	24	11
2012	27	270	203	30	18	12
2013	27	189	134	27	16	10
2014	26	260	102	27	16	10
2015	38	380	298	27	13	8
<b>Lavoura Permanente</b>						
<b>Banana</b>				<b>Laranja</b>		
Ano Base	Área colhida (ha)	Produção (t)	Valor (Mil Reais)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Valor (Mil Reais)
2011	97	1.164	488	67	670	180
2012	97	1.326	645	67	670	260
2013	97	741	364	67	402	90
2014	97	1.235	872	67	670	180
2015	84	1.014	270	70	700	399
<b>Manga</b>				<b>Coco-da-baía</b>		
Ano Base	Aérea colhida (ha)	Produção (t)	Valor (Mil Reais)	Aérea colhida (ha)	Produção (t)	Valor (Mil Reais)
2011	22	53	14	-	-	-
2012	22	176	67	-	-	-
2013	22	176	103	-	-	-
2014	22	176	153	-	-	-
2015	22	176	141	10	28 mil frutos	17

O município dispõe também de uma indústria sucroalcooleira “usina Serra Grande” (figura 10) instalada na malha territorial da zona rural a qual responde por boa parte das ofertas de emprego tanto no campo como na indústria, sendo, portanto, uma das detentoras da monopolização do capital no município, conforme já foi apresentado.

**Figura 10 –São José da Laje: usina Serra Grande**



Fonte: <<http://www.sindicucar-al.com.br/usina/usina-serra-grande/>>.

Como não dispomos de um grande acervo sobre São José da Laje, no blog “Aonde Vamos: energia renováveis” de Rômulo Rostand de Araújo Rodrigues<sup>59</sup>, vamos encontrar algumas informações sobre a usina Serra Grande em São José da Laje.

A fórmula da Usga não encerrava muitos segredos. Tratando-se de uma mistura de álcool e éter etílicos, adicionada de uma pequena porcentagem de óleo de rícino (óleo de mamona) No tempo já existia comercialmente em outros países misturas semelhantes como a Natalite - 45% de éter e 55% de álcool etílico - originária da África do Sul. Mas como mostram resultados obtidos em testes públicos realizados, naquele período, em Pernambuco, envolvendo estes e outros combustíveis a base de álcool, as frações adotadas na Usga conferiam-lhe um rendimento superior. Fato creditado pelos artigos da época a influência direta das condições tais como temperatura, altitude e umidade no resultado da melhor fração utilizada. [...] Contando ainda com um preço bem inferior aos dos outros combustíveis, a Usga oferecia o melhor custo por quilômetro: "Gasolina: 5,466 Km/l - Usga: 4,800 Km/l - álcool 42º: 4, 266 Km/l - Natalite: 3,733 Km/l<sup>60</sup>."

E ainda,

<sup>59</sup> Alguns estudiosos não dão a devida importância as informações postadas em blogs, chegam até a fazer críticas a autores que fazem uso dessa ferramenta informacional em trabalhos acadêmicos, mas o motivo de usarmos estas informações se deve ao fato de que encontramos algumas dificuldades para colher informações do referido município, também fizemos uma visita a usina Serra Grande mas não conseguimos essas informações, por isso achamos conveniente usá-lo e até porque o referido blog oferece informações fidedignas.

<sup>60</sup> Disponível em: <<http://aondevamos-energiasrenovaveis.blogspot.com.br/2011/10/usga-em-1927-primeiro-grande.html>>. Acesso em 15 abr. 2016.

Em 1927, a Usina Serra Grande de Alagoas lançou a Usga, combustível com 75% de etanol e 25% de éter etílico. Dois anos depois cerca de 500 automóveis no Nordeste usavam, além da Usga, outros combustíveis a base de etanol conhecidos como AZULINA, MOTORINA etc. Neste ano o total consumido em sete bombas no Recife, uma em Garanhuns e uma em Maceió foi da ordem de 450 mil litros por mês. Em 1930, por iniciativa de um grupo de industriais e políticos pernambucanos, foi feita uma experiência com uma locomotiva da Central do Brasil que viajou do Rio a São Paulo usando a AZULINA (Etanol com 5% de éter etílico) como combustível<sup>61</sup>.

A figura 11 mostra a fotografia de um dos tanques de armazenamento de combustível (Usga).

**Figura 11 - Tanque de armazenamento de combustível (Usga<sup>62</sup>) - sucedâneo da gasolina (Museu Carlos Lyra), usina Serra Grande**



Fonte: <http://aondevamos-energiasrenovaveis.blogspot.com.br/2011/10/usga-em-1927-primeiro-grande.html>

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Os números apontados no livro de Moacir Medeiros de Santana dão uma ideia da projeção do combustível da Serra Grande. Em abril de 1933 havia em funcionamento as seguintes bombas de Usga: 3 no Recife; 1 em Caruaru, 1 em Garanhuns, 2 em Maceió, 1 em Serra Grande, 1 em União dos Palmares.

Informação disponível em: <<http://aondevamos-energiasrenovaveis.blogspot.com.br/2011/10/usga-em-1927-primeiro-grande.html>>. Acesso em 15 abr. 2016.

Para Pontes (1989), esse combustível era um “*blending*” (mistura de gasolina com etanol de cana que recebeu a denominação “USGA” representando as iniciais da usina Serra Grande e que era de propriedade de Salvador Lyra, um dos pioneiros na produção de álcool no país.

Um fator a ser considerado de grande importância técnica e econômica para a usina Serra Grande, foram as duas instalações das hidroelétricas de Jiboia e Granjeiro construídas em 1920 e 1924, respectivamente (conforme figuras 1 e 2). A usina possui ainda duas termoelétricas e passou a utilizar o bagaço da cana para produção de energia, foi ela “[...] uma das primeiras do Nordeste a utilizar a irrigação por aspersão (MORAIS, 2012, p. 166).

**Fotografia 1 – São José da Laje: usina Hidroelétrica Jiboia Serra Grande – 1920**



Fonte: Arquivo pessoal da autora

**Fotografia 2 – São José da Laje: usina Hidroelétrica Granjeiro (1924)**



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Ainda hoje, essas hidroelétricas estão em funcionamento. Além dessas duas, a usina possui a Oriental, nas proximidades do açude de Maria Maior, totalizando três hidroelétricas. Hoje, a capacidade de produção de energia da Granjeiro é de 105 KWA, mas ultimamente, vem diminuindo mais da metade de sua capacidade de produção se comparado ao ano de 2012 que “produzia 250 KWA” (MORAIS, 2012). Sua capacidade máxima para o atual momento é de 130 KWA e mínima de 50. A hidroelétrica jiboia produz hoje, 150 KWA e a de Oriental supera a capacidade dessas duas. A usina possui ainda duas termoelétricas, nessas, utiliza o bagaço da cana para a produção de bioenergia.

Cabe dizer aqui que além de toda essa inovação técnica no setor sucroalcooleiro a de se considerar também que a reestruturação produtiva imprimiu também no meio agrícola, “processos de formação e renovação do canavial, principalmente as relacionadas com o uso dos químicos e das máquinas e, mais ainda, a colheita da cana quando utilizada a queima nos canaviais, são atividades que causam fortes impactos ambientais no solo, na biota e no ar” (CARAVALHO, 2009, p. 87).

Segundo esse mesmo autor (Ibidem, p.88), “[...] há de se pensar num programa mais forte, amplo, que contemple a recuperação das matas ciliares, a formação de reservas naturais, novos tratos de solos que preservem e expandam os microrganismos”.

Com base no referido autor, cabe salientar aqui que a usina Serra Grande por meio de um ajustamento de conduta com o IMA (Instituto de Meio Ambiente) se comprometeu a recuperar as áreas degradadas pela cana visando a recuperação das matas ciliares, conforme mostra o quadro 6 .

**Quadro 6 – São José da Laje: reflorestamento das áreas degradadas: usina Serra Grande (2009 a 2023)**

Ano / tipo de plantio*	Propriedade	Área (ha)	Extensão (km)	Situação	Município do plantio
2009 – 1*	Sítio Santa Rosa	8,0	2,67	Própria	Ibateguara
Subtotal (1)		8,0	2,67		
2010	Santa Rosa	3,5	1,17	Própria	Ibateguara
	Sítio Triunfo	6,0	2,00	Arrendada	Ibateguara
Subtotal (2) Acumulado		9,5 17,5	3,17 5,84		
2011 – 1	Triunfo	4,2	1,40	Arrendada	Ibateguara
	Triunfo	4,9	1,63	Arrendada	Ibateguara
	Sítio Horizonte	0,4	0,13	Própria	Ibateguara
Subtotal (3) Acumulado		9,5 27,0	3,16 9		
2012 – 1	Horizonte	7,3	2,43	Própria	Ibateguara
	Sítio Canivete	1,1	0,37	Própria	São José da Laje
Subtotal (4) Acumulado		8,4 35,4	2,80 11,80		
2013 – 1	Várzea Bonita	1,8	0,77	Própria	São José da Laje
	Horizonte	1,5	0,52	Própria	Ibateguara
	Sítio Campo Novo	7,6	2,62	Própria	São José da Laje
Subtotal (5) Acumulado		10,9 46,3	3,91 15,71		
2014 – 1	Sítio Ideal	3,1	1,03	Própria	São José da Laje
	Sítio Valparaíso	2,0	1,34	Própria	São José da Laje
	Lagoa Nova	2,7	0,90	Própria	Ibateguara
	Campo Novo	3,6	1,41	Própria	São José da Laje
Subtotal (6) Acumulado		11,4 57,7	4,68 20,39		
2015 – 1	Brejo	2,5	0,83	Própria	São José da Laje
	Várzea Bonita	2,9	1,57	Própria	São José da Laje
	Horizonte	2,1	0,68	Própria	São José da Laje
	Ideal	1,7	1,13	Própria	São José da Laje
Subtotal (7) Acumulado		9,2 66,9	4,21 24,6		
2016 – 1	Sítio Aliança	2,4	1,60	Própria	União dos Palmares
	Lagoa Nova	1,0	0,33	Própria	Ibateguara

Continuação

	Várzea Bonita	3,0	1,62	Própria	São José da Laje
	Sítio Riachinho	0,7	0,23	Própria	São José da Laje
	Horizonte	1,1	0,37	Própria	Ibateguara
Subtotal (8)		8,2	4,15		
Acumulado		75,1	28,75		
2017 – 1	Triunfo	2,9	0,97	Própria	Ibateguara
	Santa Rosa	1,2	0,40	Própria	Ibateguara
	Aliança	0,9	0,30	Própria	União dos Palmares
	Lagoa Nova	1,5	0,50	Própria	Ibateguara
	Canivete e Brejo	3,2	1,95		São José da Laje
Subtotal (9)		9,7	4,12		
Acumulado		84,8	32,87		
2018 – 1	Horizonte	3,5	1,17	Própria	Ibateguara
	Aliança	0,9	0,60	Própria	União dos Palmares
	Valparaíso	2,9	1,93	Própria	São José da Laje
	Brejo	2,0	1,33	Própria	São José da Laje
Subtotal (10)		9,3	5,03		
Acumulado		94,1	37,90		
2019 – 1	Brejo	3,5	2,33	Própria	São José da Laje
	Várzea Bonita	1,8	1,20	Própria	São José da Laje
	Aliança	1,2	0,51	Própria	União dos Palmares
	Riachinho	1,0	0,67	Própria	São José da Laje
	Apolinário	2,0	1,33	Própria	São José da Laje
Subtotal (11)		9,5	6,04		
Acumulado		103,6	43,94		
2020 – 1	Várzea Bonita	0,4	0,27	Própria	São José da Laje
	Aliança	2,1	0,91	Própria	União dos Palmares
	Apolinário	1,8	1,20	Própria	São José da Laje
	Valparaíso	0,8	0,53	Própria	São José da Laje
	Brejo	4,7	3,13	Própria	São José da Laje
Subtotal (12)		9,8	6,04		
Acumulado		113,4	49,98		
2021 – 1	Várzea Bonita	1,5	0,45	Própria	São José da Laje
	Horizonte	1,0	0,33	Própria	Ibateguara
	Aliança	3,9	2,10	Própria	União dos Palmares
	Brejo	1,0	0,57	Própria	São José da Laje
	Várzea Bonita	1,5	1,00	Própria	São José da Laje
	Riachinho	1,2	0,74	Própria	São José da Laje
Subtotal (13)		10,1	5,19		
Acumulado		123,5	55,17		
2022 – 1	Aliança	0,4	0,27	Própria	União dos Palmares
	Lagoa Nova	1,5	0,50	Própria	Ibateguara
	Campo Novo	0,5	0,23	Própria	São José da Laje
	Ideal	0,7	0,25	Própria	São José da Laje
	Valparaíso	4,5	2,20	Própria	São José da Laje
	Mulungu	1,5	1,00	Própria	São José da Laje
	Várzea Bonita	0,6	0,40	Própria	São José da Laje
Subtotal (14)		9,7	4,85		
Acumulado		133,2	60,02		
2023- 1	Campo Novo	1,1	0,37	Própria	São José da Laje
	Valparaíso	0,8	0,53	Própria	São José da Laje
	Campo Novo	1,1	0,73	Própria	São José da Laje
	Valparaíso	6,2	4,13	Própria	São José da Laje

Continuação

Subtotal Acumulado		9,2 142,4	5,76 65,78		
--------------------	--	--------------	---------------	--	--

Fonte: Diário Oficial do Estado de Alagoas, 2010. \*Parecer técnico (IMA) aprovado em 2009 tem definidas as datas para o reflorestamento, nos municípios supramencionados, tendo sido já iniciado em 2009 e com data final prevista para o ano de 2023.

Quando se trata da preservação da Mata Atlântica e da biodiversidade, pode-se considerar que há um ponto positivo nisso tudo. Em 20 de outubro de 2000 foi publicada uma matéria no “Jornal do Comercio” de Recife. Em notícia publicada, o ornitólogo José Maria Cardoso da Silva, coordenador do núcleo de pesquisa da UFPE, (Universidade de Pernambuco) destacou que:

Em Serra Grande, os corredores são feitos basicamente de eucalipto (espécie australiana introduzida no Brasil há mais de 150 anos) e sabiá (planta nativa da caatinga). A presença de árvores entre os fragmentos, explica Cardoso, permitem a circulação de animais e sua variabilidade genética. Como muitos se alimenta de frutos, a exemplo da cotia e do tucano, eles acabam contribuindo para a dispersão das sementes e assim também evitam problemas de consanguinidade entre as plantas. A usina tem cerca de 50 fragmentos de mata atlântica. O maior deles, com 3.500 hectares (a cidade de Olinda tem 2.900), abriga quantidades consideráveis de árvores raras, como sapucaias, maçarandubas, jatobás e cupiúbas<sup>63</sup>.

Para esse pesquisador “isolados, os fragmentos tendem a perder sua variabilidade genética e, com o tempo, desaparecerão as plantas e animais”. Ele também explica que a usina Serra Grande com seus métodos de inovação chega a ser um grande exemplo quando se trata da questão ambiental, deixando claro, porém, que o interesse do usineiro não é apenas econômico. Nestes termos, discordamos do pesquisador, pois se o interesse pela sustentabilidade do ecossistema “Mata Atlântica, não é apenas econômico”, resta saber o que é então?

Um outro método de inovação utilizado em terras da Serra Grande é o controle de incêndios. Segundo o coordenador de pesquisa da UFPE, citado anteriormente, a usina adquiriu um equipamento de combate ao incêndio, um tipo de bolsa que se abre e fecha no ar. Esse instrumento potencializa o transporte de água coletada nos açudes da Serra Grande. Para isso, o investimento no equipamento para a área agroflorestal gravitou em torno de US\$ 4 mil para se adaptar ao

<sup>63</sup>Disponível em: [http://www2.uol.com.br/JC/\\_2000/2910/cm2910\\_1.htm](http://www2.uol.com.br/JC/_2000/2910/cm2910_1.htm). Acesso em 14 de mar. 2016.

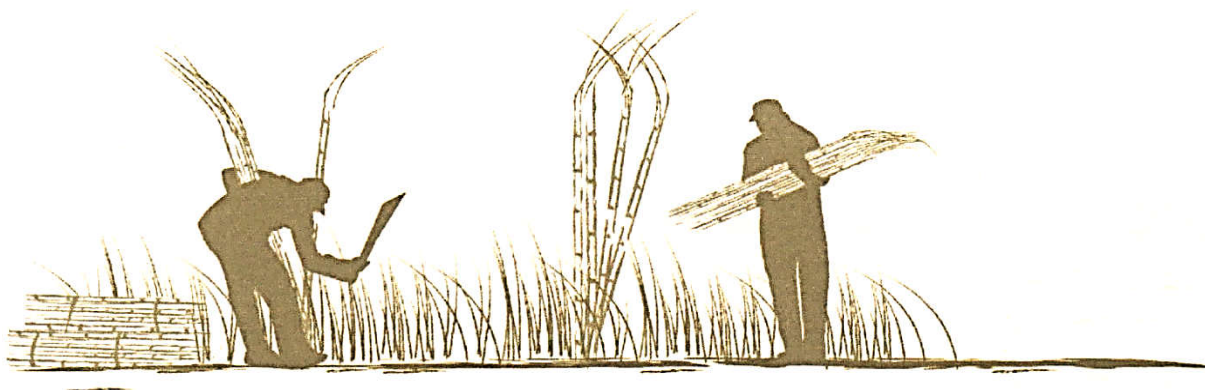


helicóptero; acrescenta a esse investimento, o treinamento do piloto que foi realizado no exterior para posteriormente exercer as suas atividades no setor.

Esse projeto de reflorestamento começou a quase 26 anos. Em Serra Grande, os alunos de 13 escolas da usina, totalizando 1.100 crianças que desde muito cedo já têm aulas de educação ambiental e são preparados e conscientizados para se ter o cuidado de preservar a Mata Atlântica, tendo como “objetivo não só a conscientização, mas também a importância de se conhecer os bichos da floresta. A Serra Grande mantém ainda vigias da mata. “São oito homens que se revezam dia e noite em cavalos que contornam os remanescentes da floresta”<sup>64</sup> e da diversidade de plantas.

---

<sup>64</sup> Conforme relatado pelo gerente de patrimônio da empresa.



## **5 DINÂMICA GEOGRÁFICA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A INTERMEDIÇÃO DA MÃODEOBRA: UM OLHAR PARA SÃO JOSÉ DA LAJE**

### **5. 1 As redes sociais de migração e o território como espaço social reificado à luz dos circuitos superior e inferior da economia**

A rede não é um tema recente, mas a cada período histórico ela se renova e adquire novos significados que por isso mesmo exige que sejam revisitados e aprimorados os conceitos.

Nesse sentido, Santos (2008, p. 68) enfatiza que a própria funcionalidade do circuito inferior vai estar conectada a diferentes fatores que responde a uma mesma lógica, seja ela de ordem econômica, política ou social. O que para o autor, o circuito inferior não é nada mais, nada menos que, parte de uma totalidade maior e muito mais complexa, que é a rede urbana. Dessa forma,

[...] trazer a dimensão do território à rede social implica inserir a política, não só a institucional, mas a que se faz no espaço imediato/cotidiano da migração. Colocar o território como o ponto nodal, significa, sobretudo, reconhecer que o movimento da população é um dos elementos fundamentais da história do território e, ao territorializar, a migração torna-se uma questão da sociedade e não só dos migrantes, em sua invisível rede de solidariedade doméstica (Ibidem, p. 70).

Consideramos imprescindível que se compreenda que as redes sociais de migração devem e precisam ser vistas em seu para dialético de (des)construção e (re)construção de modo a contemplar a dinâmica e a dimensão espacial, social e

produtiva de um espaço que não é inerte, mas que representa uma sociedade em movimento. “O território, hoje, pode ser formado de lugares contínuos e de lugares em rede: são, todavia, os mesmos lugares que formam as redes e que formam o espaço banal” (SANTOS, 2005, p. 7).

No que concerne à rede social de migrante, Gislene Aparecida dos Santos (2007), sugere pensarmos as múltiplas e complexas clandestinidades presentes no contexto migratório, assim como a conectividade social que se entrelaçam e se entrecruzam com e/no território. Isso é uma questão interessante para o atual debate sobre a mobilidade das pessoas no território, em especial, no caso do território brasileiro, dado as contiguidades e descontinuidades presentes no país.

Não poderíamos deixar de trazer para essa discussão o geógrafo Milton Santos (2008; [2006]), em sua obra “A natureza do Espaço” ele nos ajuda a entender que estamos diante de um mundo com maior fluidez, mas que por isso mesmo devemos entendê-la como uma realidade sociotécnica.

Para este autor, o circuito inferior da economia ampara àqueles que se encontram sem emprego e nenhuma qualificação profissional e que é justamente no circuito inferior que estes sujeitos vão se inserir mesmo que seja temporariamente ou até mesmo de forma irregular, pois “o emprego no circuito inferior é uma realidade difícil de definir pois compreende tanto o trabalho mal remunerado como o trabalho temporário ou instável” (SANTOS, 2008, p.203).

O espaço geográfico, como sugeriu Santos (2006), é um conjunto indissociável de objetos e de ações. Nesse sentido, o espaço apresenta-se então, como algo contraditório e contíguo, representando tanto a espacialidade material quanto imaterial, ou seja, como um conjunto de objetos concretos, porém também abstratos.

Assim sendo, o espaço é dotado de arranjos e objetos perceptíveis, mas que também representa certas (in)visibilidades. As invisibilidades existem para serem descortinadas do seu avesso. Elas podem ainda, ser representadas pelos diversos agentes que compõem o circuito inferior da economia, são: os

camelódromos, os vendedores ambulantes, os trabalhadores do comércio, os trabalhadores rurícolas do corte de cana, os temporários e os terceirizados, enfim. Sendo por isso mesmo que, os elementos que formam o circuito inferior e superior da economia, não podem ser vistos separadamente.

É preciso que se entenda que o sistema de interpolação das redes tem muito que haver com a técnica. A técnica provém do trabalho enquanto produto da construção humana. É interessante considerar que a cidade quando vista em seu conjunto indissociável de sistemas e ações como propunha Santos (2006), passa a ser o espaço onde as redes, por meio dos objetos e ações, se interpolam dando uma nova configuração ao território, e isso do ponto de vista social e geográfico é um processo dinâmico.

Voltando um pouco na linha do tempo para compreender a realidade sociotécnica proposta por Santos (2008), Pochmann (2009, p. 59-60) analisa essa base sociotécnica voltada para o aparato técnico da indústria açucareira. Assim, ele acrescenta que:

No final do século XVI, por exemplo, a constituição da grande empresa agromercantil açucareira orientada e dependente das necessidades de acumulação externa demarcou dois aspectos fundamentais da polarização sociotécnica que passaram a vigorar no Brasil. O primeiro diz respeito à organização da produção do açúcar estruturada pela grande propriedade fundiária, que levou à formação de estruturas econômicas e sociais distintas, em geral do que se verifica em praticamente toda a economia nacional. Em maior ou menor medida, assistiu-se ao avanço da concentração da propriedade da terra acompanhada pela monocultura em grandes plantações, pelo desmedido desmatamento e pelo uso rebaixado da mão de obra com marginal participação direta do consumo interno. [...] o segundo aspecto associado à consagração dos dois circuitos distintos que passaram a fundamentar o desenvolvimento da economia nacional. De um lado, o circuito superior, sempre ocupado por grandes empreendimentos assentados na modernização tecnológica, na inserção internacional e no apoio do Estado. De outro, o circuito inferior, conformado por um conjunto heterogêneo de atividades de micro e pequenas dimensões, geralmente sem o maior apoio do Estado, com atraso tecnológico e direcionado às parcelas pobres da população.

O referido autor ainda aponta que os sucessivos ciclos econômicos que se desencadearam no Brasil, como por exemplo, o ciclo do ouro, do café, da industrialização mesmo que tardia, e o atual agronegócio que expandiram as manifestações da polarização sociotécnica (POCHMANN, 2009, p. 60).

Desse modo, estudar a dinâmica dos fluxos migratórios ligados a esses complexos sistemas da economia pode nos ajudar a entender tanto o processo de mobilidade da força de trabalho como de imobilidade da população, pois:

O circuito inferior é, cada vez mais, a estrutura que acolhe as pessoas expulsas do campo; ele aparece, portanto, com um papel social e econômico inegável. Esse papel, sendo ao mesmo tempo um de amortizador de choques das migrações, pode nos tentar a imaginar que a preservação do circuito inferior se impõe, na medida em que o circuito moderno é incapaz de fornecer empregos a todo mundo. Isso seria defender uma posição contrária à assumida por aqueles que censuram a “terceirização” das cidades, acusada ao mesmo tempo de reproduzir a produtividade do conjunto urbano e de baixar a renda individual média dos cidadãos (SANTOS, 2008, p. 368).

Assim, não muito diferente de Santos (2013) que considera que ambos os circuitos “formam dois subsistemas dentro do sistema urbano” e que mesmo sendo sistemas opostos são também complementares. Pochmann (2009) ressalta que “uma parte importante das características do padrão de desenvolvimento brasileiro é constituído por dois importantes circuitos diferenciados de produção”. Neste caso, o autor se refere aos circuitos superior e inferior da economia, sendo que o circuito superior é tratado por ele como o “andar de cima”, enquanto que o circuito inferior representa o “andar de baixo”, e que segundo ele esses circuitos “resultaram da própria natureza sucessiva de intervenção do Estado”. Mais explicitamente,

[...] ao se voltar objetivamente para o “andar de cima” da economia (grandes e médias empresas), o Estado favoreceu a modernização parcial e incompleta da economia, deixando à margem parcela significativa do “andar de baixo”, geralmente representado por micro e pequenos empreendimentos. Ao se considerar o conjunto das intervenções implementadas pelo Estado no Brasil, pode-se identificar a manifestação de quatro sistemas de tratamento extremamente desigual aos dois distintos circuitos da economia nacional. Inicialmente, chama a atenção o sistema de crédito, que manteve a excelência das operações bancárias voltadas fundamentalmente ao segmento moderno, conformado pelos grandes empreendimentos (POCHMANN, 2009, p. 61).

Desse modo, “o Estado não é um ser abstrato” (informação verbal)<sup>65</sup>. Ele é o grande aliado do circuito superior da economia, porque costuma agir disfarçadamente em favor da classe hegemônica, quando muito do que sobra de

---

<sup>65</sup> ROBALINHO, Verônica. (Palestra) Pobreza e desigualdades sociais: segregação urbana em Maceió. II Ciclo de Conferências da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, realizada em 11 de março de 2016 no Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA.

sua atenção para a classe dos que vivem no circuito inferior da economia é um “quase nada”. O que pretendemos dizer com isso é que “[...] de resto, o trabalho é o fator essencial no circuito inferior, quando no circuito superior é o capital” (SANTOS, 2008, p. 203).

Como podemos observar, o Estado tem papel importante no deslanchar do desenvolvimento desigual e combinado, pois como se viu, são processos que atuam coexistindo dentro de um grande subsistema de relações onde se reproduzem “segmentos modernos e arcaicos, o que demarcou fundamentalmente a marcha contínua do subdesenvolvimento no Brasil.

Esses circuitos de produção aparecem também em Marx (1999) quando ele trata da circulação do capital em sua fórmula geral e do duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria força de trabalho, para ele, tanto o pequeno comércio quanto as pequenas fábricas são também capitalistas, pois:

Como proprietários dos meios de produção ele é um capitalista. Como trabalhador ele é seu próprio trabalhador assalariado. Assim, como capitalista, ele paga salários a si próprio e extrai lucro de seu capital, isto é, ele explora a si próprio como trabalhador assalariado e, na forma de mais-valia, paga a si próprio esse tributo que o trabalho deve pagar ao capitalista (MARX, 1999, p. 63).

Mas, devemos diferenciar a produção de um pequeno comércio com a de uma produção em larga escala, é obvio que este último consegue acumular muito mais capital que o primeiro, e mesmo ainda que, os que vivem no circuito inferior como propunha Santos (2013) não recorram a um trabalho assalariado, ele é um capitalista em certo sentido.

De acordo com Santos (2008, p. 204) geralmente a inserção no mercado informal não apresenta nenhum obstáculo, sendo, portanto, de fácil acesso desde que seja necessário empregar mais trabalho que o capital, pois como a mão de obra barata está disponível no mercado não é difícil de encontrá-la, tampouco não é difícil de se iniciar um pequeno negócio.

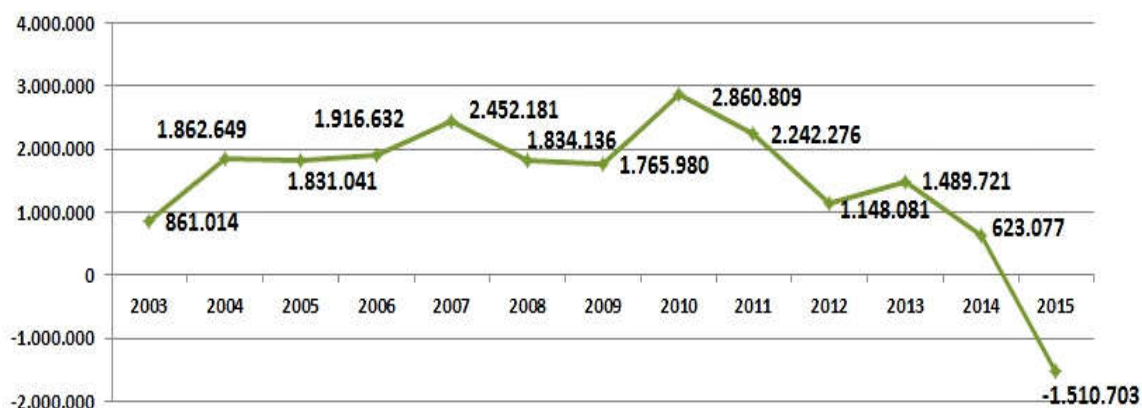
Também nem sempre é necessário ter frequentado uma escola e, muitas vezes, pode-se trabalhar sem ter os papéis regulamentares. É possível até que os analfabetos tenham mais oportunidade de encontrar trabalho do que aqueles que

passaram por uma escola (SANTOS, 2008, p. 205). Sobre isso, o autor supracitado cita um caso específico da Índia e que não difere do Brasil: “Enquanto 50% dos analfabetos desempregados permanecem sem trabalho pelo menos um ano, 75% dos estudantes e dos escolarizados encontram-se nessa categoria” (SANTOS, 2008, p. 205).

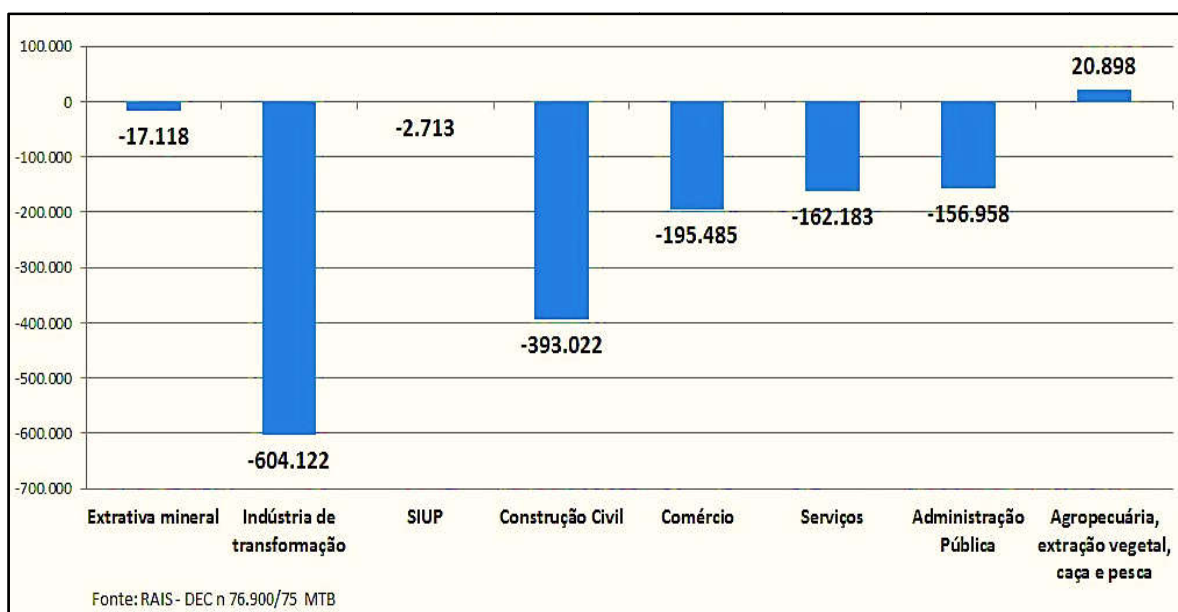
Segundo o autor, em alguns casos, quando se trata do circuito inferior da economia, há quem considere que geralmente as pessoas analfabetas ou que se encontram em um nível mais elementar podem obter maiores ganhos do que as que são escolarizadas. Assim, quando essas pessoas colocam em prática o seu potencial criativo conseguem vencer a barreira do desemprego, especialmente em tempos de crise.

Com relação a isso, recentemente foi publicada uma notícia no portal G1.com, sobre o desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos gira em torno de 24 %, enquanto que a taxa nacional é de 10%. Só no estado de São Paulo, no ano de 2015 a taxa de desocupados era de 8,5%, passando para 12% em 2016. Dos 26 estados brasileiros, 21 registraram taxas exorbitantes desde o ano de 2012, sendo que o estado da Bahia foi o que mais foi impactado com a crise representando 15% do número de desempregados enquanto que o estado de Santa Catarina registrou uma taxa de 6%. No ano de 2014, o número de empregos formais no país diminuiu drasticamente se comparado aos anos anteriores, conforme mostra o gráfico 5 e 6.

**Gráfico 5 – Brasil: evolução do saldo do emprego formal (2003 a 2015)**



Fonte: RAIS

**Gráfico 6 – Brasil: saldo do emprego formal por setor de atividade (2014 e 2015)**

Fonte: RAIS

O interessante disso tudo, é que o país parece estar caminhando a passos largos para o colapso não só econômico, mas, sobretudo social, de modo a produzir muito mais pobreza<sup>66</sup> do que as já existentes devido ao número reduzido de empregos e ao aumento crescente do número de desempregados no Brasil, conforme mostra a tabela 6.

**Tabela 6 - Brasil: Taxa de desempregados - 2016**

Pnad	Taxa de desocupados	População Desocupada	Varição Mensal	Varição Anual
Janeiro	9,5%	9,623 milhões	5,9%	42,3%
Fevereiro	10,2%	10,371 milhões	7,7%	40,1%
Março	10,9%	11,089 milhões	6,9%	39,8%
Abril	11,2%	11,411 milhões	18,6%	42,1%
Mai	11,2%	11,400 milhões	10,3%	40,3%
Jun	11,3%	11,600 milhões	4,5%	38,7%
Jul	11,6%	11,847 milhões	3,8%	37,4%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2016.

<sup>66</sup>Conforme notícia publicada no Jornal Hoje em 01/06/2016, exibida às 14h47, no primeiro trimestre de 2016, o PIB caiu 0,3% em comparação com os três meses anteriores, no comparativo com o primeiro trimestre de 2015, o tombo foi de 5,4%. Isso significa que o país vem empobrecendo. Até a agropecuária surpreendeu negativamente e o governo gastou mais (1,1%), mas com a piora do mercado de trabalho, as famílias brasileiras consumiram menos (1,7%).



Os resultados deixam claro que a população que se encontra desocupada aumentou 42,1% no mês de abril e se manteve em constante aumento. Isso reflete que contingente de pessoas que não possuem emprego chegou a alcançar em abril o equivalente a 11,411 milhões de desempregados no país e que a taxa de desemprego em escala nacional fecha o primeiro trimestre no final de abril de 2016 com uma porcentagem considerada alta em torno dos seus 11,2% se comparada ao trimestre encerrado em janeiro, o desemprego era de 9,5%.

Advertimos, porém, que a rápida desaceleração do crescimento econômico, não significa dizer que as oportunidades de emprego deixem de surgir por conta da crise. Todavia, há setores da economia que se mantêm resilientes mesmo com as oscilações do mercado. Assim, vão buscando se manter estável buscando soluções estratégicas e inovadoras que lhe garantam condições de enfrentar a crise sem que sua estrutura seja abalada por completo.

Todavia, sabemos também que o mercado de trabalho está mais exigente do que antes. São exigidos maior flexibilização do trabalho, em contrapartida, redução da jornada de trabalho, diminuição de salários, mais flexibilidade, ou seja, “mais trabalho”; mais “superexploração do trabalhador”, “menos privilégios” e “menos direitos”.

É interessante frisar que o desemprego estrutural afetou também o campo. Só em Alagoas, a taxa de desemprego alcançou os 60% no primeiro trimestre de 2016 e “as unidades industriais que tinham dois mil trabalhadores no campo, contam atualmente, com menos de 10% do quadro funcional” (FETAG/AL, 2016)<sup>67</sup>. Segundo o relato do secretário da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Alagoas, diante da crise, as usinas demitiram, deram férias coletivas e colocaram os trabalhadores no seguro FAT. Hoje, no campo, são poucos os empregados que ainda estão exercendo a atividade. Há casos onde as demissões foram superiores a 70%.

A situação do desemprego em Alagoas não difere dos demais resultados mostrados no Brasil, pois segundo os dados divulgados pelo Caged (2016), na capital alagoana, o número de desligamentos superou o número de admissão,

---

<sup>67</sup>Notícia publicada em 20/05/2016. Disponível em: <http://www.fetagal.org.br/>

apresentando, portanto, um saldo negativo de (-226), com um índice de variação relativa de (-0,11%), em ordem decrescente à capital alagoana. Apresentaram também saldos negativos os municípios de Arapiraca (-244), Rios Largo (-75), Pilar (-30), Campo Alegre (-5), São Luís do Quitunde (-4) e São José da Tapera (-1), conforme mostra o quadro 7 .

**Quadro 7 – Alagoas: evolução do emprego formal<sup>68</sup> (2016).**

Posição no ranking	Município	Adm.	Desl.	Saldo	Var. Rel. %
1º	Coruripe	1490	62	1428	17,11
2º	Atalaia	73	26	47	2,38
3º	Teotônio Vilela	101	51	50	1,89
4º	Santana do Ipanema	80	52	28	0,92
5º	São Miguel dos Campos	155	103	52	0,72
6º	Girau do Ponciano	7	5	2	0,56
7º	Marechal Deodoro	124	104	20	0,29
8º	União dos Palmares	80	70	10	0,29
9º	Delmiro Gouveia	49	43	6	0,23
10º	Palmeira dos Índios	50	41	9	0,22
11º	São Sebastião	23	21	2	0,22
12º	Penedo	53	52	1	0,02
13º	São José da Tapera	11	12	-1	-0,07
14º	Maceió	4823	5049	-226	-0,11
15º	Campo Alegre	6	11	-5	-0,19
16º	São Luís do Quitunde	7	11	-4	-0,4
17º	Arapiraca	786	1030	-244	-0,72
18º	Rio Largo	87	162	-75	-0,8
19º	Pilar	35	65	-30	-1,4

Fonte: CAGED - MTE/SPPE/DES/CGET

Em comparação com os resultados do RAIS (2014), o número de empregos formais no estado de Alagoas alcançou 514,4 mil em dezembro de 2014. Contudo, os setores que mais empregaram foram os serviços, com a geração de 11,0 mil postos de trabalho (+9,01%), o comércio, com + 2,5 mil (+2,80%), enquanto

<sup>68</sup> Esses dados foram aplicados aos municípios que possuem mais de 30.000 habitantes.

que a indústria de transformação e a construção civil apresentaram (-8,1 mil postos ou -8,68%) e (-1,3 mil postos ou -3,77%), no mesmo período, respectivamente<sup>69</sup>.

Com relação a divisão territorial do trabalho, mostraremos no quadro 8 como se dá essa configuração da divisão do trabalho em São José da Laje. Com base no exposto no quadro abaixo, veremos que o setor que mais demitiu foi o da indústria sucroalcooleira, onde o número de desligamentos de trabalhadores da cultura canavieira no ano de 2015 foi de 2.787, com um saldo negativo de (-223). O número de desligamentos em 2015 foi bem maior se comparado aos anos de 2014 (2.699) e que apresentou um saldo negativo de -134.

**Quadro 8 – São José da Laje: ocupação formal - número de admissão e de desligamentos (2015)**

<b>Nível de Ocupação</b>	<b>Salário Médio</b>	<b>Admissão</b>	<b>Desligamento</b>	<b>Saldo</b>
Trabalhador da cultura da cana-de-açúcar	805,64	2.564	2.787	-223
Servente de obras	862,54	279	259	20
Operador de carregadeira	866,00	114	152	-18
Motorista de caminhão	904,67	108	98	10
Tratorista agrícola	865,69	51	59	-8
Técnico de laboratório industrial	866,00	24	19	5
Soldador	1.751,64	22	18	4
Operador de equipamentos de refinação do açúcar	898,76	21	21	
Operador de máquina	894,12	17	15	2
Caldeireiro	2.296,71	17	17	
Operador de cristalização do açúcar	923,33	12	10	2
Controlador de serviços de máquinas e veículos	1.217,30	10	10	
Supervisor de exploração agrícola	3.194,67	6	5	1
Vigilante	952,00	1	3	-2
Operador de central hidrelétrica	930,50	4	4	
Auxiliar de escritório	1.013,75	4	2	2
Almoxarife	1.009,00	3	4	-1
Técnico agrícola	3.380,33	3	3	
Operador de caminhão	1.370,00	2		2
Mestre de construção civil	1.913,67	3		3
Operador de caldeira	866,00	2	3	-1
Trabalhador da pecuária	n/d		1	-1
Operador de carregadeira	n/d		1	-1

Fonte: MTE/CAGED

<sup>69</sup>Informações colhidas a partir do RAIS (2014) e elaborado pelo CGET/DES/SPPE.

Assim, tendo por base todos os resultados ora mostrados, o que presenciamos hoje no Brasil é um quadro negro na história do país, um caos político/econômico/social bem próximo ou quem sabe até pior que o período de recessão que o país já enfrentou nestes últimos três decênios.

## 5.2 Redes de aliciamento da mão-de-obra: a prática do “*marchandage*”<sup>70</sup> e a personificação da figura do “gato”



*A palavra rede provém do latim retis e aparece no século XII para designar o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós. A essa definição corresponde a dos principais dicionários modernos, como o de Aurélio Buarque de Holanda: “Rede: entrelaçamento de fios, cordas, arames etc., com aberturas regulares, fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido”. Embora a palavra ainda não existisse, desde a antiguidade a rede aparece como técnica de tecelagem composta de fios regularmente entrelaçados e servia para capturar pequenos animais.*

*DIAS, Leila Christina (2007, p. 14).*

---

<sup>70</sup>O termo “*marchandage*” vem, é claro, do direito francês, que ainda em 1848 aboliu tal prática ante o entendimento, que hoje fundamenta todo o Direito do Trabalho, de que o trabalho não é uma mercadoria, e como tal não pode ser comercializado (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2014, p. 105).



Fonte: <http://www.revistaopiniao.com/geral/trafico-humano-e-tema-da-campanha-da-fraternidade-2014.html>

*“O tráfico de pessoas é uma atividade desprezível, uma vergonha para as nossas sociedades que se dizem civilizadas”.*

**Papa Francisco**

Consideramos interessante utilizar o “slogan” da Campanha da Fraternidade de 2014, porque o tema lançado pela CNBB, foi “Fraternidade e Tráfico Humano”. As imagens por si só falam tudo, pois como se vê, a mão que sustenta as correntes simboliza a força coercitiva, a dominação, ao mesmo tempo em que as mãos estendidas representam a subordinação e a exploração de pessoas que estão distantes de suas raízes e de sua família. Além do que, a frase transcrita pelo Papa Francisco resume o tipo de exploração do trabalho que ora aqui será tratado.

Chama-nos a atenção o fato de que no ano de 2014, ano em que foi lançado o tema da Campanha da Fraternidade, os trabalhadores do município de

São José da Laje conjuntamente com outros trabalhadores de outros Estados do Brasil, foram aliciados por “gatos”<sup>71</sup> para trabalhar em Angola, na África. Após serem aliciados e mandados para esse território de forma ilegal, foram submetidos a condições análogas a de escravos.

Conforme o Ministério Público do Trabalho do município de Araraquara, São Paulo, ficou comprovado que em 2014 os trabalhadores brasileiros que foram encaminhados à Angola na condição de imigrantes ilegais, passaram a viver em “condições degradantes de trabalho incompatíveis com a dignidade humana, e tiveram sua liberdade cerceada, sendo podados em seu direito de ir e vir”. *E mais*, “[...] foram tratados como escravos modernos, com o agravante de tal violência ter sido cometida enquanto se encontravam isolados em país estrangeiro distante, sem qualquer capacidade de resistência” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2014, p. 41-42, grifo do autor).

*Relacionado ao aliciamento está, [...] a prática do marchandage, isto é, da arregimentação de mão de obra, que não se confunde com a terceirização, lícita ou ilícita, dado que não envolve a prestação de ou atividades, mas sim o aluguel de seres humanos, fornecidos por “turmeiros” ou aliciadores de trabalhadores, como se insumos fossem, situação que caracteriza a contratação da pseudo-empresa ...*

*Ministério Público do Trabalho de Araraquara, São Paulo (2014).*

*“[...] a intermediação de mão de obra ou marchandage são expressamente repudiadas pelo direito internacional e pátrio, pois o homem e sua energia não podem ser objetos de comércio interempresas” (MPT, 2014, p. 105)<sup>72</sup>.*

*(TRT1, RO n. 0001016-93.2010.5.01.0063, 7ª T., Rel. Sayonara Grillo, j. 03/12/12)*

A prática da “*marchandage*” no território alagoano tem se tornado mais ativa com a intermediação dos “gatos”. Assim ao iniciar esta seção, queremos dizer que foi justamente no período de estagnação econômica que o Estado de Alagoas vinha passando nos anos de 1990 com a derrocada do Proálcool que se intensificou

<sup>71</sup> Conforme Menezes (2002), este agente é um intermediário entre a força de trabalho e o capital”. É ele quem possui a tarefa de organizar as turmas para o trabalho.

<sup>72</sup> Disponível em:

<[https://assinatura.mpt.gov.br/prt15/processoEletronico/consultas/valida\\_assinatura.php?id=1060302&ca=HCH1UFDCSG6P4K7B](https://assinatura.mpt.gov.br/prt15/processoEletronico/consultas/valida_assinatura.php?id=1060302&ca=HCH1UFDCSG6P4K7B)>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

a presença dos famosos “gatos”, ou gatonas” (SILVA, 1999). Não que eles não existissem antes, muito pelo contrário, a sua prática é quase tão antiga quanto a colonização conforme já foi apontado.

Os “gatos” são indivíduos que têm a função de aliciar e recrutar trabalhadores que estejam disponíveis a vender a sua força de trabalho. Esses sujeitos são chamados de “gato” pela destreza e pela agilidade que adquiriu em ludibriar a justiça e o poder público, para que suas atitudes ilícitas não sejam descobertas.

São seres dotados de um certo empoderamento e conseguem persuadir os trabalhadores com falácias e promessas, que em sua grande maioria, não são cumpridas, como houve casos em São José da Laje, que os trabalhadores foram iludidos pelo “gato”, foram trapaceados pelos mesmos com promessas que não foram realizadas.

*P: Há quanto tempo você trabalha em outro Estado?*

*E7: Já faz mais de três ano.*

*P: Qual o nome do estado que você trabalha?*

*E7: Quando eu tava trabalhando era no Mato Grosso do Sul, mais já faz mais de um ano que eu não fui mais, só pra poder ficar mais perto da família. Mas quando eu ficar melhor e me recuperar eu vou de novo pra lá. Eu tô pensando em ir de novo só pra poder juntar um dinheirinho pra comprar minha casa.*

*P: Então você paga aluguel dessa casa que você mora?*

*E7: Pago.*

*P: Quanto que você paga de aluguel?*

*E7: Eu pago R\$ 150,00.*

*P: Você tem interesse de comprar a sua casa aqui mesmo?*

*E7: É. Lá fora só pra trabalhar mermo, só pra tentar melhorar de vida.*

*P: E hoje, você está trabalhando?*

*E7: Tô, na usina Serra Grande.*

*P: Qual é a sua função?*

*E7: Bituqueiro*

*P: Quantas horas você trabalha por dia aqui?*

*E7: Aqui é muito mais de oito horas topada, tem molezinha não. Agora no Mato Grosso é 8 horas.*

*P: Fale-me um pouco como foi a sua experiência em Mato Grosso do Sul.*

*E7: No tempo em que eu fui trabalhar lá fora na bituca. Lá Mato Grosso do Sul deu errado né?*

*P: Porque deu errado?*

*E7: Porque os cara num aceitarão agente não, voltou até a minha carteira.*

*P: Como assim?*

*E7: Os cara dissero que lá já tinha uma família desses fiscal, “o chefe”, e que já tinha gente esperando a gente chegar lá.*

*P: Esse chefe que você fala é o “gato”?*

*E7: É.*

*P: E o que aconteceu quando vocês chegaram lá?*

*E7: O outro gato daqui da Laje disse que a carteira de nós já tava certa pra gente fichar, só que quando a gente chegou lá, a coisa foi outra.*

*P: Como assim? O que mudou?*

*E7: Mudou que no dia de nós fichar, a gente chegou lá aí ele, o chefe, disse: Oia, a carteira de vocês voltaro, e a gente disse, oxe, como, num dissero que já tava tudo certo pra gente vim trabaia na bituca? Aí eles dissero, num dá pra vocês ficar não cara, vocês vão ter que escolher se quiser ficar aqui é pra trabaia no corte da cana.*

*P: Então vocês saíram certos que iam trabalhar como bituqueiros.*

*E7: Foi.*

*P: E aí, vocês aceitaram a nova proposta?*

*E7: Oia, num prestou não, muita gente lá ficou revoltado e num ficaro não. Os cara num conseguio lá a bituca aí abriro, num quizero mais ficar, aí foram procurar outras coisa, outros negócio, sabe? Já eu não, eu aceitei ficar.*

*P: E porque você aceitou ficar?*

*E7: Porque tava precisando de emprego.*

*P: E o que aconteceu depois?*

*E7: Aí o cara, o chefe, perguntou: quem quer ir cortar cana? Aí eu disse: Eu quero.*

*P: Então você resolveu ficar lá no Mato Grosso do Sul por conta da necessidade mesmo?*

*E7: Foi. Ói moça, a gente quando sai daqui pra o Mato Grosso do Sul ou pra outros canto, pro Rio de Janeiro, Minas Gerais, tanto faz, quando a gente sai de Alagoas pra lá, é procurar a melhora né? Que aqui as condição num dá pra sobreviver direito não. O cabra passa necessidade. O salário aqui é como diz o ditado: “Trabaia de dia pra comê de noite”, que é tantinho assim ói, é coisa pouca. Vamo supor, você ganha R\$ 30,00 num dia aí chega de noite é..., ou no outro dia mermo, com a família gasta mais do que isso. Aí tem o ditado: “Trabaia de dia pra comê de noite. Então, eu*



*trabaiio aqui, quando termina a moagem, viajo de novo e assim eu vou levando a vida, só trabaiando pra se manter vivo e sustentar a familia.(Relatos de um trabalhador rural da usina Alcana, Mato Grosso do Sul, 25 anos, casado, pai de um filho, primeiro grau incompleto).*

Tendo por base o relato acima, é necessário frisar que os “gatos” costumam agir em São José da Laje no período de safra e entressafra das agroindústrias canavieiras, onde uma parcela considerável de trabalhadores temporários é cooptada pelos “gatos”, para trabalhar no setor sucroalcooleiro nas regiões Sul-Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Tendo por base essa assertiva sobre a atuação do agenciador/gato, Oliveira (2009, p. 431) vai dizer que:

Com a mão-de-obra nas lavouras de cana-de-açúcar à mercê de terceiros, a precariedade do trabalho se expressa por meio de fraudes trabalhistas, subcontratação de mão-de-obra (falta de registro em carteira, não pagamento dos direitos trabalhistas, péssimas condições de trabalho e de moradia etc.), superexploração da força de trabalho e formas assemelhadas de trabalho escravo. Aliás, as denúncias e as constatações são uma constante no noticiário.

Em 11 de maio de 2014, foi publicada uma matéria na Gazeta de Alagoas comprovando a atuação perversa da figura do “gato” e seus gatinhos/turmeiros no Estado de Alagoas. Utilizando-se de um nome fictício de “seu Sebastião” para explicar um caso de aliciamento ocorrido no município de Matriz do Camaragibe, o repórter Severino Carvalho, assim relatou o caso:

[...] “seu Sebastião” (nome fictício) e mais dois amigos embarcaram na Rodoviária Municipal de Matriz do Camaragibe em 2008. Os três trabalhadores pagaram R\$ 250,00 pela passagem de ida até Nova Olímpia, no Mato Grosso, destino de centenas de matrizenses que, todos os anos migram, para este Estado em busca de emprego nas usinas de cana-de-açúcar. No caminho, o motorista do ônibus clandestino – que transportava 28 trabalhadores – informou aos incautos passageiros que a usina que os contrataria não possuía mais vagas de emprego. Eles não tinham mais como voltar e logo o arguto condutor – que fazia parte do esquema – apresentou uma proposta irrecusável: trabalhariam no corte da cana no vizinho Estado do Mato Grosso do Sul. O negócio espúrio já estava fechado entre o motorista e o “gato” que, à espreita, os aguardava na rodoviária de Nova Olímpia para conduzi-los ao destino final: trabalho de carteira assinada pelos seis meses vindouros. [...] Ao final de quase quatro dias de cansativa viagem, os trabalhadores foram recepcionados pelo gato na rodoviária. Ele os levou para uma espartana pousada. A diária custava R\$ 5,00, paga pelos próprios canavieiros. Já era noite e eles precisavam dormir. Ali permaneceram por três dias, gastando do próprio bolso, até embarcarem num outro ônibus para uma cidade cujo nome não sabiam. A

viagem durou o dia inteiro. Os trabalhadores chegaram à noite e foram deixados numa fábrica de leite abandonada no vizinho Estado do Mato Grosso do Sul. Não havia camas, banheiros, colchão. Eles dormiam ao relento, no chão sujo. Cobertores era o único luxo que dispunham a encobrir-se a decepção e o medo. Vigiados 24 horas por dia por homens armados e numa terra desconhecida, eles permaneceram por longos 11 dias. Comiam apenas arroz e carne de vaca, que eram mortas ali mesmo pelos capatazes. “Era isso bem cedo, meio-dia e de noite”, lembrou Sebastião. Ele conta que havia um barraco que vendia gêneros alimentícios perto dali, mas eram proibidos de comprar. Disse seu Sebastião: “no desespero, eu troquei um relógio por três litros de cachaça. Foi o que consegui”. (REPORTAGEM SEVERINO CARVALHO)<sup>73</sup>

Pelo relato de seu Sebastião, percebe-se que os primeiros aliciadores, neste caso “os “gatinhos”, comumente conhecido como o intermediário do “gato”, são duplamente beneficiados pela migração de trabalhadores, primeiramente pela alocação do transporte e, em segundo, pela exploração da mão-de obra. Na verdade, o “gatinho” é um colaborador do “gato”, age de forma direta e indireta com os “gatões” (empreiteiros/empresas terceirizadas).

Cabe aqui acrescentar o trabalho realizado por Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), em sua obra intitulada “*Errantes do fim do século*”, ela apresenta alguns depoimentos interessantes a respeito da figura do “gato/agenciador/empreiteiro”, fazendo distinções entre os personagens. Em seu estudo, a autora afirma que o empreiteiro é encontrado nos três produtos, ou seja, é o “gatão”.

Para a autora, a atuação desses agentes personificados aparece revestida de novos signos e significantes, pois:

O empreiteiro é um sujeito múltiplo, contraditório. É uma figura marcada, portadora de máscaras sociais. O papel do “gato” é uma das formas de se conseguir esta coerção. Sem máscara, ele é um indivíduo integrante da massa de trabalhadores, possuidor da mesma origem de classe e da mesma condição social. É justamente essa indiferença em relação ao conjunto, que permite investi-lo das máscaras dos demais. Sem as máscaras, seu caráter de pessoa desaparece. Torna-se indivíduo impessoalidade. Uma vez, marcado (com máscara), é impossível voltar à situação anterior. As cicatrizes não são físicas, mas sociais, isto é, existem enquanto representações sociais. Da mesma forma que as primeiras, estas também não desaparecem. Por isso, não houve a morte do “gato”. Ele apenas trocou de máscara. Os trabalhadores sabem disso ao denominarem as empresas agenciadoras de “gatonas”. E mais, os próprios agenciadores

<sup>73</sup>Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=244404>>. Acesso em 12 de mai. 2016.

marginalizam o "gato" (real), como sujeira, como marginal, como um forada-lei (SILVA, 1999, p. 125-126).

No caso do agenciador ou empreiteiro independente, o registro dos trabalhadores é feito pela usina. Já quando se trata do "gato", não há registros em carteira, neste caso, ambos, tanto o trabalhador quanto o "gato", são volantes (SILVA, 1999, p. 125).

Fica claro, portanto, que a figura do "gato" surge com processo de modernização da agricultura. Para Silva (1999, p. 114),

O surgimento do "gato" deve ser entendido nos contextos da circulação da força de trabalho, da eficácia da lei como instrumento de negação do trabalhador e do mascaramento das relações entre patrões e empregados. Como já foi assinado, os patrões se escondem sob o envelope dos "gatos".

Silva (1999) indagando um agenciador sobre as possíveis razões das usinas não precisar recorrer mais aos seus serviços e sim, contratar diretamente o trabalhador, recebeu do agenciador a seguinte resposta:

Não pode, dona... a Usina precisa dele. Quem cuida deste povo? A usina vem aqui? A usina não vai atender um por um, porque ela tem muito serviço para ela, ela atende todo mundo, só que aqui é assim: o agenciador ... o sujeito está aqui, então tem uma vaga, então ele sabe, fulano tem uma vaga. Entende? E todos estes caminhões? A usina vai ter que comprar tudo isso? É pior pra ela (Ibidem. 125).

Tal fato evidencia a prática do controle da força de trabalho por parte do agenciador. Com um olhar mais atento veremos que existem nessa relação alguns abusos, porque as usinas geralmente se eximem dos seus compromissos com os trabalhadores e fogem a qualquer ato que venha a comprometê-la no futuro, deixando assim a cargo dos "agenciadores" o controle e também a gestão da força de trabalho. Na verdade, se escondem sob a capa do gato.

A de se considerar que o controle da força de trabalho por meio dos famosos "gatos", caracteriza a situação de dominação. "Há casos em que os agenciadores são contratados pela firma agenciadora. A estruturação deste mercado de mão de obra vai ser definido pela formação de turmas fixas, em contraposição às "turmas volantes" (SILVA, 1999, p. 125).

Isso gera uma relação de alienação quando, por exemplo, o trabalhador não participa diretamente dessa relação agenciador/usina, podendo haver também alienação por parte do agenciador quando, por exemplo, “enxerga a usina como protetora e não como exploradora, ele próprio o *“gato ou agenciador”* oculta o seu papel na relação de dominação, vendo-se como um protetor do povo, a *“massa trabalhadores impessoalizada e a usina”* (SILVA, 1999, p. 126).

Para a autora supracitada, essa modalidade de gestão, insere-se no contexto da lógica contraditória das relações capitalistas de produção e não no seu contexto funcional. O “gato” é um dos resultados desta contradição *“até os próprios rearranjos da usina para racionalizar o mercado e a organização do trabalho esbarram nestes elementos duais e controvertidos”* (Idem, p. 18, grifo nosso).

No que se refere ao aliciamento da mão de obra, merece destacar a prática do *“marchandage”* e a metamorfose do “gato” em São José da Laje. Nesse município é encontrada a figura do “gato”, agindo revestido de diversas formas. Elesagem continuamente como se fosse uma herança deixada de pai para filho. Assim, nesse jogo da mobilidade da força de trabalho se inserem personagens dos mais diversos tipos, inclusive do poder público onde um dos aliciadores, ora atua como “gato”, ora como representante do poder público local.

Ainda sobre o aliciamento da mão de obra, no Portal G1. com., iremos encontrar dados estatísticos que comprovam a prática do aliciamento da mão de obra. Minas Gerais foi o Estado que apresentou o maior número de aliciados (1.643), seguido por Maranhão (1.641), Pará (1.395) e Bahia (1.325). O Estado de Goiás ficou com o menor índice se comparado aos demais estados (Gráfico 7).

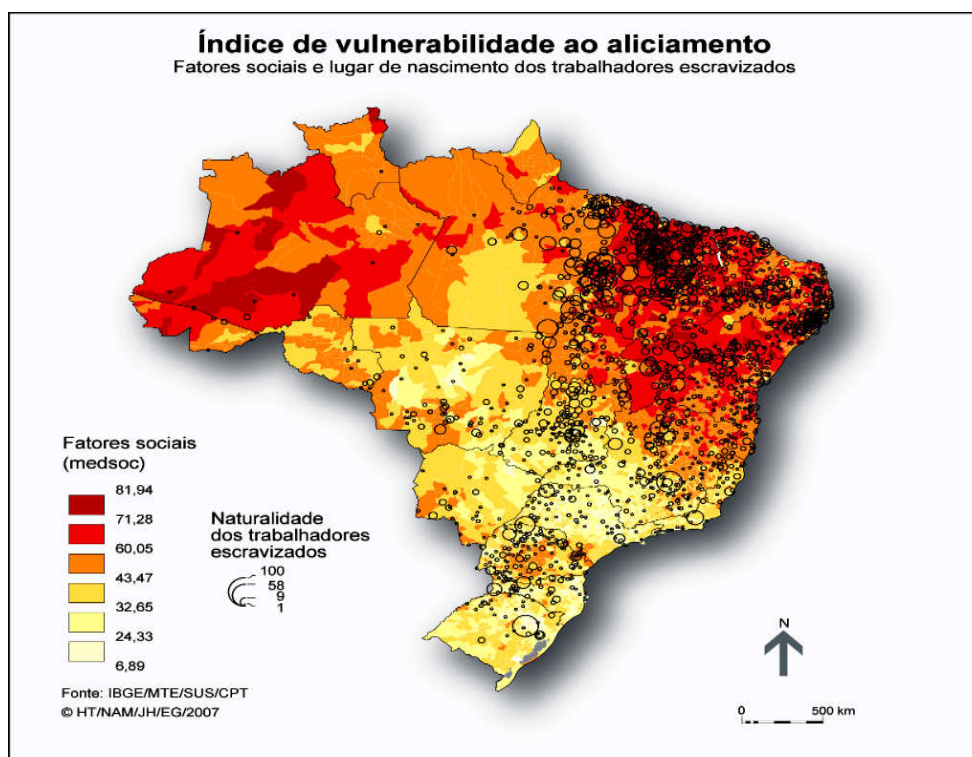
**Gráfico 7 – Brasil: Quantitativo de trabalhadores aliciados por estados da federação**



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Comissão Pastoral da Terra, Câmara e Senado, com adaptação da autora

No mapa 9 vamos ver que as manchas mais escuras representam as regiões com os maiores índices à vulnerabilidade ao aliciamento, sendo que o maior destaque é para a região Nordeste, especialmente os Estados do Maranhão e Alagoas. Todavia, os trabalhadores que foram encontrados vivendo sob condições análogas à escravo são oriundos de estados estagnados economicamente e que apresentam altos índices de pauperização.

**Mapa 9 – Índice de vulnerabilidade ao aliciamento da mão de obra**



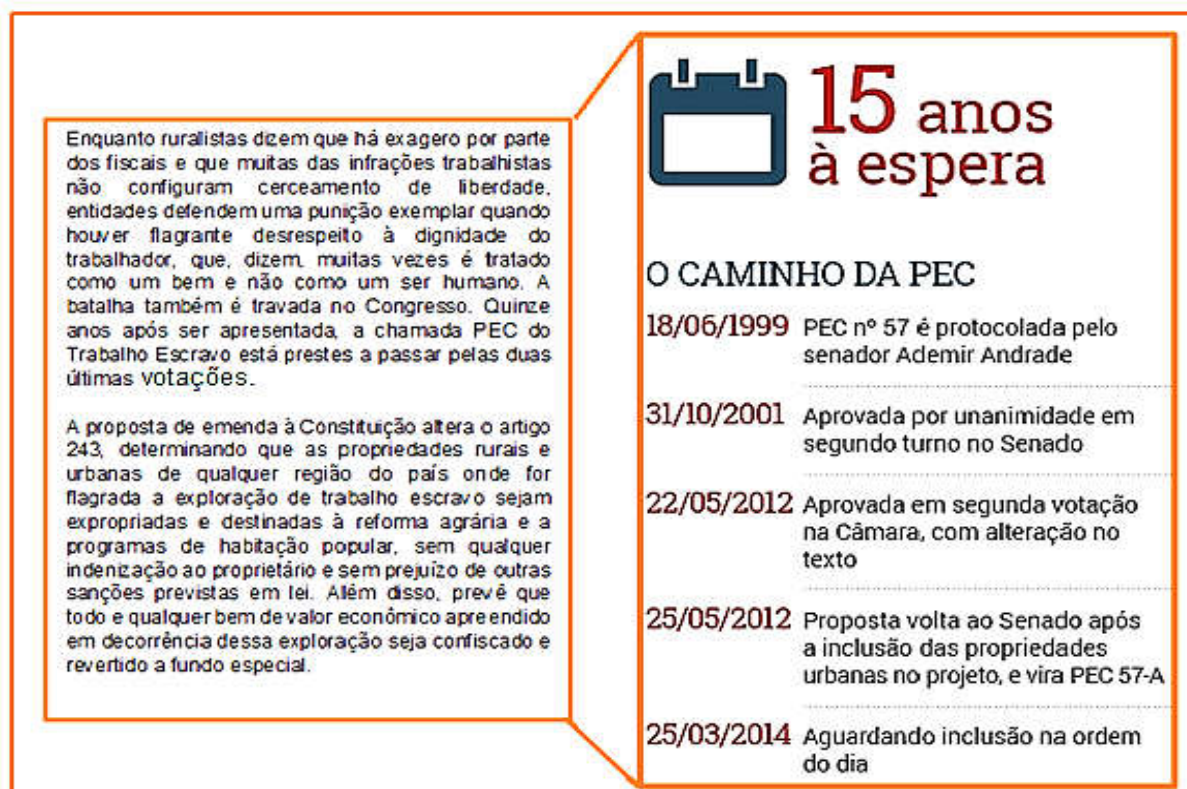
Fonte: <https://espacoeconomia.revues.org/docannexe/image/804/img-9.png>

É importante ressaltar que andava tramitando no Senado Federal um Projeto de Lei<sup>74</sup> denominado da PEC do Trabalho Escravo de autoria do Senador Ademir Andrade do Estado do Pará (Figura 12).

Essa proposta de emenda constitucional visa expropriar as terras e destiná-las para a Reforma Agrária e programas de habitação popular sem qualquer ônus ao proprietário, caso sejam encontrados em suas propriedades, trabalhadores em condições detraentes de trabalho e práticas de exploração de trabalho escravo.

O interessante de tudo isso, é facilidade de engavetamento das propostas que chegam ao Senado, pois de 1999 até o presente momento já fazem mais de 15 anos e, praticamente quase nada foi feito, estamos ainda à espera da tão sonhada Reforma Agrária.

**Figura 12 – O caminho da PEC do trabalho escravo**



<sup>74</sup> Proposta de Emenda à Constituição nº 57ª, de 1999 – (PEC do Trabalho Escravo).

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Comissão Pastoral da Terra, Câmara e Senado.  
Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/trabalho-escravo-2014/platb/>>.

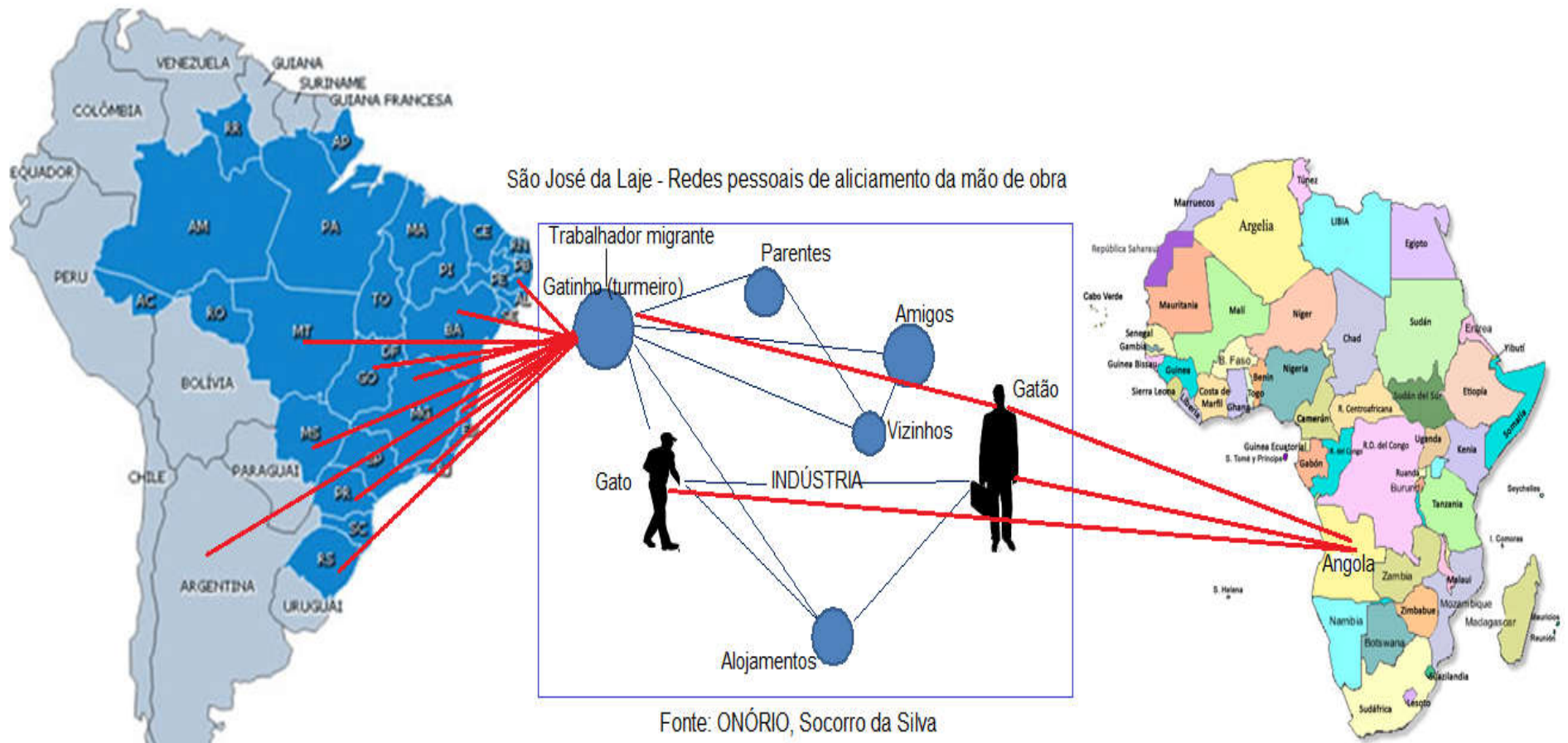
Depreende-se, então, que as pessoas que se dispõem à mobilidade para o trabalho e que estão propensas ao aliciamento da mão de obra, geralmente são de regiões deprimidas com baixa expectativa de vida e de famílias de baixa renda. Necessariamente, as pessoas que são aliciadas para o trabalho, são os jovens que se encontram sem nenhuma ocupação e que têm mais facilidade de ser convencido pelos argumentos do “gato”. Contudo, o “gato” não aparece do nada, ele surge por meio de uma rede pessoal e socializada e também consolidada tanto nas regiões de saída do migrante quanto nas de chegada.

Nesse contexto, cabe perguntar: além das redes pessoais de aliciamento da mão de obra que se formam na região de origem do migrante, quem são os outros agentes que são partícipes das redes sociais de migração e como se dão as suas ações sociais no território tanto nos territórios de origem como no de destino dos migrantes? Para responder a essa pergunta, traçamos um perfil das redes pessoais de migração demonstrando como ela é formada em São José da Laje e se configura com as regiões de destino dos migrantes (Ver figura 13).





Figura 13 - São José da Laje: redes de aliciamento da mão-de-obra



Fonte: A autora

Como foi possível perceber, o trabalhador de São José da Laje se encontra inserido e ligado a uma rede pessoal/sociabilizada já formada na região de origem e que está interligada com as regiões de destino dos migrantes. Essa rede social que foi formada não está ligada somente a laços familiares e de vizinhança, mas a laços sociais de solidariedade orgânica, porque ela comporta uma rede muito mais ampla e complexa que engloba a divisão social e territorial do trabalho e, porque ao passo que o capitalismo se desenvolve, outros atores e interesses entram em jogo, pois, como podemos ver, nesta rede escalar entrecruzada por vários espaços nodais, costumam atuar os vários personagens envolvidos no processo de migração.

Sendo assim, o cenário está posto, e vários atores personificados entram em cena e assim, é montado o tabuleiro do jogo e, “em torno ele vigiarão, movidas por outras regras, talvez próximas, mas também ignoradas, detentoras de outros poderes, todas as outras peças do jogo capitalista, reis, damas, bispos e outros cavaleiros de indústria” (GAUDEMAR, 1977, p. 258).

Vimos que o trabalhador lajense estando a serviço do “senhor capital” foi deslocado também para outros países. Todavia, uma rede que extrapola os seus limites espaciais e fronteiriços “comporta também constrangimentos, imposições, regras e normas” (SANTOS, G. A., 2007, p. 55).

Para Tilly (1990), “a migração internacional ocorre ancorada nos laços das redes pessoais de relações, as quais, por sua vez, propiciam a circulação de informação e de pessoas, aliciando, amenizando e facultando a travessia e o alojamento do migrante desde o seu lugar de origem até o país de destino” (TILLY, 1990 *apud* SANTOS, G. A., 2007, p. 53).

Ao deslocar-se para outro país, o migrante defronta-se com outra cultura, com uma língua desconhecida, e seus referenciais simbólicos (gestados no seu lugar de origem) apresentam-se limitados para interpretar regras, hábitos e comportamentos de uma sociedade diferente da sua (SANTOS, G. A., 2007, p. 56).

A rede de migrantes consiste em ligações sociais que ligam comunidades de origem a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços ligam migrantes e não migrantes dentro de uma complexa teia

de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidos por um tipo informal de experiência mútuas e comportamentos prescritos. As relações sociais que constituem as redes sociais de migrantes não são exclusivas aos migrantes, mas se desenvolvem como um resultado de laços humanos universais que são moldados por circunstâncias especiais na migração internacional. Esses laços sociais não são criados pelo processo migratório, mas adaptados a ele, e ao longo do tempo são reforçados pela existência comum da própria migração (MASSEY, 1987, p. 140 apud SANTOS, G. A., 2007, p. 54).

Gislene Aparecida dos Santos (2007, p. 54-55) ao traçar um perfil elucidativo para a rede de migrantes, afirmou que:

[...] o que define a participação na rede é o pertencimento a uma dada organização social. Mesmo que uma pessoa migre sozinha, ela faz parte de um processo social que, fundado primeiramente no seu local de origem, reconstrói-se tanto na própria sociedade de origem quanto na de destino. As redes que enviam migrantes são articuladas às que recebem, na qual os novos migrantes podem encontrar trabalho, casa e sociabilidade (SANTOS, G. A., 2007, p. 55-55 apud TILLY, 1990, p. 90).

Assim como Massey (1987), concordamos que no percurso da migração as redes sociais formam-se por meio das redes pessoais que já tinham sido criadas antes mesmo da migração se concretizar. Também não se pode esquecer de que “as redes, servem para perpetuar desigualdades, nas quais membros dos grupos imigrantes exploram uns aos outros” (SANTOS, G. A., 2007, p. 55 apud TILLY, 1990, p. 92).

Como podemos observar, o personagem do “gato” e seus intermediários mais conhecidos como “turmeiros”, aparecem em várias situações em São José da Laje. Geralmente, o “turmeiro” é um ex-cortador de cana, que logrou de função. É esse sujeito quem é o responsável por “organizar a turma a partir dos seus amigos, parentes e de trabalhadores que “não deem problemas”, “não se envolva em confusão” (MACIEL COVER, 2011, p. 98).

Esses personagens atuam tanto no referido município quanto nas proximidades dele, agem simultaneamente numa rede complexa e articulada entre a cidade de origem dos trabalhadores e as cidades de destino, atuando tanto em período de safra quanto no período de entressafra, sendo que na entressafra o número de turmas que eles comandam é bem maior, além do que, costumam atuar conjuntamente com as usinas.

Onório e Silva (2012, p. 54) em seu trabalho de campo em São José da Laje, ao se referir a ação dos “gatos” e ao deslocamento dos trabalhadores rurícolas cortadores de cana, afirmam que as indústrias se eximem de qualquer compromisso no recrutamento de trabalhadores, ficando dessa forma isenta de sofrer qualquer tipo de punição da justiça quando por exemplo deixam a cargo dos agenciadores - “os famosos gatos” -, os trâmites que facilitem a migração.

Portanto, para a consumação do fato, as empresas enviam os “turmeiros” que são os motoristas de ônibus que já possuem vínculo com a empresa na região de destino dos migrantes. Na região de origem do trabalhador migrante um outro agente entra em ação, é o “turmeiro” o responsável pela seleção de trabalhadores para o corte da cana. Ele fica à esperados transportes para enviar os trabalhadores.

O que nos chamou a atenção foi que, essas pessoas viajam agenciados pelo “gato”, geralmente em ônibus confortáveis e que carregam estampado na frente do ônibus o *slogan* “Turismo” de modo a parecer que estão fazendo uma rotina turística. Salienta-se que essa é uma estratégia utilizada pelas empresas e pelos “gatos” para dispensar qualquer tipo de fiscalização, como mostra a fotografia<sup>3</sup>. No quadro 9 será demonstrado quais os Estados são receptores dos trabalhadores<sup>75</sup> bem como qual o setor que abarca a mão de obra lajense.

### **Fotografia 3 – São José da Laje: rota turística ou aliciamento para o trabalho?**

---

<sup>75</sup> Selecionamos apenas algumas entrevistas para montar o quadro que se segue (quadro 8, p. 155-156).



Fonte: A autora

**Quadro 9 – São José da Laje: perfil do trabalhador migrante**

Idade	Tempo de migração	Função	Salário Região de origem	Salário Região de destino	Est. Civil/ (filhos)	Grau de Escolaridade	Quanto Poupava	Ganhos com a migração
31	9 anos. Em Angola seis meses	soldador	2.000,00	6.200 (em Angola)	Casado 2 filhos	2º Grau completo	60%	uma casa
38	14 anos	soldador	2.000,00	6.200 (em Angola)	separado 1 filho	2º Grau completo	50%	uma Casa, um terreno e um carro
25	5 anos	soldador	1.600 a 1.800	2.800	solteiro	2º Grau completo	30%	uma moto e uma praça de motáxis

43	17 anos	Antes caldeireiro, hoje trabalha por conta própria	200.00	2.800	Casado Sem filhos	1º Grau incomp.	60%	uma casa e montou o próprio negócio
39	12 anos	Cortador de cana	750 a 850	1.200 a 1500	casado	Não alfabetizado	10%	Nada
31	6 anos	Soldador na região de destino ena região de origem trabalha de moto-táxis	Não tem emprego formal 1.800 a 2.000 comomoto-táxis	2.800	casado/sem filho	2º Grau completo	20%	uma moto e uma praça de moto-táxis
27	4 anos	Operador de máquina	1.000	1.300	Casado Não tem filhos	Não alfabetizado	0%	Nada
28	3 anos	Cortador de cana	850	1.200	Casado 1 filho	Não alfabetizado	0%	0%
49	11 anos	Cortador de cana	950 a 1.100	1.900 ou mais	Separado Sem filhos	Não alfabetizado		uma casa
30	4 meses	motorista	1.200,00	Não migra mais porque foi vítima de trab. Escravo em Tocantins	Casado 3 filhos	2º Grau comp.	0%	0%
42	15 anos	Fiscal de	-	4.015,00	Solteiro	1º Grau	2.000 ou	uma casa

		campo (turmeiro – ex- cortador de cana)			/Sem filhos	incomplet o	mais	e uma pequena Proprieda de rural
--	--	---	--	--	----------------	----------------	------	---

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com os trabalhadores

Legenda: R/O (Lugar de origem)

R/D (Lugar de destino)

Em São José da Laje, encontramos dois ex-cortadores de cana, que lograram para a função de “turmeiro”. O turmeiro também é um migrante. Na região de destino eles chegam a ganhar o equivalente a “R\$ 4.015 ao mês”, enquanto que o salário do cortador de cana na região de destino varia entre R\$ 1.200 a R\$ 1.800 e na região de origem oscila entre R\$ 847,30 a R\$1.048,71 a depender da produção. Com esses dois turmeiros, migram também as esposas e filhos, sendo que uma delas trabalha como doméstica na região de destino, enquanto que a outra é responsável por levar poucas mulheres para trabalhar na bituca da cana em Mato Grosso do Sul. Geralmente, ela vai primeiro que o esposo, enquanto que o seu esposo fica agilizando os trâmites da migração com os homens que vai levar para o corte da cana.

Voltando a questão do salário, vimos que no caso do cortador de cana, a migração não é tão compensatória assim, e que muitas vezes o migrante foge de sua terra por questão de necessidade mesmo, ou quando ao extrapolar a jornada de trabalho não têm seus direitos garantidos como iremos ver no relato abaixo:

Teve uma crise em 2006 na usina que eu trabalhava que eles passaram dois meses sem pagar a gente. Os outros já era quem ajudava eu e minha família com alguma coisa porque eu num tinha dinheiro pra nada. Eu tô falando aqui do Grupo João Lyra. Essas indústrias daqui de Alagoas, Nordeste, o cara trabalha feito um doido mermo. É trabalho escravo. Imagine você, o cara trabalhar 12 horas por dia. Lá fora o cara só trabalha oito, as vezes puxa um pouquinho mais num é como aqui. Aqui explora de mais o trabalhador. Agora mermo eu num tô trabalhando em nenhum lugar porque eu tô de benefício. O que foi que eu ganhei trabalhando nas usina? Doença só. Eu tô aqui com os nervos todo atrofiado porque eu trabalhava como revisor de máquina, olhe o que a máquina fez com os meus braços, tá todo marcado com o corte da máquina, a minhas mão, o punho, é tudo durmente, *eu num sinto nada nesse braço (faz uma demonstração arrancando os pelos dos braços e não apresenta nenhuma sensação de dor, apenas revolta [grifo nosso])*. Se aqui tivesse onde trabalhar, eu num

saía daqui não, porque sair daqui pra ir trabalhar lá fora em usina, com a intenção que vai ganhar bem, num vai ganhar essas coisa toda não, porque o custo lá fora é bem mais alto. Chegou um tempo que eu só num passei fome mais a minha família, porque já era a família daqui que me ajudava. Então é só ilusão. Passei 13 anos trabalhando fora e na usina Vale do Paranaíba em Minas passei 7 anos, e o que foi que eu ganhei? Só isso, doença e mais nada, então hoje eu num penso mais em trabalhar fora mais não, até mermo porque hoje na situação que eu tô, eu num posso mais (J. L. A. 31 anos, 4º ano primário, natural de São José da Laje, Alagoas, casado e pai de dois filhos, profissão: revisor de máquina. Entrevista realizada em 15 de março de 2016, às 17h:45m, com interpolação nossa).

Em nossa pesquisa de campo, encontramos trabalhadores que ao retornar à cidade de origem e por não conseguir se inserir no mercado de trabalho durante os seis meses que fica na cidade de São José da Laje, migra para outras funções como pedreiro e ajudante de pedreiro (fotografia 4).

**Fotografia 4 – São José da Laje: trabalhador do corte de cana e pedreiro**



Fonte: A autora



Encontramos ainda um caso em que três jovens lajenses que foram recrutados pelo “turmeiro” para trabalhar em Aparecida do Tabuado, Mato Grosso do Sul que tendo suas carteiras recusadas tiveram que se virar na região de destino para arrumar o dinheiro da volta para casa.

Com base nisso, tivemos informação da esposa de um dos “gatos” que um deles foi encontrado nesse município trabalhando como catador de latinha, conforme relatado no caso abaixo, veremos que a migração acaba também por ser seletiva para alguns.

Uma pessoa daqui da cidade que é responsável por selecionar os trabalhadores do corte de cana na cidade, tem que escolher bons trabalhadores, então eles fazem tipo uma seleção, pois precisa ser homens fortes. É..., pra trabalhar na produção, tem que dá rendimento pra empresa, tem que ser bem produtivo e ter um bom comportamento. Então que é que acontece? Ele “o responsável pelo pessoal”, quer dizer, ele forma a turma detrabalhadore e recolhe a carteira deles. Depois, os trabalhadores têm que passar por uma série de exames antes de viajar pra o Mato Grosso. Então ele, entra em contato com o pessoal da saúde daqui do município de São José da Laje, que são os médicos e enfermeiros daqui do município. Os resultados desses exames saem bem rápido. Tem exame que já sai o resultado na hora. E se por acaso nos exames que foi feito for acusado algum problema de saúde, o trabalhador já fica de fora. Porque você sabe né? O trabalho no corte de cana é puxado, bem pesado, então a pessoa doente ou preguiçoso não vai render no trabalho e também não vai ser bom pra empresa. É claro que a usina não vai querer gente assim, não é? E o meu esposo é bem rígido com essas coisas, sabe? É. Porque ele não vai querer se prejudicar na empresa que ele trabalha né? Ele já trabalha como encarregado nessa usina<sup>76</sup> há muitos anos. Então tem que fazer tudo direitinho. Olha, teve um tempo que eu fui morar com o meu esposo lá em Aparecida do Tabuado no Mato Grosso do Sul. Eu lembro que teve um dia que o cara que recruta os trabalhadores do corte de cana daqui da cidade, “*neste caso, o gatinho*” (interpolação nossa), chegou lá com os trabalhadores, e teve uns três que o meu esposo não gostou de ter visto lá. Então ele chamou o rapaz que levou o pessoal e disse: - Ô fulano (...) o que é que essas caras tão fazendo aqui? Eu disse pra você que era pra escolher gente boa pra o negócio, trabalhador que fosse bom de produção. Você sabe que a usina não quer gente que não dá produção. Então esses cara aí, num vão ficar aqui não. E o cara falou: - Rapaz, mas vamos dar uma chance pra os cara aí. Vamos fazer um teste, se eles não der conta a gente manda eles embora. E o meu esposo disse: - Não! Você sabe muito bem das regras aqui. E o cara disse: - Mas e agora, o que é que eu faço com os cara? O meu esposo ficou irado e disse: - Dê seus pulo. Você trouxe, você se vira. Aí teve um dia que a gente, - eu e o meu esposo - fomos pra festa do peão lá na cidade de Aparecida do Tabuado, aí eu

---

<sup>76</sup>Preferimos não expor o nome das usinas nos relatos dos trabalhadores como forma de evitar possíveis transtornos.

avistei de longe um desses cara daqui da Laje e ele tava catando latinha na festa. Acho que você conhece ele. Ele é bem conhecido na cidade porque cheira muita cola. Daí quando eu vi ele na festa do peão, eu falei pra o meu esposo: - Olha, aquele rapaz ali catando latinha não é o cara que veio da Laje? E ele disse: É". Aí, eu chamei o meu esposo pra gente sair dali, ir embora. Porque você sabe né, quem sabe o que o outro cara falou pra eles quando mandou eles embora (Relato da esposa de um encarregado da usina, também denominado de "gato", com interpolação nossa).

Neste caso, o migrante no seu percurso de deslocamento pode deparar-se com uma situação estranhada de suma exclusão, medo e insegurança, pois ao se defrontar com o novo, o que parecia ser um sonho de uma vida melhor pode tornar-se uma frustração como ficou explícito no relato acima.

Vemos que neste caso, o encarregado encontra-se em um patamar mais elevado que o do "turmeiro", pois é ele quem "é o responsável geral pelo processo de trabalho dentro do canavial, no que tange ao corte da cana e ao alojamento, já que o carregamento e o transporte são terceirizados" (COVER, 2011, p. 113). Geralmente, o encarregado já exerceu o papel direto do "gato". Ao executar a função de "gato", este adquiriu experiência suficiente para transformar-se em encarregado geral dentro da usina. Ao mudar de função, ele:

Recebe ordens diretamente do escritório, dos gerentes, principalmente do gerente agrícola e do gerente de recursos humanos. O encarregado é responsável pela atividade agrícola de queima da cana, realizada sempre na noite anterior ao corte. Para tal, há uma equipe especializada em queimadas, subordinadas ao encarregado. Durante o dia, o encarregado circula entre todas as turmas da usina. Observa se o trabalho está sendo bem executado. Se perceber alguma irregularidade, ele chama a atenção do fiscal. O encarregado dificilmente dirige ordens diretamente aos cortadores. O encarregado é fichado na usina. Recebe pagamento por hora e também pelos rendimentos das turmas. Mora numa casa próxima ao alojamento. É branco ou mestiço e também é um migrante estabelecido (seja do Paraná, de Minas Gerais ou do Nordeste).

Dessa maneira, adverte-se que o trabalhador do corte de cana tem extrema necessidade vender a sua força de trabalho de forma a garantir a sua subsistência e também promover o sustento de seus dependentes; "da mesma maneira, o fiscal, o encarregado e os gerentes, que estão em posição de comando e se diferenciam dos outros trabalhadores pela remuneração e *função que exercem nos canaviais* (COVER, 2011, p. 115).

Concluimos essa parte afirmando que essa mão de obra sempre disponível ao capital global é denominada por Haesbaert (2008) como

“*globetrotters*”, preferimos denomina-la como uma massa “supranumerária”, dada à situação em que a maioria dos trabalhadores brasileiros se encontram hoje, pois estão sendo lançados, ou melhor, dizendo, desfilados<sup>77</sup> (ANTUNES, 2009), não tanto para fora do país, mas, sobretudo, dentro do seu próprio território onde são empurrados pelo governo e pela massa neoliberal para se juntar ao montante de desempregados e desse modo vão engrossando o exército industrial de reserva, ou quando não, são trabalhadores desamparados que têm os seus direitos trabalhistas corrompidos. Por isso, ousamos em concordar com Barberino (2014, p. 18) afirmando que “os “supranumerários” surgem num contexto de reconstrução da vida social, quando o compromisso institucional com o emprego e a segurança econômica dele advinda arrefeceu-se”.

### **5.3 A migração para a Angola e o xadrez de cativo da escravidão contemporânea**

Em 07 de junho de 2014 foi publicada uma matéria sobre os trabalhadores que foram aliciados pelos “gatos”, aqui no Brasil, para trabalhar na construção de uma usina em Angola, na África. Neste relatório existe a comprovação de trabalho análogo ao de escravo. Segundo o Ministério Público do Trabalho<sup>78</sup> do município de Araraquara, São Paulo, em 2014, “252 trabalhadores contratados pela Pirâmide residiam fora do estado de São Paulo, sendo formalizados seus contratos de trabalho em Américo Brasiliense” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2014, p. 6).

Todavia, já faz algum tempo que os jovens nordestinos são recrutados por “gatos” para trabalhar nas usinas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Os deslocamentos não param por aí. Os profissionais que dispõem de um nível mais elevado de especialização do setor sucroalcooleiro foram também aliciados para o trabalho em obras de construção de usinas da Odebrecht como a

---

<sup>77</sup>Queremos deixar claro aqui, que assim com Antunes (2009) não acreditamos no fim do trabalho, até mesmo porque o que está ocorrendo no Brasil é parte de um processo e não de uma ruptura de um sistema, mas sim um processo de reorganização da política de base da estrutura capitalista que não favorece a classe trabalhadora.

<sup>78</sup>Documento assinado eletronicamente por RAFAEL DE ARAUJO GOMES, em 17/06/2014, às 09h25min25s (horário de Brasília). Matéria disponível em: <[https://assinatura.mpt.gov.br/prt15/processoEletronico/consultas/valida\\_assinatura.php?id=1060302&ca=HCH1UFDCSG6P4K7B](https://assinatura.mpt.gov.br/prt15/processoEletronico/consultas/valida_assinatura.php?id=1060302&ca=HCH1UFDCSG6P4K7B)>.

Biocom/Companhia de Bionergia de Angola<sup>79</sup>. Os trabalhadores especializados do município de São José da Laje se inserem nesse contexto.

O aliciamento em território brasileiro constituiu, entretanto, apenas o primeiro passo de uma rede voltada ao tráfico de seres humanos, pois a ele se seguiu o aliciamento, ainda mais grave, de trabalhadores para o exterior, cometido de forma gritantemente fraudulenta (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2014, p. 18).

Sobre essa forma fraudulenta de contratos por parte das empresas prestadoras de serviços, e que tem por trás grandes investimentos financiados pelo BNDS, aponta-se que:

[...] todo esse empreendimento ilícito (aliciamento nacional e internacional, trabalho escravo, fraude trabalhista de monta, *marchandage*, etc.), lesivo a centenas de trabalhadores, vem sendo absurdamente bancado com o aproveitamento de dinheiro público, através de financiamento secreto e nebuloso concedido pelo BNDES, sigilo esse decretado pelo Ministério do Desenvolvimento por razões insólitas e sem precedentes, mas que a própria Biocom/Odebrecht fez questão de afastar, mediante informações lançadas nos contratos que celebrou com a Pirâmide, a W. Líder e dezenas de outras empresas (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2014, p. 5).

Chama a atenção o fato de que o financiamento do BNDS para tal empreendimento na Biocom Agroindustrial em Angola, foi de forma camuflada apoiado pelo Estado brasileiro, pois segundo o MPT (2014, p. 155),

[...] qualquer pessoa que vier a procurar, digamos na página do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social na internet, alguma informação quanto a tal financiamento concedido à Biocom nada encontrará. Não há registro público da concessão de tal financiamento. Publicamente, ele não existe. Qual a explicação para o paradoxo? O financiamento, reconhecido pela Odebrecht em mais de quarenta contratos, existe ou não existe? Tudo leva a crer que existe, mas foi tornado, através de decisão sem precedentes na história pós-regime militar do país, secreto por ato do governo federal, por “razões de estado”. Com efeito, todos os financiamentos do BNDES concedidos a Angola (e também a Cuba, sendo que estes dizem respeito, não surpreendentemente, a outra obra executada pela Odebrecht, o porto de Mariel) foram tornados sigilosos pelo Ministério do Desenvolvimento até o ano de 2027.

---

<sup>79</sup>Segundo o Ministério Público do Trabalho (2014, p. 32) Angola padece de aguda carência de mão de obra especializada, havendo enorme demanda para profissionais como os brasileiros enviados à obra da Biocom, tais como soldadores, caldeireiros, mestres de obra, etc. Em acréscimo, trabalhadores brasileiros possuem a vantagem adicional de falarem a língua local, que também é o português, o que facilita a comunicação.

Sobre o ocorrido, o Ministério Público do trabalho (2014, p. 156) informa que saiu uma matéria jornalística fazendo uma crítica ao caso. A crítica dirigida ao Ministério do Desenvolvimento respaldou sobre os aspectos de que “os *brasileiros estão obrigados a esperar mais 14 anos, ou seja, até 2027 para ter o direito de saber como seu dinheiro foi usado em negócios bilionários e sigilosos com Angola e Cuba*<sup>80</sup>”(grifo do autor).

A Biocom<sup>81</sup> está instalada no Polo Agroindustrial de Capanda, no município de Cacusó, na província de Malanje, a 370 Km de Luanda, (conforme mapa 10).

**Mapa 10 – Localização geográfica da usina Biocom em Angola - África**



Fonte: <http://www.biocom-angola.com/pt-br/a-empresa/onde-estamos>

<sup>80</sup> Informação disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/segredos-bilionarios-10362985>>.

<sup>81</sup> A unidade industrial da Biocom tem capacidade para processar 2,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, matéria-prima base para a produção industrial. A Biocom possui, atualmente, uma área total de concessão de terras agrícolas de 81.201 hectares, dos quais 70.106 hectares são agricultáveis e 11.095 hectares são destinados a áreas de preservação permanente de vegetação nativa. Nessa unidade, o plantio e a colheita da cana-de-açúcar será 100% mecanizáveis onde foi adotado o método do sistema MPB (Muda-Pé-Brotada). A energia elétrica é produzida a partir da biomassa, cavaco de madeira e o bagaço da cana-de-açúcar, provenientes do processo de supressão vegetal e da produção de açúcar e etanol, respectivamente. A capacidade plena de produção da Biocom será alcançada na safra de 2020/2021, quando a empresa irá produzir anualmente 256 mil (t) de açúcar branco, 33 mil milímetros cúbico de etanol anidro e 235 Gwh de energia exportada. Informação disponível em: Disponível em: <<http://www.biocom-angola.com/pt-br/produtos/energia-electrica>>. Acesso em 11 de ago. 2016.

A Biocom<sup>82</sup> é uma “empresa angolana da qual são sócios a Odebrecht Angola, empresa do grupo multinacional brasileiro Odebrecht, a Sonangol Holdings Lda, vinculada à estatal petrolífera de Angola, e a Damer Industria S.A<sup>83</sup> (empresa privada), da qual são sócios dois generais e o vice-presidente de Angola” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2014, p. 2). O que chama a atenção é que:

A Sonangol é uma petrolífera, nada sabe sobre produção de açúcar, ao passo que a Damer e a Cochan não são verdadeiramente empresas, mas mecanismos para justificar a participação societária do círculo íntimo do presidente da república. De onde viria o *know-how* para atuação no setor da cana, senão da ETH/Odebrecht Agroindustrial? Para concluir as obras e viabilizar o início da atividade produtiva da usina, a Biocom tornou-se uma unidade pertencente de forma direta à Odebrecht, que a administra como dona, tendo sido montada uma elaborada farsa para ocultar tal realidade tanto do povo brasileiro – cujo dinheiro está, sem o seu conhecimento, financiando a estranha operação [...] quanto do povo angolano, ao qual está sendo dito que a usina significará um passo importante rumo à independência alimentar do país e à substituição de importações, quando na verdade o açúcar será produzido e vendido pela filial de uma multinacional brasileira, não por uma verdadeira empresa angolana, mantendo-se incólume a dependência estrangeira (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2014, p. 149-150).

Salientamos que para o trabalho em Angola, foram recrutados trabalhadores dos municípios de São José da Laje e de União dos Palmares. Recentemente, foi autuada pelo Ministério Público do Trabalho pelo aliciamento de trabalhadores que se encontraram em situação ilícita e que viviam em condições análoga a de escravo.

A empresa<sup>84</sup> que recrutou os trabalhadores lajenses conta com 400 trabalhadores. Desse total, “151 trabalhadores, possuíam endereço residencial em cidades localizadas no estado de São Paulo; 176 possuíam residência em estados localizados na região Nordeste do país; e 76 residiam em outros estados da federação”. Ressaltamos que desses 76 trabalhadores, estão incluídos os trabalhadores especializados de São José da Laje. Comprovando a prática do gato no/e para além do território lajense, vejamos o que diz o MPT (2014, p. 6):

<sup>82</sup>Cf. MPT (2014), a Biocom (Companhia de Bioenergia de Angola, com participação da Odebrecht) vem sendo construída na província de Malange e será a primeira usina de bioenergia do país.

<sup>83</sup>C.f. Segundo o Ministério Público do Trabalho/SP, hoje, essa indústria foi substituída pela Cochan S.A, pertencentes apenas a um desses generais.

<sup>84</sup>Informação disponível em:

<[https://assinatura.mpt.gov.br/prt15/processoEletronico/consultas/valida\\_assinatura.php?id=1060302&ca=HCH1UFDCSG6P4K7B](https://assinatura.mpt.gov.br/prt15/processoEletronico/consultas/valida_assinatura.php?id=1060302&ca=HCH1UFDCSG6P4K7B)>.

[...] inúmeras cidades se repetem com frequência nos endereços dos trabalhadores, entre elas, apenas para citarmos alguns exemplos, Cocos/BA, São José da Lage/AL, União dos Palmares/AL, Alto Piquiri/PR e Alto Araguaia/MT. Obviamente tal repetição não se mostra mera coincidência, e sinaliza o deslocamento de grupos de trabalhadores arregimentados em comum e trazidos a São Paulo.

Ressaltamos que em Angola os trabalhadores migrantes viviam confinados no alojamento tendo suas vidas controladas pelos “gatos”. Eles também tiveram seus passaportes recolhidos e não podiam sair do alojamento para nada, a não ser na presença deles e, quando se deslocavam do alojamento, saíam sempre em turma, nunca sozinhos.

Sobre a convivência nos alojamentos, veja-se o relato de um dos entrevistados:

*P: Onde vocês se hospedaram durante o tempo em que trabalharam em Angola?*

*E8: Em alojamentos.*

*P: Como eram as condições de vida nos alojamentos com relação a alimentação, a água para beber, a higienização do ambiente?*

*E8: Tudo era muito precário. Era péssimo. A água então, nem se fala, era salobra e muito barrenta. A comida era horrível. Os banheiro do alojamento num tinha nenhuma higiene.*

*P: Por conta disso, você chegou a apresentar algum problema de saúde?*

*E8: Eu não, outras pessoa, sim. Eles tinham muita diarreia e vômito.<sup>85</sup> O vômito geralmente vinha depois que os cara terminava de comer. Era horrível a comida. A gente chegou até a achar que comeu carne de macaco, porque a carne era muito vermelha. O refeitório não tinha higiene. Vez ou outra aparecia rato. Eu vim embora por conta disso. O projeto era pra oito meses, mas só passei três mês e quinze dias lá, porque discuti com uns cara por conta disso.*

*P: Vocês tinham liberdade para sair do alojamento?*

*E8: Não. Eles dizia que era pra não se relacionar com as pessoa de outro país.*

*P: Porque não saíam? Vocês não tinha o passaporte<sup>86</sup>?*

<sup>85</sup>Cf. Ministério Público do Trabalho (Idem), ex-operários disseram em depoimentos prestados à Justiça que os ambientes na obra eram muito sujos e que os banheiros, distantes do local de trabalho, permaneciam cheios e entupidos. Ainda de acordo com o Ministério Público, exames médicos de trabalhadores que retornaram da Biocom comprovaram febre, dor de cabeça, dor abdominal, diarreia e náuseas. Alguns deles apresentaram suspeita de febre tifoide.

<sup>86</sup>Cf. MPT (op. cit., p. 19) todos os trabalhadores da Pirâmide, da W. Líder e da Planusi foram, depois de contratados no Brasil, enviados a Angola com apenas o visto ordinário aposto nos seus passaportes. E o visto concedido pelo governo angolano foi o ordinário porque em momento algum lhe foi solicitada a concessão do visto de trabalho para o ingresso dos brasileiros.

*E8: Não. Você já sai com o visto de São Paulo no passaporte. Só pra você ter uma ideia, a gente só saía uma vez por mês era a turma toda junta. Olhe e a gente só saía viu, porque a turma se reunia e pressionava os cara, porque se fosse depender deles ninguém saía pra nada não. Era só viver pro trabalho porque num tinha tempo pra nada, não. Trabalho e trabalho era só isso o mês todo.*

*P: Então no passaporte só tinha o visto para o trabalho?*

*E8: Não sei. Acho que sim.*

*P: Existe alguma diferença entre trabalhar no Brasil e trabalhar em outro país?*

*E8: Existe. Só que eu acho que aqui no Brasil o trabalhador tem mais liberdade, lá fora é só trabalho. Você fica prisioneiro do trabalho e do alojamento. (Entrevista realizada na residência do migrante no dia 13 de fevereiro de 2015. – 31 anos de idade, profissão: soldador, casado, 2 filhos, natural de União dos Palmares, 2º Grau completo, migrante a 9 anos).*

O entrevistado deixou claro que as condições de higiene e de alimentação e a água fornecida nos alojamentos era de péssima qualidade. Sobre a falta de higienização tanto no alojamento quanto no ambiente de trabalho, o Ministério Público do Trabalho (2014, p. 47).

No período em que permaneceram trabalhando no longínquo país, as condições de trabalho eram degradantes, com banheiros sujos e alagados, vasos sanitários entupidos, refeitório sem condições mínimas de higiene, com moscas ratos e até macacos, além de ficar demonstrado que nas proximidades do local de trabalho não havia banheiro<sup>87</sup> para uso dos trabalhadores, que se viam obrigados a procurar a plantação próxima para fazer suas necessidades fisiológicas.

No entanto, a convivência nos alojamentos e as práticas muitas vezes abusivas, guardam resquícios de crueldade que remetem a escravidão. Para comprovar esses fatos relatados anteriormente pelo entrevistado, o Ministério Público do Trabalho, pontua:

*[...] o local para alimentação tampouco obedecia ao padrão exigido na NR 18, visto que restou provado que a primeira era barrenta e sem o tratamento necessário e o segundo era próximo de esgoto e com o número insuficiente de assentos, o que compelia os trabalhadores a esperar por cerca de trinta minutos na fila debaixo de sol escaldante. Comprovou-se também que a alimentação fornecida era de má qualidade e que o operário estava submetido à jornada de trabalho extenuante, além do fato de ter*

<sup>87</sup>Quando as medidas preventivas e de higienização são deixadas de lado, ocorre a violação dos direitos da pessoa humana além de comprometer e pôr em risco a saúde e a vida dos trabalhadores mediante a ausência e falta de higiene no canteiro de obras/alojamentos onde ficam os trabalhadores.



*ficado desprovido de seu passaporte, o que limitava a sua circulação pelo país no qual prestava serviços (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2014, p. 70, grifo do autor).*

Todavia, como o passaporte não estava sob os cuidados do entrevistado e isso pode justificar o fato de que o passaporte não preenchia os requisitos necessários para a permanência legal do trabalhador no país de acolhimento por seis meses ou mais, entrando, portanto, em Angola, como imigrantes ilegais.<sup>88</sup>

O aliciamento e tráfico de seres humanos se deu, tudo leva a crer, por uma estratégia empresarial ignóbil, vil e mesquinha: desejou a Odebrecht, para concluir a obra que já estava atrasada (que ficou paralisada por um ano), contar com trabalhadores precários e inteiramente submetidos a seu jugo, incapazes de reagir ou de reclamar das condições suportadas, impossibilitados de procurar outro emprego, e que sequer pudessem sair do canteiro de obras. E para tê-los em suas mãos dessa forma, não apenas os fez ingressar no país mediante fraude, sem autorização para trabalho, transformando-os automaticamente em imigrantes ilegais, como ainda, depois, tomou-lhes os passaportes, [...] transformando-os em imigrantes ilegais e indocumentados (Ibidem, p. 32-33).

Quanto ao visto no passaporte, o MPT (2014, p. 30) vai dizer que as empresas prestadoras de serviço na Angola ingressaram centenas de trabalhadores no país de forma ilegal. Pois, “não era a Pirâmide quem pedia os vistos, mas, sim a Biocom; não possuía a Pirâmide, e sim a Odebrecht, contratos com o governo angolano. Mas quanto à ausência de pedido de visto de trabalho, alega-se que a concessão dele seria “demorada” e “burocrática” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2014, p. 30).

Aproveitamos para enfatizar que alguns trabalhadores (na condição de depoentes) relataram ao MTP (2014, p. 47) que em Angola as refeições eram:

*[...] arroz, feijão, frango/ peixe e uma carne vermelha que imaginavam ser bovina e que chegaram a comer carne de jibóia, (sic) que souberam disso por intermédio do próprio cozinheiro; que ao verem um macaco na cozinha acharam que ele seria usado nas refeições e os funcionários pararam de comer carne vermelha; que dentro da cozinha do refeitório haviam constantemente baratas e ratos, que o depoente chegou a ver [...] um rato morto entre os pratos.*

E ainda,

---

<sup>88</sup>Os fatos acima narrados caracterizam o delito a que se refere o art. 206 do Código Penal: “Recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro. Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa” (Idem, p. 33).

As condições degradantes a que foram submetidos os trabalhadores, ou, mais especificamente, os reflexos à saúde dos trabalhadores ocasionados pelo tratamento recebido em Angola, podem ser compreendidos, também, a partir dos documentos encaminhados ao Ministério Público pelo Departamento Municipal de Saúde da Prefeitura de Américo Brasiliense, incluindo: listas de trabalhadores que tiveram febre, dor de cabeça, dor abdominal, diarreia, náuseas, fezes com sangue, emagrecimento; notificações de suspeita de febre tifóide; relatos colhidos dos trabalhadores mencionando água salobra para beber, evacuações no mato, banheiro muito sujo, comida estragada e ausência de submissão a qualquer exame médico antes do atendimento pelo Departamento da Saúde (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2014, p. 59-60).

Adverte-se que ao serem aliciados, “várias centenas de trabalhadores não se deslocariam de regiões distantes do Brasil para Américo Brasiliense com o propósito de vir a trabalhar em um país africano sem qualquer conhecimento de que seriam contratados” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2014, p. 10). E acrescenta:

Em especial, várias dezenas de trabalhadores não saíam simultaneamente, por uma “incrível coincidência”, das mesmas cidades, como as mencionadas São José da Laje/AL, União dos Palmares/AL, Alto Piquiri/PR e Alto Araguaia/MT, sem saber que seriam contratados. [...] não se trata, aqui, de trabalhadores braçais, como cortadores de cana, que vêm trabalhar em usinas da região, e que realizam tal migração todos os anos. Trata-se de trabalhadores dotados de formação profissional especializada, com grande demanda no mercado, são soldadores, caldeiros, encanadores, etc. Pessoas assim não saíam de estados distantes de SP “com uma mão na frente e outra atrás” sem qualquer perspectiva de emprego. Embora não se possa, obviamente, descartar que parte dos trabalhadores de fato tenha se deslocado a Américo Brasiliense por conta própria, a maioria sem dúvida foi buscada e arregimentada em suas cidades de origem, mediante prévia pactuação da contratação (Ibidem, p. 10).

Sobre isso, trazemos mais uma vez a contribuição de um dos entrevistados que trabalhou em Angola.

*P: Como se deu a sua contratação na empresa?*

*E9: Por meio do agenciador.*

*P: Esse agenciador que você fala é o que chamam de “gato”?*

*E9: É.*

*P: Quando você saiu de São José da Laje, do Estado de Alagoas, você já foi direto para Angola?*

*E9: Não. A gente foi pra São Paulo.*

*P: E em qual cidade de São Paulo você ficou hospedado antes de embarcar para o exterior?*

*E9: Na cidade de Américo Brasiliense.*

*P: E enquanto você aguardava a viagem para a Angola, você já recebia algum salário, ou já saiu do Brasil com a carteira assinada?*

*E9: Sim. A gente recebeu lá. A gente já saiu daqui tudo certinho, tudo fichado.*

*P: E, enquanto vocês estavam hospedados em Américo Brasiliense, quem arcou com as despesas de alimentação? E de quem foi as despesas com passagem?*

*E9: A empresa.*

*P: Isso depois era descontado do seu salário? Quanto?*

*E9: O desconto era mensalmente. Não sei, eles num comunicavam o desconto não, só sei que descontavam do salário que a gente recebia.*

*P: Em quê você foi trabalhar e para qual a empresa?*

*E9: Fui trabalhar numa construção da usina pela empresa Pirâmide que era uma empresa de serviços prestados à Odebrechet. Teve outros cara que foi pela Santin.*

*P: Qual era a sua função e o seu salário lá em Angola?*

*E9: Eu trabalhava de soldador e ganhava R\$ 6.200, mas tinha cara que ganhava mais, dependia da função podendo ganhar até R\$ 8.000 ou mais (Entrevista realizada no Bairro do Cruzeiro em São José da Laje no dia 13 de abril de 2015).*

Percebe-se então, que enquanto os trabalhadores estavam sem salário em Américo Brasiliense e à espera da viagem para Angola, acabaram contraindo dívidas com a empresa contratante, que conforme o entrevistado, ele recebia o salário com desconto sem que ele soubesse ao certo pelo o que ele estava pagando.

Com relação a situação de vida dos trabalhadores migrantes de São José da Laje que sofreram algum tipo de exploração do trabalho e viveram sob condições análogas a de escravo, compete-nos a concordar com Apratto Tenório (2009, p. 34-36) que na atualidade,

[...] a usina é um verdadeiro parque industrial, uma fábrica moderna, mas nunca vai esquecer o primitivo banguê, do qual saiu como o pinto sai do ovo. Não se conseguiu, nessa extraordinária trajetória de modernização fabril, oferecer ao trabalhador orientação segura e eficientes estímulos. No lar dos trabalhadores em usinas não existem comodidades. Faltam educação e saneamento básicos. Sobrou apenas uma herança apática que impede qualquer aspiração de crescimento. Eles formam uma imensa massa, presa fácil da demagogia e do embuste das promessas eleitorais.

Todavia, tais práticas abusivas à vida dos trabalhadores, quanto a jornadas de trabalho intensivas, rebaixamentos de salários, a falta de pagamentos,

condições precárias de vida nos alojamentos, trazem grandes transtornos e sofrimento à vida dos sujeitos que se que se dispõe a migrar.

#### **5.4A escravidão contemporânea no Brasil**

Adentramos nesse assunto recorrendo um pouco ao passado, por isso mencionamos desde já o filme “A Missão” (1986) com Robert De Niro. Nele, Rodrigo Mendonza (Robert De Niro) estando a serviço da Corte portuguesa é um mercenário, um traficante de escravos, apto para capturar gente pela lei da força como se tivesse caçando um animal selvagem<sup>89</sup>.

Através dessa grande obra, podemos ver como se deu a ocupação do território brasileiro de forma perversa e sanguinária. Índios foram dizimados pelos colonizadores. Foram aos montes capturados pelos mercenários e arrancados violentamente de suas origens, e os jesuítas que aqui chegaram para evangelizá-los, foram posteriormente, expulsos do território pela Coroa Portuguesa. Os índios foram, na verdade, uma mão de obra gratuita e pronta para ser escravizada pelos colonizadores como um entreposto de caráter comercial e exploratório, modelo até então já adotado pelos lusitanos no continente africano.

Depreende-se queo que moveu a Coroa Portuguesa à expulsão dos jesuítas das terras brasileiras não era o cuidado com os aborígenes e sim o interesse próprio de cunho político e mercantil. Inicia-se assim a exploração território e do homem com a escravização dos índios, de onde adviria depois o tráfico de mão de obra escrava dos negros africanos.

Criou-se, portanto, um clima conflitos entre a França e a Coroa Portuguesa. O império francês não aceitava que o Tratado de Tordesilhas dividisse as terras brasileiras apenas entre Espanha e Portugal, assim, para resolver o problema, Portugal adotou o mesmo sistema criado pela Espanha que foi o “arrendamento de terras que culminaria depois no povoamento do território com o

---

<sup>89</sup> Era assim que a Coroa Portuguesa via os índios e os negros, como seres selvagens, vagabundos e preguiçosos.

Tratado de Tordesilhas que dividiria o território em Capitanias Hereditárias, conforme já foi visto.

Com base nisso, já dizia Marx (2013, p. 821) que os diferentes momentos de acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Vale dizer que:

[...] Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema de dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de uma para outro (Ibidem, p. 821).

Para Diégues Júnior (2012, p. 52), “o recurso à escravização indígena, embora se apresentasse ao colono como necessidade, não deu, nem poderia dar, certo”.

Em primeiro lugar, porque a massa indígena era maior que a dos colonos; em segundo lugar, porque, mesmo escravizados, os nativos não se adaptavam ao trabalho sedentário que a agricultura da cana exigia. O desenvolvimento econômico dos indígenas encontrados pelo colonizador na região nordestina não os capacitava para um sistema de trabalho permanente, contínuo, livre. O choque cultural era evidente; e, como recurso para suprir as necessidades de mão de obra, recorreu o colonizador ao escravo negro.

Para este autor, o negro africano era um elemento ideal porque já estava habilitado ao trabalho tanto rural como urbano, desde os afazeres domésticos quanto os serviços de rua.

O escravo negro se tornou o elemento fundamental de trabalho nas diversas atividades agrárias e industriais da área açucareira do Nordeste. Foi o trabalhador barato, constante, resignado em grande parte, no anoitecer ao amanhecer, era um trabalhador contínuo do eito nos carros de boi, nas moendas, na bagaceira, nos ensacamentos de açúcar.

Os negros africanos mantinham fidelidade com os colonos com o objetivo de obter a sua liberdade. Contudo, por serem leais aos seus senhores, sofriam

castigos dos mais severos por conta dos holandeses: “eram açoitados e marcados a fogo” (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p. 57-58).

Vítimas do regime de escravidão, [...] surrados, com marcas de ferro, de chicote, com inchação nos pés, com cicatrizes de bexigas, com Sapiranga, com escrotos grandes, com peitos quebrados, com pernas arqueadas, com falta de dentes ou dentes podres, com doenças de olhos, com defeitos físicos os mais diversos. Escravos aleijados, com perdas de braços, de dedos, não seriam raros, em consequência mesmo do trabalho no engenho (Ibidem, p. 59-60).

Conforme apontado por Diégues Júnior (2012), era com o regime escravocrata que surgiam também as doenças e moléstias como sendo estas marcas do trabalho explorado e sub-humano. “Ameaças de morte, castigos físicos, dívidas que impedem o livre exercício do ir e vir, alojamentos sem rede de esgoto ou iluminação, sem armários ou camas, jornadas que ultrapassam 12 horas por dia, sem alimentação ou água potável, falta de equipamentos de proteção, promessas não cumpridas”<sup>90</sup>.

Com base no que se mostra sobre o regime escravocrata, vale apontar que o governo federal brasileiro assumiu a existência do trabalho escravo contemporâneo no país, tornando-se, portanto, uma das primeiras nações do mundo a reconhecer oficialmente a ocorrência do problema em seu território. De 1995 até 2014, mais de 47 mil trabalhadores foram libertados de situações análogas a de escravidão<sup>91</sup>. Já são “mais de 125 anos após a abolição da escravatura, o Brasil ainda combate uma versão moderna do tipo de trabalho forçado. Mais de 2 mil pessoas são libertadas todos os anos no país em condições análogas à de escravos”, conforme mostra o gráfico 8.

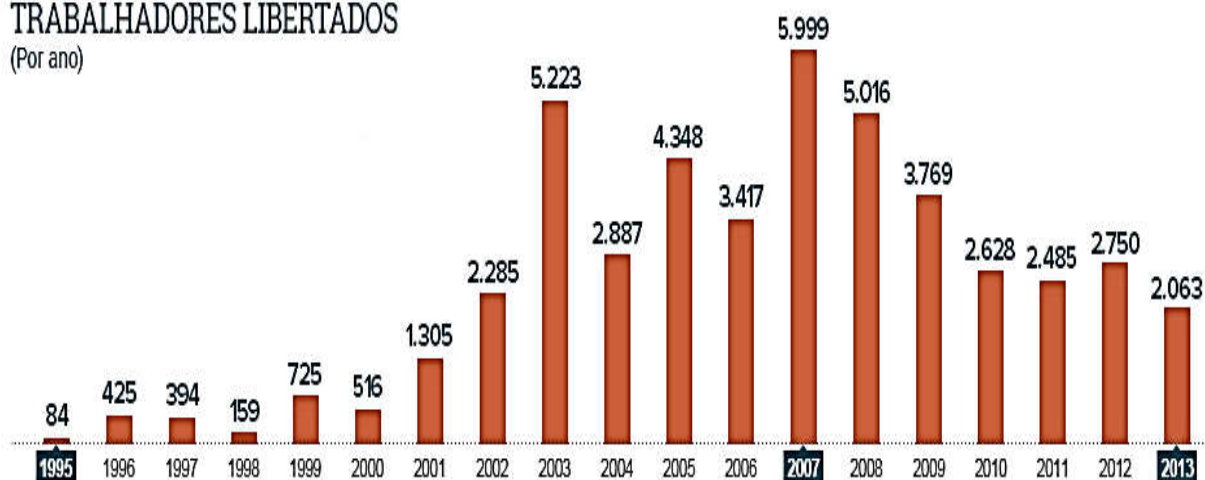
### **Gráfico 8 – Brasil: Trabalhadores libertos da escravidão contemporânea**

<sup>90</sup> Informação disponível em: <http://g1.globo.com/economia/trabalho-escravo-2014/platb/>.

<sup>91</sup> Informação disponível em: <http://escravonempensar.org.br/sobre-o-projeto/o-trabalho-escravo-no-brasil/>. Acesso em 20 de julho de 2016.

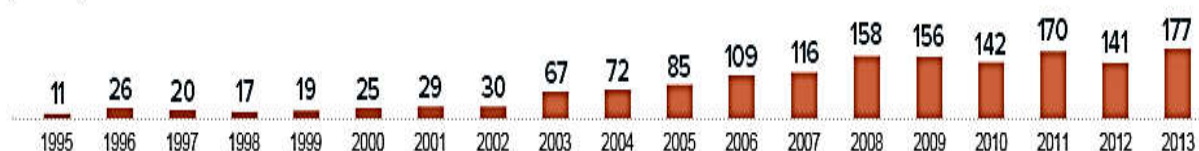
## TRABALHADORES LIBERTADOS

(Por ano)



## OPERAÇÕES REALIZADAS

(Por ano)

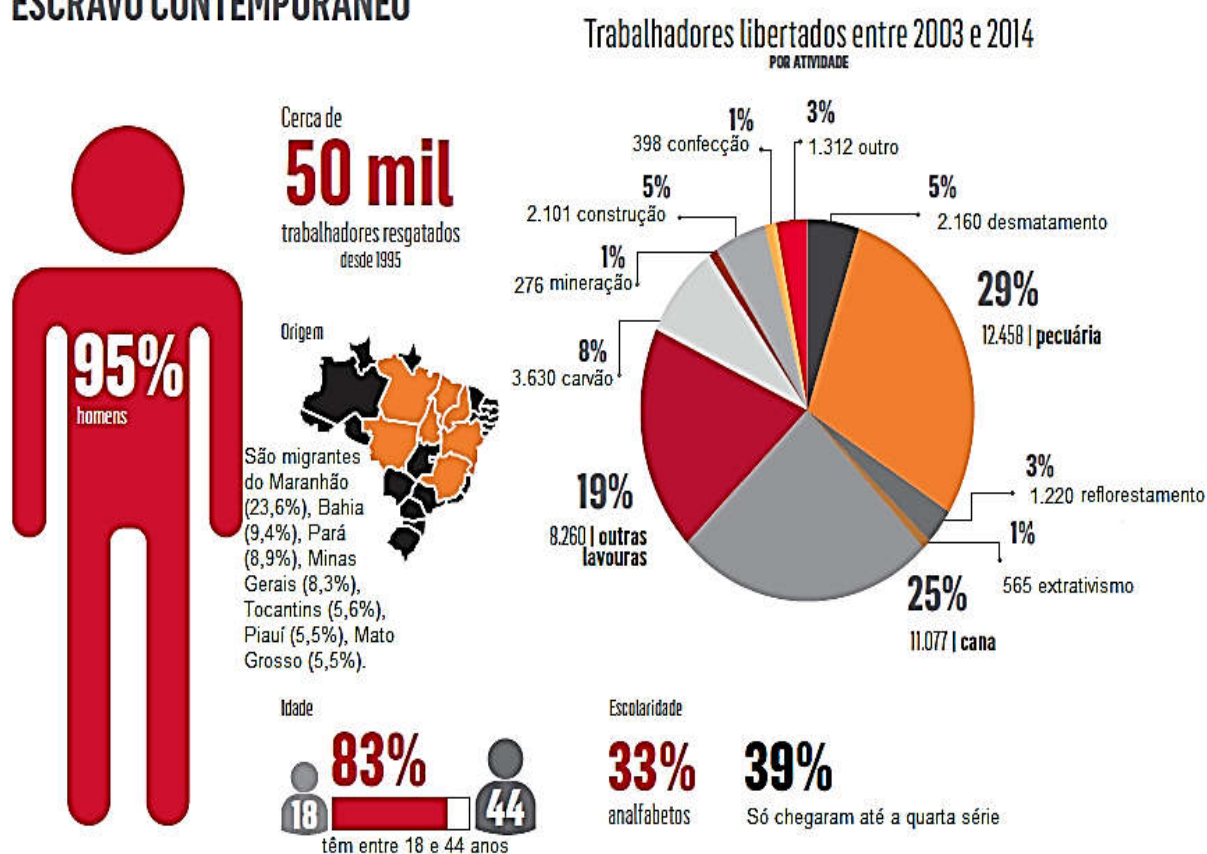


Fonte: <http://g1.globo.com/economia/trabalho-escravo-2014/platb/#aliciamento>

Como podemos ver, a escravização ainda é algo persistente no Brasil. Recentemente, encontramos uma matéria publicada no site “Escravo nem Pensar”, onde foi mostrado quem são os trabalhadores escravos da contemporaneidade bem como o rol de atividades em que foram encontrados trabalhadores em situação degradantes a de escravos. A escravidão moderna ganhou uma nova roupagem, não é somente no meio rural e agrícola que ela aparece, hoje ela esprou-se pelos centros urbanos aparecendo em atividades como construção civil e a indústria têxtil (figura 14).

**Figura 14 – Brasil: Escravidão contemporânea por setor de atividade (2003 a 2014)**

## ESCRAVO CONTEMPORÂNEO



Fonte: <http://escravonempensar.org.br/sobre-o-projeto/o-trabalho-escravo-no-brasil/>

Se, por um lado, não existem mais correntes ou senzalas, por outro, são inúmeras as semelhanças relatadas por trabalhadores de condições que remetem a uma escravidão contemporânea<sup>92</sup>. Com base nisso, veremos agora o relato de um entrevistado, que migrou com o seu pai para o Estado do Tocantins para trabalhar numa empresa de terra planagem e foram vítimas do trabalho escravo contemporâneo. Veja-se abaixo o relato na íntegra:

*P: Gostaria que relatasse um pouco da sua trajetória de vida enquanto trabalhador migrante.*

*E1: Eu comecei a trabalhar com 16 anos de idade numa empresa de terra planagem. Eu. Trabalhava para a empresa "Andorinha", lá do Tocantins, na cidade de Marianópolis. A gente sofreu muito nessa empresa, tanto eu como o meu pai. Só sei que ela era uma empresa terceirizada e fechava contrato com fazendeiro e posto de gasolina. Ela chegava a queimar uns 60 hectares de mata. Era muito fazendeiro queimando a mata pra plantar cana, então iam construindo mais posto de gasolina, como esses mais conhecido - o Shell e o*

<sup>92</sup> Cf. Portal G1. Com. <http://g1.globo.com/economia/trabalho-escravo-2014/platb/>



*Pichilau -. E a empresa que eu trabalhava fechava contrato com esses postos de gasolina e com o fazendeiro.*

*P: E quanto tempo você ficou em Tocantins?*

*E1: Eu passei quatro mês fora, eu fui pensando no futuro da minha família, né? Que eu ia ter uma melhora porque aqui na cidade eu e meu pai tava sem emprego. Nós passamos quatro mês trabalhando nessa empresa, em Tocantins. E foi muito diferente do que a gente pensava, viu.*

*P: Porque foi diferente?*

*E1: A gente vivia praticamente escravizado. Onde a gente tava àquilo era uma escravidão. Eles nunca pagou o que foi prometido. E o que a gente passou lá, então? Só humilhação. Era um trabalho escravo porque a gente trabalhava na força da arma. Olhe, teve um tempo que quando a gente chegava no barraco, chorava eu e chorava meu pai, porque a gente num tinha condição de vir embora pra Alagoas. Lá, tudo era fechado por corrente, todas as saída, e a gente só saía quando era pra consertar um pneu na cidade ou coisa assim e pra gente sair, eles mandava um carro, um cara guiando a gente. O que a gente passou lá, eu num quero nem pro meu pior inimigo (cabisbaixo, balança a cabeça e se mostra choroso durante o depoimento). A comida e a dormida não prestava. Então o que a gente passou lá foi só tristeza.*

*P: E a sua família, em algum momento você chegou a se comunicar com alguém?*

*E1: Não. Eles não deixava.*

*P: Mesmo vocês dizendo que queriam vir embora, a empresa não liberava vocês?*

*E1: Não. Não liberava. Lá era tudo na base da arma.*

*P: E como ficou sabendo dessa empresa?*

*E1: O cara que disse que lá ia ter emprego pra gente e a empresa pagava bem.*

*P: E quando viajou só foi você e seu pai?*

*E1: Não. Foi eu, meu pai e um mineiro, foram seis pessoas – caçambeiro - , um atrás do outro. Nós carregamos na Profertil, da Profertil a gente foi pro Maranhão e do Maranhão é que a gente foi pra o Tocantins.*

*P: Desculpe, não entendi. Vocês trabalharam em outro Estado prestando serviço para outra empresa? E como foi parar lá, nessa empresa em Tocantins?*

*E1: Não. Era tudo pela empresa “Pedra Azul”. Eles contratavam o serviço dela, entendeu?*

*P: E como era o lugar onde vocês ficavam lá, em Tocantins?*

*E1: Era uma casa pra vinte trabalhador. Cada um que se virava. Eu dormia lá na caçamba, meu pai é que dormia no quarto, na casa. Cama num tinha não, a gente levava rede. Tinha gente que dormia na rede, na esteira. Então, como o meu pai tinha problema de coluna e era mais velho ficava lá na casa protegido. Imagina: eu só tinha 16 anos, eles davam prioridade aos mais velho e eu ficava desprotegido. Dormia na caçamba desprotegido*

*naquele lugar que era tudo dentro de mata, exposto a barbeiro, a ter uma febre amarela e outras coisas.*

*P: E quantos quartos tinha a casa?*

*E1: Dois quarto. Era dez pra cada quarto.*

*P: E quando vocês foram trabalhar nessa empresa “Andorinha” lá em Tocantins, vocês foram informados quanto seria o salário? Como seria a empresa?*

*E1: Sim. Na época, eles disseram que a gente ia ganhar em torno de uns quatro mil.*

*P: E cumpriram o que foi prometido?*

*E1: Nunca recebemos não, nenhum centavo.*

*P: Por quê? E vocês não reivindicavam o salário?*

*E1: A gente fazia isso, mas mermo assim eles não pagaram a gente.*

*P: E quanto a jornada de trabalho, vocês trabalhavam quantas horas por dia?*

*E1: Trabalhava de mais. Eu trabalhava de cinco horas da manhã e ia pras dez da noite. Era escravidão pesada. E a gente almoçava duas, três horas da tarde.*

*P: Então a empresa não fornecia o almoço?*

*E1: Não, não. A gente era que se virava como como podia como eu já falei. Então já tinha alguém do grupo que ficava um dia responsável por fazer o almoço.*

*P: E nessa empresa que vocês estavam, tinham pessoas de outros Estados?*

*E1: Tinha. Tinha gente de Patos, Sete Lagoas, tinha gente de Pernambuco, tinha de ... deixa eu me lembrar o nome ..., tinha de Minas, tinha seis pessoas de uma merma família, eles trabalhava como raizeiro, eles tirava raiz da terra das beira da estrada que era pra num ficar borrachudo, o asfalto. Eles sofreram muito lá. Eles diziam assim pra mim: - foge meu irmão e eu dizia: num tem como fugir não rapaz que aqui é tudo na lei da arma, onde já se viu isso? Mas rapaz, não tem outro meio da gente fugir? Aí o cara disse: - E1, fugir, a gente pode até fugir, ninguém sabe se a gente chega na cidade da gente. Aí eu falei pra ele: - Oie meu irmão, primeiramente Deus, nós vai simhora daqui, nós vai simhora, se eles der um vacilo aí, já era. Eu vou cair no mundo e vocês num vão me ver mais nunca. Eu tô dizendo isso aqui né da boca pra fora não, é de coração, eu num vou mais ficar aqui não. E ele disse: - E1, você é um cara novo e seu pai já é idoso. E eu disse: - Não, mais eu num quero saber mais não, se morrer, morre nós dois na estrada, num tem esse negócio não.*

*P: Além de vocês, existiam trabalhadores que estavam lá por mais tempo?*

*E1: Tinha, tinha cara lá que já tava com dois anos, três anos, sem vim em casa, nem mandava dinheiro pra família. Como ia mandar, se num tinha dinheiro?*

*P: Mas durante todo o tempo que eles estavam lá, não receberam o salário?*

*E1: Não. Pelo menos até a época que eu tava lá, eles disseram não receber nenhum centavo.*

*E tem mais, viu? Como eles, os gato tinha o contato da gente por meio do cadastro que a gente fez na firma deles, essa firma era clandestina sabe, era pirata como o pessoal chama. Ela usava um nome laranja. Então lá nessa firma só foi só escravidão, escravidão, escravidão mermo. Sabe o que mais eles fizeram? Eles ligavam pra minha mãe, e por telefone ameaçava a gente. Ligava pra minha casa e ameaçava direto, dizendo que ia matar a gente, que ia prender a gente pra nós num ver mais Alagoas. E se onde eles encontrassem a gente era para prender ou matar e que num tinha lei do mundo que ia impedir deles fazer isso.*

*P: Então vocês conseguiram fugir, como isso aconteceu?*

*E1: Eu e meu pai conheceu um fazendeiro lá, muito gente boa. Então quando a gente foi ganhando confiança dos caras onde a gente trabalhava, teve um tempo que a gente começou a fazer uns bicos a noite com o caminhão pra esse fazendeiro. Ele pagou a gente R\$ 500.00. Quando saímos de lá, a gente comprou 4 tambor de 200 litros, aí eu dei R\$ 100.00 ao bombeiro que enchia as melosas. Melosa é o carro que abastece os caminhão. Ele abasteceu o caminhão e os quatro tambores e a gente saiu meia noite de lá de Tocantins. Isso foi sem ninguém saber, senão eles num deixava não.*

*E1: Quando a gente fugiu, era uma meia noite e tinha começado a chover. Quando a gente pegou o caminhão, o meu pai disse: - Num pare o caminhão, pegue direto e vá até onde der. Aí quando eu cheguei em Brasília, eu conheci um carreteiro e ele me deu um "Arrebite". Arrebite é para o cara ficar esperto e não dormir no volante. É como um tipo de droga que num deixa o motorista ter sono. Daí eu peguei o caminhão de Brasília pra Aracajú, e o meu pai de lado. Eu rodei a noite e continuei a rodar de dia também. Só dei o carro ao meu pai perto de umas oito horas da noite. A gente passou dois dias e meio na estrada.*

*P: E depois que vocês chegaram em São José da Laje, tiveram mais algum contato com esse pessoal que viviam ameaçando vocês?*

*E1: Sim. Eles ligaram ameaçando a gente, dizendo que ia pegar a gente, dizendo que era pra gente pagar o dinheiro que a gente ficou devendo a eles lá. Meu pai ficou tão preocupado com isso e com as ameaças por telefone, ele num dormia nem direito mais, e sabe o que aconteceu? Ele acabou morrendo de um infarto.*

*P: Mas, a qual dinheiro eles se referiam, se vocês nem chegaram a receber salários?*

*E1: (Risos..., risos). Só se for do que a gente comia e também da dormida.*

*P: E essa firma que vocês trabalharam ficava afastada da cidade?*

*E1: Sim. Ela ficava 180 Km da cidade mais próxima que era Palmas.*

*P: E hoje, você trabalha? Onde?*

*E1: Agora no momento eu trabalho na indústria “Amarelinha”<sup>93</sup>, e faço trabalho também na outra empresa do mesmo dono, em Pernambuco.*

*P: E o que você faz? Tem registro na carteira?*

*E1: Tenho a carteira assinada. Hoje, eu trabalho na indústria aqui protocolando documentos, documentos do exército, da Federal, do IMA que é..., o IMA é conjugado com o IBAMA. Eles fazem trabalhos sobre desmatamento, a pessoa que pesca, pessoas que mata animais, sabe?*

*P: Nossa! Fiquei perplexa, assustada e ao mesmo tempo entristecida com a sua história!*

*E1: É por isso que eu não tenho mais nenhuma vontade de trabalhar lá fora, nesses lugar tão longe. Prefiro ficar por aqui e morrer na faca cega, mas pelo menos tô perto da minha família, né?. (Relato de um ex-trabalhador migrante; segundo grau completo, hoje com 30 anos de idade, casado, pai de três filhos. Entrevista concedida em 09 de janeiro de 2015 às 17:05 com duração de 35”:42’. Disponível em caderno de campo da autora desse trabalho, 2015, p. 1).*

O caso explícito acima evidencia o caráter da escravidão contemporânea e a superexploração do ser que enquanto ser social que trabalha. Percebe-se pelo depoimento do entrevistado que alguns elementos acabaram contribuindo para cercear a liberdade do trabalhador, quando por exemplo, estes vivenciam o isolamento geográfico passando a ter a sua vida controlada pelo “gato”, de modo que vivem confinados em alojamentos sendo também impedidos de ter contato com o exterior. Ademais, estes trabalhadores que vivenciam situações de escravização, sentem-se inseguros, desprotegidos não tendo a quem recorrer.

Como podemos ver no depoimento acima, esses trabalhadores tiveram seus documentos e salários retidos, ficando evidente, portanto, que eles viviam em condições degradantes e análogas às de escravo. A apreensão dos documentos do emigrante por parte do gato, é uma estratégia perversa sendo, portanto, uma forma encontrada por ele para manter aprisionado o trabalhador e dessa maneira impedir a fuga e a denúncia.

Salientamos que logo após a experiência frustrante da migração, esse trabalhador relutou em não mais migrar. Para esse trabalhador, a migração foi uma experiência muito dolorosa, pois além de sofrer os danos físicos e psicológicos, ele

---

<sup>93</sup> Nome fictício

sofreu também a perda do seu pai, sendo essa perda uma marca e uma consequência pífida da migração, pois ao fugirem passaram a sofrer constantes ameaças por parte dos aliciadores, para ele isso foi um fator que contribuiu para a morte do seu pai que ao retornar à cidade de origem parecia não ser mais a mesma pessoa.

Com relação ao aliciamento em território lajense, tivemos a informação por meio de um agenciador que todos os anos são recrutados em São José da Laje mais de cem trabalhadores para o corte da cana. Veja-se parte de um trecho de um relato de um dos “turmeiros” entrevistados. Ressaltamos que durante o trabalho nas usinas, os turmeiros passam a exercer a função de fiscal de campo, conforme apresentado abaixo.

*P: Você já chegou a levar com você algum amigo ou parente?*

*E11: Sim.*

*P: Quantas pessoas foram com você?*

*E11: Bastante, mais de 100. São em trono de 120 homens.*

*P: Para onde você costuma recrutar trabalhadores?*

*E: Alguns vão trabalhar na usina... (?), em São Paulo, outro são levados para o Mato Grosso do Sul para usina ...(?).*

*P: Sempre são as mesmas pessoas que vão com você?*

*E11: Não. A cada ano muda um pouco e sempre tem gente nova ingressando, e tem outras pessoas que forma turma de trabalhadores para levar para outras regiões do país. Da minha parte mesmo, sempre sai três ônibus com trabalhadores para o corte da cana em Mato Grosso do Sul, São Paulo.*

*P: Qual é a sua função nessas empresas?*

*E11: Hoje, eu trabalho em São Paulo, lá eu sou fiscal de campo.*

*P: O que faz o fiscal de campo?*

*E11: Fiscaliza o trabalho dos cortadores de cana.*

*P: Essa sempre foi a sua profissão?*

*E11: Não. Antes eu trabalhava como trabalhador rural.*

*P: Como você considera a sua situação hoje depois de ter migrado para trabalhar em outros estados do Brasil?*

*E11: 100% melhor do que era antes. Hoje, eu tenho casa própria e comprei o meu carro. Quando eu vivia aqui, eu não tinha praticamente nada. (Entrevista realizada às 14:20 em 02 de janeiro de 2015 na residência do turmeiro, 36 anos, casado, pai de dois filhos, 1º Grau incompleto, migrante há mais de dez anos, oriundo da zona rural de São José da Laje, Alagoas)<sup>94</sup>.*

Doravante, quando o trabalhador do corte da cana passa da função de “turmeiro”, cria-se então, uma hierarquização entre as partes envolvidas no processo de trabalho nos canaviais, pois no topo da hierarquia, “o fiscal de campo está um degrau acima dos cortadores e medidores de “eito”, por suas atribuições e responsabilidades (COVER, 2011, p. 111-112, grifo nosso). Segundo esse mesmo autor, existem dois tipos de turmeiros:

O turmeiro é remunerado por duas formas. Em primeiro lugar, é um funcionário registrado com um salário-hora fixo. Em segundo lugar, o turmeiro ganha uma comissão pelo rendimento da turma, o que em tese, o estimulará a zelar pelo rendimento dos trabalhadores a ele subordinados. O outro tipo de fiscal são os motoristas de ônibus<sup>95</sup>, “geralmente são oriundos das regiões para onde são enviados os emigrantes e da mesma empresa para a qual o turmeiro trabalha, a diferença entre estes dois sujeitos se dá por meio do registro em carteira, pois o motorista é registrado como tal e assim como o turmeiro, ele recebe uma comissão sobre o rendimento dos canavieiros” (grifo nosso). [...] A relação entre os motoristas de ônibus e os fiscais nordestinos é simétrica, estão no mesmo degrau da hierarquia. Mas quem fica com a tarefa de resolver problemas de ordem do trabalho ou comportamental com trabalhadores são os fiscais nordestinos, pelo fato de serem próximos afetivamente, como também pela relação que já vem estabelecida no Nordeste (Idem).

Cabe aqui fazer um contraponto que no mesmo dia em que foi feita a entrevista ao turmeiro, também entrevistamos a sua esposa. Vejamos um trecho da entrevista:

*P: Você sempre acompanhou o seu esposo nesse processo de migração para outro estado?*

<sup>94</sup> Neste dia foi também entrevistada a esposa do turmeiro.

<sup>95</sup> Maciel Cover (2011, p. 112-113), responde que os motoristas têm também a função de fiscal porque os proprietários não confiam totalmente nos fiscais nordestinos e, portanto, colocam estes agentes para ficarem na fiscalização do fiscal.

*E12: Não. Mas já faz três anos que eu acompanho ele.*

*P: Para qual Estado você migrou primeiro? E você trabalhava? Em que?*

*E12: Pra cidade de São Sebastião do Oeste em Minas Gerais. Lá eu trabalhava no frigorífico como auxiliar de produção. Depois fui com o meu esposo pra Aparecida do Tabuado no Mato Grosso do Sul e agora eu tô em São Paulo e lá eu trabalho de doméstica.*

*P: Você levou seus filhos ou deixou com algum parente?*

*E11: Não foi toda a família. Eu, meu esposo e os meus dois filhos.*

*P: Você pretende morar aqui definitivamente?*

*E12: O meu esposo pensa, eu mermo se dependesse de mim eu não morava mais aqui, porque quando eu vivia aqui na Laje eu trabalhava de doméstica e ganhava somente R\$ 200,00 por mês. Isso dá pra alguma coisa? Lá fora não. Olhe, quando eu trabalhei em Minas Gerais eu ganhava R\$ 800,00 e recebia uma ajuda de custo de R\$ 80,00, pra ajudar o meu esposo e ainda recebia do governo R\$ 134,00.*

*P: Você se refere ao bolsa família?*

*E12: É. Eu recebo R\$ 134,00. Já é uma ajuda, não é? E depois que a gente saiu dessa cidade, a gente já conseguiu muita coisa, inclusive a casa própria que é o sonho de todo pobre, não é não? (risos). Olhe, a gente só vem aqui na Laje a passeio porque tem os meus pais e os pais do meu esposo que moram tudo aqui nessa rua, então quando a gente vai embora no começo do ano a gente já deixa essa casa alugada. E os meus pais é quem fica responsável pra receber o dinheiro do aluguel e depositar pra gente (Entrevista realizada às 16:40 em 02 de janeiro de 2015 na residência da entrevistada. 34 anos, casada, mãe de dois filhos, doméstica, 1º Grau incompleto).*

Percebe-se então pelos relatos do turmeiro e de sua esposa que a migração para eles foi algo positivo porque lhes possibilitou ganhos financeiros e sociais. Neste ensejo, aproveitamos para mostrar o ponto de encontro de onde partem os trabalhadores migrantes do corte de cana (vide fotografia 5).

**Fotografia5– São José da Laje: local de partida dos trabalhadores rurícolas do corte de cana**



Fonte: Arquivo pessoal de Socorro da Silva Onório

Os trabalhadores do setor sucroalcooleiro atuam dentro do território perambulando por vários Estados e municípios brasileiros, seguem conforme as rédeas do Senhor capital e desse modo vão mantendo a constante trajetória do ir e vir migrando de uma região economicamente estagnada para regiões com maior dinamismo econômico. A tabela7, mostra os lugares para onde se dirigem a massa de trabalhadores migrantes bem como as empresas que abarcam a mão de obra de São José da Laje.

**Tabela 7 – Lugar de destino dos trabalhadores de São José da Laje (2016)**

<b>Direção dos fluxos</b>	<b>Cidade de destino</b>	<b>Indústrias para qual prestou serviços / contratos por meio de empresas terceirizadas</b>
São Paulo	Olímpia Américo Brasiliense Bebedouro Iracemápolis Guariba Itápolis Barra Bonita Araraquara Promissão Lins Sertãozinho	CVS-Montagem Industrial Salvino / Pirâmide * Usina Iracema e Engetubo Service Perinchele (caldeiraria) Perinchele (caldeiraria) Perinchele (caldeiraria) ETH (Grupo Santin) – atual Odebrecht * * Epamil (montagem industrial setor sucoenergético) Ferezin (montagem industrial setor sucroalcooleiro) *
	Ribeirão Preto	



	Santa Cecília Santo André Diadema Piracicaba Miguelópolis Barragem Batatais Cosmópolis Assis Três Fronteiras Osasco	* * * Engetubo Service TOP AOS Usina Batatais JSL (empreiteira) Tharmon Vale do Paraná *
Paraná	Terra Rica Sarandi Alto Alegre	CML (caldeiraria) Epamil (montagem de usina) *
Rio de Janeiro	Búzios Petrópolis	CML (caldeiraria)
Mato Grosso do Sul	Nova Alvorada do Sul Caarapó Deodópolis Aparecida do Tabuado Chapadão do Sul	ETH(Grupo Santin) * - Usina Alcoovale *
Mato Grosso	Lambari D'Oeste	Cooperb (usina de açúcar e álcool e Biodiesel)
Goiás	Alto Araguaia Formosa Mineiros Santa Helena do Goiás	BM – montagem de usina JSL (empreiteira) * *
Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	Ferezin
Bahia	Conceição de Feira Pedras Altas	*
Pernambuco	Pesqueira Bom Jesus Sirinhaém	* * Usina Serra Grande
Minas Gerais	São Sebastião do Oeste Divinópolis Uberlândia Ituiutaba Nanuque Capinópolis	* * * * Usina Alcana Usina Vale do Parnaíba
Espírito Santo	Linhares	Usina Lasa (Grupo JB)
Tocantins	Marianópolis	Andorinha
Ángola	Cacuso	Biocom – Santin/Odebrechet
Argentina	Buenos Aires	Santin

Fonte: A autora, com base nos relatos de trabalhadores migrantes de São José da Laje.

\*não informado pelo migrante

Em São José da Laje, tanto o trabalhador especializado quanto o trabalhador do corte da canasão recrutados e aliciados por “gatos”. Assim, atuam na condição de trabalhadores temporários e terceirizados. No caso do trabalhador especializado, a sua estadia costuma ser em curto prazo não excedendo a três meses de contrato temporário. Diferentemente do trabalhador rurícola do corte de cana que passa meses e até mais de um ano sem retornar a região de origem, é o tipo de trabalhador que se encaixa no provérbio popular “mora no mundo e passeia em casa”.

## 5.5 Os zumbis dos canaviais e o canguru no “mundo coberto de cana”<sup>96</sup>: reflexos da superexploração do trabalho

*Eu já fui rei, a minha mulher foi rainha, pela mata eu ia e vinha livre como animal. Mas hoje em dia, sou como um bicho acuado, trabalhando acorrentado, preso no canavial. O corta cana, corta cana, corta cana, nego velho, corta cana no canavial.*

*Corta Cana, Mestre Toni Vargas.*

*Descansa, José Descansa, meu avesso irmão. Não me respondas. Descansa, José. Há muita cana para cortar. Descansa. “O mundo está coberto de cana”.*

*O mundo está coberto de cana, Alexandre Pilati.*

Iniciamos essa seção com os poemas do mestre Toni Vargas e Alexandre Pilati, porque ambos simbolizam a superexploração do trabalho nos canaviais, de modo que o primeiro representa a escravidão moderna que carrega resquícios de um passado que persiste ainda em existir. O segundo poema foi uma alusão feita a José Mário Alves Gomes, um trabalhador rurícola do corte de cana que foi vítima da superexploração do trabalho dos canaviais do Brasil. José foi mais uma vítima da “birôla” ou do “canguru” como é chamado pelos cortadores de cana em Alagoas. A vida de José foi ceifada logo cedo. Ele faleceu aos 47 anos em 21 de outubro de 2005, logo após cortar 25 toneladas de cana na Usina Santa Helena no Estado de São Paulo.

O que aconteceu com José Mário Alves Gomes não é muito diferente do que ocorreu com Orlando Correia e Sybele, a única diferença é que José Mário teve morte natural após exercer extensas jornadas de trabalho nos canaviais paulistas. Lutava para derrubar a cana, mas não conseguiu vencê-la, a montanha de cana ceifou a sua vida. Já no caso de Orlando e Sybele, esses tiveram também as suas vidas ceifadas, dessa vez não usando um termo literal “de morte matada” enquanto

<sup>96</sup> Alusão feita pelo poeta Alexandre Pilati a José Mario Alves Gomes, um trabalhador rurícola do corte de cana que foi vítima da superexploração do trabalho dos canaviais do Brasil. José, foi mais uma vítima da “birôla” ou do “canguru” como é chamado pelos cortadores de cana em Alagoas. A vida de José foi ceifada logo cedo. Ele faleceu aos 47 anos em 21 de outubro de 2005, logo após cortar 25 toneladas de cana na Usina Santa Helena no Estado de São Paulo.

lutavam contra a superexploração do trabalho em uma usina. Esse caso ocorreu em 1986 e retrata os movimentos grevistas e o episódio de Leme em São Paulo. A figura 15 ilustra o fato de forma irônica.

**Figura 15 – Crítica a violência contra trabalhadores rurais durante a greve de Leme - São Paulo, 1986.**



Fonte: SILVA, José Graziano da. (1997, p. 117).

A figura acima simboliza um ato de violência praticado pela polícia militar, quando um “PM” mata dois trabalhadores rurais em São Paulo por estarem reivindicando os seus direitos trabalhistas. Fato é que, na greve de Leme, que foi organizada pelos trabalhadores rurais e pelos sindicalistas da categoria, houve a intervenção da PM, e segundo José Graziano da Silva “a ação policial resultou em duas mortes - Orlando Correia, lavrador de 22 anos e Sybele Aparecida Manoel, doméstica de 17 anos - dezenas de feridos, sendo que sete deles a bala” (SILVA, p. 118).

Contudo, os casos ilustrados acima, foram usados somente para simbolizar a superexploração do trabalho nos canaviais e demonstrar os abusos sofridos pelos trabalhadores rurais, quando por exemplo, esses sujeitos buscam lutar por melhores salários, melhorias nas condições de trabalho ou lutam contra as oligarquias rurais no Brasil e, que mesmo relutando e resistindo, passam a sofrer represálias por parte de uma classe que insiste em não reconhecer os seus direitos.

Segundo o autor supracitado, a violência praticada pela polícia militar em Leme, foi acobertada pelas autoridades do país que passaram a culpar os trabalhadores e sindicalistas como incentivadores e iniciadores do ato.

Para Silva (1997, p. 118), os trabalhadores em Leme lutavam para ter o controle da produção e exigiam que o pagamento fosse feito por metro linear<sup>97</sup> de cana cortada e não por tonelada<sup>98</sup> como queriam os usineiros. Porque por tonelada os trabalhadores são roubados no peso e a demora para pesar a cana faz com que perca peso.

Sobre o sistema de ganho por produção José Graziano da Silva (1997, p.165) colabora afirmando que:

[...] O sistema de pagamento por tonelada – seja por amostragem, seja pelo “talhão fechado”- fere dois princípios básicos do direito do trabalhista: o do ganho conhecido e o da produção do salário. [...] O sistema de pagamento por tonelada não é um critério de avaliação objetivo e simples do ponto de vista do trabalhador: o é para o patrão, que recebe o pagamento da cana também por tonelada e através de uma simples subtração da despesa com a colheita obtém um valor que indica a sua margem bruta de lucro. [...] esse sistema não permite ao trabalhador fiscalizar o seu salário. No caso da amostragem, a fiscalização implicaria em acompanhar o carregamento e a pesagem da cana na usina, o que poderia ser feito por alguns trabalhadores escolhidos na própria turma; no caso do “talhão fechado”, teria que haver uma fiscalização permanente na balança da usina e no escritório da empresa, o que é impensável no atual estágio das relações capital trabalho no campo brasileiro.

---

<sup>97</sup> No pagamento por produção, a quantidade de cana cortada pelo trabalhador é medida em metros lineares. Porém, o valor do metro cortado depende do valor da cana, e esse valor é definido em tonelada. Como o trabalhador cortou metros de cana, mas o valor do metro depende do valor da cana, e este é definido em tonelada, há a necessidade de converter diariamente o valor da tonelada para o valor do metro da cana cortada. Tal conversão é feita pelas usinas, porque elas dispõem de balanças calibradas para fazer um cálculo exato. (FRANCISCO ALVES, 2007, p. 35).

<sup>98</sup> Segundo Silva (1997, p. 164), o sistema de pagamento de cana por tonelada, na verdade, paga somente a cana que é entregue na usina e não aquela que é efetivamente cortada pelo trabalhador. Esse é um ponto central na questão: todas as perdas ocorridas durante o carregamento e o transporte da cana até a usina não são computadas no pagamento do trabalhador.

Fica claro, então, que o trabalho por produção exige do trabalhador um esforço elevadíssimo de sua força física a ponto de comprometer a sua própria vida. Esse trabalhador, na maior parte do tempo, para garantir maior produtividade e conseqüentemente melhores ganhos, ele se sente obrigado a percorrer por vários eitos e trechos de cana, permanecendo em um sobe e desce contínuo. Assim, para Onório e Silva (2012, p. 52), o sistema por produção é:

Do ponto de vista do capital, esse tipo de produção favorece os empresários do setor açucareiro, porém é degradante para o trabalhador, porque além de despender durante o trabalho toda a sua força física, o trabalhador é enganado porque ele não participa dos ganhos da produção, especialmente se a quantidade de cana cortada for computada pelo sistema de talhão fechado, isso porque a cana fica exposta durante dias a temperatura ambiente o que faz com que ela perca propriedade no peso.

Alguns estudiosos classificam o trabalhador do corte de cana como “heróis da cana” (NOVAES; ALVES, 2013) ou falsos heróis (THOMAZ JÚNIOR, 2007). Metaforicamente falando, preferimos chamá-los de “zumbis da cana”, pois como um morto-vivo é assim que ele retorna após exercer extensas jornadas de trabalho nos canaviais. Mas, porque usar a metáfora, a figura prosaica do “zumbi” para o cortador de cana? De que forma essa figura pode representar a escravidão contemporânea no Brasil?

No trabalho de Onório e Silva (2012, p. 51), eles trazem um relato interessante de um trabalhador do corte de cana onde o entrevistado relatou que:

*“[...] é obrigado a se levantar ainda de madrugada pra pegar no batente e ir pra o ‘eito’ da cana. [...] Só trabaia no corte da cana quem tem corage, o trabaio é muito cansativo e deixa a gente moído, nós também não vê outra saída pra se manter, por isso a gente faz esse serviço.”<sup>99</sup>*

O interessante é que a palavra “eito” usada pelo trabalhador do corte da cana, o significado da palavra em nada difere do tempo da escravidão.

A palavra “eito” quer dizer “trabalho intenso; roça onde trabalham escravos”. Logo, vê-se que estes trabalhadores do corte da cana e o colonialismo não deixaram de existir, eles apenas mudaram de nome e ganharam uma nova roupagem, pois a escravidão insiste em existir com seus estereótipos que ainda se fazem presente nas vidas dessas pessoas, na maioria dos casos, a história se repete, especialmente entre indivíduos de cor negra e que são

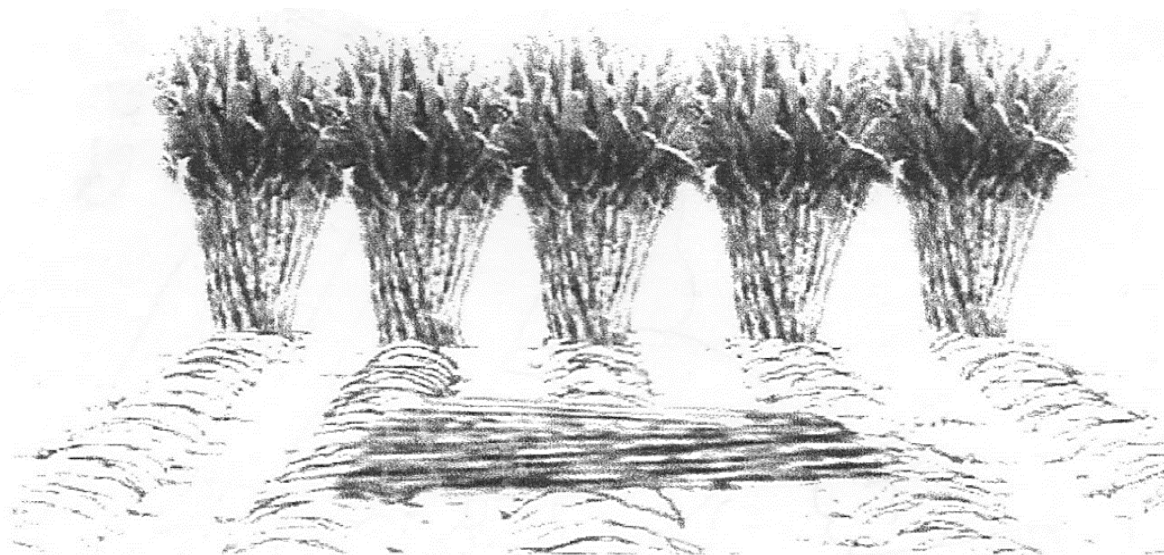
<sup>99</sup> Palavras de um trabalhador que foi entrevistado por Onório e Silva (2012, p. 51). Para melhor informação, consultar Onório e Silva (2012, p.51).

portadores de uma mesma cultura herdada de seus antepassados (ONORIO e SILVA, 2012, p. 51).

Podemos ainda acrescentar a contribuição de Maciel Cover (2011, p.100), onde o autor diz que nos “eitos” há um “feitor” que mudou de nome, mas continua controlando a força de trabalho, como no período escravista”. Nesse sentido, concordamos com o autor quando ressalta que o “eito” “trata-se de um processo de exploração-dominação, porque a exploração que acontece no “eito” é combinada com a dominação exercida, cotidianamente, por diversos agentes das relações de trabalho da usina.

Convém mencionar que os “eitos” de cana, anterior as greves de “Leme e de Guariba”<sup>100</sup>, eram divididos em sete ruas<sup>101</sup>. Segundo Verçosa (2012, p. 61), “em ambas as greves essa reivindicação acabou sendo vitoriosa e, após as greves, o sistema de sete ruas foi abolido e o eito passou a ser composto novamente por cinco ruas”, conforme mostra a figura 16.

**Figura 16 – Eito de cana de cinco ruas**



Fonte: SENAR, 2009, p. 45 apud VERÇOSA, Lúcio Vasconcelos de., 2012, p. 60.

<sup>100</sup>A esse respeito consultar a obra de José Graziano da Silva: “de bóias-frias a empregados rurais (1997).

<sup>101</sup>Segundo Verçosa (2012, p. 59), no universo canavieiro as fileiras de cana são chamadas de ruas ou carreiras de cana.

Sobre o sistema de sete ruas, José Graziano da Silva (1997, p. 60) apoiando-se na teoria de Gebara e Baccharin (1993) pontua que:

Com o corte de sete ruas, as vantagens do ponto de vista do usineiro se multiplicam. Em primeiro lugar, devido à forma como é recolhida e transportada para o caminhão, a cana é recebida sem impurezas, permitindo economias com a lavagem, além do maior rendimento industrial. O espaçamento entre as “bandeiras” é menor do que no método da cana amontoada e, portanto, em menos metros lineares de cana se colhe a mesma quantidade com consumo de combustível menor. A redução calculada no trânsito de máquinas é de 28,6%; com isto, os gastos com combustível podem ser reduzidos em 40%, além das evidentes vantagens quanto à compactação do solo.

Ainda com relação ao “eito”, Verçosa (2012, p. 64), exemplifica a questão da produção em tonelada fazendo comparação entre Alagoas e o Estado de São Paulo. Assim, ele argumenta:

O “eito gigante” de Alagoas é um dos fatores, senão o principal, que explica a exigência de índices de toneladas de cana tão desiguais entre as agroindústrias canavieiras paulistas e as alagoanas. [...], enquanto a média diária mínima de toneladas após as podas dos primeiros meses, em Alagoas esse índice chega a sete toneladas em algumas usinas. Ou seja, em Alagoas é exigida uma média consideravelmente menor do que aquela exigida em São Paulo.

Percebe-se, então, que a prática utilizada para extração da mais-valia pelo capitalista usineiro é uma forma cruel, pois espolia violentamente a mercadoria força de trabalho. Além do que, os métodos de produtividade praticados nos canaviais revelam o sistema de dominação e exploração do trabalhador, como também cria competitividade entre os trabalhadores. Nesse sentido, sobre o trabalho no corte de cana e a competição entre os trabalhadores do “eito” Verçosa (2012, p. 70) ressalta:

[...] A imagem dos trabalhadores golpeando o facão em sentidos contrários transmite uma mensagem atroz: para que um trabalhador receba mais dinheiro no fim do mês, outro trabalhador tem que receber menos. Nesse contexto imediato, a busca pelo aumento do salário ocorre na esfera individual, e não na coletiva (por meio da luta de uma classe contra a outra). Paradoxalmente, essa busca mais imediata possível pela elevação do parco salário, que se materializa por meio de uma corrida frenética pelo aumento da produção de canas cortadas, acaba contribuindo para rebaixar ainda mais o valor da força de trabalho dos canavieiros, pois amplia o trabalho excedente. Essa característica perversa não é exclusiva dos locais em que se corta afundando o eito, apesar das diferentes nuances da organização do trabalho, as características gerais permanecem as mesmas.

Há uma diferença entre eito afundado e eito igualado. O eito igualado desgasta ainda mais o trabalhador porque ele precisa avançar no eito sempre “ziguezagueando”, ou seja, fazendo movimentos de sobe e desce nas ruas do eito. Enquanto que no eito afundado, as duas últimas ruas podem ficar para ser cortadas depois, de modo que o trabalhador não precisa ficar ziguezagueando no eito, porque ele pode cortar essas duas ruas em linha reta, o que não acontece no sistema de eito igualado que o trabalhador tem por obrigação de cortar todas as ruas ao mesmo tempo, de modo que não seja deixado telefone<sup>102</sup>.

Todavia, no eito afundado, o trabalhador passa a ter o seu trabalho mais vigiado pelo cabo do corte de cana, de forma que se for pego fazendo “telefone” será advertido. As fotografias 6 e 7 mostram eito afundado e eito igualado.

**Fotografia 6 – São José da Laje: trabalhador do corte de cana em eito afundado**

---

<sup>102</sup>Verçosa (2012, p. 68) apoiando-se em Silva (2008, p. 31), argumenta que o método do telefone é como costuma ser denominada a “ação de não cortar uma ou duas ruas de cana, voltando depois de mais ou menos 40 m. para igualar o eito. Esta prática possibilita a repicagem de ponteiros ou pés na esteira ou nos montes, provocando perda de produção.





Fonte: A autora

Fotografia7– São José da Laje: mulher trabalhando no corte de cana em eito igualado



Fonte: A autora

De acordo com Verçosa (2012, p. 70), nos canaviais ocorre a competição entre os trabalhadores dos eitos o que faz com que o trabalhador gaste mais energia do que o seu corpo aguenta o que segundo o autor contribui para o rebaixamento de salários e ampliação do trabalho excedente. Diante disso,

[...] a prática de afundar o eito, inserida no contexto de pagamento por produção, também pode instigar o trabalhador a ver o outro cortador de cana “que vem na contramão do seu eito” como adversário na disputa pelo aumento salarial. A imagem de trabalhadores golpeando o facão em sentidos contrários transmite uma mensagem atroz: “para que um trabalhador receba mais dinheiro no fim do mês, outro trabalhador tem que receber menos”. Nesse contexto mais imediato, a busca pelo aumento do salário ocorre na esfera individual, e não na coletiva (por meio da luta de uma classe contra a outra).

Por isso quando nos apropriamos da figura do “zumbi” para se referir ao rurícola cortador de cana, ou aos “Zumbis dos canaviais”, para explicar a superexploração do trabalho, surgiram as seguintes questões: apropriar-se de uma “história” ou para alguns “um mito”, para exemplificar o trabalho nos canaviais é recorrer ao passado, ou produzir um conhecimento historiográfico inculto e ultrapassado? Porque usar uma figura prosaica e midiática para expressar o trabalho exercido pelos trabalhadores do corte da cana? O que essa figura nos diz acerca dos modos de produção e exploração capitalista? Ou ainda, como dar tratamento cabal ao referido termo “zumbis dos canaviais” para o atual contexto da superexploração do trabalhador do corte da cana na contemporaneidade?

A figura do “zumbi dos canaviais” foi usada figurativamente por nós para demonstrar o quanto o trabalhador do corte de cana é superexplorado na atividade canavieira, a ponto do sujeito cortador de cana sofrer perdas psicossociais. A passagem abaixo retrata a passagem de uma esposa de um rurícola cortador de cana que é também um migrante sazonal.

*P: Como você se sente quando o seu marido vai trabalhar em outro Estado?*

*E3: “Eu fico muito triste, mas também eu entendo que é a precisão que faz isso, é, que faz a pessoa ir embora procurar a melhora, porque ficar só aqui num dá não, ele precisa trabalhar pra sustentar a família.*

*P: E quanto tempo ele fica fora de casa?*

*E3: Uns seis a oito mês, vai depender do tempo da usina que ele trabalha, da safra né?*

*P: Você tem filhos?*

*E3: Tenho dois filhos*

*P: Em qual Estado o seu marido costuma ir trabalhar? Tem mais alguém que você conhece que vai com ele?*

*E3: Ele passa muito tempo trabalhando no Mato Grosso do Sul. Dessa vez que ele foi agora, foi um vizinho daqui e um primo meu.*

*P: Esses que foram também são casados?*

*E3: São. Teve casos daqui que eu conheço, que os marido vai simhora, e você pensa que a mulher fica rezando é? Fica é aprontando e o marido nem sabe. Sabe o que uma colega falou pra mim, que num tá nem aí, que ela ainda é muito nova e num sabe o que ele anda aprontando lá não. E que ela sai mermo pra se divertir comas primas e que num acha nada de mais nisso, porque ela num tá fazendo outra coisa além disso. Mas todo mundo aqui na redondeza sabe que num é isso que ela fala, a coisa é bem diferente. Mas vamos deixar isso pra lá né fia, a vida é dela e ela faz o que quiser né?*

*P: Verdade. Mas quando o seu esposo volta do Mato Grosso do Sul, onde ele costuma trabalhar?*

*E3: Trabalha na usina. Então, quando ele chega do serviço, mulher, as vez eu não posso falar nada com ele que ele que ele mal responde. Às vez eu entendo, sabe, porque eu vejo que ele já passa o dia todinho no corte da cana, então, quando ele chega em casa ele chega quebrado, muito cansado e estressado, muitas veze num tem ânimo pra nada, nem mesmo pra conversar comigo e com os minino. Mas ele é um bom esposo e bom pai, viu. Então, quando ele toma banho e toma o café, as vezes é que ele tira um pouquinho de tempo pra querer conversar. Aí as vez eu me estresso e digo: agora, que tu quer conversar, eu num tô afim de conversa mais não visse, pois toda vez que eu vou falar com tu, tu só me dá patada, parece mais um bicho do mato.*

*P: E quando ele volta do Mato Grosso do Sul?*

*E3: Aí ele chega animado de ver a família, né? Mas, teve um dia que eu disse pra ele: tu parece que tá acostumado é viver é longe de casa. Arrumou outra lá foi? E ele ficou calado. Falei isso, só por falar, porque aqui ele num tem tempo pra nada, que dirá lá no Mato Grosso que o trabalho também é mais puxado. Aí, eu vi que ele ficou meio triste. Aí eu já paro de falar, sabe?*

*P: Por quê?*

*E3: Há, porque eu vejo também que o que deixa ele triste e abusado ao mermo tempo, é o trabalho duro dele, né? Né brincadeira não, você sair ainda de madrugada pra ir trabalhar no corte de cana e só chegar no finalzinho da tarde. É por isso, que eu entendo ele, sabe?*

*(Relatos da esposa de um trabalhador migrante, rurícola cortador de cana. 38 anos, sem grau de instrução).*

Nessa passagem fica claro que o trabalho árduo exercido pelo trabalhador rurícola do corte de cana é um trabalho que despende muita energia podendo até mesmo resultar em ameaça à sua saúde, ao seu bem-estar físico, psicológico e social, pois a que se percebe pelo relato acima é que o espaço de sociabilidade familiar do cortador de cana é comprometido pelo excesso de trabalho dispendido no canavial e que ao chegar em casa sente-se tedioso não tendo estímulos para mais nada a não ser recompor parcialmente a sua energia para um novo dia de trabalho. Dessa forma, o rurícola do corte de cana é vítima do processo de superexploração do trabalho podendo até mesmo sofrer agravos psicossociais como consequências resultantes do seu trabalho.

Daí a comparação do trabalhador do corte de cana a um “o zumbi dos canaviais” porque como já foi dito, é como um morto vivo que ele retorna dos canaviais após labutar e zigzaguear por vários trechos de cana, e também porque entendemos que o capital como uma sanguessuga, extrai as forças desses trabalhadores braçais que ao findar a lida nos canaviais, sentem-se indispostos até mesmo para sentar-se em uma roda de conversa com seus vizinhos e familiares, porque os canaviais da usina já sugou praticamente toda a força que tinha. É nesse sentido que Apratto Tenório (2009, p. 36) vai dizer que:

As estruturas sociais, que pouco se alteram com o correr dos tempos cristalizam-se, tendem à inércia, são arcabouços prisionais de longa duração. Mudou a tecnologia na produção do açúcar, acabaram-se os banguês, surgiram as usinas, as commodities, o universo financeiro, as aplicações nas bolsas, a internet, mas mudaram pouco as condições do campesinato rural que surgiu com a extinção da escravidão, acabrunhado por tantos males oriundos da ignorância a que o reduziu a açucarocracia desde os tempos d’antanho. Quando se passa pelos trabalhadores nos campos, dedicados à faina do cultivo ou da colheita da cana, vemos homens humilhados diante de si mesmos, pobres criaturas sem estímulo para nada.

Após adotar o termo zumbi do canavial, encontramos uma passagem interessante no estudo de campo de Maciel Cover (2011) que se assemelha com o

que discutimos aqui. Em sua segunda visita ao alojamento o autor constatou que os trabalhadores se referiam a si mesmos como “finado”, ou ainda “Finado Coro Veio”. Vejamos o que o autor relata em seu trabalho de campo sobre os termos utilizados pelos trabalhadores:

Quando perguntei para eles me explicarem por que se chamavam de “finados” entre si, Carlos, um dos velhos da turma, explicou que era uma brincadeira que os mais jovens faziam. Porque há dias que os trabalhadores voltam cansados do canavial, que se parecem com “finados”. Como se fossem fantasmas de corpos que morreram e se esqueceram de cair. Porém, Carlos condenava este tipo de abordagem. Em sua opinião, os mortos devem ser respeitados. Não se deve fazer parte de brincadeiras desta natureza. Ele aprendeu com seus pais, no Ceará, que não se deve zombar dos mortos. (COVER, 2011, p. 156).

Resumindo, para alguns, a metáfora “zumbi da cana” utilizada para o rurícola cortador de cana, pode parecer mito ou generalização do termo. Não achamos nenhum problema nessa nomeação. *A priori*, consideramos que para o momento atual que estamos vivenciando hoje, os mitos representam e até se adaptam a realidade recorrente de uma sociedade globalizada e revelam as faces e fases contraditórias do capitalismo globalizante.

Quanto o dia a dia de um trabalhador do corte de cana, Apratto Tenório (2009, p. 36) citando Craveiro Costa é um tanto enfático e está certo quando diz que ele comete uma dose de exageros ao retratar a vivência de um trabalhador de engenho de forma tão pessimista e diria até preconceituosa, veja-se:

Quem vive nessas espécies de lutas é gente sem alegria, dominada por um desânimo penoso; homens combalidos pelas sezões; fumadores de maconha; alcoólatras, tocadores de viola; pobres criaturas fatalistas, com a noção integral de sua desdita a que procuram se subtrair, fugindo do engenho onde estão para outro em que se encontram os mesmos infortúnios; mulheres desgrenhadas, em estado permanente de gravidez, como se fossem ratazanas gigantescas, amigas do cachimbo e da pinga, metidas em sapatões, sem o menor traço de feminilidade; crianças ventrudas, sujas, piolhentas, dadas ao prazer que a psicanálise tão bem explica de chupar os dedos.

Nesse sentido, preferimos concordar com João Cabral de Melo Neto, quando este sintetiza em poesia a saga do trabalho despendido nos canaviais:

Numa usina se aprende

Como a carne mastiga o osso,  
 Se aprende como mãos  
 Amassam a pedra, o caroço;  
 Numa usina se assiste  
 À vitória, de dor maior,  
 De brando sobre o duro,  
 Do grão amassando a mó;  
 Numa usina se assiste  
 À vitória maior e pior,  
 Que é ada pedra curta  
 Furada de suor.

**(Encontro com a usina – trecho de O rio, 1986, p. 289)**

O estudo de Francisco Alves (2006) permite-nos entender mais de perto o que ocorre com o cortador de cana quando este vive constantemente sob o risco de sofrer um mal súbito por conta do dispêndio de energia gasta durante o trabalho nos canaviais. O trabalhador é superexplorado pelo excesso de trabalho nos canaviais.

Para um trabalhador que corta em média 12 toneladas de cana por dia, Francisco Alves (2006, p. 96, [2007]) cita como exemplo os trabalhadores do corte da cana de São Paulo, afirmando ele que o cortador de cana ao realizar o seu trabalho nos canaviais ele,

Caminha 8.800 metros, despende 133.332 golpes de podão, carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg, em média; portanto, faz 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros, faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicos para golpear a cana., perde, em média, 8 litros de água por dia, por realizar toda esta atividade sob sol forte de São Paulo, sob efeitos da poeira, da fuligem expelida pela cana queimada, trajando uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta a sua temperatura corporal.

Um trabalhador que corta 6 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento por 8,5 metros de largura, caminha, durante o dia, aproximadamente 4.400 metros, despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes no dia [...]. Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem de, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ainda transporta os vários feixes de cana cortados para a linha central. Isso significa que ele transporta em seus braços 6 toneladas de cana em montes de peso

equivalente a 15 kg, a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros, ou seja, durante parte dos 4.400 metros percorridos em um dia ele não está apenas caminhado, está se abaixando e ou carregando peso.

Outro fator resultante da superexploração do trabalho e que frequentemente acomete os trabalhadores nos canaviais é a câimbra, mais conhecida como “canguru” em Alagoas, “*Karoshi*” no Japão e “birôla” em São Paulo; a recorrência de tal fenômeno, no universo do trabalhador canavieiro, tem na câibra uma de suas mais visíveis e frequentes manifestações” (PLANCHEREL; QUEIROZ; SANTOS, 2011, p. 60). As câimbras começam, em geral, pelas mãos e pés, avançam pelas pernas e chegam ao tórax; [...] provocam fortes dores e convulsões, dando a impressão de que o trabalhador está tendo um ataque nervoso (FRANCISCO ALVES, 2006, p. 96).

Baseados nesses fatos, em nossa pesquisa de campo perguntamos a um trabalhador canavieiro se ele já tinha sido acometido pelo “canguru” no canavial, vejamos o que ele respondeu:

*P: Você já foi acometido pelo canguru durante o trabalho no canavial? Ou já presenciou algo assim?*

*E5: Comigo nunca ocorreu não. Mas tá vendo essa cicatriz aqui no meu dedo? [mostra a cicatriz de aproximadamente 2 cm, (interpolação nossa)] Ganhei no corte de cana. Foi um corte com facão quando eu tava cortando a cana no topo, na parte de cima.*

*P: Mas o senhor foi socorrido logo? Como foi o atendimento médico?*

*E5: Foi logo. O médico me atendeu bem e me disse que faltou muito pouco pra eu perder o meu dedo ou se tivesse pegado nesse tendão aqui ói, eu tinha me prejudicado bastante.*

*P: Voltando ao caso do canguru, o senhor já viu algum colega de trabalho ser acometido pelo canguru na cana?*

*E5: Já, muitas vez. Eu já vi trabaiaador sair quage morto do sirviço. Ói moça, eu vou lhe dizer uma coisa com toda a certeza do mundo: “o corte de cana é o derradeiro sirviço pra se fazer, porque é um trabalho muito danado, é cansativo, pesado demais. Ói, tem gente é..., tem trabaiaador que quando ataca esse tal de canguru é em tempo de matar o cara. Agora sabe porque as vez o cara tem isso? É porque o cara é um bom cortador de cana e corta bastante cana, as vez muito mais de dez tonelada pra poder ganhar mais. Eu não faço isso não, o que der pra mim deu. Eu sempre corto no meu limite, 5 ou 6 tonelada., pra mim tá bom demais.*

*P: Explique melhor o que é o canguru.*

*E5: O canguru, é como a gente chama aqui nos partidos de cana. É uma dor forte que dá nas costas do cara e a pessoa num consegue nem mais andar, fica todo entrevado e se num for socorrido logo, o cara fica é em tempo de morrer de tanta dor. Daí ele pega um atestado de um dia ou dois e depois volta a trabalhar de novo. Eu já vi foi trabalhador cair feito um torrão duro no chão. Também tem trabalhador que tem muita tontura e chega a cair no chão de tanta fraqueza depois de cortar muita cana. O trabalho no corte de cana é pesado de mais moça.*

O canguru ocorre como se fosse movimentos involuntários que mais parece com ataques epiléticos, ou quando não chega a ter convulsões. O trabalhador acometido pela câimbra fica todo contorcido chegando a cair duro no chão, ou quando não, fica todo agachado numa posição que mais parece um canguru. Ela ocorre quando o trabalhador extravasa os seus limites cortando mais cana do que o seu corpo e sua força física suportaria, do mais, chama a atenção o fato de que o problema das câimbras pode ser fatal.

A esse respeito, foi questionado um trabalhador do corte de cana sobre a temida câimbra (canguru) e uso do suplemento, bem como a sua serventia. Abaixo relatamos um trecho da entrevista:

*P: Você já teve câimbra enquanto trabalhava?*

*E10: Já. Em mim mermo já deu nos meus braços e nas minhas pernas, foi muita fraqueza só que não foi tão forte como já deu noutros cara.*

*P: E como é que foi?*

*E10: Você fica todo duro, parado sem se mexer.*

*P: Mas, e aí, quando ela passa dá para continuar o trabalho depois?*

*E10: Dá. Quer dizer, as veze dá. Quando ela ataca, aí o cara tem que manerar na trabalhada, tem que diminuir o serviço. Teve um dia que na usina [?] ela atacou três cara, foi logo os três pra o hospital. Agora, além da trabalhada pra ela atacar vai depender também da quentura. Se o sol tiver muito quente aí o cara soa de mais e tem muita sede.*

*P: Então vocês bebem muita água durante o trabalho?*

*E10: E então. Tem dia que nós bebe dois garrafão ou mais de água. Água nós bebe de mais, se você tiver em casa, você bebe dois litros d'água. Lá no trabalho na cana, nós bebe*



*mais de dez litro [risos]. Tem mais viu, a empresa dá pra gente todo dia um “suco” pra você tomar que é pra num ter câimbra, aí já diminui.*

*P: O suco tem sabor de quê?*

*E10: É de fruta. Tem sabor de laranja, maçã, manga, essas coisa. Aí você bota ele em 4 ml de água, mexe e toma, aí trabalha com força.*

A câimbra ou “canguru” da forma como foi relatada acima é vista por Novaes (2007, p. 172) da seguinte maneira:

Quando o trabalhador é submetido a uma carga de trabalho e seu físico não está acostumado, e se ele estiver debilitado ou se portador de uma doença preexistente, uma cardiopatia, ele pode ter uma morte súbita se submetido a trabalho excessivo com sudorese. A transpiração excessiva provoca perda de eletrólitos, de sais do organismo. Se você pegar a camisa de um trabalhador ela chega a estar branca por causa da perda de sais. A câimbra é o primeiro sintoma de quando você tem distúrbio hidroeletrólítico. A câimbra é acúmulo de ácido láctico na musculatura. Ele fica todo contorcido, parece um possuído. Pra você ter uma ideia, é quase como uma convulsão. E dói, dói muito aquilo. Um jogador de futebol, um atleta preparado quando tem câimbra ele é substituído. Imagine um trabalhador rural que se submete a uma rotina dura de trabalho. O tratamento correto é a hidratação com soro fisiológico. Existem usinas agora que fornecem um pó para misturar na comida para repor algumas perdas de vitaminas e proteínas. Eu nunca presenciei uma morte súbita por decorrência de distúrbio hidroeletrólítico, de câimbra. Geralmente, a pessoa chega morta no pronto-socorro.

Reitera-se que a câimbra por ser um movimento involuntário, pode ser altamente perigosa para o trabalhador canavieiro, isso porque quando o trabalhador é acometido por ela, ele pode sofrer de vários súbitos espasmódicos, porque ela acaba atingindo outros músculos, inclusive o abdômen.

Dessa forma, por ser uma constante na vida do trabalhador do corte de cana, e que acomete especialmente aqueles que cortam cana por produção, “[...] a câibra (sic) tornou-se reconhecida, entre os próprios canavieiros, como uma doença ocupacional característica desta atividade laboral, resultante do desmaio esforço físico despendido durante o trabalho” (PLANCHEREL; QUEIROZ; SANTOS, 2011, p. 60).

Nos canaviais causas e consequências desse mal, as quais estão submetidos os cortadores de cana, são adversas, “de uma parte, imposto pela (ir)racionalidade do capital agroindustrial e, de outra, realizado como o único meio de o trabalhador elevar a sua produtividade diária do corte da cana-de-açúcar e, em

consequência, a sua própria remuneração” (Ibidem, p. 60). Colaborando com o exposto, Alves (2006, p. 96), diz que:

Para conter as câimbras e a desidratação, algumas usinas levam para o campo e ministram aos trabalhadores o soro fisiológico e, em alguns casos, suplementos energéticos para reposição dos sais minerais”. [...] em outros casos, os próprios trabalhadores, ao chegarem à cidade, procuram os hospitais onde lhes é ministrado soro diretamente na veia”.

Como se não bastasse, existe uma substância conhecida como “sorinho”, ou “*shack*” (CARLA SANTOS, 2011, grifo do autor). O sorinho é um suplemento alimentar utilizado para prevenir da câimbra do trabalhador nos canaviais e serve também para recompor a energia despendida pelos trabalhadores e principalmente, para aumentar o ritmo de trabalho. Geralmente esses suplementos são administrados pela manhã, muito antes do trabalhador iniciar a jornada de trabalho, e após o almoço ou mesmo para substituí-lo. Sobre esse fato, Carla Santos (2011, p. 124) afirma que:

Utilizar o suplemento significa para o trabalhador: 1) não perder tempo para se alimentar, já que ele só vai parar alguns minutos para engolir o suplemento e voltar ao trabalho, e como o trabalho é por produção, ele tem a oportunidade de aumentar seu salário; 2) reduzir gasto com alimentação, pois não será preciso trazer marmita de casa; 3) reduzir o risco de ter uma toxinfecção alimentar, já que não será necessário acondicionar sua alimentação em recipientes precários; 4) ter acesso a um tipo de alimentação que não possui em casa, pois sabores como chocolate, morango etc. geralmente se encontram em alimentos mais caros do que os que eles podem obter. Utilizar o suplemento significa para o capitalista, única e exclusivamente, a possibilidade de aumento real de extração da mais-valia, visto que: 1) parando menos tempo para se alimentar, o trabalhador mantém um ritmo quase constante de trabalho, conseqüentemente ele estará produzindo mais no mesmo espaço de tempo; 2) o risco de o trabalhador adoecer é menor, já que se busca manter minimamente as condições físicas/nutricionais de reprodução da sua força de trabalho e, com isso, mantêm-se a disponibilidade do cortador ao trabalho e a garantia de sua produção diária; 3) a destruição da subjetividade alimentar do trabalhador devido à corrida frenética pelo aumento de sua produção, o que poderia se chamar de desumanização, ou seja, a transformação do trabalhador em máquina.

Paradoxalmente falando, os suplementos que são fornecidos aos trabalhadores nos canaviais são mais um paliativo que ajuda a prevenir ou até mesmo aliviar as dores musculares, e a temida câimbra. Ao mesmo tempo em que atua como um método de prevenção, também promove a extensão do grau de produtividade despendido pelos trabalhadores nos canaviais. E mais, “[...]os

trabalhadores sentem-se confortáveis quando ingerem esse produto. Reivindicam uma dosagem maior que o permitido, pois superenergizados podem produzir mais e ganhar mais” (NOVAES, 2007, p. 172).

O tipo de atividade laboral que os trabalhadores do corte de cana desempenham pode ser entendida como a mera troca comercial do “ter sobre o ser”, ou por melhor dizer, de uma relação puramente mercantil, onde o homem para se manter e manter as condições básicas de sobrevivência sua e de seus familiares tem a sua força de trabalho como mercadoria a ser negociada.

Vale destacar que esses zumbis canavieiros acabam vivendo a maior parte do dia em extrema condição de exploração e miséria, podendo ter as suas vidas ceifadas durante o trabalho duro nos canaviais ou ainda, arriscando as suas vidas nos terrenos íngremes debaixo de um sol escaldante muitas vezes sem nenhuma proteção individual (Conforme fotografia 8).

**Fotografia 8 - São José da Laje: trabalhadores abastecendo caminhão de cana**



Fonte: A autora

De acordo com Onório e Silva (2012), estudos revelam que o cortador de cana pode vir a desenvolver em um pequeno período de tempo problemas na coluna

por conta das várias contorções que faz durante o trabalho. Ademais, o trabalho exercido pelos tantos “zumbis canavieiros”, é um tipo de relação desigual que beneficia unicamente o agronegócio canavieiro.

Dessa maneira, em conformidade com Beltrão (2012) consideramos que o trabalhador do corte de cana fica exposto a riscos ambientais relacionados a sua atividade os quais podem ser subdivididos em quatro categorias:

- **Categoria I:** Físico – calor
- **Categoria II:** Ergonômicos – problemas na coluna por conta dos movimentos repetitivos de agachar e levantar;
- **Categoria III:** Acidentes – Picadas por animais peçonhentos, lesões na pele e lesões oculares, quedas por conta de terrenos inclinados, acidentes com objetos perfuro-cortantes;
- **Categoria IV:** Biológicos – Gasto energéticos, perda de água e de sais minerais que contribuem para a desidratação e provocar câimbras (canguru), problemas respiratórios por conta da fuligem e do pó da palha da cana, problemas musculares e lesões por esforço repetitivo (LER).

A esse respeito, Novaes (2007) faz um contraponto com a lei da “seleção natural” de Charles Darwin, onde se depreende que para o trabalho nos canaviais, o indivíduo precisa ser hábil e forte, caso contrário, não sobrevive e morre. Ou seja, para sobreviver nos canaviais, é preciso adaptar-se ao meio e as condições que lhes são impostas. Mas, o que resta saber é até quando esses zumbis da cana suportarão serem superexplorados e a viver em condições análogas à escravidão? Sobre esse prisma, concordamos com Novaes (2007, p. 173, grifo do autor):

[...] como *até quando* sobrevivem? Soros e remédios podem ser vistos como expressão do paradoxo de um tipo de modernização e expansão da lavoura canavieira que dilapida a mão-de-obra que a faz florescer. Ainda não temos dados quantitativos que detalhem as consequências do uso desses paliativos. Entretanto, as aposentadorias por invalidez entre trabalhadores de pouca idade e a ocorrência das mortes de trabalhadores por excesso de trabalho nos canaviais das modernas usinas, como tem ocorrido nas últimas safras da cana em São Paulo, se apresentam como evidências a convocar tomada de posição de diferentes instâncias do poder público.

Tendo por base esta assertiva, trazemos a reflexão de que na luta pela sobrevivência, “índios”, “escravos”, “negros”, enfim, “Zumbis”, tantos e quantos já se foram nesses mais de trezentos anos, sem realmente terem tido o prazer da plena liberdade desse sistema perverso? Tantos e quantos resistiram e continuam na luta contra a superexploração do trabalho nos canaviais e contra a revelia do capital sucroalcooleiro? Até quando resistirão esses legatários zumbis canavieiros?

Dessa forma, consideramos, portanto, que esse sistema pérfido que ainda resguarda resquícios do sistema escravocrata só terá fim um diaquando o latifúndio acabar.

Com base nisso, deixamos aqui para reflexão alguns questionamentos: Será isso possível em plena era da mundialização do capital? E porque com tantas mudanças ocorrendo ainda prevalecem no Brasil relações típicas do colonialismo de outrora? E o que move esses tantos legatários “zumbis”?

Acreditamos que o que os move é o sonho e a esperança de dias melhores, pois carregam como legado o desejo de um dia ser um “homem” totalmente “liberto” e que só assim seremos uma sociedade mais justa e igualitária. Será utopia? Cabe a cada um, concordar ou não, com as palavras de *Eduardo Galeano*<sup>103</sup>:

*A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.*

*Eduardo Galeano*

*Então, que caminhemos juntos!.*

## **5.6 Para não dizer que não falei das flores: o gênero feminino em questão**

*Lanças vapor e líquidos perfeitos Cristais de alvura doce e venenosa devorando se culpa todo engenho ao redor dessa língua em brasa e pólvora baila a cana flechada - os finos pêlos - Do latifúndio fértil do teu corpo Soberba arquitetura em sangue e ferro - no descampado cinza de meus*

<sup>103</sup>Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2015/eterno-galeano>

*olhos Mulher usina, jóia monstruosa - Orquídea num jardim de pobres rosas.*

*Mulher Usina, Fernando Fiúza.*

Antes de iniciar essa discussão, queremos que fique claro que está aquém de nosso interesse construir um discurso equivocados, ultrapassados e preconceituosos. Não é esse o nosso objetivo, mas, o que procuramos enfatizar é o fato de que as ocorrências impactantes provocadas pela mobilidade do/para o trabalho acaba impactando severamente a vida dos trabalhadores migrantes e de sua família, de modo que destrutura profundamente toda uma base familiar que foi construída.

Assim, no contexto da migração, famílias são fragmentadas, despedaçadas, enfim, desfeitas. “A família é uma instituição de grande relevância na formação social do Brasil” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 293). Sobre a importância da família, o referido autor pontua que:

A família é uma instituição de grande relevância na formação social do Brasil. [...] No mundo rural camponês, cujo conteúdo, desde os primórdios da nossa história, é bem diverso do projeto das classes dominantes, o lugar da família é ainda mais importante e central. No seu ímo são traçados os planos de produção, de circulação dos bens excedentes e, quando ocorre, também de migração de seus membros. Nas famílias camponesas uma diferença é fundamental e deve ser registrada: a mulher e os filhos, de forma destacada, compõem a força produtiva. A unidade camponesa sobrevive graças ao trabalho combinado dos seus membros. Essa distinção, porém, não se constitui como um dado diferente a favor da mulher camponesa. Algumas vezes, o trabalho pesado assumido pela mulher é mais um componente de opressão numa sociedade que a exploração de classe está combinada com outras formas de injustiças (Idem).

Dessa forma, chamamos a atenção para o fato de que os trabalhadores que são aliciados acabam sendo penalizados duplamente, primeiro, porque a maioria das vezes, são trabalhadores que por forças das circunstâncias são desterritorializados culturalmente e desraigados socialmente de suas origens, pois a luta pela sobrevivência acaba dando lugar a saudade e a tristeza de estar separado, mesmo que temporariamente, da família. Isso vale para os dois casos, tanto para o homem que migrou, seja ele camponês ou trabalhador urbano, como para a mulher e filhos que ficaram.

No caso do camponês, ele “migra para continuar camponês, a mulher não migra pela mesma razão. No final, os dois atuam com um mesmo fito: preservar a terra e a condição camponesa” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 292). Dessa maneira, “quando o marido sai para trabalhar fora da unidade familiar, alguém assume aquilo que deveria ser feito por ele, esse alguém é a mulher” (Ibidem, p. 294). Dessa maneira,

[...] a migração do marido favorece o empoderamento da mulher no universo camponês. A mulher camponesa, trabalhadora da lavoura, criação, dos afazeres domésticos e da educação dos filhos, tem maiores oportunidades de reconhecimento da sua importância: graças ao seu trabalho o marido pode migrar por períodos mais curtos ou mais longos com a garantia de que ao retornar o patrimônio da família terá sido preservado ou mesmo aumentado (ALBUQUERQUE, 2013, p. 304).

É nesse sentido que a divisão social e territorial do trabalho acaba sendo carregada de sentido e de significados e que “a divisão do trabalho é rígida no sentido de que as tarefas da mulher são definidas com maior rigor, mas são flexíveis quando no cotidiano elas são chamadas a assumir atribuições tradicionalmente tidas como dos homens” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 294). Conforme o autor, é a mulher quem geralmente faz de tudo, quando raramente o marido a ajuda. De todo o modo,

A divisão do trabalho tem raízes culturais profundas, justifica-se como resultado de especificidades e aptidões físicas próprias de cada sexo e de cada faixa etária para o desempenho de algumas atividades, argumento que, ainda que tenha algum conteúdo de verdade, é anulado no período da migração. Nesse período, as mulheres cumprem tarefas deixadas pelos maridos, trabalham mais e assumem mais responsabilidades (Ibidem, p. 294).

Convém afirmar que a categoria masculina geralmente é predominante no âmbito da migração. No contexto familiar, quem geralmente migra é o pai de família ou quando não, os seus filhos, enquanto a mãe, a esposa cuida da família, ou quando a família dispõe de um pequeno roçado são elas, “as mulheres”, que dão continuidade a atividade que antes era de maior responsabilidade dos homens. Nesse sentido, “as mulheres compreendem o esforço dos maridos que migram, sabem o quão pesado é o trabalho no corte da cana e entendem que ele migra em nome da família, é o seu papel de provedor que o leva a isso” (ALBUQUERQUE, p. 304). Para o referido autor, sem essa compreensão da mulher, dificilmente a

migração do marido seria compensatória em termos financeiros. Para Oliveira (1994, p. 65),

No caso das mulheres, “a rotina de trabalho das mulheres camponesas é feita de diversas jornadas. No período da migração dos maridos há uma nova divisão sexual do trabalho, agora feita entre mãe, filhos e outros parentes, mas desfavorável à mulher, ela é quem responde por tudo” (Ibidem, p. 294). No entanto, enquanto o marido se mantém ausente, a mulher passa a assumir vários compromissos e responsabilidades, dessa forma,

A migração do marido e a assunção pela mulher do conjunto de responsabilidades que eram atribuídas em primeiro lugar ao homem deve ser analisada como um fenômeno agravante das suas condições de trabalho e de existência social. Suas jornadas de trabalho são longas, duras e extenuantes (Idem).

É interessante frisar que, quando os deslocamentos acontecem por um longo prazo, acaba pondo em risco a base familiar do migrante. Logo abaixo relatamos um caso ocorrido em São José da Laje e que envolve um trabalhador migrante e sua família.

Há três meses (maio/2016), a esposa de um trabalhador migrante fugiu com o seu vizinho, deixando com os seus pais os dois filhos ainda pequenos 2 e 3 anos, respectivamente, passando os pais da moça a sofrer constantes ameaças por telefone por parte do marido traído da filha. Passados alguns dias, a mulher e o vizinho estão pensando em voltar e viver uma vida juntos, mas o marido traído deixou sobre aviso que ela nem pense em voltar a morar na cidade, porque a qualquer momento ele está chegando e que quando chegar vai ser para acertar a história de vez.

No mês de setembro/2016, o esposo traído retornou ao município de origem e resolveu se acertar com a esposa, passaram a não mais viver na cidade e migraram, portanto, para a cidade vizinha de União dos Palmares. Mesmo assim, ainda há um desconforto e desconfiança por parte dos pais da moça, pois não acreditam tão seriamente na reconciliação do casal. Vivem sob o medo de que o “genro traído” possa vir a cometer algum ato de vingança devido a mudança de comportamento do mesmo, pois, segundo os pais da moça, ele (o genro), faz



questão de amolar um facão na frente da esposa e dos filhos sem nem ao menos fazer uso dele, coisa que ele não fazia antes<sup>104</sup>.

Portanto, esse é um dos principais pontos negativos da migração, sendo um dos mais pérfidos e cruel porque causa um grande impacto na estrutura familiar e, muitas vezes, o problema se torna irreversível.

Essa é apenas mais uma, entre tantas outras famílias que foram desfeitas por conta da migração. Salientamos que no município em estudo, dificilmente se encontra uma família sem que algum de seus parentes não tenha sido um migrante, mesmo que ele seja um parente distante, ou mesmo que a migração tenha ocorrido por uma única vez.

Todavia, a migração não é uma escolha, é uma imposição gerada pela égide do Estado dominante. As pessoas migram não porque querem, ou tão somente por motivos relacionados a guerras ou catástrofes naturais, mas, principalmente, por uma questão de necessidade ou porque buscam melhoria, ou fogem da violência, do tráfico de drogas, das terras do desemprego, da miséria e, sobretudo, da fome.

Trata-se, portanto, de uma desterritorialização do sujeito enquanto ser social que labuta. É preciso que se diga que, “os governantes e as pessoas *que tenham olhos e ouvidos sensíveis ao problema do desemprego e da fome* precisam compreender que se tornou urgente – tanto quanto possível – frear os radicalismos do capitalismo selvagem e do ideário perverso e assimétrico do neoliberalismo” (AB’SÁBER, 1999, p. 44, grifo nosso).

Contudo, esse processo de desterritorialização acaba implicando drasticamente nas relações conjugais, quando, por exemplo, ocorre do trabalhador migrante reterritorializar-se no lugar para o qual migrou. Ao territorializar-se ele constrói novos laços de amizade, e, por vezes, acontece de construir uma vida nova e uma nova família, ou o que é ainda pior, abandonar de vez a esposa e filhos que ficaram podendo ocorrer também o inverso.

---

<sup>104</sup> Informação acrescentada após a apresentação desse trabalho à banca examinadora.

Em São José da Laje existem pouquíssimos casos em que as mulheres migram, as que fazem junto com os seus esposos o percurso da migração, geralmente trabalham na bituca, ou quando não trabalham na bituca, procuram trabalhar como doméstica para ajudar nas despesas da família. Contudo, diferentemente do homem, a mulher não passa muito tempo no trabalho dos canaviais, logo, o resultado é o retorno. Como já foi mostrado, quem geralmente continua migrando é o marido.

Nesse sentido, a questão da identidade política da mulher no contexto migratório, é para Piselli (1998, p. 110) rica em valor cultural, pois:

O homem ou mulher migrante move-se entre esferas sociais e territoriais diferentes, numa dimensão que abarca uma pluralidade de linguagens e significados. Tem identidade várias, e age tendo em vista múltiplos propósitos. A rede revela-se uma ferramenta analítica particularmente capaz de agarrar esta realidade fluída e em constante mutação, por forma a investigar as interações entre, por um lado certos grupos étnicos e sociais, e por outro as relações múltiplas e contraditórias que as pessoas mantêm com os respectivos contextos de referência.

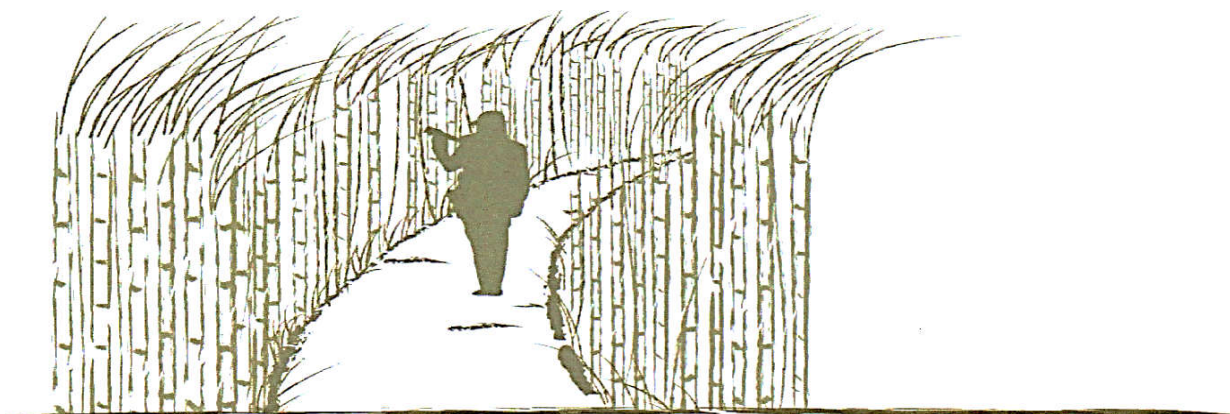
Vale acrescentar aqui que já houve casos em que a mulher do trabalhador migrante, tendo sido abandonada pelo seu companheiro, tornou-se também migrante, mas não por pura necessidade, e sim, na esperança de um porvir que venha um dia a lhe favorecer um reencontro e um possível acerto de contas com o marido. É por esses e outros fatores que consideramos que a migração de uma forma ou de outra, passou a ser também um elemento impactante na estrutura familiar. Relatamos aqui mais uma passagem ocorrida com uma ex-mulher de um trabalhador migrante que juntamente com os filhos foi abandonada pelo marido, sem que ele lhe desse nenhuma satisfação.

O esposo de (?) migrou para o Estado de Mato Grosso do Sul, município de Aparecida do Tabuado. Logo no início, enviava a remessa de dinheiro para a esposa e filhos, o dinheiro era muito pouco. Com o passar do tempo não deu mais notícias do seu paradeiro, a esposa ao ver os colegas do marido retornar à cidade de origem, sempre perguntava por ele, mas os colegas de trabalho mesmo tendo contato com ele, não davam nenhuma informação. Até que um dia ela descobriu por meio de uma colega “também migrante”, que o seu esposo já tinha constituído outra família e que a mulher que tinha arranjado estava grávida. Quando ela soube do fato ocorrido se desesperou e não sossegou até que resolveu embarcar também rumo ao trabalho dos canaviais mato-grossense na esperança de um dia reencontrá-lo para um possível acerto de contas, e também por que foi a única saída que encontrou, porque em São José da Laje estava desempregada há mais de oito anos. Sem a ajuda do marido, ela passou a viver apenas com o dinheiro

que recebia do Bolsa Família e de uma pequena ajuda da irmã. Resolveu então, partir para o Mato Grosso do Sul e foi trabalhar como “bituqueira”. Ao partir, deixou seus filhos aos cuidados de sua irmã e todos os meses envia a mesada dos filhos. Mas, não aguentou trabalhar por muito tempo no canavial, porque o trabalho era muito cansativo e não via tanta vantagem nisso, então veio embora porque também não aguentava de saudades dos filhos. Retornou à cidade de origem e não mais migrou. Recentemente, passou a exercer a função de trabalhadora doméstica há quase dois anos. E com o esposo nunca mais teve contato<sup>105</sup>. (Informação colhida por meio de relatos da irmã de uma ex-trabalhadora migrante que trabalhou como bituqueira na cidade de Aparecida do Tabuado, Mato Grosso do Sul).

No entanto, as mulheres dos trabalhadores migrantes são consideradas em vários estudos da migração como “viúvas de marido vivo” (RENÓ MACHADO; AB’ SÁBER, 1999), isso remete ao fato de que, o marido pode não está morto, mas é como se estivesse, isso porque, são elas quem durante vários meses, ou até mesmo anos, cuidam praticamente sozinhas dos filhos, ou por vezes, são elas também quem arcam com as despesas dos filhos quando por ventura, o marido deixa de enviar a remessa de dinheiro à família, como já aconteceu.

É preciso lembrar que o número de mulheres migrantes em São José da Laje para o trabalho no corte da cana é insignificante se comparado ao número de homens que exercem a mesma função, seja como bituqueiros, seja como cortadores de cana.



<sup>105</sup> Informação verbal (essa informação foi colhida com a irmã de uma trabalhadora migrante do corte de cana que trabalhava na função de “bituqueira” em Aparecida do Tabuado, no Mato Grosso do Sul e que foi abandonada pelo esposo. Tentamos várias vezes um encontro com a ex-migrante mas não tivemos sucesso, por isso, ousamos em entrevistar a sua irmã por ser uma pessoa próxima da pesquisadora e também porque durante o tempo em que sua irmã ficou fora era ela quem cuidava dos sobrinhos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*[...] nas regiões predominantemente ocupadas pelos camponeses não é necessariamente o processo de expropriação direta pelo capital que comanda e determina o processo, expropriando a terra campesina, mas sim o capital, talvez mais sabiamente, expropria as possibilidades dos filhos dos camponeses também terem terra para continuar camponeses. Na maioria dos casos, são os filhos que se proletarizam, ou seja, a proletarização não precisa atingir diretamente toda a família camponesa, mas seguramente a maior parte dela.*

*Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1994, p. 65).*

A mobilidade da força de trabalho no município de São José da Laje não é recente, a tabulação dos dados apenas veio comprovar o que já se imaginava obter como resposta. Nesses termos, a saída a campo permitiu comprovar que os trabalhadores do corte de cana malgrados sobre a promessa de ter um emprego e melhorar a sua vida e de sua família se submetem as mais duras e ferrenhas situações de venda e exploração da sua força de trabalho.

Podemos constatar que os deslocamentos dos trabalhadores lajenses do setor sucroalcooleiro ocorrem rumo as Regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste do Brasil. No entanto, entre o Estado de São Paulo e São José da Laje ocorre uma rotatividade migratória, especialmente no que diz respeito aos trabalhadores especializados, enquanto que os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul são os principais receptores dos trabalhadores do corte da cana.

Em nossa pesquisa de campo detectou-se que ao retornar ao local de origem, alguns dos trabalhadores migrantes são recrutados pelo Grupo JGS (firma terceirizada), para trabalhar na usina Serra Grande por um período temporário enquanto durar a moagem. Lá, os que dispõem de melhor qualificação para o trabalho exercem funções de caldeireiro, soldador, montador industrial, maçariqueiro, ajudante geral, entre outros. Enquanto que a maioria dos trabalhadores migrantes são recrutados todos os anos para o corte da cana.

E os que, por ventura, não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal, seja no setor público, seja na construção civil ou na indústria, voltam a trabalhar na informalidade, exercendo a função de pequeno comerciante no seu humilde comércio, ora trabalhando como feirantes, cabeleireiro, ora como montador de móveis, moto-táxis e tele-taxista.

Sobre os trabalhadores migrantes de São José da Laje, acrescentamos que diferentemente do cortador de cana, o trabalhador qualificado, com o dinheiro que adquiriu com a migração, conseguiu acumular capital e comprou moto/carro e praça para exercer suas funções como motoristas, seja como moto-táxis, tele-taxistas, ou até mesmo investir em pequenos negócios.

Dessa forma, consideramos que a migração possui “alguns” pontos positivos porque a maioria dos trabalhadores que migraram conseguiram acumular dinheiro e fazer investimentos montando o seu próprio negócio. Durante a sua trajetória migrante, o seu comércio fica sob a responsabilidade e a administração da esposa.

No caso dos trabalhadores rurais, houve um caso em que com a migração, um trabalhador do corte de cana, conseguiu acumular dinheiro e passou a investir em pequenos imóveis, comprou duas casas pequenas e depois alugou os imóveis por R\$150,00 e R\$200,00 mensais. Todavia, ressaltamos que o trabalhador rural que conseguiu fazer algum investimento, foi aquele que se encontra na condição de solteiro, enquanto que para os que são casados, a migração não é tão compensatória assim, porque o salário que recebem na região de destino mal dá para sobreviver por conta do envio de remessa de dinheiro à família.

Apreendemos com isso que os deslocamentos dos trabalhadores é parte de um processo contínuo. Contínuo no sentido de manter o pequeno comércio e até mesmo aumentar o patrimônio, ou ainda para aqueles que são sítiantes ou pequenos produtores rurais, a migração é mais uma estratégia de dar continuidade e promover a sustentação da sua propriedade. Também apreendemos que seja o trabalho na soja, na colheita da laranja, nos frigoríficos, nos bancos, na cana-de-açúcar, na Santin, na Odebrechet, o trabalho é precarizado e o trabalhador enquanto tal será explorado do mesmo jeito.

Para tanto, o que se constatou de negativo na migração dos trabalhadores lajenses foram os impactos na estrutura familiar e também a prática da “*marchandage*” e do “aliciamento” de trabalhadores. Dessa forma, isso nos induz a dizer que o estudo da migração requer novos sentidos, que não somente o econômico, mas sobretudo o social, o político e cultural, porque no contexto da migração vários fatores estão em jogo, principalmente a família.

Sem pretensão de finalizar a discussão, faz-se necessário compreender que o trabalho proposto nesta pesquisa não teve em nenhum momento a intenção de desconstruir os conceitos acerca do uso do território, mas sim, aprofundar a discussão em torno das redes sociais de migração para assim compreender o processo de desterritorialização sendo um processo que está a serviço do *status quo* das empresas e das sociedades capitalistas.

Ora, como foi visto no desenvolvimento do trabalho que o uso do território não é estático. Reitera-se com isso que o território é movimento, portanto, cabível a análise aqui pretendida. Assim, advirta-se que a desterritorialização acaba sendo também um uso do território por distintos agentes modeladores do espaço. É nesse sentido que o trabalhador migra porque em maior parte é forçado a migrar, e assim, passa a usar o território de outra maneira, frente ao conteúdo normativo, político e econômico deste.

Acredita-se que com este trabalho foi possível compreender como ocorre os fluxos migratórios no município, os quais são desencadeados por fatores exógenos e endógenos que separam os muros entre “os incluídos” e os “excluídos”. Assim, tornou-se possível apreender quais as relações de poder que se estabelecem por trás dos fluxos migratórios que conseqüentemente, leva também a uma deserritorialização dos trabalhadores e a uma territorialização temporária ou definitiva do trabalhador no local de destino.

Sendo assim, traçar um perfil regional de um dado território não é tarefa das mais fáceis, ainda mais quando se trata da dispersão da população - esse *continuum móbile* - movimento tão constante e tão em voga na atualidade. Primeiramente, porque Brasil é um país de muitos contrastes e apresenta características socioculturais, econômicas e regionais bastante distintas e desiguais

e, segundo, porque a migração não é apenas um problema social, mas, sobretudo, uma questão política, porque envolve também relações de poder entre os vários atores envolvidos no contexto migratório.

Nesse sentido, quais seriam os caminhos a serem trilhados para uma possível solução sabendo que a região Nordeste não tem ainda uma articulação forte? Pensamos que enquanto não se fizer políticas de Estado, muito mais difícil será de ser planejado o desenvolvimento territorial de uma região.

Dessa forma, sabendo que num futuro não muito distante os trabalhadores do corte de cana serão destituídos de desempenhar a sua função social, e que se fará necessário a implantação de políticas públicas para tentar, ao menos, dar suporte a estes trabalhadores para que venham a desempenhar outras funções. Haja vista que a maior parte dos cortadores de cana não dispõem de um grau mais elevado de escolarização. É pensando nisso que se busca também chamar a atenção da população para que seja feito um trabalho conjunto entre a sociedade, as empresas e governo.

Para tanto, o município de São José da Laje carece que sejam criadas políticas públicas de oportunidades de emprego e renda, “empregos e salários justos e suficientes para o seu sustento” (AB’SÁBER, 1999, p. 39), principalmente, para as famílias dos cortadores de cana dos bairros mais vulneráveis do município, como “o Morro da Cocada (Padre Pinho), Alto do Colorau, Alto do Cruzeiro e Alto do Tijuca”, esses são os bairros de onde partem a maior parcela da população dos trabalhadores migrantes do corte de cana.

Porém, se faz mister a implantação de políticas públicas voltadas para o trabalhador migrante e sua família, de modo que favoreça a geração de emprego e renda no município para que o trabalhador não mais precise migrar para tão longe em busca de sua subsistência e de sua família.

É um direito do trabalhador permanecer no seu lugar de origem, mas ao invés de se investir em políticas públicas que sejam realmente eficazes para gerar emprego e renda para a classe mais pauperizada da população, o que o Estado faz? O que o Estado e o poder público, de uma forma geral, costumam fazer é promover

a migração, e dessa maneira, o migrante passou a ser apenas mais uma peça do jogo do capital, e mais um que vai encher os sacos de pobreza que transbordam nas grandes regiões do Brasil.

Nestas condições chama-se a atenção para que o governo local coloque em prática o que está na Lei Orgânica do município na qual constam as políticas de desenvolvimento econômico nos artigos 184 e 186, transcritos abaixo:

Art. 184 – O município promoverá o seu desenvolvimento econômico, agindo de modo que as atividades econômicas realizadas em seu território contribuam para elevar o nível de vida e o bem-estar da população local, bem como para valorizar o seu trabalho humano;

Art. 186, parágrafo único – a atuação do município dar-se-á, inclusive, no meio rural, para a fixação de contingentes populacionais, possibilitando-lhes acesso aos meios de produção e geração de renda e estabelecendo a necessária infraestrutura destinada a viabilizar esse propósito.

Cabe aqui um último comentário, os resultados obtidos na pesquisa revelaram, de forma significativa, aquilo que se buscava alcançar nos objetivos. Assim, tomando por base as teorias que aqui foram tratadas e levando em conta a abordagem histórica/estrutural, apreendemos, por meio desse trabalho, que os fluxos migratórios que ocorrem em território lajense são de certo modo movidos por força de atração e de dispersão.

É preciso que se compreenda que a forma arcaica de gerenciar o território se traduz em níveis de desigualdades econômicas e sociais desmedidas, o que sobremaneira revela o total descompromisso com a classe societal alagoana. Essa forma de gerenciar o território dominou e infelizmente, hoje, domina com muito mais força o espaço dos homens. Todavia, acrescentamos que, dificilmente seremos capazes de compreender ou de dar conta da realidade dos fenômenos, tampouco da temática da mobilidade da força de trabalho sem que se faça uma ponte da geografia com outras ciências sociais.

Nesse sentido, a geografia adquire um papel fundamental para compreensão da mobilidade da força de trabalho, mas para que isso se concretize



faz-se necessário que ela esteja em *pari passu* com outras ciências sociais e assim buscar o entendimento das diversas modalidades de trabalho que surgiram em decorrência da crise estrutural do capital.

Alicerçada a este paradigma de pluralidade epistemológica é que se poderá apreender como as mazelas do capitalismo se materializaram no território e nos processos de trabalho, e que com o caráter despótico que adquiriu, age com desfaçatez e com bem mais intensidade do que em tempos pretéritos.

Todavia, temos uma ressalva, uma vez que, mesmo com todos os transtornos e conflitos que assolam as relações de trabalho, felizmente, alguns trabalhadores, ainda resistem em se manter resilientes. É mister lutar por uma sociedade mais justa e igualitária da mesma forma que é preciso (des)construir o discurso dominante que reina na sociedade contemporânea e que também se infiltrou e contaminou os centros acadêmicos. Parece ser esse o grande desafio. Resta-nos agora, caminhar na busca pelo devir.

## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Dossiê Nordeste seco: Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 36, 1999.

AGIER, Michel. **Migrações, descentramento e cosmopolitismo**: uma antropologia das fronteiras. São Paulo/Maceió: UNESP/EDUFAL, 2015.

A MISSÃO. Direção de Roland Joffé. Brasil Films International, 1986, 1 DVD, legendado. Produção de Fernando Ghia e David Puttnam.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. Mulher de migrante: labor e empoderamento na vida da mulher do sertão de Alagoas. In.: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.), revisão MORAES, Maria Heloísa Melo de. **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EdUFAL, 2013. p. 289-308.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Tradução: Cavalcanti, Bruno César; BARROS, Raquel Rocha de Almeida. Revisão: LAMEIRAS, Maria Stela Torres B. Maceió: EdUFAL/UNESP, 2010.

ALMEIDA, Ricardo Santos de; SANTOS, Cirlene Jeane Santos e. A Inserção da Agricultura da cana-de-açúcar em Alagoas e seu amargo sabor. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. **Anais...** Porto Alegre, RS, 2010.

NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco José da Costa (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007

ALVES, Francisco José da Costa. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, set./dez. 2006.p. 90-98.

\_\_\_\_\_. **Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte da cana em São Paulo**. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco José da Costa (Orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial canavieiro**. São Carlos, EdUFSCar, 2007.

\_\_\_\_\_. Capitalismo global. Nova morfologia social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. p. 37-56. In: PLANCHEREL, A. A.; BERTOLDO, E. (org). **Trabalho e capitalismo contemporâneo**. Maceió, AL. EDUFAL, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. São Paulo: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Unesp, 1994.

\_\_\_\_\_. **Usinas e destilarias das Alagoas – uma contribuição ao estudo da produção do espaço**. vol. 2. Maceió: EDUFAL, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Civilização Açucareira.**In.: QUINTAS, Fátima (org.). A civilização do açúcar. Recife: SEBRAE / Fundação Gilberto Freyre, 2007.

\_\_\_\_\_. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 267-280, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9836/11408>>. Acesso em 02 de mai. 2016.

ANDRADE, Juliana Alves de. **Gente do Vale: Experiências Camponesas no interior da Província das Alagoas (1810-1890).** Tese de doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014. fl. 316.

ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Província das Alagoas. Comarca da Imperatriz. Descrição do município de São José da Lage. **Anais...** Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 111, 1922, p. 1-313.

ANTUNES, Ricardo. **Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil.** In: ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria Aparecida Moraes. O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 13-27.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. Sistema global do capital e a corrosão do trabalho: A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza da miséria e da pobreza no Brasil III.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 11-24.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo.** Campinas, São Paulo: Nepo/Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. **Rotatividade migratória:** um novo olhar para as migrações no século 21. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15, 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MA: ABEP, 2008.

\_\_\_\_\_. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BARBERINO, Marcos. **Terceirização: o que é, o que não é e o que não pode ser**. 1.ed. São Paulo: Estúdio Editores. com, 2014.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas**. Tomo II, G-Z. - Brasília : Senado Federal, v. 62-B. Conselho Editorial, 2005.

BARROS, Saulo. **Empresa Usina Serra Grande**. Disponível em: <<http://www.revistaecoenergia.com.br/images/revistas/edicao14/pg04a06.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2016.

BELTRÃO, Joice de Melo. **Os nós da cana: a linguagem dos riscos no cotidiano do cortador de cana em usina de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

BECKER, Bertha K. **Manual do candidato: Geografia**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 204 p.

BECKER, Berta. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BECKER, Berta. K. et al (orgs). **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

BERTOLDO, Edna. et. al. Trabalho e educação dos trabalhadores do corte da cana: uma análise do contexto da modernização do setor sucroalcooleiro em Alagoas. In.: PLANCHEREL, Alice Anabuki e BERTOLDO, Edna (Orgs.). **Trabalho e capitalismo contemporâneo**. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 131-158.

BORGES, Maria Virgínia. **Prefácio**. In TORRES, Maria Adriana (Org.). Trabalho, direitos e políticas sociais na América Latina. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 12-16.

CARVALHO, Cícero Péricles de.; **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2009.

CARVALHO, Severino. Aliciamento é feito por operadores individuais. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 11 de maio de 2014.

CARVALHO, Thiago Augusto de. Os trabalhadores do setor sucroalcooleiro. **Revista PUCVIVA**. São Paulo, nº 33, p. 53-57. Out./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/39-edicao-33/425-os-trabalhadores-do-setor-sucroalcooleiro?format=pdf>>. Acesso em 03 jun. 2015.

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2004.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

COELHO, Everton de Souza. **Uma abordagem microrregional para a atração migratória em Alagoas, de 2000 a 2010**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade Federal de Alagoas, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. A vida urbana em alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Revista Terra Livre - AGB**, São Paulo, pp.93-116 nº 10 janeiro-julho 1992.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Deslocamentos populacionais no Brasil**. Cidadania e cultura. Conquista de direitos civis, políticos, sociais e econômicos com cumprimento de deveres educacionais, culturais e comportamentais, éticos e democráticos, 2011.

COVER, Maciel. **O tranco na roça e a vida no barraco: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro**. João Pessoa: UFPB, 2011, 186p.

CUNHA, A. S. Migração, território, urbanização, crescimento populacional e mobilidade na Região Metropolitana de São Paulo. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais** (ABEP), XIX, São Pedro/SP. 2014. p. 237 – 294.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho: A intensificação do trabalho na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DARIO, Bruno Baltieri. **O setor sucroenergético e a terceirização do corte, carregamento e transporte de cana-de-açúcar: atividade-fim?**. 2014. 122p. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2014.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. 2. ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 11-28.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no nordeste do Brasil**. Maceió: 2. ed. EDUFAL, 2012.

DIÁRIO OFICIAL DE ALAGOAS. **Parecer Técnico Ima, n. 18/2009, de 21 de setembro de 2009**. Dispõe sobre o reflorestamento de áreas degradadas nos município de São José da Laje, Ibateguara e União dos Palmares. Maceió, AL, 27 set. 2010.

DRUCK, Maria da Graça. Globalização e reestruturação produtiva: o fordismo e/ou japonismo. **Economia Política**, vol. 19, n. 2 (74), abril-junho, 1999. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/74-3.pdf>. Acesso 24 de dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. **CADERNO CRH**, Salvador, n.24/25, p.21-40, jan./dez. 1996.

EDMUNDSON, William. **A Gretoeste**: a história da rede ferroviária Great Western of Brazil. João Pessoa: Ideia, 2016.

FERLINE, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa, Estampa, 1977.

GOMES, S. F. & Reis, J. J. **Roceiros, camponeses e garimpeiros quilombolas na escravidão e na pós-emancipação**. In STARLING, H. M. M. & RODRIGUES, H. E. & TELLES, M. (Org.), *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, (pp. 206-241). 2008.

HAESBAERT, Rogério. Território, poesia e identidade. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.3, p.20-32, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora**. In: SERPA, A., org. *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 393-419. ISBN 978-85-232-1189-9. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://boobks.scielo.org/id/bk/18>>. Acesso em 02 de ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Org.) Territórios, territórios. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b. p.125-45.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. Regiões transfronteiriças e migração brasileira em países do Mercosul. **Anais...** Encontro Nacional da ANPUR, Porto Alegre, v. 8, 1999.

HARVEY, David. **Os limites do capital.** Tradução de Magda Lopes. – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Formas de dominação e espaço social: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas.** – São Paulo, Marco Zero, Brasília, DF: MTC/CNPQ, 1988.

HOSBERBAW, Eric. **Era dos extremos.** O breve século XX. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** São José da Laje.

\_\_\_\_\_. **Cidades@.** Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 12 de mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios, 2010. PNAD.** São José da Laje.

LIMONAD, Ster. **Entre a urbanização e a sub-urbanização do território.** XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento urbano e regional. ANPUR. Salvador, 23 a 27 de maio, 2005.

LIMA, Araken Alves. **Evolução da agroindústria canavieira alagoana no século XX.** Maceió: EDUFAL, 2014.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE,** Porto Alegre, n.10, v. 2, p. 303-335, 1989.

LISBOA, Wellington Teixeira. Migrações internacionais na lógica da reestruturação produtiva: perspectivas de análise. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/ RJ, v.14, n. Especial 1, p. 103-116, 2012.

MACHADO, Lia Osório. **Estado, territorialidade, rede**. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L.(Org.). *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 243 - 284.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. 3ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital**. Livro I, v. 1. 17ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O capital**: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MASSEY, D. S. et. al. **Return to aztlán**. Los Angeles: University of California Press, 1987.

MELO NETO, João Cabral de. **Poesias completas: 1940-1965**, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986.

MELO, Maria das Neves Medeiros de. **Migração de retorno: distribuição espacial e dinâmica econômica no Estado de Pernambuco**. 2014. 116f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, João Pessoa: UFPB, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Mercado de trabalho no Censo de 2010. São José da Laje.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Terceirização trabalho temporário: orientação ao tomador de serviços.** Apresentação de Vera Lúcia Gonçalves. Brasília: MTE, SIT, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – Araraquara. Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região. **Processo nº 0010230-31.2014.5.15.00749.** 17 de junho de 2014. Rafael de Araújo Gomes. Grupo Odebrecht responde a processo de R\$ 500 milhões por trabalho escravo e tráfico internacional de pessoas nas operações de Angola. São Paulo, p. 1-192, Jun. 2014. Disponível em: Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/mpt-acusa-odebrecht-suposta-exploracao.pdf>>. Acesso em 22 de dez. 2014.

MORAIS, Odilon Máximo de. **Organização espacial da indústria nordestina: o ceará e Alagoas em um novo contexto.** 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: (Org.). **Geografia: teoria e crítica** – O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOURA, Antônio Marcos Pontes de. **Questão agrária em Alagoas: a problemática do latifúndio canavieiro.** In: ALMEIDA, Luiz Sávio de.; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). Terra em Alagoas: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 267-288.

NEVES, Magda de Almeida; PEDROSA, Célia Maria. **Gênero, flexibilização e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n1/v22n1a02.pdf>>. Acesso em 17 set. 2015.

NOVAES, José Roberto Pereira; ALVES, F. J. C. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro).** São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão.** In.: Ruris: **Revista do Centro de Estudos Rurais.** Universidade Estadual de Campinas: Unicamp/IFCH, 2009, p. 105-128.

ODM, 2010. **Relatórios dinâmicos: indicadores municipais de São José da Laje.** Acompanhamento municipal dos objetivos de desenvolvimento do milênio. Portal ODM. Disponível em: <[www.portalodm.com.br](http://www.portalodm.com.br)>. Acesso em 18 de jul. 2015.

OFFNER, J. M.; PUMAIN, D. **Réseaux sociaux et territoires.** In:

Réseaux et territoires , significations croisées. Ed. De L'Aube, 1996, p.137-171.

OJIMA, RICARDO; FUSCO, WILSON. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização, p.11-26. In Ricardo Ojima, Wilson Fusco. Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015. p. 11-26.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de.; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. (Orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Estudos e Análises. Informação demográfica e socioeconômica, nº 1, Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução: elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

ONÓRIO, Socorro da Silva; SILVA, Claudionor Oliveira. Movimentos socioespaciais: um estudo dos trabalhadores sazonais do município de São José da Laje, Alagoas. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, Aquidabã, v. 3, n.1, p. 42-59, 2012.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**. v. 3, n. 7. P. 87-108. ISSN 1806-9592.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. Travessias...movimentos migratórios em comunidades rurais no norte de minas gerais. **Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, Ano II, Nº 4, outubro de 2012.

PEDROSO JÚNIOR, Roberto. **Arranjos institucionais na agricultura brasileira: um estudo sobre o uso de contratos no sistema agroindustrial sucroalcooleiro d**

região Centro-Sul. 2008. 209f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PISELLI, F. **Il network social e nell'analisi dei movimenti migratori**. Studi Emigrazione/Estudes migrations. XXXIV, n. 125, 1997, p. 2-16.

PLANCHEREL; Alice Anabuki; QUEIROZ, Allan Souza; SANTOS, Charles dos. **O “canguru” no universo canavieiro alagoano: saúde e precarização do trabalho na agroindústria açucareira**. In: PLANCHEREL, Alice Anabuki e BERTOLDO, Edna (Orgs.). Trabalho e capitalismo contemporâneo. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 59-80.

PLANCHEREL; Alice Anabuki; ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de; MELO, Sérgio Ricardo Gomes dos Santos. Trabalho na Agroindústria Açucareira de Alagoas. In: **LATITUDE**. Maceió, 2010.

POCHMANN, Márcio. **Força de trabalho e tecnologia no Brasil: uma visão histórica com foco atual na produção de cana-de-açúcar**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

POMPONET, André. **100 anos de Dnocs: marchas e contramarchas da convivência com as secas**. Conj. & Planej., Salvador, n.162, p.58-65, jan./mar. 2009.

PONTES, Fernando Galvão de. **Breve histórico de São José da Laje**. Maceió. Gráfica Universal, 1989.

POVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. **Experimental**, n. 2, p. 11-24, 1997. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1997.

\_\_\_\_\_. Barreiras físicas como dispositivo de política migratória na atualidade. In: FERREIRA, A. et al. (Org.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 469-473; 491-520.

MASCARENHAS, João de Castro; BELTRÃO, Breno Augusto; SOUZA JÚNIOR, Luiz Carlos de. **CPRM**. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de São José da Laje, estado de Alagoas. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Thiago; MILLER, Gustavo; ARAGÃO (et. al). Trabalho escravo existe? Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/trabalho-escravo-2014/platb/#aliciamento>>. Acesso em 20 de jul. 2016.

RODRIGUES, Grace Kelly Marques; CRAIDE, Aline; TUDE, João Martins. **Interculturalidade**: a chegada de calçados Azaleia na Bahia e o encontro de duas culturas distintas. XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2007. 22 a 26 de setembro.

ROMERO, D. **Marx e a técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SAKAMOTO, L. O engenho resiste. **Repórter Brasil, 2001**.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** vol. 3, São Paulo, ABEP, 1992. pp. 119-194.

SÃO JOSÉ DA LAJE. **Lei Orgânica do município de São José da Laje, Alagoas**. 1990.

SANTOS, Gislene Aparecida dos Santos. Redes e territórios: reflexões sobre a migração. In.: DIAS, Leila Chistina; SIVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Redes, sociedade e territórios**. Rio Grande do Sul: Edunisc, 2007, p. 51-78.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: edUSP, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução VIANA, Myrna T. Rego. 2. ed., 1. Reimp. – São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Economia Espacial**: críticas a alternativas. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

\_\_\_\_\_. **O espaço da cidadania e outras reflexões** / Milton Santos; organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011b. [online] (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3).

\_\_\_\_\_. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal.** Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

\_\_\_\_\_. Uma ordem espacial: a economia política do território. **Revista Geolnova**. n. 3. Competitividade territorial e globalização. Departamento de Geografia e Planejamento Regional. Universidade Nova de Lisboa, 2001, p. 33-48. ISSN: 0874 6540. <<http://www.fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/numero3.htm>>. Acesso em 10 de mar. 2016.

SANTOS, Milton; BECKER, B. K. (et al.) **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Carla Caroline Silva dos. **(In)segurança alimentar e nutricional: o doce amargo do universo canavieiro alagoano.** In: PLANCHEREL, Alice Anabuki e BERTOLDO, Edna (Orgs.). Trabalho e capitalismo contemporâneo. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 107-130.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Redes e território: Reflexões sobre a migração.** In.: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Orgs.). Sociedades e territórios. 2. ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 51-78.

SCHILD BECKER, Olga Maria. **Mobilidade Espacial da população: conceitos, tipologia, contextos.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Explorações Geográficas: percurso no fim do século. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997, p. 319-367.

SILVA, Jilyane Rouse Pauferro da; LEITE, Angela Maria Araújo. **Organização e desenvolvimento territorial da atividade agrícola em Alagoas.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-26.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas.** In: ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria Aparecida Moraes. O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 29-78.

\_\_\_\_\_. **Errantes do fim do século.** São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, José Graziano da. **De bóias-frias a empregados rurais: as greves dos canaviais paulistas de Guariba e de Leme.** Maceió: EdUFAL, 1997.

SILVA NETO, Antônio Lopes da; SILVA, Amistson Lopes da; SANTOS, Clélio Cristiano dos. **Geografia das desigualdades: pobreza estrutural e uso do território em São José da Laje, Alagoas.** VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. 10 a 16 de agosto 2014, Vitória Espírito Santo. Disponível em: <[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404155796\\_ARQUIVO\\_Artigo-GEOGRAFIADASDESIGUALDADESPROBREZAESTRUTURALEUSODOTERRITORIOEMSAOJOSEDALAJE-AL.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404155796_ARQUIVO_Artigo-GEOGRAFIADASDESIGUALDADESPROBREZAESTRUTURALEUSODOTERRITORIOEMSAOJOSEDALAJE-AL.pdf)>. Acesso em 15 mai. 2015.

SILVA, Izildo Carlos Alves da. **A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva: estudo das tendências migratórias em Santo André.** 2008. 163f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SIQUEIRA, Louisianne Barros de. **Informalidade e precarização: o trabalho das costureiras de facção de Fortaleza/Ceará.** 2012. 140f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2012.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Cidade: Lugar e Geografia da Existência,** 2013.

STUMPF, Urbano Ernesto. **Programa Nacional do Álcool,** 2004.

TAVARES, Maria Augusta. **O aviltante trabalho do cortador de cana.** In: ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 315-334.

APRATTO TENÓRIO, Douglas. **O mundo do açúcar em Alagoas: a influência dos engenhos na formação histórica de Alagoas.** In: APRATTO TENÓRIO, Douglas; DANTAS, Carmem Lúcia (Orgs.). Caminhos do açúcar: engenhos e casas-grandes das Alagoas. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p. 11-65.

APRATTO TENÓRIO, Douglas. **Capitalismo e ferrovias no Brasil.** Coleção Estudos Alagoanos, n. 2. Maceió: EdUFAL, 1979.

\_\_\_\_\_. Os caminhos do açúcar em Alagoas: do banguê à usina, do escravo ao bóia-fria. **Incelências**, 2011, v. 2, n. 1, pp. 5-27, Maceió: CESMAC, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana**: uma contribuição para o entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. 1996. Tese de Doutorado) – FFLCH/USP, São Paulo. 1996.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora. **Pegada** – vol. 14 n.2 1 dezembro/2013.

\_\_\_\_\_. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. In. **Revista Pegada**. Presidente Prudente-SP v. 4, n.2 Novembro 2003. THOMAZ Jr, Antonio. Se camponês, se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: Thomaz Jr., Antonio (org). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2006.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)** – São Paulo: [s.n], 2009.

TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS, M. V. **Immigration reconsidered: history, sociology and politics**. Nova York: Oxford University Press, 1990.

VERÇOSA, Lúcio Vasconcelos de. **Trabalhadores nos canaviais de Alagoas**: um estudo sobre as condições de trabalho e resitência. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Alagoas. Maceió. 2012.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão**. São Paulo: Ática, 2000.

## ANEXOS

### Anexo A

Vila Operária Apolinário – Usina Serra Grande, São José da Laje – AL.





Antiga casa onde morava o senhor de engenho - Vila operária Apolinário - Serra Grande - Saõ José da Laje



Lateral da casa do engenho Apolinário - Serra Grande



Creche da Vila Operária de Apolinário - Serra Grande - São José da Laje



Escola da Vila Operária do antigo engenho Apolinário - Serra Grande - São José da Laje



## Anexo B

**Quadro 10 - Distribuição das sesmarias no vale dos rios Mundaú e Paraíba do Meio entre 1678 a 1828**

Ano/lugar	Nome	Tamanho/Extensão	Justificativa	Preço final
1679/Paraíba acima	Pároco Vigário da Villa das Alagoas Antônio Lopes Leitão e seus herdeiros	Sesmaria de 6 léguas de terra comprido, e 4 de largo, rumo direito, começando nas cabiceiras das terras que forão de Gabriel Soares, pelo rio Parahiba acima e Parahiba para parte do sul até intestar com as datas do Cap. mor Francisco Alvares Camello.		
1679/Paraíba	Antônio da Silva	Sesmaria de 3 leguas e meia de terra, entre os rios Botim, Satuba e Parahiba, começando nas cabiceiras das terras de Henrique de Carvalho		
1682/Paraíba e Mundaú	Gaspar da Costa Casado, Cap mor Manoel Coelho Pacheco, Antonio da Costa Casado, Gaspar da Costa Casado, Balthazar de Barros e Faria, Melchior de Barros de Faria, D. Isabel de Barros Pacheco, Dona Thereza Pacheco de	Sesmaria de 20 leguas de terra nas Alagôas, entre os dous rios Parahiba-Grande e Mandahú, começando donde se acaba a data de Antonio da Silva até o outeiro da Barriga, e do dito outeiro para cima dez léguas em quadra, concedida.		Deve-se, porém, notar que foram concedidas duas léguas a cada dos ditos sesmeiros.

	Faria, Olavo, Coelho Pacheco, Braz Coelho			
1682/ Paraíba acima	Cap mór Gonçalo Pereira da Costa, Manoel Barbosa e Amaro Gonçalves	Sesmaria de 5 leguas de terra no sertão da Alagôa do Norte pelo rio chamado –Parahiba-merimacima com três de largura, começando e fazendo pião na Alagôa dos Portos tanto para baixo como para cima		
1699/Paraíba	Rdº P Domingos de Lima, Cap. M João Dias de Araújo Lima,	Sesmaria de 1 legua de terra de comprido e meia de largo nos rios Saluy e Parahiba nas Alagôas, entre as terras do Alferes Pedro Gonçalves Ribeiro e a viúva Catharina de Araujo Donna	Esta sesmaria tinha á margem a seguinte observação: Não tem efeito esta data dada ao P. Domingos de Araujo Lima e o Cap João de Araujo Lima por testificarem, não se acharem as terras que pedião devolutas, e por despacho do Procurador e Provedor se mandou pôr esta verba que não tratem e fruão dita data, nem ficão obrigados os que as pedirão ao fôro com que se lhes deu, e o dito não puz. O despacho de imprio a fl 26.	
1700/ Mundaú	João Gomes de Mello e	Sesmaria de 2 leguas de terra nas Alagoas, continua ao		

	Manoel Rodrigues Calheiros,	<b>engenho Nossa Senhora da Piedade pelo rio Mundahú</b> acima, fazendo do quadra para a parte do leste, e uma légua de comprimento acompanhando a mesma légua do dito engenho pela ilharga, e outra pelas cabiceiras do mesmo engenho correndo para o sertão.		
1701/ Mundaú	Manoel Rodrigues Calheiros (o moço), Anna Deolinda	Sesmaria de 1 legua de terra em quadra nas Alagôas, pelo rio Mundahu acima da parte do leste, nas cabiceiras ou confins da data de João Gomes de mello e Manoel Rodrigues Calheiros		
1705/Mundaú	João Gomes Calheiros e Maria de Amorim Barbosa	Sesmaria de 1 legua de terra no termo da Villa das Alagôas pelo rio Mundahu acima, nas cabiceiras ou confins das do engenho da Garça-Torta, fazendo quadra para o Oeste, e fazendo do comprimento largura ou da largura comprimento		Na margem do respectivo livro achava-se a seguinte observação: Fica pertencendo esta sesmaria a Antônio Marinho Falcão, como de João Gomes Calheiros e Maria de Amorim Barbosa, pelo que se abriu nova conta no Livro de Contas Correntes N 7, a f180. Recife de Pernambuco

				1º de Outubro de 1804.
1716/ Paraíba	<b>D. Jeronima Cardim Fróz, viúva de Manoel do Campoz Domingos Jorge Velho</b>	Sesmaria de 6 leguas de terra, em quadro na fronteiras dos Palmares, para o sertão nas cabiceiras das terras de Diogo Soares, no Taboleiro das Alagoas, ao sul, regada dos rios Parahiba Grande e Pequeno Setuba, fazendo frente ao dito taboleiro ou campina denominada abroda da mata, correndo os rumos do nordeste e sudueste onde corre outro rio,		
1718/Mundaú	Ao Cap de Infantaria do Terço dos Palmares Alexandre Jorge da Cruz	Sesmaria de 3 leguas de terra em quadro nos Palmares no outeiro Barril, fazendo pião no rio Cabeça de Porco, para cima buscando o canhoto pelo rumo do Norte e sul e de leste a aoeste,		Sem foro ou pensão, salvo o dizimo a Deus, devendo povoala e pedir confirmação dentro deo praso de 5 annos.
1727/ Mundaú	Sargento mór dos índios dos Palmares e de todos os seus soldados, e das mais nacções.	Sesmaria de 4 leguas de terra em quadro, começando nas terras do Mestre de campo Domingo Jorge defontre do rio Chamado Ourucú para parte do sul, pelo rio mundaú a coma até se encher as ditas legais sem foro mais do que o dezimo.		
1727/ Mundaú	João Paes de Mendonça Arrás	Sesmaria de 1 legua de terra em quadro nos Palmares no lugar do reacho onde foi o 1º Arraial do Mestre de Campo Domingos Jorge Velho principiando onde acaba a terra que foi do Padre Antonio Alves de Carvalho		

		correndo rumo competente para testada de norte a sul para parte do riacho Jacaricica se tanto couber, aliás se enteirará a dita légua nas que se acharem ente a parte do córrego d'agua de ferro, e alagoas das Antas pegando das terras q' forão d' Appolonario Ferz Padilha do sul para o norte, sem prejuízo de terceiro.		
1728/ Mundaú	<b>Cap. M Domingos Roiz da Silva</b>	Sesmaria do Cap. M Domingos Roiz da Silva de 3 leguas de terra em quadro nos Palmares concedida com ônus de pagar o dezimo da Deus para D. Manoel Rolin de Moura em 8 de Fevereiro de 1723 e confirmada para carta Regia de 25 de outubro de 1728.		
1792/ Garanhuns/ Mundaú	Antônio Vaz da Costa	Sesmaria de Antonio Vaz da Costa, de uma légua de terra em quadra no lugar da Corrente, destricto dos Garanhuns, que faz extremo com as terras de Francisco Xavier domina para herança de seus paes, que chega até a barra do riacho Capaceira no rio Mandaú de cujo limite é que tem principio a dita sesmaria para parte de baixo com o foro anual de 4\$000, mandada passar para D. Thomas Joaquim de Mello em 21 de Agosto de 1792.		
1810/ Mundaú	Theodoro Luiz da Costa Moreira	Sesmaria de meia légua de terra em quadro no lugar do rio Mandáu do termo e comarca da villa das Alagoas, pegando da barra do riacho denominado Capapim de digo correndo um quarto de légua para casa um dos lados do riacho digo meia légua		

		para cada um dos lados, servindo o mesmo riacho capapim de pião, tendo a referida légua duas de fundo, correndo direito para o nascente ao longo do riacho, para uma e outra parte deste; com o foro anual de 6\$000 concedida em 31 de Agosto de 1810. Caetano Ptº Miranda Monte negro.		
1817/ Mundaú	Joaquim Diniz Pereira da Silva	Sesmaria de 1 légua de terra nos Palmares termo da villa d'Atalaia, que principia onde findão as terras q requerem para sesmarias o tinente coronel e Ajudante das Ordens Alexandre Thomaz procurando o sitio chamado Abeú, e continuando pela parte do sul com os heroes da beira do rio Mandaú e pelo nascente toda realenga, com o foro de 6\$000 concedida em 22 de Dezembro de 1817 concedida p Luiz do Rego Barreto.		

Fonte: Documentação Pernambucana. **No 3º livro do Registro das sesmarias pertencente ao cartório da Thezouraria de Fazenda desta província.** Secretaria de Educação e Cultura. Biblioteca Pública. Sesmarias Vol. IV e V 1959. In: ANDRADE, Juliana Alves de. **Gente do Vale: Experiências Camponesas no interior da Província das Alagoas (1810-1890).** Tese de doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014. fl. 316.